

ANA MARIA DOS SANTOS BETTENCOURT

(Assistente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

**A PAISAGEM E O HOMEM NA BACIA DO CÁVADO
DURANTE O II E O I MILÉNIO AC**

VOLUME 3: TEXTO

Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do
Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

BRAGA 1999

ANA MARIA DOS SANTOS BETTENCOURT

(Assistente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

**A PAISAGEM E O HOMEM NA BACIA DO CÁVADO
DURANTE O II E O I MILÉNIO AC**

VOLUME 3: TEXTO

Dissertação de Doutoramento apresentada ao Departamento de História do Instituto de
Ciências Sociais da Universidade do Minho

BRAGA 1999

**V. A PAISAGEM E O HOMEM: O II E O I MILÉNIO AC NO VALE DO
CÁVADO (AS INTERPRETAÇÕES)**

"O problema é sempre o de dar o trabalho por terminado, com o pensamento de nunca acabar coisa alguma...É esta a questão: ir mais longe, ir sempre impiedosamente mais longe, ou então cessar, acabar com isso... É a questão da dúvida, da desconfiança e da impaciência".

(Thomas BERNHARD, *Trevas*, 1993: 52)

1. Introdução

Expostos, no capítulo IV, os dados que serviram de suporte para este trabalho de síntese e que se basearam em escavações, prospecções, publicações anteriores e materiais de antigas escavações reanalisados, pretendemos ultrapassar a fase descritiva e passar à etapa interpretativa, reflexiva, mas também prescritiva, na medida em que nos permitimos levantar hipóteses, formular questões, equacionar problemáticas e perspectivar algumas dificuldades inerentes à construção do próprio “conhecimento arqueológico”.

Tendo presente que o registo arqueológico apenas representa uma ínfima parte das acções humanas do passado em interacção com a paisagem e que a sua análise passa pela formação académica, ética e moral do agente de investigação, o qual utiliza um conjunto de técnicas concordantes com um determinado aparelho teórico, tentámos, cientes dessas “naturais limitações”, a partir de vários critérios e num processo de interacção, estabelecer diferentes fases cronológico-culturais para a região estudada e determinar os elementos comuns e específicos de cada uma, de modo a podermos interpretar a dinâmica social das diferentes comunidades inseridas em cada fase.

Assim, começaremos, neste capítulo, por apresentar e discutir os critérios de mudança adoptados.

De seguida, abordaremos a metodologia propícia à elaboração de uma cronologia relativa, baseada em sequências estratigráficas que permitem definir sequências ocupacionais para cada povoado e que, interrelacionadas entre si, permitiram estabelecer um quadro ocupacional mais abrangente para a bacia do Cávado. Sempre que possível, confrontámos os resultados do radiocarbono com as sequências ocupacionais a fim de

precisar algumas cronologias. Para explicitarmos cada fase ocupacional servimo-nos dos indicadores materiais, nomeadamente da cerâmica, do material metálico e lítico.

No momento subsequente, articularemos as fases estabelecidas cronologicamente com os dados de ordem cultural e ambiental, criando três momentos cronológico-culturais cujas “estórias” resultaram de inferências de âmbito socio-económico e ritual, o que permitirá estabelecer os elementos comuns e específicos entre as diferentes fases e perspectivar, ainda, algumas continuidades e mudanças.

Finalizamos com algumas breves considerações sobre o percurso deste trabalho.

2. Quadro cronológico-cultural

2. 1. Problemática da construção cronológica e cultural

A construção de um quadro cronológico e cultural para uma dada região é sempre uma tarefa subjectiva, na medida em que resulta da valorização de determinados critérios de continuidade e mudança defendidos pelo investigador, assumindo-se que esses critérios não são mais do que uma criação abstracta, nomeadamente as tabelas formais em termos cerâmicos, líticos e metálicos.

Por outro lado, pressupomos que não é possível estabelecer, com precisão, as balizas cronológicas de cada fase cronológico-cultural.

Definidas, genericamente, algumas das dúvidas com que iniciámos a construção deste capítulo, resta-nos apresentar os critérios escolhidos para a construção do quadro cronológico-cultural da bacia do Cávado tentando explicitar as razões da sua escolha como elementos indicadores de mudanças sociais e ideológicas.

Partimos do princípio que um quadro cronológico e cultural só é plausível se baseado na correlação de uma multiplicidade de critérios, embora não deixe de equivaler à necessidade de arrumação do registo arqueológico e de corresponder à “...*ortodoxia arqueológica que obriga a especificar o marco temporal*” (CRIADO BOADO *et alii* 1991: 150).

Para a construção de um quadro cronológico operacional, em termos regionais, optámos por usar o maior número possível de datas de radiocarbono que se revelaram de

grande utilidade, atendendo à escassez de artefactos de importação bem contextualizados, bem como sequências estratigráficas latas, em muitos dos povoados escavados, e, também, problemas pos-deposicionais que afectam as poucas sequências existentes, fenómeno frequente quando elas representam longevidade de ocupação. Todavia, a cronologia radiométrica teve que ser articulada com as sequências estratigráficas de cada povoado intervencionado que contribuíram para caracterizar as diferentes sucessões de ocupação, quer pelas estruturas, quer pela cultura material. Posteriormente, articulámos as distintas ocupações de cada povoado, quer pela comparação radiométrica, genérica (atendendo às vicissitudes do método de radiocarbono), quer pela comparação com o acervo artefactual ou, ainda, com as estruturas e as condições paleo-ambientais de cada uma, por forma a obtermos um quadro cronológico da sub-região do Cávado.

O estudo do conjunto cerâmico, com milhares de fragmentos encontrados, em diferentes contextos estratigráficos, alguns deles datados radiometricamente, constituiu, igualmente, um critério que permitiu isolar tendências formais e tecnológicas a nível temporal, em sentido lato¹⁷⁶, bem como detectar algumas particularidades do espólio metálico e lítico, associado a cada fase ceramológica. Este critério é de grande utilidade, sobretudo para uma grande parte do 2º quartel do I milénio AC, atendendo às dificuldades de datação radiométrica para este período. A sua adopção baseou-se no princípio de que a reprodução do sistema social e ideológico se perpetua através das práticas de rotina ou das acções da vida diária, tal como subscrevem alguns autores, entre os quais Barret (1991a: 7)

¹⁷⁶ - As características formais e tecnológicas da cerâmica, apresenta, por vezes, larga pervivência pelo que estes elementos não podem funcionar, isoladamente, para estabelecer elementos de datação mais rigorosos.

e F. Criado Boado (1993: 41), o que nos permite considerar as alterações ou continuidades cerâmicas, metálicas ou líticas, como importantes critérios de mudança ou continuidade.

Da correlação das sequências estratigráficas, do estudo da cultura material e da cronologia radiométrica resultou a criação de três fases cronológico-culturais.

O estudo da distribuição dos povoados, assim como das estruturas como critério de mudança mostrou-se pouco operativo visto aqueles apresentarem uma grande variedade nos padrões de assentamento, ao longo de vários milhares de anos.

A valorização dos aspectos rituais como critério de mudança prende-se com a aceitação de que eles funcionavam como um meio de reprodução da ideologia, dos valores e das condições sociais existentes, tal como preconizam as posturas pós-processuais da Arqueologia. Assim, alterações rituais poderão estar altamente associadas a alterações no universo ideológico das comunidades.

Ao aceitarmos que o homem, nas suas acções da vida diária, se move na paisagem sem dissociar tempo e espaço (BARRET 1991a: 7 - 8) e que as sociedades se diferenciam consoante as relações mantidas com o meio (CRIADO BOADO *et alii* 1991: 247) sentimos necessidade de usar como critério de mudança o cruzamento dos dados paleo-ecológicos com os marcadores "culturais" da paisagem, ou seja, as alterações antrópicas, em sentido lato.

Com base neste conjunto de critérios, tentámos efectuar uma sequência cronológica e cultural possível para a bacia do médio e baixo Cávado, desde os finais do III milénio ao último quartel do I milénio AC, cujas fases não devem pensar-se como estanques na medida em que a mudança implica sempre uma negociação entre continuidade e descontinuidade.

2.2. As sequências estratigráficas e a cronologia radiométrica

As sequências estratigráficas foram, na medida do possível, datadas através da cronologia radiométrica para o estabelecimento de um quadro cronológico o mais completo possível. Para tal, contámos, ao todo, com cinquenta e nove análises de radiocarbono consideradas válidas para os contextos a datar, “obtidas” no decurso deste projecto¹⁷⁷. Destas, treze foram recolhidas no âmbito dos trabalhos de M. Martins (1988a; 1989a; 1990), uma é proveniente da investigação desenvolvida por C. A. B. Almeida (1996) e outra resulta de um trabalho associado ao mundo sepulcral da Idade do Bronze, desenvolvido por D. Cruz e A. H. Gonçalves (1998).

2.2.1. As sequências estratigráficas

Foram vários os povoados escavados ou estudados no âmbito deste projecto, cada um deles com sequências estratigráficas específicas (BETTENCOURT 1991/1992; 1994). A partir destas foi possível estabelecer diferentes fases de ocupação para cada um deles, e propor quadros temporais particulares. Em vista da singularidade dos resultados obtidos torna-se imprescindível assinalar as fases definidas para cada povoado e tentar a sua articulação.

¹⁷⁷-Uma delas corresponde a um momento de ocupação do Ferro Recente do povoado de S. João de Rei e apenas é referida no ponto 2.1.2.1. e no “Quadro Paleocarpológico IV”. Nesta sub-região existem outras datas para ocupações do Ferro Recente que não foram contempladas no âmbito deste projecto, embora se encontrem publicadas por M. Martins (1990) e C. A. B. Almeida (1996).

O **Alto da Cividade** (Braga) foi ocupado, pela primeira vez, nos finais da Idade do Bronze. Segue-se-lhe uma ocupação dos finais da Idade do Ferro, várias de época romana e do período tardo-romano/alto-medieval (MARTINS 1990: 81).

A única ocupação deste local que se insere no âmbito cronológico deste trabalho é a primeira. Designá-la-emos de:

Alto da Cividade I: Finais da Idade do Bronze (1º quartel do I milénio AC, eventualmente séc. IX AC).

O povoado de **Alto de S. Bento** (Braga) regista uma sequência estratigráfica onde foi possível determinar dois momentos de ocupação bem distintos entre si. O mais antigo remonta à Idade do Bronze e o segundo à Idade Moderna. Este último quase que destruiu, na íntegra, a ocupação anterior, tendo apenas restado as estruturas abertas na rocha

As ocupações deste local podem resumir-se em:

Alto de S. Bento I: Finais da Idade do Bronze (finais do II, inícios do I milén. AC).

Alto de S. Bento II: Idade Moderna.

O povoado de **Cabanas** (Braga) apresenta uma sequência estratigráfica onde foi possível isolar dois momentos de ocupação distintos, sem continuidade entre si, apesar de não existir nenhuma camada estratigráfica estéril em termos arqueológicos, entre eles. Esta ocorrência talvez se possa explicar pela forte acção erosiva a que teria estado sujeita a

ocupação mais antiga e que integrámos nos finais da Idade do Bronze. Em suma, resumimos assim as ocupações deste local:

Cabanas I: Finais da Idade do Bronze (séc. X AC).

Cabanas II: Idade do Ferro (entre os séculos. I a.C e o I d. C).

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Cabanas I (Braga)	UIC - 5661	2798 ± 29	988 - 955 (41) 945 - 904 (59)	1003 - 892 (89) 885 - 847 (11)	Madeira carb.	Conte 1 (cam.2)	

O povoado da **Santinha** (Amares) pode ser dividido em três momentos de ocupação, que se situariam entre o Neolítico Final e o Calcolítico e a Idade do Bronze. A inexistência de uma sequência estratigráfica vertical que englobasse estas três ocupações levou a que a primeira fase tenha sido determinada, a partir de espólio arqueológico e da sua distribuição espacial. As duas ocupações da Idade do Bronze não evidenciam continuidade, de forma inequívoca, apesar de se sobrepor estratigraficamente e da grande semelhança do material cerâmico, que é escasso na segunda ocupação, tornando a abordagem estatística pouco conclusiva. No entanto, a grande reestruturação efectuada nas estruturas de armazenagem, a introdução de novos produtos agrícolas e a falta de datações radiométricas que confirmem, indiscutivelmente, esta continuidade, obrigam-nos a uma certa prudência.

Perante o exposto propomos os seguintes momentos de ocupação para a área deste povoado:

Santinha 0: Neolítico Final/Calcolítico.

Santinha I: Finais da Idade do Bronze (séc. X AC).

Santinha II: Finais da Idade do Bronze.

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Santinha I (Amares)	CSIC - 1145	2800 ± 33	991 - 952 (45) 948 - 904 (55)	1007 - 890 (86) 889 - 845 (14)	Madeira carb.	Corte 1 (cam.2)	
	CSIC - 1084	2793 ± 53	995 - 895 (83) 877 - 852 (17)	1054 - 817 (100)	Madeira carb.	Corte 1 (cam.2)	
	CSIC - 1315	2837 ± 27	1003 - 971 (47) 969 - 932 (53)	1043 - 908 (100)	Madeira carb.	Corte 2 (cam.2)	
	CSIC - 1085	2761 ± 50	970 - 970 (01) 930 - 830 (99)	999 - 814 (100)	Madeira carb.	Corte 3 (cam.1)	
Média ponderada		2810 ± 19	986 - 957 (52) 943 - 917 (48)	997 - 907 (100)			

O povoado de **S. João de Rei** (Póvoa de Lanhoso) oferece uma sequência de ocupação com grande amplitude cronológica, tendo-se registado ocupações na transição Bronze/Ferro, nos inícios da Idade do Ferro e na romanização, muito embora com descontinuidades na sequência estratigráfica, pelo que, por vezes, nos socorremos de analogias entre diferentes sequências estratigráficas. As descontinuidades observadas parecem corresponder, de facto, a hiatos ocupacionais, atendendo ao registo arqueológico e às datas de radiocarbono.

Estabelecemos para este povoado as seguintes ocupações:

S. João de Rei I: Finais da Idade do Bronze, inícios da Idade do Ferro (entre os finais do séculos VI e os inícios do V AC, se tivermos em conta a média ponderada das três datas obtidas para este povoado; tendo em atenção a calibração a 1 sigma esta ocupação ter-se-á dado durante o séc. V AC).

S. João de Rei II: Idade do Ferro (entre os meados dos séculos IV e os inícios do II AC, muito provavelmente no III AC).

S. João de Rei III: Idade do Ferro ($2006 \pm 26BP$).

S. João de Rei IV: Romanização (séc. I d. C).

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. João Rei I (Póvoa Lanhoso)	CSIC - 1149	2435±30	751 - 732 (10) 528 - 408 (90)	761 - 672 (26) 664 - 635 (03) 556 - 401 (71)	Madeira carb.	Corre 2 (cam. 3)	
	CSIC - 1150	2357±30	413 - 436 (100)	504 - 436 (21) 426 - 375 (79)	Bolotas	Corre 2 (cam. 3)	
	UtC - 5659	2443±35	752 - 703 (26) 532 - 411 (74)	762 - 401 (36) 595 - 575 (03) 566 - 404 (61)	Bolotas	Corre 2 (cam. 3)	
Média ponderada		2409 ± 19	487 - 442 (65) 424 - 402 (35)	513 - 430 (71) 430 - 402 (29)			
S. João Rei II (Póvoa Lanhoso)	UtC - 4784	2220 ± 37	361 - 337 (19) 324 - 282 (35) 257 - 202 (46)	377 - 189 (100)	Madeira carb.	Corre 1 (Fossa 1)	
	CSIC - 1146	2183 ± 27	355 - 294 (63) 209 - 174 (37)	363 - 277 (51) 262 - 157 (48) 136 - 126 (01)	Madeira carb.	Corre 1 (Cam. 6)	
Média ponderada		2196 ± 23	355 - 292 (73) 234 - 225 (07) 209 - 192 (21)	362 - 279 (59) 260 - 181 (41)			

O povoado de S. Julião (Vila Verde) forneceu uma sequência de ocupação bastante ampla, com ocupações desde os finais da Idade do Bronze à Romanização. Existem, contudo, materiais do Neolítico Final/Calcolítico e da Idade Média que não se documentam estratigraficamente, mas apenas por materiais descontextualizados. A sucessão ocupacional foi efectuada com base em analogias entre diferentes sequências estratigráficas, algumas delas resultantes do trabalho de M. Martins (1988a; 1990). Os hiatos estratigráficos então existentes para ocupações da transição da Idade do Bronze para a do Ferro, foram colmatados pela continuação dos trabalhos de investigação nesta estação,

o que permitiu detectar, num dos cortes, uma sequência estratigráfica com níveis de ocupação durante toda a 1ª metade do I milénio AC e parte do 3º quartel deste milénio. Há, contudo, problemas por resolver, nomeadamente no que diz respeito a S. Julião Ia e Ib, ambas correspondentes aos Finais da Idade do Bronze, sucedendo-se estratigraficamente na acrópole do povoado, embora não indiquem forçosamente continuidade ocupacional.

Através dos dados obtidos estabelecemos os seguintes momentos de ocupação:

S. Julião 0: Neolítico Final/Calcolítico.

S. Julião Ia: Finais da Idade do Bronze (séc. XI AC).

S. Julião Ib: Finais da Idade do Bronze (séc. IX AC).

S. Julião Ic: Finais da Idade do Bronze (entre os séculos IX e os VIII/VI AC).

S. Julião Id: Finais da Idade do Bronze e Transição Bronze/Ferro (entre os séculos VIII/VI e o IV AC).

S. Julião II: Idade do Ferro (séc. IV e segs).

S. Julião III: Romanização.

S. Julião IV: Idade Média (séc. X ao XV).

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. Julião Ia (Vila Verde)	CSIC - 734	2900 ± 50	1158-1145 (06) 1134-994 (94)	1254-1242 (02) 1214-926 (98)	Madeira carb.	Corte 1 (sob. o talud., cam. BI)	Martins 1988a
	GIF - 6993	2840 ± 80	1114-1091 (09) 1088-904 (91)	1253-1245 (01) 1210-824 (99)	Madeira carb.	Corte 1 (sob. o talude)	Martins 1988a
	ICEN - 28	2820 ± 40	1003-912 (100)	1111-1105 (01) 1058-844 (99)	Madeira carb.	Corte 1 (sob. o talude)	Martins 1988a
	ICEN - 27	2890 ± 45	1226-992 (100)	1202-1171 (04) 1169-924 (96)	Madeira carb.	Corte 1 (sob. o talude)	Martins 1988a
	ICEN - 25	3010 ± 35	1306-1196 (89) 1181-1165 (10) 1141-1159 (01)	1380-1343 (09) 1321-1125 (91)	Madeira carb.	Corte 2 (cam. IIa)	Martins 1988a
	CSIC - 1094	2942 ± 62	1254-1241 (06) 1215-1035 (94)	1314-977 (97) 964-935 (02) 1371-1359 (01)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 7)	
	CSIC - 1095	2965 ± 51	1261-1113 (91) 1095-1075 (09)	1314-1008 (99) 1372-1358 (01)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 6)	
	ICEN - 1279	2840 ± 45	1031-917 (100)	1122-859 (100)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 6)	
	UIC - 5656	2894 ± 40	1120-1003 (100)	1199-1176 (03) 1167-971 (90) 969-930 (07)	Madeira carb.	Corte 3b (cam. 5)	
	UIC - 5608	2840 ± 60	1111-1104 (03) 1059-907 (97)	1161-1143 (02) 1136-835 (98)	Madeira carb.	Corte 7 (cam. 9)	
	UIC - 5609	2900 ± 36	1119-1012 (100)	1202-1171 (04) 1169-980 (93) 962-938 (03)	Madeira carb.	Corte 7 (cam. 8)	
Média ponderada		2901 ± 14	1113-1094 (61) 1094-1079 (39)	1120-1014 (100)			

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. Julião Ib (Vila Verde)	ICEN - 23	2700 ± 40	895 - 877 (24) 853 - 809 (76)	908 - 802 (100)	Madeira carb.	Corte 1 (1ª ocupação)	M. Martins (1988a)
	GIF - 7013	2750 ± 60	930 - 820 (100)	1009 - 803 (100)	Madeira carb.	Corte 3 (2ª ocupação)	M. Martins (1988a)
	CSIC - 1096	2789 ± 42	990 - 954 (32) 946 - 895 (52) 876 - 856 (16)	1012 - 829 (100)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 5)	M. Martins (1988a)
	ICEN - 1277	2780 ± 50	982 - 960 (18) 946 - 890 (46) 889 - 845 (36)	1022 - 801 (100)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 5)	M. Martins (1988a)
	ICEN - 1280	2760 ± 70	988 - 822 (100)	1112 - 1104 (01) 1059 - 799 (99)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 5)	M. Martins (1988a)
	ICEN - 829	2660 ± 45	843 - 795 (100)	902 - 784 (1,00)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 3b/5)	
	CSIC - 1021	2670 ± 35	837 - 801 (100)	865 - 795 (89) 897 - 872 (11)	Madeira carb.	Corte 3a (cam. 3b)	
	UTC - 5655	2665 ± 35	833 - 801 (100)	896 - 793 (100)	Madeira carb.	Corte 6 (cam 4-base)	
	CSIC - 1086	2688 ± 61	896 - 873 (25) 863 - 803 (75)	943 - 776 (97) 985 - 958 (03)	Madeira carb.	Corte 6 (cam. 4/base)	
	CSIC - 1142	2671 ± 21	824 - 807 (100)	842 - 800 (100)	Madeira carb.	Corte 6 (cam 4 3b)	
	CSIC - 1097	2763 ± 41	924 - 838 (100)	991 - 951 (13) 949 - 823 (87)	Madeira carb.	Corte 7 (cam. 2)	
	CSIC - 1183	2703 ± 27	893 - 881 (18) 849 - 812 (82)	898 - 809 (100)	Madeira carb.	Corte 7 (cam. 5)	
	CSIC - 1082	2727 ± 22	896 - 874 (42) 860 - 830 (58)	905 - 821 (100)	Madeira carb.	Corte 7 (cam 6)	
	UTC - 5654	2668 ± 39	840 - 799 (100)	897 - 870 (13) 869 - 794 (87)	Madeira carb.	corte 7 (cam. 7)	
CSIC - 1023	2680 ± 25	833 - 807 (100)	857 - 800 (93) 895 - 875 (07)	Madeira carb.	Corte 3a (Sob muralha (tronco))		
Média ponderada		2702 ± 10	837 - 820 (100)	894 - 879 (07) 849 - 810 (93)			

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. Julião Ic (Vila Verde)	CSIC - 1020	2570 ± 25	797 - 770 (100)	806 - 759 (83) 632 - 591 (11) 588 - 560 (04) 675 - 662 (02)	Madeira carb.	Cone 3a (Cam. 3a/top)	
	ICEN - 830	2530 ± 45	790 - 758 (21) 679 - 650 (16) 650 - 547 (63)	802 - 505 (99) 439 - 426 (01)	Madeira carb.	Corte 3a (Cam. 3a/top)	
	CSIC - 1022	2520 ± 25	774 - 759 (12) 675 - 659 (13) 640 - 551 (75)	729 - 531 (85) 790 - 751 (15)	Madeira carb.	Corte 3a (Cam. 3a/top)	
Média ponderada		2544 ± 18	793 - 762 (75) 621 - 600 (25)	796 - 758 (56) 678 - 656 (06) 639 - 552 (39)			

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. Julião Id (Vila Verde)	CSIC - 1184	2548 ± 22	795 - 761 (71) 625 - 597 (28) 570 - 570 (01)	795 - 758 (55) 643 - 550 (40) 679 - 654 (05)	Madeira carb.	Corte 6 (cam. 3a) ¹⁷⁸	
	CSIC - 1140	2457 ± 36	757 - 680 (40) 546 - 471 (37) 567 - 417 (23)	599 - 408 (57) 762 - 623 (43)	Madeira carb.	Corte 6 (cam. 3a)	
	ICEN - 1021	2530 ± 130	802 - 504 (97) 438 - 426 (03)	924 - 367 (100)	Madeira carb.	Corte 6 (cam. 3a)	
	CSIC - 1141	2316 ± 17	395 - 383 (100)	399 - 374 (100)	Madeira carb.	Corte 6 (cam. 3a/top)	

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. Julião (Vila Verde)	ICEN - 1018	2350 ± 80	753 - 697 (14) 533 - 356 (74) 289 - 247 (12)	762 - 626 (19) 596 - 570 (02) 570 - 332 (59) 328 - 200 (20)	Madeira carb.	Plat. Sup. (derrubes)	
	CSIC - 1143	2253 ± 29	377 - 355 (24) 293 - 232 (62) 227 - 209 (15)	323 - 202 (74) 386 - 339 (26)	Madeira carb.	Plat. Sup. (derrubes)	
Média ponderada		2266 ± 29	387 - 356 (39) 290 - 238 (57) 215 - 210 (04)	392 - 345 (33) 318 - 204 (67)			

O povoado mais antigo que encontramos - o da Sola (Braga) - pode ser dividido em cinco grandes momentos de ocupação, que se situariam entre o Calcolítico e a época Alto Medieval. A inexistência de uma sequência estratigráfica vertical que englobasse uma ocupação tão ampla, levou a que as fases deste povoado fossem estabelecidas a partir de

¹⁷⁸. Dentre desta camada as datas são apresentadas a partir da cota mais inferior para a superior.

sequências que foram articuladas entre si. Esta situação levantou-nos algumas questões quanto à interpretação de determinados momentos de ocupação, pouco evidenciados no registo arqueológico. Como exemplo, citamos a inexistência de sequências que evidenciam, de forma inequívoca, uma ocupação continuada entre os fins dos séculos XIX/inícios do XVII AC e os inícios do séc. XVII/finais do XVI AC, que não se sobrepõem, mesmo em termos de datação radiométrica. A primeira, localiza-se apenas na zona mais alta do povoado e a segunda, que ocupa uma área mais extensa, parece ter-se deslocado para áreas periféricas em relação à anterior. Também não foi possível perceber uma eventual localização de uma ocupação da 2ª metade do I milénio AC, nem o núcleo alto-medieval, em virtude de profunda descontextualização dos materiais que se associam a estas ocupações, encontrados, quase exclusivamente, na camada humosa. De qualquer modo, as características do espólio das duas últimas ocupações, revelam que elas teriam sido bem descontinuadas no tempo. Perante o exposto fixámos as ocupações deste povoado em cinco momentos, para os quais propusemos a seguinte cronologia:

Sola I: Calcolítico (III milénio AC).

Sola IIa: Idade do Bronze (entre os fins dos séculos XIX e os inícios do XVII AC).

Sola IIb: Idade do Bronze (entre os inícios do séc. XVII e os finais do XVI AC).

Sola III: Idade do Ferro.

Sola IV: Alto Medieval.

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Sola I (Braga)	ICEN - 1007	4060±110	2864-2810 (16) 2748-2724 (06) 2698-2463 (78)	2887-2304(100)	Madeira carb.	Povoado monum.	Bettencourt (1991/1992)
Sola IIa (Braga)	CSIC - 1139	3450±37	1859-1847 (11) 1772-1731 (43) 1728-1686 (46)	1879-1831 (19) 1827-1673 (81)	Madeira carb.	Corte 6 (cam 2)	
Sola IIb (Braga)	CSIC - 1186	3338± 33	1672-1654 (17) 1646-1598 (48) 1565-1530 (35)	1680-1524 (100)	Madeira carb.	Corte 1 (cam. 3, f. 7)	
	UIC - 5657	3343± 30	1674-1602 (76) 1560-1535 (24)	1680-1526 (100)	Restos alimentar.	Corte 1 (cam. 3)	
	ICEN - 1274	3310±110	1732-1726 (02) 1687-1491 (84) 1489-1448 (14)	1879-1831 (04) 1828-1384 (096) 1339-1323 (001)	Madeira carb.	Corte 2 (cam. 2, est. cistóide ?)	Bettencourt (1996)
	UIC - 4785	3315± 40	1621-1524(100)	1684-1509 (100)	Madeira carb.	Corte 2 (cam. 2, est. cistóide ?)	Bettencourt (1996)
Média ponderada		3334± 20	1671-1665 (05) 1635-1596 (47) 1570-1529 (47)	1673-1651 (11) 1648-1591 (44) 1589-1527 (45)			

O povoado de Vasconcelos (Braga) apresenta uma sequência estratigráfica onde determinámos apenas uma ocupação. Esta encontra-se muito destruída por agentes erosivos entre outros processos pos-deposicionais.

A ocupação detectada pode resumir-se em:

Vasconcelos: Transição Bronze/Ferro (entre os séculos VIII e o finais do V AC).

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Vasconcelos (Braga)	UIC - 4328	2504± 36	792 - 754 (08) 691 - 535 (92)	791 - 494 (99) 440 - 426 (01)	Madeira carb.	Corte 1 (cam. 1b)	

Os diversos momentos ocupacionais estabelecidos para cada povoado permitiram esboçar equivalências crono-culturais entre eles, que correspondem a grandes etapas de desenvolvimento destas estações. Assim, à **Idade do Bronze** (1º e 2º quartel do II milénio AC) fizemos corresponder a Sola Ila e IIb, aos **Finais da Idade do Bronze** (sécs. XI AC – VI/V AC) os povoados do Alto da Cividade I, do Alto de S. Bento I, de Cabanas I, da Santinha I e II e de S. Julião Ia, Ib e Ic. À **Transição Bronze/Ferro** (sécs. VIII/V AC ao 1º quartel do séc. IV AC) inserimos os povoados de S. João de Rei I, S. Julião Id e Vasconcelos.

2.3. A generalização da proposta a outros contextos

A articulação cronológico-cultural por nós estabelecida, com base nos dados dos povoados que intervencionámos, foi igualmente tentada com estações escavadas e publicadas, na íntegra ou parcialmente, nesta sub-região (ALMEIDA *et al* 1980; ALMEIDA 1982a; 1985b; 1985c; 1990; 1996; CASTRO *et alii* 1980; MARTINS 1988a; 1988b; 1989a; 1990; PETRUSO 1982, 1984; SILVA 1994; SOUSA 1968/1970; 1978). Tal foi efectuado com base nas sequências estratigráficas dessas estações, nas datações radiométricas aí efectuadas e nas analogias de conjuntos cerâmicos (alguns deles revistos por nós) e de artefactos metálicos aí detectados. É assim que fazemos corresponder aos momentos que estudamos os seguintes povoados:

O povoado do **Barbudo** (Vila Verde) apresenta, uma ocupação desde os finais da Idade do Bronze até à Idade Média, embora não ocorra uma sequência estratigráfica que

evidencie ocupações continuadas entre a fase mais antiga e os inícios da Idade do Ferro (MARTINS 1989a; 1990: 112). Baseados nas investigações desta autora é possível estabelecer os seguintes momentos de ocupação:

Barbudo I: Finais da Idade do Bronze (séc. IX AC)

Barbudo II: Idade do Ferro ((?) ao séc. I d. C).

Barbudo III: Romanização.

Barbudo IV: Idade Média.

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Barbudo I (Vila Verde)	ICEN - 21	2650 ± 40	830 - 795 (100)	896 - 872 (07) 864 - 779 (93)	Madeira carb.	Corte 4 (cam. 2)	M. Martins (1989a)
	CSIC - 735	2750 ± 60	930 - 820 (100)	1009 - 803 (100)	Madeira carb.	Corte 4 (cam. 2)	M. Martins (1989a)
	CSIC - 735R	2740 ± 50	911 - 826(100)	989 - 954 (08) 946 - 807 (92)	Madeira carb.	Corte 4 (cam. 2)	M. Martins (1989a)
Média ponderada		2700 ± 29	893 - 822 (14) 848 - 810 (86)	898 - 807 (100)			

O Castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso) regista, igualmente, várias ocupações, embora grande parte delas tenham sido estabelecidas pela análise dos materiais cerâmicos e escassas informações estratigráficas. A primeira ocupação deverá enquadrar-se no Calcolítico, aparentemente sem continuidade para a segunda, que ocorre, já nos finais da Idade do Bronze. Apesar dos indícios da Idade do Ferro Inicial, não há uma sequência estratigráfica que evidencie ocupação continuada entre os finais da Idade do Bronze e a transição para a Idade do Ferro. Baseados na análise dos artefactos que efectuámos sobre

as escavações de K. Petruso (PETRUSO 1982; 1984) e os registos de C. Teixeira (1939; 1940a; 1940b; 1941) estabelecemos cinco momentos de ocupação para este povoado:

C. Lanhoso 0: Calcolítico.

C. Lanhoso I: Finais da Idade do Bronze.

C. Lanhoso II: Idade do Ferro.

C. Lanhoso III: Romanização.

C. Lanhoso IV: Idade Média.

O povoado da **Falperra** (Braga) forneceu uma sequência de ocupação bastante ampla, com ocupações desde o Calcolítico à Alta Idade Média. A primeira ocupação não se documenta estratigraficamente, mas apenas por materiais descontextualizados. A sucessão ocupacional foi efectuada com base em analogias com sequências estratigráficas e artefactuais com outros povoados da sub-região. Há, contudo, ainda alguns problemas por esclarecer, como sejam a articulação entre a transição Bronze/Ferro e o Ferro Inicial e a passagem da Romanização para a Alta Idade Média.

Os dados obtidos permitiram estabelecer os seguintes momentos de ocupação:

Falperra 0: Calcolítico.

Falperra I: Finais da Idade do Bronze.

Falperra II: Transição Bronze/Ferro.

Falperra III: Idade do Ferro.

Falperra IV: Romanização.

Falperra V: Alta Idade Média.

O povoado de **Faria** (Barcelos) forneceu uma sequência de ocupação bastante ampla, que foi classificada como dos finais da Idade do Bronze à Idade Média (ALMEIDA 1990: 55, 266-267; 1996; MARTINS 1990: 75 - 76). Não possuímos quaisquer desenhos ou descrições sobre as sequências estratigráficas dos vários cortes efectuados neste povoado, muito embora algumas informações dispersas nos indiquem que alguns materiais do Calcolítico e da Idade do Bronze tenham sido encontrados em camadas estratigráficas. Por algumas informações avulsas e pelas etiquetas dos materiais arqueológicos, em depósito nos Serviços de Arqueologia de Barcelos, detectámos que os vestígios da Idade do Bronze ocorreram na acrópole, na vertente sudeste, em área contígua à plataforma superior e na vertente noroeste, aqui associados a estruturas (ALMEIDA 1990: 55, 267, nota 526). Na acrópole parecem ter existido hiatus estratigráficos pois só detectámos materiais da Idade do Bronze, dos finais da Idade do Ferro ou da romanização e da Idade Média. Na vertente noroeste, a sequência estratigráfica entre a Idade do Bronze e a do Ferro, parece indicar discontinuidades de ocupação, pois C. A. B. Almeida (1990: 55, 267, nota 526) refere que o momento mais antigo se detectou sob o que designou de "castrejo final". É na vertente sudeste que ocorre uma sequência estratigráfica mais completa. Aqui, parece ter-se desenvolvido uma ocupação Calcolítica, embora muito perturbada por outra da Idade do Bronze, que nalgumas zonas parece ter sido sobreposta por um momento de transição. A sequência continua com níveis de ocupação mais recentes.

Perante o espólio cerâmico há, contudo, alguns problemas a resolver, nomeadamente no que diz respeito à diversidade de espólio da Idade do Bronze, que parece corresponder a distintos momentos cronológico-culturais.

Através dos dados obtidos estabelecemos as seguintes ocupações provisórias:

Faria 0: Calcólítico.

Faria Ia: Idade do Bronze.

Faria Ib: Finais da Idade do Bronze.

Faria Ic: Transição Bronze/Ferro.

Faria II: Idade do Ferro.

Faria III: Romanização.

Faria IV: Idade Média.

O povoado do **Lago** (Amares) oferece uma sequência de ocupação com menor amplitude cronológica do que os anteriores, tendo-se registado apenas níveis da Idade do Ferro (MARTINS 1988b; 1990: 112), dois deles inseríveis no Ferro Inicial e outros dois no Ferro Recente, genericamente comparáveis com a fase II dos povoados de S. Julião e Barbudo. Por explicar ficam os raríssimos fragmentos técnica e formalmente inseríveis na Idade do Bronze, cujas camadas estratigráficas não se identificaram, pelo que podemos apenas supor, que algures na área do Lago, poderia ter existido um pequeno acampamento deste período, totalmente destruído pelas ocupações posteriores. Estabelecemos, assim, duas ocupações para este povoado e que correspondem, embora em terminologia simplificada, à proposta de M. Martins:

Lago I (?): Idade do Ferro Inicial.

Lago II: Idade do Ferro Recente.

O povoado do **Monte do Facho/Alto da Torre** (Barcelos) regista ocupações desde os finais da Idade do Bronze (?) até à Romanização. Pelo menos é o que parece depreender-se da estratigrafia e do material cerâmico exumado nas escavações de C. A. B. Almeida, T. Soeiro (ALMEIDA *et al* 1980) e A. Costa, M. Faria e J. S. Carvalho (COSTA *et alii* 1980). Considerámos, assim, os seguintes momentos de ocupação para este povoado:

Monte do Facho/Alto da Torre I: Finais da Idade do Bronze (?).

Monte do Facho/Alto da Torre II: Transição da Idade do Bronze para a do Ferro.

Monte do Facho/Alto da Torre III: Idade do Ferro.

Monte do Facho/Alto da Torre IV: Romanização.

O povoado de **Roriz** (Barcelos) revela uma ocupação desde os finais da Idade do Bronze até à Romanização (MARTINS 1990: 76 - 77). A sequência estratigráfica e o estudo dos materiais das escavações de C. A. B. Almeida e T. Soeiro (ALMEIDA *et al* 1980) permitiu-nos identificar as seguintes fases de ocupação:

Roriz I: Finais da Idade do Bronze.

Roriz II: Transição Bronze/Ferro.

Roriz III: Idade do Ferro.

Roriz IV: Romanização.

O povoado de **S. Lourenço** (Esposende) regista ocupações desde os finais da Idade do Bronze até à Romanização, evidenciadas pela presença de espólio, datas radiométricas e

algumas estruturas publicadas por C. A. B. Almeida (1996) e pela observação que efectuámos de alguns materiais. Uma eventual ocupação mais antiga, e integrável no Neolítico ou no Calcolítico, materializa-se apenas por espólio descontextualizado.

Identificámos assim:

S. Lourenço 0: Neolítico (?) /Calcolítico (?).

S. Lourenço I: Finais da Idade do Bronze.

S. Lourenço II: Transição da Idade do Bronze para a do Ferro.

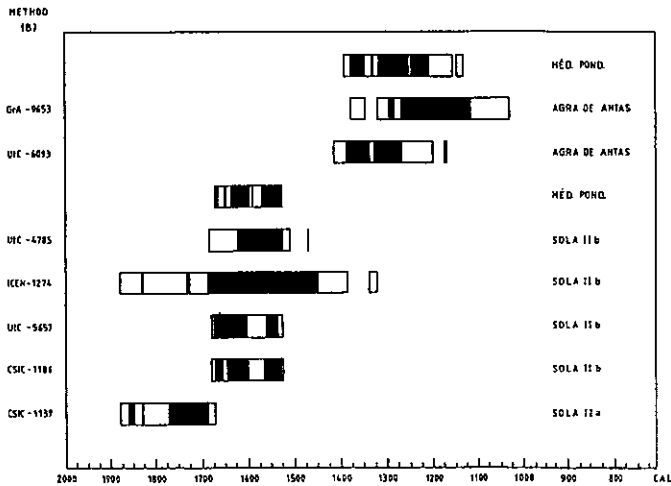
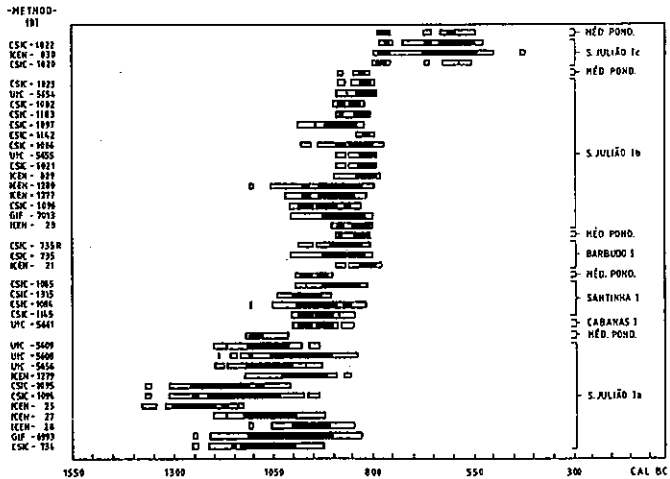
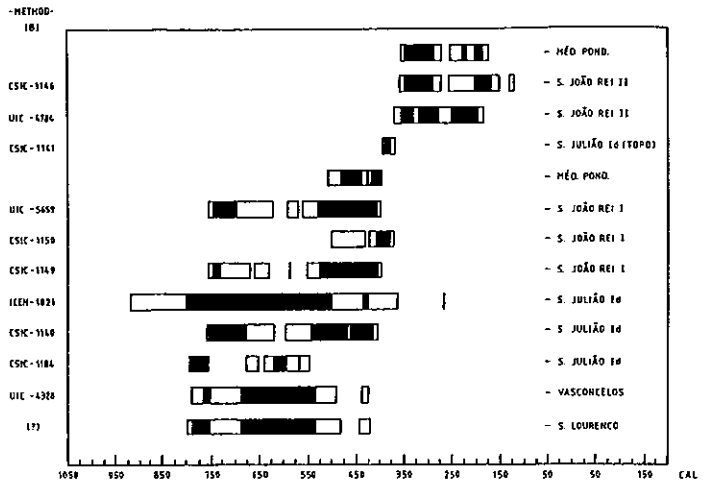
S. Lourenço III: Idade do Ferro.

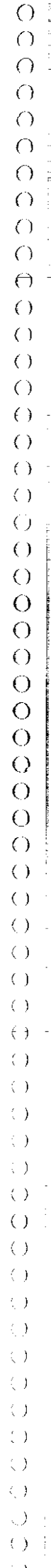
S. Lourenço IV: Romanização.

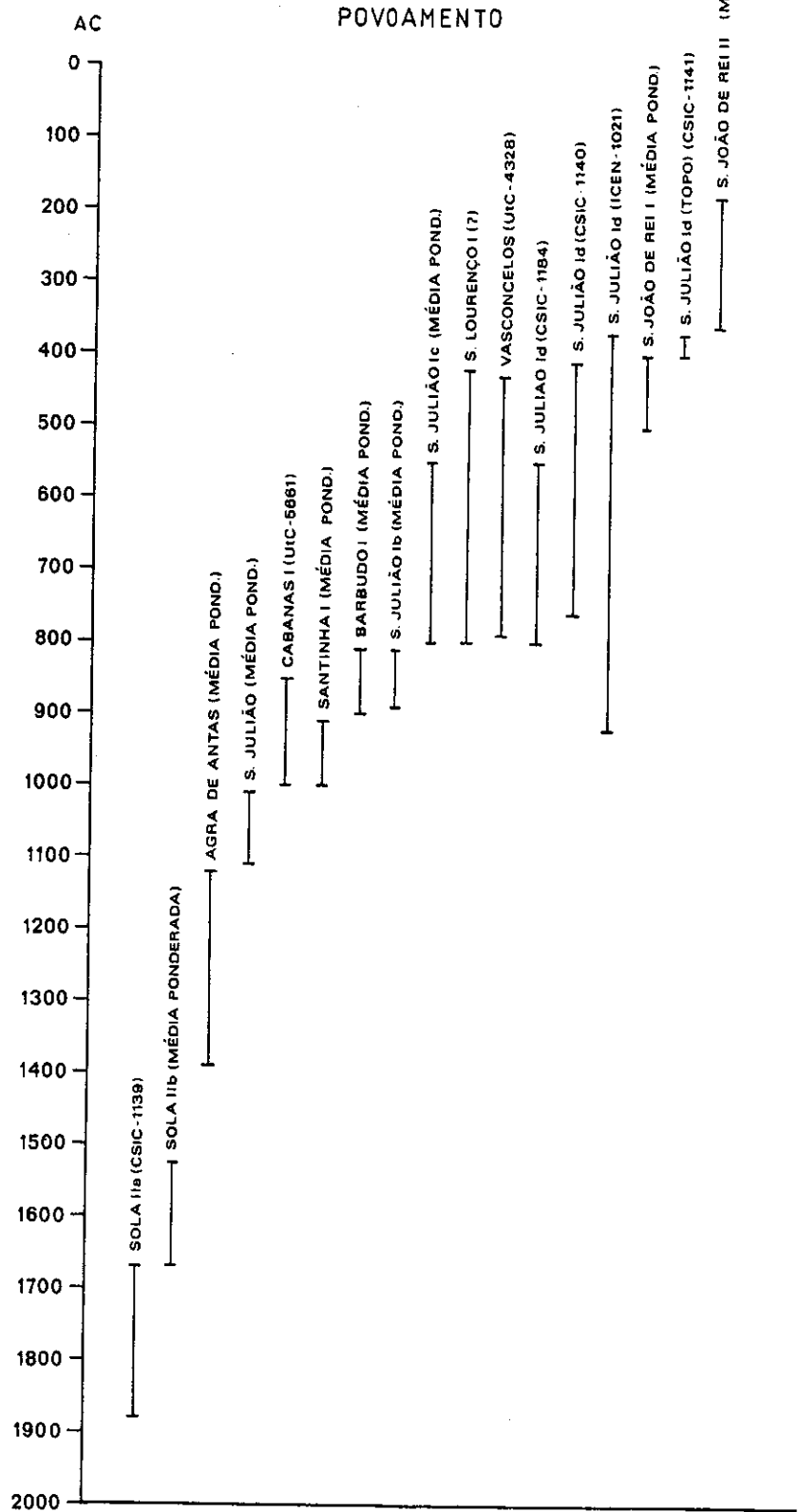
Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
S. Lourenço (Esposende)	(?)	2520 ± 50	788 - 754 (17) 690 - 536 (83)	798 - 484 (97) 446 - 422 (03)	Madeira carb.		B. Almeida (1996)

Os distintos momentos de ocupação estabelecidos para cada estação arqueológica permitiram estabelecer analogias cronológicas e culturais entre eles e definir ainda comparações com antigas jazidas ou achados de superfície, se bem que, neste último caso, os dados tenham um valor bastante relativo e devam ser manuseados com precaução.









Quadro sintetizado das datações radiométricas existentes para o vale do Cávado.

2.4. Quadro cronológico-cultural da bacia do Cávado

As sequências estratigráficas apoiadas nas datações radiométricas, nos conjuntos cerâmicos aí detectados e nos artefactos metalúrgicos (formas e composição química) constituíram os critérios fundamentais para elaborarmos uma proposta de sequência cronológico-cultural para a bacia do Cávado e tentarmos, ainda com algumas reservas, integrar outros dados arqueológicos provenientes do inventário.

Vimos, assim, que a correlação das sequências estratigráficas suportadas em datas de radiocarbono, num acervo detalhado do espólio cerâmico, na maior parte dos casos considerável, em alguns artefactos metálicos ou tendências de composição química destes artefactos, permitiu construir uma sequência crono-cultural em três momentos distintos, baseados nas continuidades e descontinuidades observadas em relação aos critérios adoptados. Individualizámos, deste modo, uma etapa que designámos por Idade do Bronze, outra que denominamos de Finais da Idade do Bronze e uma terceira que nomeámos de Transição Bronze/Ferro. Esta última análise, só é válida para a bacia do Cávado, na ausência de estudos regionais próximos desta área e passíveis de articulação e que corresponde, *grosso modo*, a cerca de 1500 anos. A amplitude destas etapas prende-se com a grande pervivência do registo arqueológico e paleo-ecológico que não permitiu criar subdivisões mais finas.

No vale do Cávado há, contudo, alguns dados que indiciam ocupação anterior, nomeadamente do **Calcolítico e do Calcolítico Final/Idade do Bronze** (III milénio AC).

Nestes períodos incluímos as jazidas de Chã do Crasto (Amares), Falperra 0 (Braga), Faria 0 (Barcelos), Lanhoso 0 (Póvoa de Lanhoso), S. Julião 0 (Vila Verde), Santinha 0 (Amares), Sola I (Braga), Quinta de S. Martinho/Granja (Esposende) e as tumulações de Chã de Arefe (Barcelos) e de um local indeterminado de Braga onde teria aparecido um diadema de ouro. Nestes períodos incluímos, também, as reutilizações das mamoadas de Lamas (Braga), Portelagem e Rapido 3 (Esposende), com presença de cerâmica campaniforme, segundo E. J. Silva (1994 e inf. pessoal).

Para a **Idade do Bronze**, só temos dados fiáveis a partir do 1º quartel do II milénio AC. Com isto não queremos afirmar que ela se tenha iniciado por este período mas, muito provavelmente, durante a segunda metade do III milénio AC, momento em que se teria dado a transição do Calcolítico para a Idade do Bronze. O término desta fase situar-se-ia já no último quartel do II milénio AC.

Em termos culturais, esta grande etapa corresponde, no Noroeste peninsular, a parte do Bronze Inicial e ao Bronze Médio.

A construção desta etapa baseia-se essencialmente nos resultados fornecidos pela escavação do povoado da Sola IIa e IIb (Braga), nomeadamente no que diz respeito ao tipo de estruturas e à evolução da cultura material, assim como às datações radiométricas obtidas. O momento mais antigo de ocupação relacionável com esta fase (Sola IIa) e detectado neste povoado pode situar-se entre os finais do séc. XIX e os inícios do XVII AC (data CSIC – 1139). A ocupação seguinte (Sola IIb) pode fixar-se entre os meados do séc. XVII e o 1º quartel do séc. XVI AC (méd. pond. das datas CSIC – 1186, UtC – 4785, 5657 e ICEN – 1274). Aparentemente não há continuidade de ocupação neste povoado, o que a cerâmica parece confirmar, na falta de uma estratigrafia vertical. Mesmo assim, o

acervo da olaria aparenta o “mesmo ar de família” e a manutenção de um grande número de formas, embora com percentagens distintas, entre as duas ocupações, apesar da introdução das formas 13a, b e c, ou seja, dos vasos de bordo horizontal, na segunda fase. Também se repetem as mesmas técnicas decorativas, embora com percentagens distintas entre as ocupações, bem como a introdução da decoração incisa de tipo Cogotas I, na fase mais recente.

Os dados destas duas ocupações foram posteriormente comparados com parte do espólio cerâmico das antigas escavações de vários povoados, que reanlizámos, e com o espólio proveniente de diversos tipos de tumulações, de depósitos ou achados avulsos que, embora provenientes de antigas escavações ou de achados ocasionais, não se encontram nas mais diversas escavações realizadas na fase subsequente, ou seja, nos finais da Idade do Bronze. É por este motivo que incluímos a necrópole de Agra de Antas (Esposende), com vasos de largo e médio bordo horizontal e um subcilíndrico, ainda dentro desta etapa cronológico-cultural, datada pelo radiocarbono dos inícios do séc. XIV aos meados/finais do XII AC, segundo a média ponderada das datas que se apresentam de seguida.

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Agra de Antas (Esposende)	UtC - 6093	3063±42	1388-1336 (48) 1326-1266 (52)	1415-1201 (99) 1174-1168 (01)	Ossos hum.	Sepultura	
	GrA- 9653	2980 ± 50	1295 - 1284 (04) 1267 - 1116 (96)	1378 - 1345 (04) 1319 - 1029 (96)	Ossos hum.	Sepultura	Cruz <i>et al</i> (1998)
Média ponderada		3028 ± 40	1377 - 1346 (19) 1318- 1252 (53) 1247- 1207 (28)	1392 - 1331 (21) 1329 - 1155 (76) 1147 - 1132 (03)			

Do mesmo modo, por analogia arquitectónica, de ritual e de espólio, parece possível admitir que as necrópoles de Belinho, Cavaleira, Curvos, Quinta de Cimo de Vila e Vilar (Esposende) poderão corresponder ao mesmo momento cronológico-cultural de Agra de Antas. Algum do espólio detectado nas tumulações da Bouça do Porco Morreu (Amares), das mamoadas da Cerca, Portelagem, Rapido 3 e Serra (Esposende), indicia, igualmente, a mesma inserção cronológica e cultural, atendendo a que vêm sendo atribuídos a contextos crono-culturais desta fase. Referimo-nos, concretamente, a vasos troncocónicos, a potinhos de carena na pança, entre outras formas, e a espirais de ouro. Pelos mesmos motivos incluímos neste período os depósitos da Bouça da Tomadia da Mata (Barcelos), Cabanelas/Retortas (Vila Verde), Cova da Bouça (Esposende), Góios/Vessada/Ameal (Barcelos), Lugar da Mata (Póvoa de Lanhoso), Lugar da Mata/Sequeade (Barcelos), Lugar de Mereces (Barcelos) e Monte da Feira(?)/Viatodos (Barcelos), onde ocorreram espirais, cadeias de espirais, meadas de ouro, machados planos de tipo Bujões/Barcelos, ou de talão sem argolas e espadas.

Na estação da Cova da Bouça (Esposende) os artefactos metálicos (espada "argárica" e machados planos e de tipo Bujões/Barcelos) parecem associar-se a cerâmicas encontradas nas vertentes norte e este, incaracterísticas, mas genericamente integráveis na Idade do Bronze, pelo que consideramos a hipótese de estarmos perante um eventual povoado deste período. Em Belinho I e Talhoz (Esposende) também foram detectados fragmentos de louça cujas características são demasiado genéricas para uma inserção cronológica minuciosa, embora inscritos na Idade do Bronze. A sua grande proximidade com as necrópoles de Belinho e de Agra de Antas, fez-nos admitir a hipótese de uma sincronia com as referidas tumulações, embora só escavações futuras o possam confirmar.

A jazida do Monte da Caldas I (Braga) forneceu um fragmento de espada de cobre arsenicado, artefacto tradicionalmente englobado nesta fase, pelo que nos pareceu verosímil, embora, apenas como hipótese de trabalho, enquadrar as cerâmicas descobertas na área da acrópole, incaracterísticas em termos de cronologia fina, mas da Idade do Bronze, como contemporâneas do artefacto metálico.

Para os **Finais da Idade do Bronze**, os dados mais antigos que possuímos reportam-se a S. Julião Ia e inserem-se, muito provavelmente, no séc. XI AC. Os mais recentes indiciam que esta fase se poderá ter prolongado até ao 2º quartel do I milénio AC, com base na média ponderada de três datas radiométricas de S. Julião Ic, que estabelece um *terminus ante quem* para esta ocupação, por volta da 1ª metade do séc. VIII AC, se considerarmos a maior probabilidade a 1 e 2 sigma. Se tivermos em atenção a cronologia de S. João de Rei I (dos finais do séc. VI à primeira metade do séc. V AC), ocupação já de transição da Idade do Bronze para a do Ferro, embora com uma cultura material ainda muito marcada pela fase anterior, é de crer que o fim da Idade do Bronze tenha sido um processo lento e, por vezes, pouco perceptível no registo arqueológico antes dos finais do séc. VI, inícios do V AC, pelo menos para zonas interiores. Repare-se que em S. Julião Id, também é por volta deste período (CSIC – 1140) que se começam a verificar mudanças mais evidentes na cultura material, embora elas se prefigurem anteriormente. Assim, os limites entre estas duas fases são difíceis de determinar.

A construção desta etapa baseia-se nos resultados fornecidos pela escavação de parte do povoado do Alto da Cividade I (Braga) e dos povoados do Alto de S. Bento I (Braga), de Cabanas I (Braga), da Santinha I e II (Amares) e de S. Julião Ia, Ib e Ic (Vila Verde), principalmente nas discontinuidades registadas em termos da cultura material

(cerâmicas, formas metálicas e composição binária dos bronzes, geralmente com grande percentagem de estanho), em relação à etapa anterior.

As diferentes ocupações registadas nestes povoados e o conjunto de datas de radiocarbono revelam uma continuidade de ocupação desde o séc. XI AC até, pelo menos, o séc. VIII/VI AC, o que parece demonstrar-se em termos de sequência estratigráfica, pelo menos a partir do séc. IX AC, no povoado de S. Julião. Nos restantes povoados escavados esta sequência não ocorre de forma tão marcada, embora na Santinha exista, a partir do séc. X AC (Santinha I), segundo a média ponderada de 4 datas de radiocarbono, uma ocupação subsequente (Santinha II), infelizmente não datada radiometricamente, mas cujos materiais podem ser inseridos, em termos de cronologia relativa, nos finais da Idade do Bronze.

O momento mais antigo de ocupação relacionável com esta fase (S. Julião Ia) pode situar-se no séc. XI AC (méd. pond. de 11 datas de radiocarbono) atendendo à grande descontinuidade nas estruturas habitacionais e no acervo cerâmico e metálico, quer a nível da metalurgia do ouro, quer do bronze relativa à etapa anterior.

Em relação às estruturas encontramos, pela primeira vez, cabanas com pavimentos de saibro delimitados por pedras.

Quanto ao espólio cerâmico podemos observar um conjunto que se afasta substancialmente da fase anterior, com a ausência dos potes 1b, 4, 6, 7, 8, 9 e das formas 10a, 11, 13a, 13b e 13c. Embora permaneçam as formas 1 e 2, estas são agora as mais representadas, fenómeno que se verificará durante toda esta fase. Denota-se um aumento da forma 12 (taças carenadas), para percentagens acima dos 10% o que se evidenciará, também, por todo o final da Idade do Bronze. As novas formas fazem-se representar pelas 3 e 17.

No conjunto das bases as umbilicais são novidade.

Em relação às decorações denota-se já uma percentagem na ordem do 1%, contrastando com os 8% e 9% da fase anterior. É de novo maioritária a técnica incisa embora tenham mudado as organizações decorativas. Dentro deste grupo, aparecem, pela primeira vez, os triângulos preenchidos, no início das panças, e os bordos serrilhados, motivos que se manterão durante os finais da Idade do Bronze.

Os artefactos de bronze também são distintos nesta ocupação e materializam-se por punhais, entre outros objectos indeterminados que, apesar de raros, parecem demonstrar uma composição química binária, embora com teores elevados de estanho, ou seja, superiores a 13,46%, característica que se manterá durante os finais da Idade do Bronze desta sub-região. A ourivesaria, se bem que raríssima, distingue-se da anterior pela percentagem de prata e pelos níveis de cobre, eventualmente já adicionados de modo intencional.

Ao nível do espólio lítico, ocorre uma maior diversidade de objectos sobre seixos, aparecendo, pela primeira vez, os pesos.

Perante este conjunto de dados, o acervo artefactual desta ocupação, por comparação com os dados precedentes e subsequentes, permite colocar a hipótese de que terá sido neste período ou, pouco antes, que se terão verificado as alterações conducentes ao que relacionámos já, indiscutivelmente, com os finais da Idade do Bronze.

Os dados destas ocupações foram posteriormente confrontados com as sequências estratigráficas, as estruturas, a cultura material e as datas radiométricas do Barbudo I (Vila Verde), tendo sido possível estabelecer uma sincronia genérica entre este povoado e S. Julião Ib (Vila Verde), em torno do séc. IX AC.

Analogias com o espólio do povoado do Castro de Lanhoso I (Póvoa de Lanhoso), Roriz I e, eventualmente, Monte do Facho/Alto da Torre I (Barcelos), revisto por nós, permitiram, também concluir que estes povoados tiveram ocupações dos finais da Idade do Bronze. Entre estes o de Roriz apresentava uma sequência estratigráfica com evidências relativas de uma ocupação para a fase subsequente, ou seja, de transição para a Idade do Ferro.

A revisão dos materiais e de algumas estruturas dos povoados de Falperra I (Braga), Faria Ib (Barcelos) e de S. Lourenço I (Esposende) permitiu, igualmente, identificar ocupações dos finais da Idade do Bronze nestes locais. O povoado da Falperra possuía ainda uma excelente sequência estratigráfica com evolução para ocupações subsequentes, o que datámos, também, por cronologia relativa. Em todos estes povoados foram detectadas estruturas percíveis, como fundos de cabanas.

Os dados das antigas escavações do Alto da Cividade I (Braga) foram associados aos da área do Tanque de Água, reforçando a hipótese de se tratar de um povoado de fossas dos finais da Idade do Bronze. Quanto à jazida dos Granjinhos (Braga), a sua proximidade com o povoado do Alto da Cividade I, a forma dos vasos e os restos de rituais de cremação detectados no seu interior e confirmados por análises edafológicas, autorizaram-nos a inserir esta necrópole nesta fase cronológico-cultural.

Algum do espólio metálico detectado à superfície de algumas jazidas, como a do Crasto (Barcelos), Monte da Saia (Barcelos), S. Simão do Cossourado I (Barcelos) e Castro Máximo I (?) (Braga) indiciam, a sua inserção cronológica e cultural nos finais da Idade do Bronze atendendo a que vêm sido atribuídos a contextos crono-culturais desta fase. Referimo-nos, concretamente, a machados, pontas de lança e um bipene. No caso do Crasto, detectámos também cerâmica manual e ausência de indícios de construções

pétreas, num povoado que parece ter tido alguns taludes, sobretudo visíveis na fotografia aérea, o que terá que confirmar-se por trabalhos de campo. É de referir que em S. Simão do Cossourado ocorrem gravuras rupestres esquemáticas, tal como nas proximidades do Monte da Saia (a Lage dos Sinais) petróglifos, muito provavelmente, inseríveis nesta fase, atendendo a que as ocupações dos finais da Idade do Bronze parecem ser as mais antigas conhecidos em ambas as estações, o que se repete noutros povoados da bacia do Cávado já escavados, como S. Julião, Falperra e Roriz. Por outro lado, neste vale, as únicas evidências de que estas gravuras rupestres deixaram de ter significado reportam-se ao Ferro Recente ou já à romanização, nomeadamente no povoado de S. Lourenço.

As jazidas de Chascos, Pau de Bandeira I e Susão (?), foram consideradas povoados desta fase, pelas suas localizações topográficas na paisagem, distribuição espacial e condições dos achados cerâmicos. A sua inserção nos finais da Idade do Bronze prende-se com as características técnicas e formais da cerâmica encontrada. No caso de Chascos foram observados taludes artificiais em associação com estes materiais. Aparentemente este povoado não evoluiu para a fase subsequente.

A fase de **Transição da Idade do Bronze para os inícios da Idade do Ferro** processar-se-ia já no 2º quartel do I milénio AC, muito provavelmente acentuando-se pelos finais do séc. VI AC e durante todo o séc. V AC, como já explicitámos no *item* anterior, motivo pelo qual a Idade do Ferro parece apenas iniciar-se nos inícios do IV milénio AC, pelo menos para as zonas mais interiores do vale do Cávado. Esta cronologia foi estabelecida com base na correlação estratigráfica dos povoados de S. Julião Id (níveis superiores) (Vila Verde), Vasconcelos (Braga) e S. João de Rei I (Póvoa de Lanhoso), povoados onde foi possível detectar descontinuidades em relação à fase anterior na cultura

material, nomeadamente na cerâmica e na composição química dos artefactos de bronze, embora, em termos metalúrgicos, também apareçam formas inovadoras.

No povoado de S. Julião foi possível detectar uma sequência estratigráfica onde ocupações dos finais da Idade do Bronze foram sobrepostas por outras da fase de transição, quer em áreas contíguas à acrópole quer, muito provavelmente, na vertente este, segundo os dados apresentados por M. Martins (1988a). No povoado da Falperra (escavado por M. Martins, mas só publicado no âmbito deste trabalho) nota-se a mesma sobreposição de fases ocupacionais, desta feita na acrópole do povoado, embora nesta estação a cronologia tenha sido efectuada apenas por analogia de materiais, na falta de datações radiométricas.

A cultura material e os dados de radiocarbono indiciam que foi somente durante esta etapa que se iniciaram as ocupações dos povoados de Vasconcelos e S. João de Rei I, estações que parecem não ter tido continuidade de ocupação para a fase subsequente.

Nesta fase registámos determinadas alterações tecnológicas na cerâmica, assim como o aparecimento de novas formas, acompanhadas da persistência de algumas, da ausência de outras e de novas organizações decorativas. Em relação à metalurgia, regista-se a inexistência do fabrico de objectos de ferro, a pervivência de formas de bronze, o surgimento de novos artefactos e alterações tecnológicas na sua metalurgia. Este conjunto de características anunciam já a Idade do Ferro do Entre-Douro-e-Minho.

Quanto à cerâmica, e em termos tecnológicos, destacamos o aparecimento e aumento de partículas de moscovite ou biotite nas pastas de alguns vasos, aí adicionadas intencionalmente. Em relação às formas, permanecem os potes 1, 1b, 2 e 3, desaparecendo este último de forma definitiva. Do mesmo modo persistem a 10 e, de modo residual, a 12, que desaparece na Idade do Ferro, e a 22. Apesar das permanências é necessário acrescentar que a distribuição percentual das formas é distinta da fase anterior, tendo

diminuído a 1 e aumentado consideravelmente a 1b, que se torna agora uma das mais expressivas em associação com a 2, característica que se manterá durante os inícios da Idade do Ferro. Também aumenta a forma 10 (potinho/púcaro), sendo os bordos esvasados e em aba soerguida em maior número do que no período anterior. Aparecem, igualmente, os primeiros potinhos/púcaros de bordo em aba horizontal. As novas formas fazem-se representar pela 1c, sempre com aba horizontal pequena e, talvez, pela 18 (panela de asa interior). Desaparecem uma série de formas residuais ou raras nos finais da Idade do Bronze, como os potes 4, 5, 7, 9 e as formas 11, 15, 16, 17, 20 e 21.

As bases ainda são de fundo plano, na sua maioria, embora aumentem as de fundo plano alargado e tenham desaparecido as umbilicais, numa tendência que se manterá posteriormente.

Em relação às decorações no povoado de S. Julião Id estas parecem aumentar em relação aos finais da Idade do Bronze, passando de menos de 1% para 1,5%, embora esta tendência não se verifique em S. João de Rei I e Vasconcelos, onde as decorações não atingem os 0,5% ou são inexistentes, respectivamente. Para o povoado com mais dados, S. Julião Id, verifica-se a manutenção das percentagens da técnica incisa, tendo aumentado consideravelmente as organizações decorativas com triângulos preenchidos, no início das panças. Ainda existem alguns bordos serrilhados, que acabam por desaparecer ao longo desta fase. A decoração plástica diminui muito durante este período e desaparecem mesmo os cordões simples, substituídos por cordões com incisões em forma de espinha ou de pequenos sulcos, que aumentam de forma discreta. Quanto às impressões, desaparecem uma série de motivos dos finais da Idade do Bronze, como as dedadas, as unhas, os pontilhados e os sulcos, embora apareçam os pequenos triângulos, círculos, linhas de sss, espirais, ovais e gotas estampilhados, por vezes combinados com linhas incisas.

Entre os artefactos de bronze aparecem as fíbulas de pé alto e persistem as argolas, os rebites, os caldeiros rebitados e, muito provavelmente, os machados de talão e de alvado. Continuam a surgir, de forma escassa, artefactos em ferro. Todos os objectos de bronze, analisados quimicamente, demonstraram uma composição química ternária, embora com teores discretos de chumbo, variáveis entre os 3,08% e os 7,63%. Os teores de estanho, continuam elevados, sendo superiores a 13%, com uma excepção.

Este conjunto de dados, por comparação com os dos finais da Idade do Bronze e os do Ferro Inicial, permite considerar este período como precursor dos inícios da Idade do Ferro. É pois verosímil aceitar que durante os séculos VI e V AC se tenham verificado mudanças na cultura material, visíveis nas técnicas e formas cerâmicas e metalúrgicas, que certamente se fizeram acompanhar por outras alterações, como as técnicas agro-silvo-pastoris, cujos testemunhos se materializam apenas pela intensificação da actividade antrópica registada nas colunas polínicas e na antracologia dos povoados de S. João de Rei I e de S. Julião Id.

Em termos da distribuição dos povoados no espaço e da sua organização interna não obtivemos dados suficientes para tentar estabelecer especificidades durante esta fase. Talvez a construção de um talude na vertente norte de S. Julião (já escavado por M. Martins, no designado corte 5) se possa atribuir a esta fase, originando a delimitação de um vasto recinto, aparentemente sem construções e sinais de habitabilidade, pelo que poderá associar-se ao desenvolvimento e a novas formas de actividades agro-pastoris. Esta hipótese, apenas válida para este povoado, necessita de confrontação com novos dados, por ora inexistentes, quer na bacia do Cávado, quer em bacias contíguas.

Os dados destas ocupações foram posteriormente paralelizados com as sequências estratigráficas, as estruturas e a cultura material da Falperra II (Braga), tendo sido possível estabelecer uma sincronia genérica entre este povoado e S. Julião Id (Vila Verde).

Analogias com o espólio das antigas escavações dos povoados do Alto da Torre/Monte do Facho II, Faria Ic e Roriz II (Barcelos), revisto por nós, permitiram determinar ocupações desta fase em ambas as estações. Se o povoado de Roriz apresentava uma sequência estratigráfica, com ocupações continuadas desde os finais da Idade do Bronze para a transição Bronze/Ferro, tal como parece ocorrer em Faria Ic¹⁷⁹, no do Alto da Torre detectaram-se várias ocupações atribuíveis apenas a esta fase.

Para S. Lourenço I existe uma data de radiocarbono associada a uma estrutura perecível e materiais cerâmicos que supomos integráveis neste período (a amostragem observada foi pequena) e que situa um dos momentos da ocupação deste povoado entre os inícios do séc. VIII e os inícios do V AC, se atendermos à maior probabilidade da data, a 2 sigma. Neste povoado também foram descobertas cerâmicas áticas o que demonstra a perduração ocupacional nesta fase, embora desconheçamos a correlação entre esta cerâmica e a indígena.

Algum espólio detectado em Belinho II (Esposende), sugere a sua inserção cronológico-cultural nos finais da Idade do Bronze, atendendo a que têm sido atribuído a contextos crono-culturais desta fase. Referimo-nos, concretamente, a uma fíbula anular hispânica e a cerâmica ática detectada neste povoado.

¹⁷⁹.As dificuldades de interpretação do espólio desta estação prendem-se com a falta de correlação entre as camadas registadas nos fragmentos cerâmicos e o desenho de perfis estratigráficos, que não foram publicados.

Os achados de superfície do povoado de Pedroso (Braga), onde aparentemente só parece existir um nível de ocupação, com cerâmicas de pastas arenosas e micáceas grosseiras, parece ser um indicador de ocupação nesta fase.

As gravuras rupestres esquemáticas no interior do povoado de S. Simão do Cossourado (Barcelos) e nas proximidades do Monte da Saia (Barcelos) (Lage dos Finais), terão, provavelmente, perdurado por esta fase, pelos motivos já apontados para os finais da Idade do Bronze, pelo que colocamos a hipótese de que estes povoados, com indícios da Idade do Bronze e do Ferro, terão tido continuidade de ocupação entre os dois períodos.

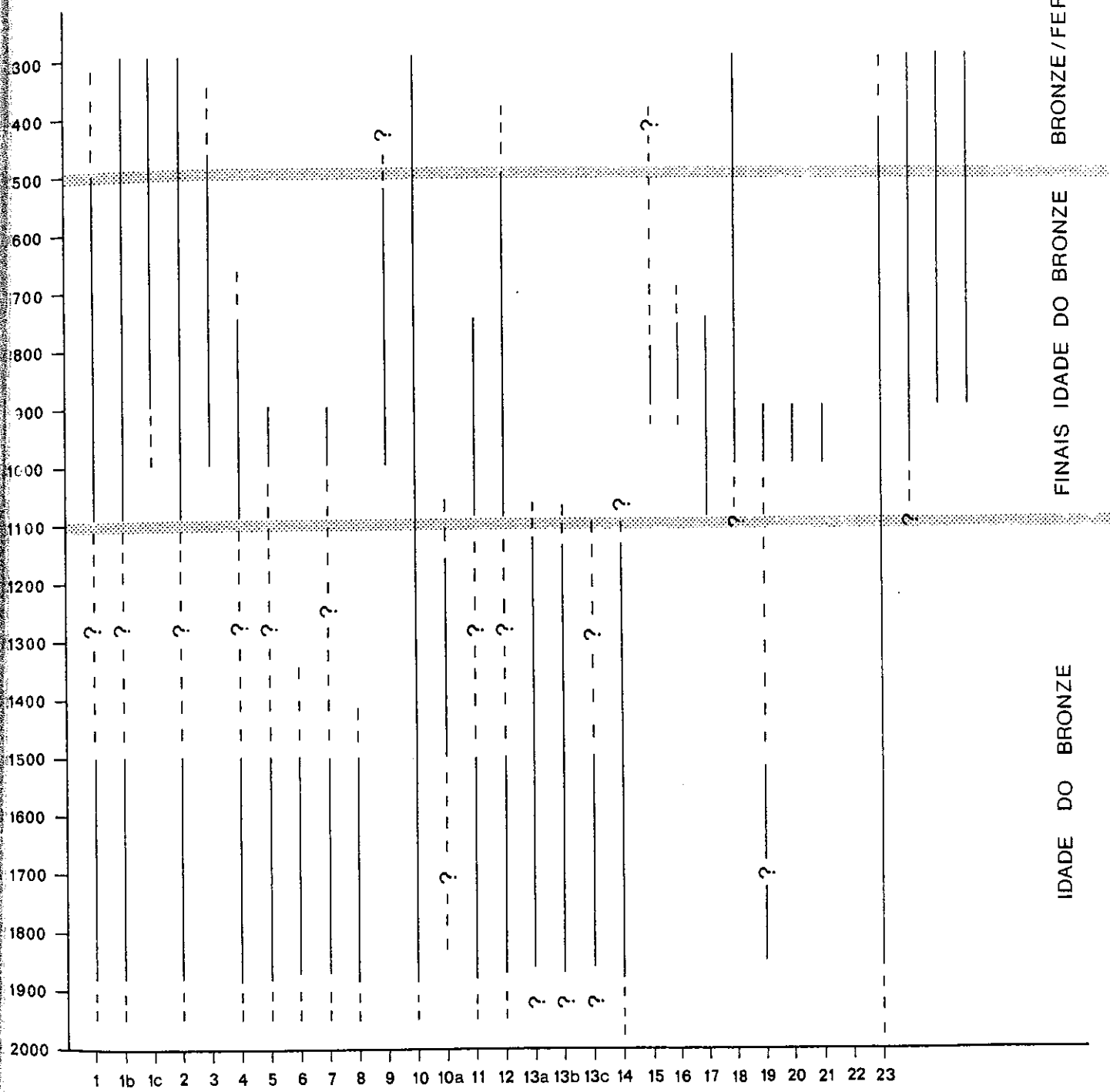
Os depósitos de Caldelas (Amares), Quinta da Fonte Velha (Barcelos) e do rio Cávado (Amares/Braga) poderão também pertencer a esta fase cronológica-cultural ou mesmo à fase posterior, pelos motivos que explicitaremos no ponto 2.4.3.2.

Com base nestes dados sugerimos assim, uma possível taxonomia e periodização para o curso inferior e médio do vale do Cávado.

2500	1800/1700	1000	500/400	300AC
Calcolítico/Bronze	Id. Bronze	Finais Id. Bronze	Bronze/Ferro	Ferro Inicial

Etapas cronológico-culturais para a bacia do médio e baixo Cávado.

DATAS AC)



Quadro comparativo das diferentes formas cerâmicas existentes em cada fase.

2.4.1. Dos finais do III milénio AC ao 3º quartel do II milénio AC

2.4.1.1. Contextos ocupacionais

Embora os dados sobre este amplo período cronológico sejam ainda escassos, foi possível individualizar quatro grupos distintos: povoados, túmulos (necrópoles planas, sepulturas individuais (?), reutilização de monumentos megalíticos), depósitos metálicos e achados avulsos.

Como povoados indiscutíveis considerámos o da Sola IIa e IIb (Braga), que escavámos, e o de Faria Ia (Barcelos), pela quantidade de materiais cerâmicos que, apesar de escavados por Carlos Alberto Brochado de Almeida, tivemos oportunidade de estudar.

Com muitas reservas, considerámos os achados de Belinho I (Esposende), Talhoz (Esposende), Cova da Bouça I (Esposende) e Monte das Caldas I (Braga), como eventuais povoados. Na ausência de outros dados, os critérios para integrar estas jazidas dentro deste grupo foi a existência de acumulações de materiais cerâmicos e, com menos frequência, líticos e metálicos, normalmente conectados com as zonas já com tradições habitacionais e, por vezes, muito próximo de necrópoles passíveis de integração nesta fase.

Como **necrópoles** registámos a de Agra de Antas (Esposende), a de Belinho (Esposende) e a da Quinta de Cimo de Vila (Esposende). Todas elas se caracterizavam pelo mesmo modelo arquitectónico: sepulturas rectangulares ou subtrapezoidais, cortadas no saibro, revestidas com lajes, por vezes tapadas por elas, sem qualquer montículo artificial visível exteriormente, associadas à inumação, com o cadáver, aparentemente, em decúbito dorsal e com a mesma tradição ao nível do espólio (apenas cerâmico e com uma variedade formal limitada: formas 10a, 11, 12, 13a, 13b, 13c e 14), inseríveis entre o 2º e

os inícios do último quartel do II milénio AC. Pela semelhança construtiva, de formas de enterramento e pelo espólio exclusivamente cerâmico, parece possível incluir, também, neste período, as necrópoles da Cavaleira e Vilar (Esposende), apenas com vasos troncocónicos ou afins. As sepulturas da necrópole de Vilar tinham, também, cerca de 2m de comprimento a indiciar inumação em decúbito dorsal. Pelas mesmas características inserimos a sepultura de Curvos nesta fase cronológico-cultural, precisando, assim, a opinião manifestada em 1996 (BETTENCOURT 1996: 626). Ainda no 2º, 3º e inícios do último quartel do II milénio AC incluímos a reutilização da mamoa da Portelagem (Esposende), materializada por um potinho de pança carenada e mamilos sobre a carena (forma 10a), com paralelos na Casinha Derribada 3 (Viseu), datado pelo radiocarbono de entre os séculos XV aos meados do XII AC (CRUZ 1997; CRUZ *et alii* 1998). Nesta fase, incorporámos, também, o reaproveitamento da mamoa do Monte da Cerca (Esposende) e a sepultura indeterminada da Bouça do Porco Morreu (Amares), onde apareceram, respectivamente, espirais de prata e ouro, ambos monumentos de cronologia mais incerta. A reutilização de uma das mamoas da Serra (Esposende), onde se exumou um vaso troncocónico (forma 14), e da mamoa do Rapido 3 (Esposende), onde foram encontradas formas lisas, de panças ovóides, colos altos e bordos ligeiramente esvasados¹⁸⁰, remetem a utilização secundária destes monumentos para a Idade do Bronze. Os vasos do Rapido 3 encontram paralelo nos de A Pedrosa (Ourense), onde existia, igualmente, um troncocónico, estação classificada como do Bronze Médio por J. Suárez Otero (1988: 87, 89).

¹⁸⁰. Que E. J. Silva designa de vasos lisos em gola. Informações fornecidas em 1991, no âmbito de uma aula proferida em 26 de Fevereiro do Mestrado em Arqueologia da Fac. de Letras da Universidade do Porto.

Consideramos como depósitos os achados que se detectaram associados a meios aquáticos, a penedos graníticos ou, embora descontextualizados, em conjunto.

Em ambientes aquáticos destacamos a cadeia de espirais em ouro da Vessada/Ameal/Góios (Barcelos), encontrada nos aluviões do ribeiro de Ameal, a cerca de 50m da margem direita, e o machado de talão sem argolas de Cabanelas/Retortas (Vila Verde), detectado nos aluviões da margem direita do Cávado. Embora se desconheça o sítio preciso do(s) machado(s) do Monte da Feira (?)/Viatodos (Barcelos), o seu enquadramento, ainda assim, parece ser o da planície aluvionar e bem irrigada do rio Este.

O conjunto de dez machados do tipo Bujões-Barcelos, detectados no lugar da Mata (Póvoa de Lanhoso), em zona de planície agrícola, entre duas linhas de água que alimentam a ribeira de Castro, afluente do Cávado, parecia estar *in situ* quando descoberto. Depreende-se dos testemunhos locais que os machados estariam associados a “pedras cavadas” e a “substâncias oleosas” (?). Nos campos lavrados, contíguos a esta zona, não encontramos indícios seguros de um eventual povoado. O vaso e a meada de ouro do Lugar da Mata/Sequeade (Barcelos) foram encontrados numa vertente suave, do vale da ribeira de Sequeade, em zona de inúmeras linhas de água.

Associado a penedos temos o depósito áureo da Tomadia da Mata, na vertente sul do Monte da Saia, zona de fácil acesso ao vale e perto de um regato que alimenta o ribeiro de Couces, afluente do Este. As duas meadas de ouro encontradas no Lugar de Mereces (Barcelos) também estavam, aparentemente, associadas a um afloramento. Mereces fica numa vertente suave, nas imediações de uma bacia de recepção, que irá dar origem à ribeira dos Rodilhões. O local do achado pode considerar-se uma área de portela entre o vale da ribeira dos Rodilhões e a área montanhosa, conhecida popularmente por planalto

de Vila Chã. A existência do topónimo Portuzelo, nas imediações de Mereces, torna esta hipótese mais verosímil.

De contexto impreciso existem três machados de tipo Bujões-Barcelos encontrados, algures, no concelho de Barcelos, e um outro proveniente da freguesia da Pedra-Furada.

2.4.1.2. Cultura material

O material que serviu de base para esta análise foi, sobretudo, o detectado nos povoados da Sola IIa, IIb, completado com o de Faria Ia e com os das necrópoles ou sepulturas de Agra de Antas, Belinho, Cavaleira, Curvos, Quinta de Cimo de Vila, Vilar, Mamoia da Cerca, da Portelagem, da Serra e sepultura da Bouça do Porco Morreu. Contámos ainda com os achados dos depósitos de Ameal/Vessada/Góios, Bouça da Tomadia, Cova da Bouça, Lugar da Mata, Lugar de Mereces e Lugar da Mata/Sequeade. As estações datadas pelo radiocarbono foram as da Sola IIa e IIb e a necrópole de Agra de Antas. As restantes, como já afirmámos, foram consideradas sincrónicas por analogia com as jazidas da bacia do Cávado, quer com as restantes do Entre-Douro-e-Minho, da Galiza, do Nordeste ou da Beira Alta.

2.4.1.2.1. Cerâmica

A cerâmica, como o conjunto mais representativo, quer em termos quantitativos, como qualitativos, torna-se um dos maiores indicadores das permanências e diferenças ao longo do período em estudo.

Durante esta fase está já presente um número considerável de formas, que persistirão pelos finais do II, inícios do I milénio AC, apesar das particularidades que parecem permitir esta subdivisão artefactual.

Morfologia

As formas existentes neste período são as seguintes:

Forma 1 (pote), corresponde à segunda forma mais representada deste período, com mais de uma dezena de exemplares. Foi detectada em contexto de povoado (Sola IIa, IIb e Faria Ia) e datada radiometricamente, na Sola, da 1ª metade do II milénio AC.

Forma com antecedentes no Calcolítico Final, embora nesse momento seja profusamente decorada. Foi detectada na camada 3 e 2 de Castelo Velho e designada de forma 5B por J. Muralha (1996: 25-26, 36).

Forma 1b (pote), bem representada neste período, sempre com bordos de abas soerguidas pequenas ou médias. Foi detectada em contexto de povoado (Sola IIa, IIb e Faria Ia) e datada radiometricamente, na Sola, da 1ª metade do II milénio AC. Também ocorre em Faria Ia.

Forma 2 (pote), é a terceira forma mais usual nesta fase. Contabilizámos em contexto de povoado, datado pelo radiocarbono, cerca de uma dezena de exemplares (Sola IIa e IIb, da 1ª metade do II milénio AC) e também em Faria Ia.

Forma 4 (pote), representada com pouco mais de meia dezena de fragmentos em contexto de povoado e datada radiometricamente (Sola IIa e IIb, da 1ª metade do II milénio AC).

Forma 6 (pote), bem representada neste período, com mais de meia dezena de exemplares, em contexto de povoado e datados radiometricamente (Sola IIa e IIb, da 1ª metade do II milénio AC).

Forma 7 (pote), é a forma de pote mais frequente deste período, com mais de duas dezenas de exemplares, datados e contextualizados em povoados (Sola IIa e IIb, da 1ª metade do II milénio AC), e também em Faria Ia. Assemelha-se bastante a uma das variantes da forma 10 de J. Muralha (1996: 29, 38), detectada na camada 2 de Castelo Velho.

Forma 8 (pote), apenas representada por dois exemplares. Foi detectada em contexto de povoado e datada pelo C14 (Sola IIa, do 1ª quartel do II milénio AC).

Forma 10 (potinho/púcaro), está muito bem representada com mais de duas dezenas de exemplares. Estes recipientes apresentam bordos verticais ou esvasados e pastas de textura grosseira ou mediana. Só excepcionalmente tinham acabamento polido ou decorações. É a forma com maior incidência de fuligem exterior. Foi detectada em contexto de povoado e datada radiometricamente (Sola IIa e IIb, da 1ª metade do II milénio AC). Ocorre, igualmente, em Faria Ia.

Forma 10a (potinho com carena na parte média da pança), está apenas representada por dois exemplares, ambos de contexto tumular (Antela da Portelagem e necrópole de Belinho). Esta forma foi inserida nesta fase cronológico-cultural por analogia com um vaso similar encontrado no túmulo 3 da Casinha Derribada (Viseu), datado pelo C14 dos séculos XV aos meados do XII AC (2 sigma) (CRUZ 1997; CRUZ *et alii* 1998) e pelo facto de na necrópole de Belinho se associar a vasos de largos bordos horizontais,

associação que, aliás, se repete na possível necrópole da Quinta da Bouça/Bairro (Famalicão) (SILVA *et alii* 1992: 256, fig. 2 - 5,11)¹⁸¹.

Forma 11 (copo/subcilíndrico). Nesta sub-região, esta forma é rara, embora apareça em contextos de povoados (Sola IIa, IIb), depósitos (Lugar da Mata/Sequeade) e túmulos (Agra de Antas). Pelas datas de radiocarbono do povoado da Sola IIb e da necrópole de Agra de Antas, onde considerámos como desta forma o pequeno vaso de corpo subcilíndrico e bordo em aba oblíqua para baixo. Estes vasos podem inserir-se entre o 2º e inícios do último quartel do II milénio AC, sem que se exclua a sua pervivência no 1º quartel do I milénio AC, já em contextos dos finais da Idade do Bronze.

Forma conhecida desde o Calcolítico do Norte de Portugal, pois foi detectada nas camadas 4 e 3 de Castelo Velho, embora, frequentemente, com decoração penteada (BOTELHO 1996: 45-53, Est. LXIII; MURALHA 1996: 27, 36). Corresponde ao tipo 6 deste autor.

Forma 12 (taça carenada) é rara, revela textura grosseira ou mediana/fina e acabamento desde o polido ao rugoso. Foi detectada, indiscutivelmente, em contexto de povoado datado pelo radiocarbono (Sola IIb, do 2º quartel do II milénio AC) e em contexto tumular (Curvos).

¹⁸¹-Sem pretendermos ser exaustivos, podemos dizer que esta família de vasos também ocorre no nível 2 do Corte 4 do povoado monumentalizado de El Recuenco (La Mancha), em associação com troncocónicos, numa ocupação que M. Díaz-Andreu Garcia (1994: 237, 242, 245) data dos meados do II milénio e do Bronze Médio. Recipiente similar, embora maior que os da fachada ocidental da Península, foi exumado numa fossa considerada de armazenagem, sob um eventual fundo de cabana, no povoado aberto com necrópole associada de Príncipe II - Aranjuez (Madrid), nas margens do Tejo. O seu contexto de achado foi datado do Bronze Médio ou Pleno mesetenho (ORTIZ DEL CUETO *et al* 1997: 633-635, 644), pelo que na Península mais oriental, embora, aparentemente, noutro contexto, estes recipientes se apresentam também em momentos anteriores aos finais da Idade do Bronze,

Esta forma ocorre, desde o Calcolítico Final, em Castelo Velho (MURALHA 1996: 30), perpetuando-se pela Idade do Bronze, onde é maioritariamente lisa (CRUZ 1993: 87, 138; BOTELHO 1996: 57, Est. LXXVI: 1-2).

Forma 13a (vaso de largo bordo horizontal). Esta forma está muito bem representada na sub-região do Cávado, com mais de três dezenas de exemplares. Aqui, foi detectada em contextos de povoado (Sola IIb) e sepulcrais (Agra de Antas, Belinho, Quinta do Cimo de Vila), entre o 2º e o 3º quartel do II milénio AC. A sua ausência em parte do último quartel do II milénio e na primeira metade do I milénio AC nas jazidas arqueológicas do Cávado (Alto da Cidade I, Alto de S. Bento I, Barbudo I, Cabanas I, Falperra I, Faria Ib, Lanhosos I, Roriz I, Santinha I e II, S. João de Rei I, S. Julião Ia, Ib, Ic, Vasconcelos), assim como noutras áreas do Entre-Douro-e-Minho, onde se escavaram povoados dos finais da Idade do Bronze (Castelo de Aguiar¹⁸², Castelo de Matos, Coto da Pena I, Lavra II), talvez permita generalizar a cronologia proposta, para a região mais litoral do Entre-Douro-e-Minho.

O aparecimento destas formas na Bouça do Frade III (plataforma superior) datada, muito provavelmente, do séc. IX AC pode indiciar assimetrias de desenvolvimento entre o litoral e o interior montanhoso, talvez revelando grandes arcaísmos ou populações mais conservadoras. Também podemos pôr a hipótese de que os cinco fragmentos desta forma encontrados na camada 3 do sector IIA poderão ter sido provenientes da camada subjacente, a 4 que S. Jorge (1986: 44) considerou "praticamente estéril", o que significa que aí existiam alguns fragmentos ou resquícios de uma ocupação anterior. Também não podemos excluir que esta forma tenha sido reaproveitada pelas populações dos finais da

¹⁸²- Informação de Margarida Santos Silva, a quem agradecemos.

Idade do Bronze, tendo sido trazida de outras zonas da Bouça do Frade, onde a cronologia é mais antiga e estas formas ocorrem.

O quadro de datas que se segue sintetiza todas as existentes para contextos onde ocorreram vasos da forma 13a.

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Sola IIb (Braga)	CSIC - 1186	3338± 33	1672-1654 (17) 1646-1598 (48) 1565-1530 (35)	1680-1524 (100)	Madeira carb.	Corte 1 (cam. 3, f. 7)	
	UtC - 5657	3343± 30	1674-1602 (76) 1560-1535 (24)	1680-1526 (100)	Restos alimentar.	Corte 1 (cam. 3)	
	ICEN - 1274	3310±110	1732-1726 (02) 1687-1491 (84) 1489-1448 (14)	1879-1831 (04) 1828-1384 (096) 1339-1323 (001)	Madeira carb.	Corte 2 (cam. 2, est. cistoide ?)	Bettencourt (1996)
	UtC - 4785	3315± 40	1621-1524(100)	1684-1509 (100)	Madeira carb.	Corte 2 (cam. 2, est. cistoide ?)	Bettencourt (1996)
Média ponderada		3334± 20	1671-1665 (05) 1635-1596 (47) 1570-1529 (47)	1673-1651 (11) 1648-1591 (44) 1589-1527 (45)			
Agra de Antas (Esposende)	UtC - 6093	3063±42	1388-1336 (48) 1326-1266 (52)	1415-1201 (99) 1174-1168 (01)	Ossos hum.	Sepultura	
	GrA - 9653	2980 ± 50	1295 - 1284 (04) 1267 - 1116 (96)	1378 - 1345 (04) 1319 - 1029 (96)	Ossos hum.	Sepultura	Cruz <i>et al</i> (1998)
Média ponderada		3028 ± 40	1377 - 1346 (19) 1318- 1252 (53) 1247- 1207 (28)	1392 - 1331 (21) 1329 - 1155 (76) 1147 - 1132 (03)			
Portecelo (Pontevedra)	CSIC-744	3050±50	1390-1333(40) 1328-1257(52) 1236-1222(08)	1410-1157 (98) 1146-1133 (02)	(?)	(?)	Fábregas Valcarce <i>et al</i> (1997: 192)
Bouça do Frade (Baião)	CSIC-630	2720±50	899-821 (100)	980-961 (03) 939-800 (97)	Mad. carb.	Sctor II A (cam. 3)	S. Jorge (1988)
	CSIC-631	2720±50	899-821 (100)	980-961 (03) 939-800 (97)	Mad. carb.	Sctor II A (cam. 3)	S. Jorge (1988)
	CSIC-632	2710±50	897-872 (32) 865-814 (68)	975-966 (01) 935-797 (99)	Mad. carb.	Sctor II A (cam. 3)	S. Jorge (1988)
Média ponderada		2717±30	896-875 (34) 859-821 (66)	906-811 (100)			

Datas de radiocarbono para contextos com vasos de largo bordo horizontal do Norte de Portugal

Forma 13b (vaso de médio bordo horizontal). Muito raro na região embora ocorra em contextos tumulares (Agra de Antas, Belinho) e de povoado (Sola IIb). Foi datado pelo radiocarbono do 2º quartel e dos inícios do último quartel do II milénio AC (Sola IIb e Agra de Antas).

Forma 13c (vaso de pequeno bordo horizontal). Esta forma é muito rara e foi apenas detectada em contexto de povoado (Sola IIb). Foi datada pelo radiocarbono do 2º quartel do II milénio AC.

Forma 14 (truncocónico). Forma relativamente comum em contextos sepulcrais, quer em monumentos megalíticos (Serra), quer em sepulturas rectangulares abertas no saibro e revestidas por lajes (Cavaleira e Vilar). Na bacia do Cávado há também um eventual vaso desta forma no povoado de Faria (Barcelos), de que só temos conhecimento indirecto. Quanto ao fragmento de S. Julião (Vila Verde), classificado como possível truncocónico por M. Martins (1988a), já vimos no ponto 4.2.1. do vol. I que é de atribuição muito duvidosa. Assim, apenas é segura a sua atribuição a fenómenos sepulcrais na bacia do Cávado.

Esta forma pode ser inserida entre o 2º quartel do III milénio AC e os meados/3º quartel do II milénio AC por analogia com truncocónicos encontrados em contextos do povoado e de tumulação datados, radiometricamente, como se poderá verificar pelo quadro seguinte:

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
C. Velho (V. N. F. Cõa)	ICEN- 785	4110±60	2864-2810 (28) 2749-2724 (10) 2699-2574 (62) 2511-2509 (01)	2875-2795 (25) 2784-2553 (67) 2541-2493 (08)	Mad. carb.	Cam. 3	S. Jorge (1993)
	ICEN- 536	3980±120	2849-2826 (04) 2654-2645 (02) 2621-2285 (94)	2873-2798 (08) 2780-2711(05) 2709-2178 (86) 2166-2143 (01)	Mad. carb.	Cam. 3	S. Jorge (1993)
Média ponderada		4084±54	2858-2817 (22) 2692-2681 (04) 2667-2560 (59) 2528-2498 (15)	2868-2805 (20) 2770-2719 (08) 2703-2471 (72)			
C. Velho (V. N. F. Cõa)	ICEN- 885	3570±100	2027-1996 (10) 1986-1753 (90)	2192-2157 (02) 2147-1672 (98) 1657-1643 (01)	Mad. carb.	Cam. 2	S. Jorge (1993)
Meninas 4 (Baião)	CSIC- 661	3830±50	2394-2383 (04) 2342-2192 (91) 2157-2147 (04)	2455-2413 (07) 2409-2137 (93)	Mad. carb.	Solo antigo	Cruz (1992; 1985)
	CSIC- 660	3800±50	2297-2139 (100)	2451-2438 (1) 2402-2370 (04) 2369-2117 (88) 2066-2041 (07)	Mad. carb.	Solo antigo	Cruz (1992; 1985)
Média ponderada		3815±36	2299-2192 (93) 2157-2147 (07)	2400-2374 (03) 2359-2135 (97) 2070-2069 (0)			
Outeiro de Gregos 1 (Baião)	CSIC -772	3620±50	2031-1992 (28) 1989-1894 (72)	2134-2073 (12) 2054-1873 (88) 1839-1813 (3) 1805-1782 (2)	Mad. carb.	Sob a est. periférica	V. Jorge (1993)
	CSIC -771	3360±50	1731-1728 (1) 1686-1598 (74) 1568-1529 (25)	1741-1521 (100)	Mad. carb.	Sob a est. periférica	V. Jorge (1993)
Madorras 1 (Sabrossa)	GrA - 884	3500±40	1877-1834 (41) 1822-1794 (24) 1788-1750 (35)	1910-1909 (0) 1909-1734 (95) 1720-1690 (05)	Mad. carb.	Reutiliz. tardia do monum.(?)	Gonçalves <i>et al</i> (1994); Cruz, <i>et alii</i> (1995)
Tapado da Caldeira (Baião)	KN - 2769	3290±55	1670-1669 (0) 1631-1507 (95) 1474-1465 (04)	1680-1436 (100)	Mad. carb.	Sepultura 1	S. Jorge (1983; 1985)
	KN - 2770	3210±55	1517-1422 (100)	1613-1386 (99) 1358-1324 (01)	Mad. carb.	Sepultura 1	S. Jorge (1983; 1985)
Média ponderada		3250±40	1592-1582 (07) 1528-1441 (93)	1611-1425 (100)			

Datas de radiocarbono para contextos com vasos troncocónicos do Norte de Portugal

Em relação aos troncocónicos do 2º quartel do III milénio AC (Calcolítico Final), estes correspondem a vasos lisos ou com aplicações mamilares (MURALHA 1996; BOTELHO 1996: 57), na zona do Alto Douro. No Entre-Douro-e-Minho, os poucos vasos

desta forma, inseríveis no Calcolítico, são profusamente decorados com incisões de temática de tipo "Penha". É por este motivo que partimos do princípio que os troncocónicos detectados na maioria das cistas abertas no saibro e nas mamoadas da bacia do Cávado serão já da Idade do Bronze. Estas datas encontram-se ainda corroboradas pela associação desta forma com a 13a na necrópole do Alto da Vela/Gulpilhares (Gaia) (SILVA *et al* 1993: fig. 2: 2 a 4 e 9), que pelas suas características (arquitectura, invisibilidade, ritual e tipo de espólio) se aproxima da de Agra de Antas, entre outras da sub-região do Cávado. Nesta estação da bacia do Douro é curioso verificarmos a associação entre as formas 11 (subcilíndrico), 13a (de largo bordo horizontal) e 14 (troncocónico), a comprovar uma certa contemporaneidade, entre elas, pelo menos durante algum tempo.

É também curioso verificar que, a partir dos finais do último quartel do II milénio AC, esta forma parece desaparecer nos inúmeros povoados escavados no Norte de Portugal (Alto da Cividade I, Alto de S. Bento I, Barbudo I, Bouça do Frade III (última ocupação), Cabanas I, Castelo de Matos, Falperra I, Lavra II, Roriz I, Santinha I e II; S. Julião Ia, Ib, Ic, entre outros).

Quanto à Beira Alta, as três datas de radiocarbono obtidas para ossadas das inumações secundárias e madeira carbonizada da Anta da Arquinha da Moura (Tondela), às quais se parecem poder associar dois vasos troncocónicos, colocam este espólio e ritual entre o último quartel do III milénio AC e os inícios do 1º quartel do II milénio AC (CUNHA, 1995: 135 -136 e informações orais¹⁸³). Também J. C. Senna-Martinez (1984:

¹⁸³- Agradecemos a Ana Leite da Cunha as informações sobre as datas de radiocarbono deste monumento e o seu eventual relacionamento com esta forma cerâmica. A cronologia aqui apresentada corresponde à calibração das datas a 2 sigma.

186; 1989: 650 - 651) coloca esta forma no "Bronze Pleno" da Beira Alta, que data de entre c. de 3700 a 3000BP (o que corresponde, sensivelmente, a um período de entre os meados/finais do III milénio AC ao 3º quartel do II milénio AC). Em 1995, este autor já admite que esta forma possa inserir-se no Bronze Antigo e Médio da bacia do alto e médio Mondego (SENNA-MARTÍNEZ 1995: 76-81).

Apenas na Beira Interior, o achado do povoado do Monte Frade (Penamacor) indicia uma cronologia já dos finais da Idade do Bronze (VILAÇA 1995: 304-305). Se associarmos este facto à fraquíssima distribuição destes achados na Beira Interior, parece possível considerar que estaríamos perante uma pervivência extemporânea que se conserva na área periférica de distribuição deste grupo formal de vasos¹⁸⁴.

Pomos assim reservas à premissa de S. Jorge (1980a), M. J. Sanches (1981), A. Bettencourt (1982; 1988c), mais tarde seguida por E. J. Silva *et al* (1984: 11) de que estes

¹⁸⁴-Na Beira Interior esta forma ocorreu na Anta da Foz do Rio Frio (Mação) e no local da Conheira do Penhascoso (Mação), em contexto pouco claro. Também na Estremadura portuguesa, Meseta ocidental e Alentejo, têm aparecido vasos troncocónicos, embora escassos (VILAÇA 1995: 304-305, 309, nota 41, 42). Estamos, pois, perante uma forma de grande distribuição geográfica, onde o núcleo parece centrar-se no Norte de Portugal, Beira Alta (VILAÇA 1995: 304) mas também na área meridional da Galiza, onde parecem predominar em contextos tumulares. Sem pretendermos ser exaustivos referimos os achados desta forma na cista, sem *tumulus*, de A Pedrosa (Ourense), numa mamoa do Monte de San Cibrao (Ourense), no povoado do Fixón (Pontevedra) e em grutas da área oriental galega (SUÁREZ OTERO 1998: 93, 98-99). São ainda conhecidos os troncocónicos das cistas de Chedeiro e de A Forxa (Ourense) (FÁBREGAS VALCARCE *et al* 1998: 200). Do povoado do Castromao (Ourense), foi exumado um vaso troncocónico, que vimos numa vitrina do Museu Provincial de Ourense, ao lado de recipientes das formas 2, 8, 10, 12 e 15. A etiqueta que acompanhava o espólio designava este material como sendo do Bronze Final e datava-o do séc. V a. C. Perante o conjunto de dados, achamos a data demasiado recente e perguntamo-nos se este espólio não poderia corresponder a vários níveis de ocupação da Idade do Bronze deste povoado. No mesmo museu, existiam ainda outros vasos desta forma: um era proveniente de Covas (Ourense) e associava-se a um pote da forma 1 e a um fragmento de bronze, indeterminado; o outro teria vindo de um "poço por baixo da vila romana" de Stª Marta de Lucenza (Ourense).

recipientes têm uma origem muito antiga, associada ao Neolítico, embora estejamos genericamente de acordo com os parâmetros superiores que todos colocam na Idade do Bronze.

Os contextos são essencialmente tumulares, mas há troncocónicos em contextos distintos. Em ambiente de povoado destacamos os achados de Monte Padrão (Stº Tirso), Faria (Barcelos) (?) e Monte do Frade (Penamacor). Os vasos da estação/monumento de Castelo Velho (Vila Nova de Foz Côa), da sala 20 do Buraco da Moura de S. Romão (Seia) (VALERA *et alii* 1989: 154) e da Lorga de Dine (Vimioso) (SANCHES 1981, LEMOS 1995) talvez se associem a actividades de foro ritual.

No Castelo de Cedrim (Sever do Vouga), jazida monumentalizada, as condições pouco claras de achado (BETTENCOURT 1988c), não invalidam a possibilidade desta forma ter sido encontrada em contexto ritual, atendendo a que se encontrava associada a placas de xisto, informação que na altura não valorizámos.

A grande persistência cronológica, amplitude geográfica e diversidade contextual que se "adivinha" para estes vasos não permite pensar numa funcionalidade única para todos eles. Assim, a sua interpretação deverá ser polissémica e vista em função de cada contexto preciso, se bem que a sua padronização ao longo de séculos, e a sua raridade, quando em contexto de povoado, nos faça pensar numa hipotética função simbólica e ritual. Para o Noroeste, a região que nos ocupa, a sua grande concentração em tumulações indicia, seguramente, uma função ritual associada ao culto dos mortos.

Forma 19 (tampa). Ocorre apenas uma vez sobre um vaso da forma 11 (Lugar da Mata/Sequeade). Ambos foram inseridos nesta fase pela presença, no seu interior, de uma meada de ouro.

Forma 22 (malga) é escassa, não chegando a uma dezena de exemplares. Estas formas apresentam textura grosseira ou mediana, acabamento alisado e diâmetros pequenos ou médios. Uma delas era decorada com técnica "bouquique", formando grinaldas sob o bordo, numa organização decorativa do tipo "Cogotas I" (Faria Ia). Foram todas detectadas em povoados, mas só algumas lisas foram datadas pelo radiocarbono (Sola IIa e IIb).

Esta forma tem antecedentes desde o Calcolítico.

Num estudo comparativo com as fases subseqüentes da bacia do Cávado verificamos que há diversas formas que persistem (1, 1b, 2, 4, 7, 10, 11, 12, 22) nos povoados dos finais da Idade do Bronze, por vezes, com representatividades muito distintas, como é o caso das 1b, 7 que, nesta fase, são muito representativas e, posteriormente, se tornam apenas residuais. Há, também, **formas específicas deste período** e que são a 6, 8, 10a, 13a, 13b, 13c e 14.

As **bases** eram maioritariamente de fundo plano com diâmetros médios e médios/grandes, sendo uma minoria de base côncava. As bases de fundo convexo aparecem essencialmente associadas à forma 13a ou 13b, muito embora alguns tenham bases planas.

As **asas**, que eram exclusivamente de secção sub-rectangular, entre os finais do séc. XIX e os inícios do XVII AC (Sola IIa), passam a ser mais variadas a partir do 2º quartel do II milénio AC (Sola IIb). Ocorrem agora asas com secções triangulares, semicirculares e ovais.

No único povoado estudado deste período, o da Sola IIa e IIb (Braga), o número de fragmentos **decorados** correspondia a 8% (73 ex.), na fase mais antiga, e a 7% na seguinte (237 ex.).

Contando ainda com os restantes vasos atribuídos a este período, como os das formas 10a, 13a e 14a, espalhados pela sub-região do Cávado, as técnicas decorativas mais comuns são a plástica e a incisa, sendo as restantes muito pouco representativas, como a impressa, plástica/impressa, plástica/incisa, incisa/impressa, brunida e a de tipo "Cogotas I".

Na decoração plástica, são predominantes os cordões sobre colos e panças, quer horizontais, verticais, oblíquos, curvos, ondulados e em T ou V. Nos povoados inseridos neste período os mamilos (circulares) são raros, mas parecem ser mais comuns nas formas 10a e 14, de âmbito sepulcral. Os cordões horizontais e em T, dispostos junto ao bordo de vasos, são também muito comuns na camada 2 de Castelo Velho (Vila Nova de Foz Côa), enquanto os mamilos, presentes na camada 3 (calcolítica) e na 2 (Idade do Bronze), são também pouco significativos (MURALHA 1996: 41, 47, 245, 247).

Nas decorações incisas documentam-se os motivos reticulados, lineares (linhas horizontais, verticais, onduladas, irregulares) e em espinha, por vezes metopados, sobre colos, panças e abas das formas 13a (largo bordo horizontal). Alguns destes motivos são efectuados por espátula e sulcos pouco profundos. Os motivos reticulados largos parecem remontar ao Calcolítico Final do Nordeste ao ocorrerem na camada 3 de Castelo Velho (V. N. Foz Côa) (SILVA 1996).

Na decoração impressa destacamos as unhas, os pontos, os círculos, talvez efectuados com caninhas ou caules de folha e os rectângulos. São sempre raros. As

decorações efectuadas com impressões de unhas, dispostas parcialmente no início das panças parecem assentar em tradições calcolíticas do Alto Douro, como se pode comprovar pela sua presença em Castelo Velho (Vila Nova de Foz Côa) (CRUZ 1993: 151; BOTELHO 1996; SILVA 1996), perpetuando-se pela Idade do Bronze, embora em menor quantidade (MURALHA 1996: 43, 245, 247).

A combinação plástica/impressa manifesta-se, apenas, por cordões com dedadas, sobre as panças e a plástica/incisa por cordões com pequenos traços. A combinação incisa/impressa encontra-se apenas pela associação de pontos e motivos lineares sobre o bordo da forma 13a.

A decoração brunida é absolutamente excepcional e faz-se representar por motivos lineares.

As decorações de tipo "Cogotas I" registam-se três vezes (pela ocorrência da técnica bouquique sob o bordo de uma malga e de um fragmento com organização decorativa em grinaldas, encontrada no povoado de Faria e na Sola IIb, com motivos imprecisos, pela exiguidade do fragmento). Os paralelos mais próximos para esta técnica e organização decorativa são os 5 fragmentos encontrados no Monte Padrão (Stº Tirso) (MARTINS 1985b), associados a um conjunto cerâmico, que cremos do II milénio AC. Esta decoração também está presente na Bouça do Frade II (sector IA e IB- plataforma intermédia), onde ocorrem vasos de largo bordo, potes das formas 4, 6, 8 e a forma 12 (JORGE 1988b: 44), a lembrar o conjunto da Sola IIb. S. Jorge (inf. pessoal) tem colocado a hipótese da contemporaneidade entre esta fase do povoado e a necrópole contígua do Tapado da Caldeira, onde se exumou, igualmente, um vaso de tipo "Cogotas I", inserível, pelo radiocarbono, nos meados/inícios do 3º quartel do II milénio AC. Esta ilação

baseia-se ainda no facto da plataforma interior da Bouça do Frade estar datada, pelo radiocarbono, do 1º quartel do II milénio AC e, portanto, ser anterior à necrópole.

Na única possibilidade que tivemos de comparar a evolução das técnicas decorativas do 1º para o 2º quartel do II milénio AC e que foi no povoado da Sola IIa e IIb, verificámos que houve um aumento da decoração plástica e uma diminuição da incisa, o que talvez se relacione com a maior proximidade cronológica da Sola IIa com a fase precedente, ou seja, o Calcolítico, onde as cerâmicas eram profusamente decoradas com incisões, como já afirmámos na monografia deste povoado. No entanto, o facto da cerâmica ser agora maioritariamente lisa deixa perceber que o processo de mudança formal e decorativa das cerâmicas se deverá ter efectuado, algures, na 2ª metade do III milénio AC.

Tecnologia

A diversidade de pastas é muito grande, pelo que as produções são muito pouco uniformes, indiciando pouca especialização e a existência de fabrico local. Também a diversidade de cores, desde o alaranjado ao castanho escuro, revela diferentes tipos de argila ou de cozedura e abona a favor da ideia expressa.

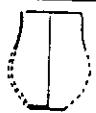

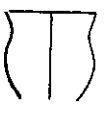

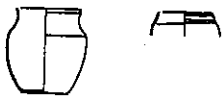

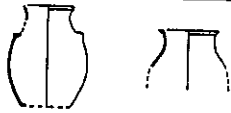
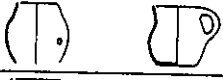








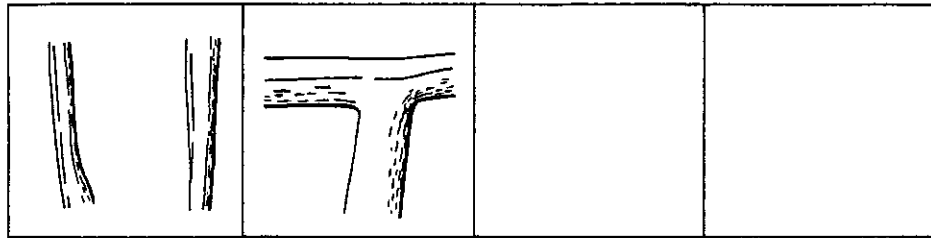
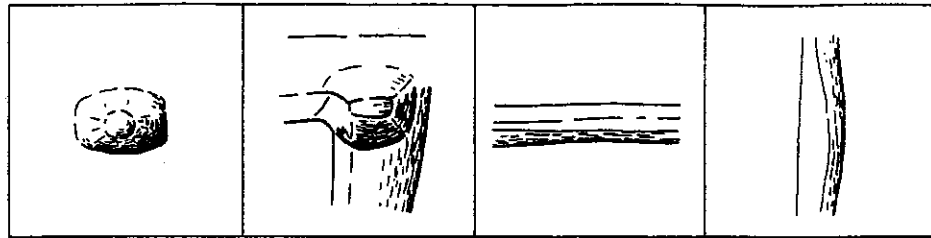
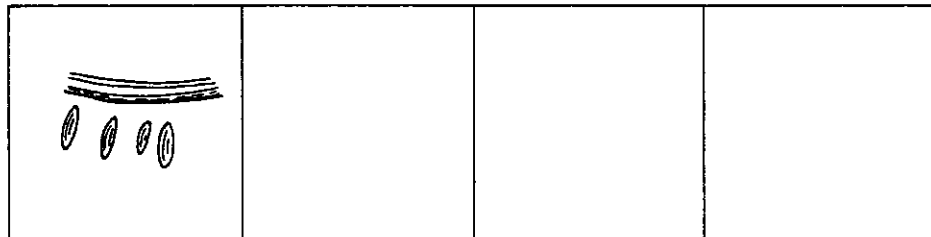
1	
1b	
2	
4	
6	
7	
8	
10	
10a	
11	
12	
13a	
13b	
13c	
14	
22	

Tabela formal desta fase.

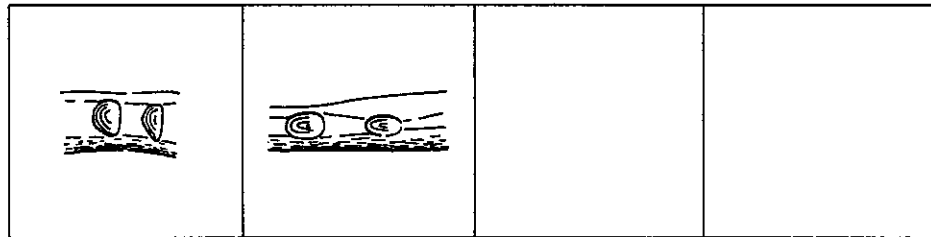
PLÁSTICA



PLÁSTICA-INCISA



PLÁSTICA - IMPRESSA



INCISA

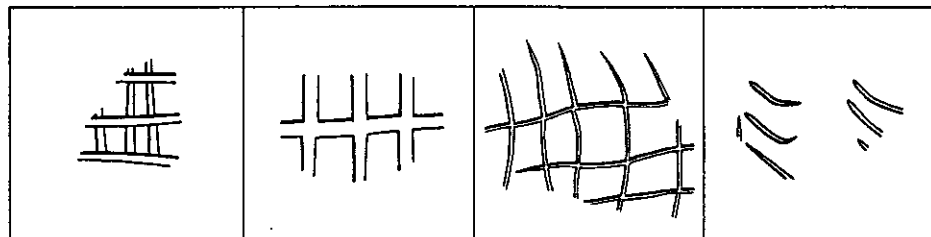
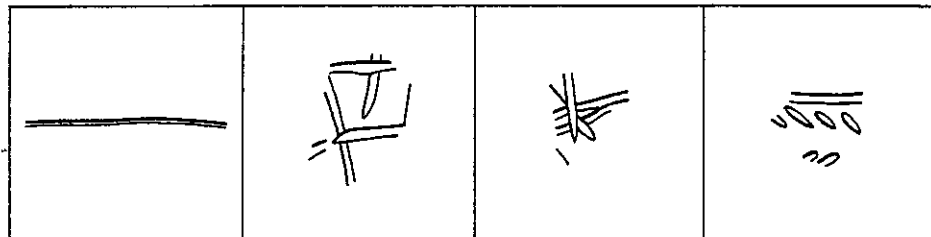
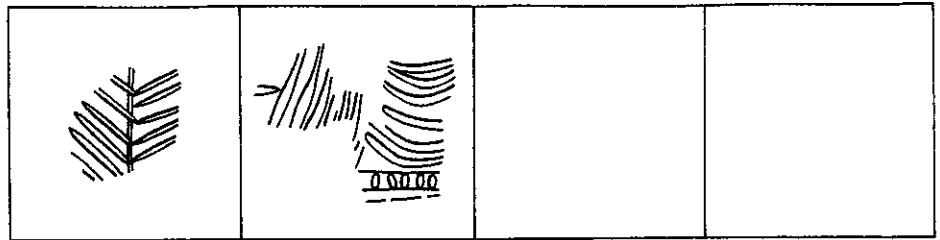
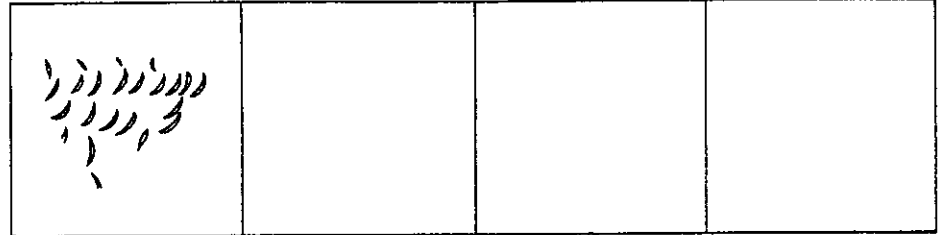


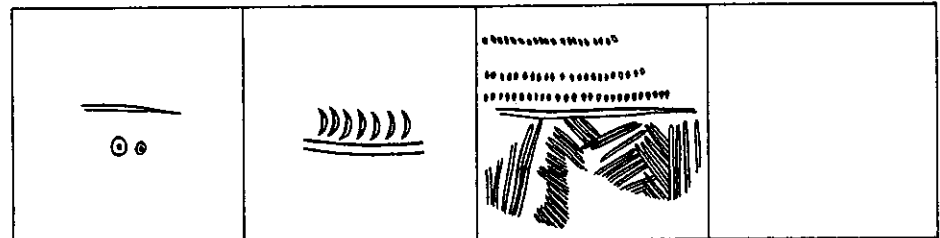
Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos desta fase.



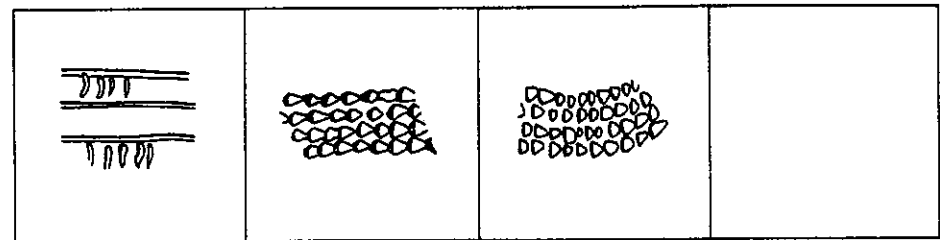
IMPRESSA



IMPRESSA - INCISA



COGOTAS I



MÉDIOS E LARGOS BORDOS HORIZONTAIS

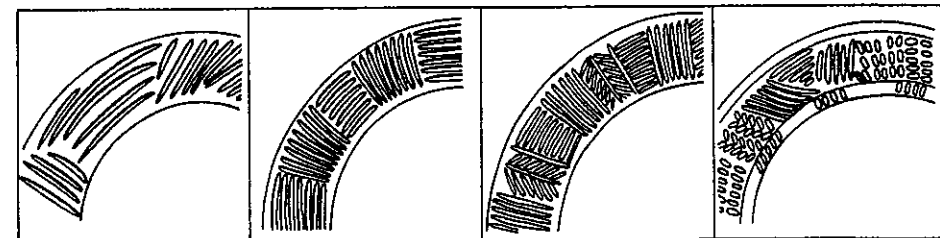
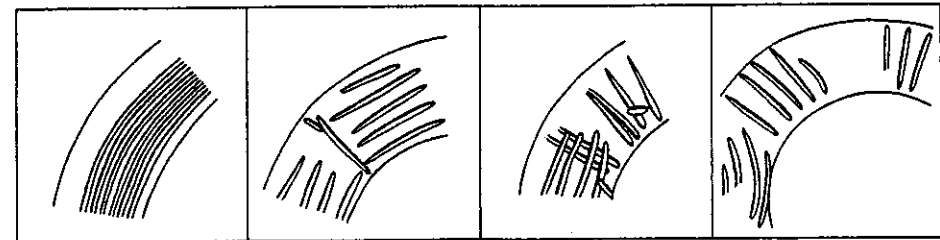


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos desta fase.

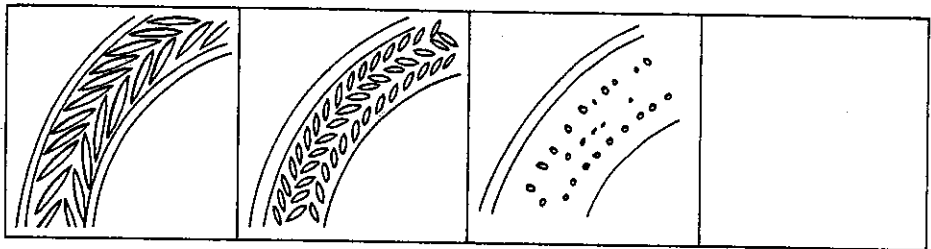
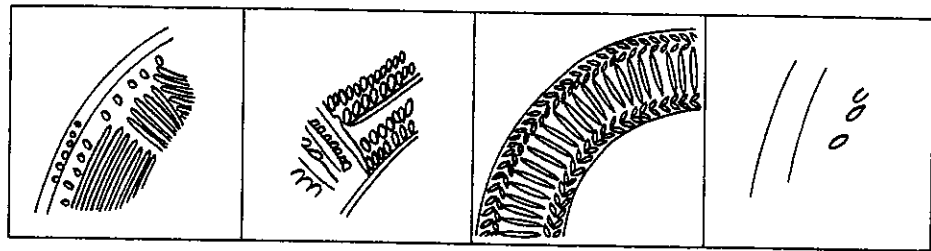


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos e diversas bases desta fase.

2.4.1.2.2. Líticos

Olhando para as matérias-primas da Sola I Ib, verificamos de imediato que há um consumo oportunista dos recursos locais, sendo mais usados o quartzo, o granito, o quartzito e o xisto. Mesmo as mais raras, com excepção do sílex, são de origem local ou regional, como as corneanas básicas, o filito quartzoso e o arenito argiloso, existente na área mais ocidental da bacia do Cávado, sobretudo a partir do concelho de Braga, a sul deste rio e na fronteira entre os de Vila Verde e Barcelos, na margem norte do mesmo.

É já comum a utilização de seixos, quer como instrumentos, onde se notam substâncias gordurosas impregnadas, quer no fabrico de polidores, percutores, lascas, que, por conterem lípidos, considerámos artefactos e lascas retocadas. Desta altura data, também, o primeiro fragmento de molde, em granito, muito alterado pelo fogo.

Em relação a épocas mais recuadas, persiste o aproveitamento dos cristais de quartzo, dos moinhos dormentes e de algumas lâminas e lamelas, em sílex.

Denotam-se ainda evidências de prática de uma indústria lítica local, apoiadas por alguns núcleos.

A substituição do sílex, nalguns casos, deve ter ocorrido pela reprodução de algumas peças de maior prestígio em cobre e bronze. Aliás, muitos dos artefactos de sílex detectados anteriormente provinham de contextos altamente ritualizados pelo que seria normal a sua substituição por outros, em matérias-primas prestigiantes, como o ouro, a prata e o bronze. Desta forma, a indústria lítica em granito, quartzito e quartzo não deverá encarar-se como uma involução, mas sim como a perpetuação de um arcaísmo, ou uma maior capacidade de adaptação das comunidades às reservas ecológicas existentes.

2.4.1.2.3. Metalurgia

Durante esta fase, conhecem-se objectos metálicos em bronze de estanho (vareta, machados de tipo Bujões-Barcelos, machados de talão sem anéis), a denotar uma grande, embora pouco diversificada, especialização formal de artefactos em bronze.

Reconhecem-se os primeiros indicadores da metalurgia do bronze (cadinhos, pingos de fundição, molde, matéria-prima (?)) e verifica-se a continuação do uso da ourivesaria (prata e ouro), em depósitos ou, eventualmente, túmulos, mas nunca em povoados. Ainda em relação à ourivesaria, denota-se a exclusividade das espirais nos túmulos e das cadeias, meadas e braceletes, nos depósitos.

Composição química dos achados metálicos da bacia do Cávado desde os finais do III milénio AC aos finais do 3º/inícios do último quartel do II milénio AC

Bronze

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
Sola IIb (Braga)	PA6973	resto de fund. (metal)	0.676	0.394	68.73	-	3.898	-	26.16	0.135	-	-
	PA6971	vareta	0.432	0.550	69.72	-	0.653	0.073	28.49	0.079	-	-
	PA.6972	resto de fund. (metal)	0.424	0.487	72.17	-	1.541	0.021	25.14	0.213	-	-
Retortas (Vila Verde)	C. M. (Porto)	mach. talão s/ argolas	0.12	0.06	91.63	-	-	-	8	-	-	0.19
	PA7181	mach. talão s/ argolas	0.198	-	88.87	-	0.146	0.044	10.54	0.199	-	-

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
Cova Bouça (Espos.)	SAM II 1807	espada	-	0.028	?	-	0	0.1	>10	-	-	0.11
Barcelos	SAM II 1408	mach. Bujões/Barcelos	-	0.16	?	-	1.2	0.019	>10	0.2	0.03	-
	SAM II 1409	mach. Bujões/Barcelos	-	-	?	-	1	0.01	~10	-	-	0.13
	SAM II 1649	mach. Bujões/Barcelos	-	-	?	-	0.46	0.46	>10	-	-	0.1-0.3
Monte Caldas (Braga)	SAM II 1808	frag. espada	-	0.34	?	-	3.05	<0.01	0.031	-	0.004	-

Ouro e Prata

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
Mata/Sequeade (Barcelos)	C. M. (Porto)	meada						3-6			93-96	
Ves/Ameal (Góios/Barcel.)	C. M. (Porto)	cadeia de espirais						3-6			93-96	
B. Tomadia/Monte da Saia (Barcelos)	(?)	bracelete			0.13			10			89.87	
Mamoá da Cerca (Barcelos)	C. M. (Porto)	espiral						0.99				

Com excepção do fragmento de espada do Monte das Caldas (Braga), que é de cobre com arsénio (3%), as peças que inserimos nesta fase cronológico-cultural são bronzes de cobre e estanho, com percentagens de arsénio (entre os 0.15% e os 3.9%), com excepção da espada da Cova da Bouça (Esposende). Os valores mais altos deste minério encontram-se nos restos de fundição encontrados no povoado da Sola Iib (3.9% a 1.54%), embora em dois machados de tipo Bujões/Barcelos possa atingir os 1% e 1.2%. cremos, assim, que a sua presença talvez se possa considerar como o resultado de uma redução

muito simples de sulfuretos de calcopirite para a obtenção do cobre, o que tenderia a manter os metais voláteis, especialmente o arsénio (COMENDADOR REY 1997: 470). Este facto leva-nos a interpretar a sua presença como impureza.

O mesmo poderíamos defender para a espada de cobre do Monte das Caldas. O facto deste achado conter, além do arsénio, resíduos de níquel, prata e bismuto, faz-nos pensar no que B. Comendador Rey (1997: 379) defende para a Galiza, após ter estudado os minerais de cobre desta região. Esta autora concluiu que estes continham antimónio, arsénio, bismuto, níquel e prata, pelo que a presença destes minérios nos artefactos de cobre poderá resultar da composição do próprio mineral e da sua técnica de redução. Atendendo à composição da peça do Monte das Caldas, parece verosímil considerá-la como não sendo de cobre binário.

Com excepção dos machados de Bujões-Barcelos, da espada da Cova da Bouça (análises de SAM) e do machado de talão sem argolas, analisado por dois laboratórios (PA e CM) e que apresentam ligas de muito boa qualidade, à volta de 10% de estanho, ou menos, as peças da Sola indicam teores muito elevados deste metal (de 25% a 28%). Representará tal ocorrência um fraco domínio desta metalurgia? O que denominámos de vareta será, também, um resto de fundição? A vareta pertenceria a um objecto de ornamentação cujo alto teor de estanho não constituiria inconveniente? Estarão estes valores relacionados com objectos com funcionalidades distintas? Corresponderão estes teores de estanho a problemas metodológicos (análise utilizada) ou representarão fabricos mais antigos?

Como vimos, são muitas as questões que constituem motivo para um projecto de investigação que particularize mais esta primeira fase da metalurgia do bronze na bacia do Cávado.

Mesmo não podendo afirmar que a metalurgia do bronze, na sua fase inicial é constituída por aliações ternárias com adição de cobre, estanho e arsénio, é inquestionável a presença deste último, quer por motivos intencionais, quer por limites técnicos, acabando por desaparecer, totalmente, nos finais do II milénio AC e inícios do seguinte.

É curioso verificar que a ocorrência de altos teores de estanho e a presença de arsénio também está presente em peças de bronze de cronologia antiga na Galiza (COMENDADOR REY 1997: 475 – 476; 1998), pelo que tal poderá revelar uma fase inicial da metalurgia do bronze, em que o domínio técnico ainda é incipiente, quer em termos percentuais de adição de cobre/estanho, quer em termos da redução do cobre.

Deste modo, não se sustenta a hipótese defendida por M. Ruíz-Gálvez Priego (1987: 261). J. C. Senna-Martinez (1989: 684); J-P. Mohen (1990: 110), R. Vilaça (1995: 35; 1997: 141) e A. M. Soares *et alii* (1996: 555) que aponta para que as ligas de bronze fossem desconhecidas ou escassas durante este período e que a sua adopção, no ocidente peninsular, se tenha verificado apenas no Bronze Final (VILAÇA 1997: 141).

Estamos mais em concordância com B. Comendador Rey (1996: 511; 1997: 463) ao defender que as primeiras peças de bronze remontam a épocas bem recuadas, ou seja, à 2ª metade do III milénio AC. Tal é o que parece depreender-se de, pelo menos, um dos dois punções encontrados na jazida do Guidoiro (Pontevedra), num nível com cerâmicas de tipo “Penha”, datado de 4020±40BP, o que corresponde a uma data entre o 2º e o 3º quartel do III milénio AC (*Id. Ibidem*: 475 – 476). Esta peça apresenta uma composição química semelhante às da Sola Iib.

No Corunha, o machado de bronze da Nogueira, com valores de estanho na ordem dos 23, 13% e impurezas de arsénio, poderá também corresponder a esta fase inicial da metalurgia do bronze (COMENDADOR REY 1997: 377 – 378).

O fenómeno da metalurgia do bronze parece ter-se desenvolvido relativamente cedo em várias áreas da Península.

É o que se infere da jazida de La Bauma del Serrat (Tortellá, La Garrotxa), onde as cerâmicas campaniformes se associam a produções de bronze, num nível datado de 4020±100BC e em Monte Aguilar de las Bárdenas Reales (Navarra), onde dois punções de bronze se inserem no 1º quartel do II milénio AC (FERNÁNDEZ-MIRANDA *et alii* 1995).

No povoado de Caramoro I (Alicante) aparecem objectos de bronze binário por volta de 1600-1500 a.C. (em datas convencionais), ou seja, no 2º quartel do II milénio a. C. (GONZÁLEZ PRATS 1996: 115 e segs).

S. Rovira *et al* (1994) demonstrou a presença, na Meseta, de bronzes binários desde o que denomina de “Bronze Pleno”.

Quanto à prática da metalurgia do bronze na sub-região do Cávado, cremos que a devemos situar no 1º quartel do II milénio AC, uma vez que a sua presença está testemunhada no povoado da Sola IIa, por um cadinho, semelhante aos encontrados na fase seguinte, ao qual se associam artefactos, restos de fundição, um molde e eventuais calhaus dos quais se esperaria obter sulfuretos de calcopirite em quantidade. Se o fabrico local destes objectos já era conhecido nos inícios do II milénio AC, é possível que a técnica tivesse entrado ainda no III milénio AC, muito provavelmente na 2ª metade, pelo que a ocorrência de achados isolados de bronze neste período, na Galiza, poderá corresponder a uma fase em que se verificam as primeiras aportações destas peças em contexto indígena. De qualquer modo, o conhecimento das peças de bronze e o domínio do seu fabrico podem ser dois fenómenos distintos e ocorrer com várias centenas de anos de diferença, tal como

se veio a verificar mais tarde para o ferro. Neste sentido, é lógico pensar que durante um tempo considerável pudessem ter coexistido artefactos de cobre e de bronze e a manutenção daquela tecnologia, tal como já tínhamos sugerido (BETTENCOURT 1996) e é corroborado, para o Noroeste, por B. Comendador Rey (1997: 489). Fora desta região, este fenómeno comprova-se no povoado de Padilla de Abajo (Meseta Norte), onde em níveis dos finais da Idade do Bronze coexistem pontas de tipo Palmela com artefactos mais recentes (ROVIRA *et alii* 1988: 269 – 270)¹⁸⁵.

Quanto à origem da metalurgia de bronze no Noroeste, a questão não é de modo nenhum consensual.

Baseada nos objectos de bronze da Bretanha francesa, datáveis da 2ª metade do III milénio AC e nos argumentos de I. Montero Ruíz (1994) de que a metalurgia de El Argar é muito recente nesta região, B. Comendador Rey (1997: 476-477) coloca a hipótese de uma metalurgia do bronze de origem atlântica, posição que também assumimos em 1995 (BETTENCOURT 1995a). Face aos dados que possuímos para a primeira metalurgia da bacia do Cávado (ligas ternárias com cobre, estanho e arsénio) e à quantidade de machados planos, entre outros, que se assemelham aos de Bujões-Barcelos, espadas similares às da Cova da Bouça e inúmeros moldes dos referidos machados, na área meridional e central da Península, não podemos deixar de excluir uma origem meridional para a metalurgia do Cávado, tanto mais que a composição dos primeiros bronzes do Sudeste e doutras áreas meridionais também é ternária com arsénio.

¹⁸⁵-Em M. J. Rodríguez de la Esperanza (1996).

Após um período de invenção ou de adopção dos machados planos de tipo Bujões-Barcelos, parece ter-se entrado numa fase em que as sociedades tenderam a normalizar esta forma, por um longo período de tempo, talvez estagnando a produção metalúrgica.

É dentro desta perspectiva que uma introdução externa, mais setentrional, dos machados de talão sem argolas, todos eles diferentes entre si e raros na Península, distribuindo-se apenas pelo Norte Peninsular, e revelando, talvez, uma influência atlântica indirecta, em fase avançada do II milénio AC, parece não ter levado a uma adopção desta forma, nem da sua carga simbólica, por parte das populações locais. Todavia, os machados de talão sem argolas parecem ter levado, a longo prazo, as populações locais à adopção de novos tipos de machados (os de um ou duplo anel), que rapidamente tendem a estagnar formalmente a partir dos finais da Idade do Bronze.

Apesar das intrusões que se poderão ter verificado ao longo de toda esta fase, o facto do Noroeste já conhecer a metalurgia há centenas de anos poderá ter contribuído para que esta tivesse continuado essencialmente binária durante os finais da Idade do Bronze.

Os vestígios de **produção metalúrgica** para este período são muito escassos. Apenas contamos com evidências indirectas de como algumas populações tentavam obter sulfuretos de cobre através do aquecimento de determinadas rochas. Essas evidências surgem a partir de cinco calhaus de corneanas básicas, muito pesados, acusando a presença de metálicos e profusamente transformados pela acção do fogo. Encontravam-se num contexto estratigráfico do povoado da Sola IIb, onde encontrámos igualmente o que cremos ser um fragmento de molde de fundição, em pedra, de um machado de tipo Bujões-Barcelos. Também nesta área do povoado, no corte 1, parecem ter existido pequenas fossas abertas no saibro, com canais, algumas com carvões e cinzas na parte inferior e com as pedras de cobertura muito fumigadas que, por não conterem sementes, ou vestígios

cerâmicos, interpretámos como eventuais fornos de fundição. Contamos ainda com pingos de fundição, cuja composição, semelhante à vareta aí encontrada, abona em favor de uma produção local. Cadinhos, não utilizados, são comuns neste povoado desde o 1º quartel do II milénio AC. Embora no seio do território teórico de referência de 1h não se encontrem actualmente jazidas de estanho, elas ocorrem a poucos quilómetros.

Com excepção do bracelete da Bouça da Tomadia, as análises das peças de ouro desta fase apresentam um grande grau de pureza, apenas com resíduos de prata que permitem admitir a hipótese de T. Soeiro (1982: 65-67) de que o ouro usado nos depósitos da Mata/Sequeade e da Vessada/Ameal/Góis seria proveniente de jazidas secundárias locais. Na sub-região do Cávado, a única jazida primária de ouro, hoje conhecida, é a do concelho de Vila Verde, na freguesia de Portela das Cabras, onde este metal se associa à prata, ao estanho e ao arsénio. Esta jazida localiza-se em zonas onde abundam os cursos de água que se dirigem para o Cávado ou seus afluentes, pelo que é provável a ocorrência de ouro aluvionar, com resíduos de prata, na bacia deste rio.

Os 7% de estanho do bracelete da Bouça da Tomadia talvez resultassem de uma adição intencional, pelo que esta peça teria sido fundida, tendo o estanho aumentado a dureza do ouro sem, no entanto, lhe tirar a boa capacidade de moldagem¹⁸⁶. Por outro lado, não podemos deixar de colocar a possibilidade deste bracelete ter sido feito com ouro local, atendendo à composição das minas primárias de ouro de Vila Verde, como já referimos.

¹⁸⁶- Esta tecnologia não constituiria um dado cronológico, visto a fundição do ouro ser conhecida desde a 1ª metade do III milénio AC, no Noroeste, como se poderá comprovar pelas contas encontradas no Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) (CARVALHO *et al* 1995).

Em relação à produção de espirais de prata, B. Comendador Rey (1997: 402) chama a atenção para a existência deste minério no Noroeste, deixando em aberto uma possível produção local destes artefactos. De qualquer modo, não podemos deixar de nos interrogar sobre a origem meridional destas peças que, uma vez assimiladas, teriam passado a ser imitadas em ouro, matéria-prima mais abundante no Noroeste do que a prata.

A cronologia das cadeias, meadas e espirais não é de modo nenhum consensual. No que diz respeito ao Noroeste, encontramos paralelos formais e tecnológicos para a espiral de prata da Mamoa da Cerca nos cairns de Meninas do Crasto 4 e de Outeiro de Gregos 1, Baião (CABRAL *et al* 1983: 39-43)¹⁸⁷. Estas duas últimas estruturas proporcionaram datas radiométricas que poderão situar estes artefactos entre o 3º e 4º quartel do III ao 2º quartel do II milénio AC, como se poderá verificar no quadro que se segue.

Prov.	Ref. Lab.	Data BP	Calib. (1 sigma) (Método B)	Calib. (2 sigma) (Método B)	Tipo de amostra	Contexto	Ref. Bibliog.
Meninas 4 (Baião)	CSIC-661	3830±50	2394-2383 (04) 2342-2192 (91) 2157-2147 (04)	2455-2413 (07) 2409-2137 (93)	Mad. carb.	Solo antigo	Cruz (1992; 1985)
	CSIC-660	3800±50	2297-2139 (100)	2451-2438 (1) 2402-2370 (04) 2369-2117 (88) 2066-2041 (07)	Mad. carb.	Solo antigo	Cruz (1992; 1985)
Média ponderada		3815±36	2299-2192 (93) 2157-2147 (07)	2400-2374 (03) 2359-2135 (97) 2070-2069 (0)			
Outeiro de Gregos 1 (Baião)	CSIC-772	3620±50	2031-1992 (28) 1989-1894 (72)	2134-2073 (12) 2054-1873 (88) 1839-1813 (3) 1805-1782 (2)	Mad. carb.	Sob a est. periférica	V. Jorge (1993)
	CSIC-771	3360±50	1731-1728 (1) 1686-1598 (74) 1568-1529 (25)	1741-1521 (100)	Mad. carb.	Sob a est. periférica	V. Jorge (1993)

Fora do Noroeste, a única referência cronológica corresponde ao achado de uma espiral, em contexto estratigráfico do Bronze Médio, na região de Cranborne Chase, em Inglaterra (O'CONNOR 1991: 232).

¹⁸⁷. A espiral de prata de Meninas do Crasto 4 foi analisada pelo LNETI (Instituto de Energia, Departamento de Química) e a do Outeiro de Gregos 1, pelo C. M. do Porto. Ambas continham 0.99% de prata.

2.4.1.3. Povoamento a nível local, regional e organização interna dos povoados

2.4.1.3.0. Considerações prévias

Antes de iniciarmos este ponto queremos relembrar que entendemos o povoamento como toda e qualquer manifestação do homem no espaço. Também consideramos necessário salientar que o estudo da distribuição dos monumentos megalíticos no espaço poderá revelar hipotéticas vias de trânsito tal como tem defendido J. Vaquero Lastres (1993/1994) para determinadas áreas da Galiza. Assim, como hipótese de investigação tentámos explorar a possibilidade de algumas dessas eventuais vias de trânsito ainda estarem em uso durante toda a Idade do Bronze, atendendo a que, durante o II milénio AC, há evidências de reutilização de monumentos megalíticos, em todo o Noroeste Peninsular e na Beira Alta. Durante os finais da Idade do Bronze também ocorrem manifestações associadas a monumentos megalíticos, quer no Entre-Douro-e-Minho, como a fossa de Cabritos 1 (Baião) datada, pelo radiocarbono, do 1º quartel do I milénio AC, quer na Galiza, como em Piedrafita 5, com uma reutilização da 1ª metade do I milénio AC. Este tipo de trabalho poderá abrir novas perspectivas de investigação, quer em zonas de vale¹⁸⁸, quer de montanha, evidenciar locais de passagem dos rios, contribuir para explicar algumas estratégias de povoamento e identificar que povoados estariam ligados entre si. Deste modo, o fenómeno megalítico poderá ganhar nova dimensão no estudo de comunidades mais recentes do que os seus construtores, pelo que foram considerados no

âmbito deste trabalho, quer para esta fase concreta, quer para outras subsequentes. Assim, não só partimos da distribuição dos povoados no espaço, para perspectivarmos vias de trânsito, como também da sua relação com anteriores marcos culturais na paisagem.

A frequência de coincidências espaciais entre ocupações do Neolítico/Calcolítico e da Idade do Bronze, no sentido geral do termo, poderá constituir um indicador mais de que as grandes vias ter-se-iam repetido ao longo de milénios. Como exemplo de locais com materiais ou ocupações do Neolítico/Calcolítico, posteriormente reocupados, temos os da Cova da Bouça (Esposende), Falperra (Braga), Faria (Barcelos), Lanhoso (Póvoa de Lanhoso), Santinha (Amares), S. Julião (Vila Verde), S. Lourenço (Esposende) e Sola (Braga).

2.4.1.3.1. O povoamento no seu contexto espacial local

O estudo das particularidades de cada uma destas estações foi efectuado com base na aplicação do método do "Site Catchment Analysis" apesar das reticências que pusemos à sua operacionalidade e às alterações e perspectivas referenciadas no capítulo II. Tentámos, não só, a inserção de cada estação no quadro geomorfológico, hidrológico e agrológico actual, como no paleo-ambiental, quando obtivemos dados para tal.

O povoado da Sola IIa e IIb (Braga), numa colina com excelente visibilidade para o vale do Cávado, apresenta vertentes suaves a sul, sudeste e este, bem drenadas e com boas capacidades agrícolas. De excelente qualidade agrícola são também os solos de classe

A que rodeiam a ribeira do Vale do Outeiro. Esta ribeira, que circunda o povoado pelos lados norte, este, sul e oeste, torna esta estação extremamente vocacionada para a actividade agrícola. O desnível entre o topo do povoado e estes vales é de cerca de 20m de altitude. Para norte, em direcção ao vale do Cávado, o desnível é de cerca de 40m. A sudoeste, em área contígua ao povoado, estende-se um planalto de baixa altitude onde a actividade pastoril ainda hoje se pratica. No seu território de referência de 1h os habitantes da Sola atingiriam o vale aluvionar do Cávado e o próprio rio e poderiam usufruir de todos os recursos associados a este sistema ecológico, inclusive o acesso a pepitas de ouro. Ainda dentro do território de 1h pedestre fica a desembocadura do rio Homem, o que permitiria às comunidades da Sola controlar duas importantes vias de trânsito, uma entre o litoral e o interior e a outra entre o sul e o nordeste. A cerca de 1h.30m ficam as jazida de volfrâmio de Tibães.

Em termos paleo-ambientais podemos dizer que nesta fase e, em redor do povoado, existia uma paisagem aberta, com um índice arbóreo baixo e sinais de forte antropização, com características que P. Ramil Rego (1992; 1993) designa de "Estepe cultural", segundo os diagramas polínicos da Sola IIa e IIb. Há, também, indicadores de intensas queimadas e de estados avançados de degradação vegetal, impeditivas da regeneração florestal (FIGUEIRAL, vol. IIb). Estas manifestam-se pela presença de *Pteridium*, *Asphodelus*, Cistáceas, Ericáceas e Leguminosas, quer no diagrama polínico, quer nos *taxa* antracológicos. Esta deterioração deverá, eventualmente, relacionar-se com a actividade agro-pastoril, pois a frequência de queimadas pode indiciar o uso do fogo como técnica produtora de sais minerais, nutrientes do solo a cultivar, vivificador do mato e como agente destruidor dos elementos nocivos à futura produção. A prática agrícola manifesta-se ainda pela curva contínua de cereal no diagrama polínico da Sola IIa, pela presença de plantas

arvenses ou daninhas no diagrama polínico da Sola IIb e pela existência de macrorrestos de cereais (milho miúdo), de leguminosas (*Ficia Vaba* L.) e de crucíferas (*Brassica*).

Estas populações poderiam ainda ter acesso à recollecção de azeitonas, avelãs, bolotas, castanhas, nozes e pêras, cujas espécies estão bem representadas nos *taxa* antracológicos ou nos diagramas polínicos. De facto exumaram-se bolotas, um pericarpo de *Corylus avellana* L. (AIRA RODRÍGUEZ *et al* 1995:33), bem como uma semente de *Pyrus*¹⁸⁹ na Sola IIb. Em relação à *Olea* devemos estar em presença de espécies silvestres, pois não há evidência de formas cultivadas na Península antes da colonização grega (LUXÓ 1985 em YLL AGUIRRE *et alii* 1996:120) ou fenícia (YLL AGUIRRE *et alii* 1996:120). Tal facto não exclui a possibilidade dos seus frutos serem aproveitados na dieta da época. Segundo parece os frutos da Oliveira silvestre foram usados, em Espanha, desde há 6 000 anos (*Id. ibidem*). A existência de Nogueira, no diagrama polínico da Sola IIb, e de carvões de Ameixeira (*Prunus cf. domestica*) permitem ainda aumentar os recursos alimentares que seriam utilizáveis por esta população.

Nas áreas ribeirinhas existiam Salgueiros, manifestados por macrorrestos.

Este povoado, pela sua posição geoestratégica nos corredores naturais de penetração, bem como pelas suas potencialidades agro-pastoris e mineralógicas (actividades comprovadas pela escavação), terá adquirido uma situação privilegiada no espaço circundante, verificável pelos indicadores de sedentarização encontrados, pelas suas dimensões, sobretudo na fase IIb e pela complexidade da sua organização interna, com eventuais zonas de armazenamento, metalúrgicas e funerárias. Nas imediações desta estação não conhecemos necrópoles coetâneas, ou qualquer outra expressão tumular passível de reutilização, mas suspeitamos que, no interior do próprio povoado, se teria

¹⁸⁹- Análises efectuadas por Pablo Ramil, da Universidade de Santiago de Compostela

praticado o enterramento em estruturas cistóides muito frustes (BETTENCOURT 1997), embora ainda não confirmados em termos edafológicos.

O povoado de **Faria Ia (Barcelos)**, localizado num remate de esporão com excelente visibilidade para a bacia inferior do Cávado e para o litoral, dista do oceano 12Km para oeste, em linha recta. O Cávado atinge-se a cerca de 1h pedestre, talvez por uma via de trânsito que passasse pela mamoa do Monte, localizada a cerca de 1 200m a sul deste rio, o que permitiria às comunidades deste povoado o controlo da passagem entre as duas margens do Cávado. As populações de Faria teriam também acesso aos recursos oferecidos por uma floresta ribeirinha e eventualmente à recolha de ouro, que poderia fazer-se nos aluviões deste rio. A norte e oeste, dentro do território provável de exploração de 30m e 1h, surgem extensas planícies, com solos de grande capacidade agrícola, excelente para o milho miúdo. Para sul e este, o povoado liga-se aos planaltos do Monte da Franqueira, que lhes ficam contíguos podendo usufruir de todos os recursos de uma ecologia de montanha, com solos pouco espessos e favoráveis a uma agricultura de sequeiro, como a do trigo e cevada, lameiros, pastos, vegetação arbustiva e arbórea. As populações de Faria Ia poderiam dispor também de granitos, corneanas e xistos, no seio do seu território provável de 1h pedestre, bem como de estanho de aluvião, na jazida de Milhazes, cujas facilidades de extracção devem, certamente, ter sido aproveitadas.

A organização económica deste povoado estaria, assim, não só associada a actividades agro-silvo-pastoris, provavelmente mais intensas de que nos povoados litorais onde a falta de solo arável na plataforma litoral e os ventos do mar poderiam ter desencorajado esta actividade em grande escala, mas, também, à extracção de estanho, de

ouro de aluvião e, muito provavelmente, ao controlo das rotas proporcionadas pela bacia do Cávado.

Não conhecemos sepulturas inequivocamente enquadráveis no II milénio AC, associadas a Faria Ia, mas no seio do seu território de lh, ocorrem algumas mamoadas, que seria interessante investigar para eventuais relações cronológicas e culturais. O depósito de ouro do Ameal/Vessada /Góios, associado à água e localizado a cerca de lh.30m a sueste deste povoado poderá eventualmente relacionar-se com ele. À mesma distância relativa, mas a sul, encontra-se a freguesia da Pedra Furada onde, em contexto desconhecido, apareceu um machado de Bujões-Barcelos. Talvez estes achados indicassem espaços ritualizados no seio de um território "dominado" pelas comunidades residentes neste povoado, hipótese que só novas investigações poderão aprofundar.

Como hipótese de trabalho associamos a necrópole existente na plataforma norte da **Suvidade de Belinho (Esposende)**, às cerâmicas integráveis genericamente na Idade do Bronze, detectadas no alto do monte, que se situa, apenas a cerca de 50m de altura do início da plataforma litoral e a 60m dos vales que lhe ficam a norte e que dão acesso ao rio Neiva. A sul liga-se aos planaltos. Em relação às vias, Belinho I parece ficar no percurso que, do Neiva, passa por Agra de Antas/Talhoz e segue para a Cova da Bouça, seguindo, eventualmente, trilhos ancestrais marcados por mamoadas, algumas delas existentes nas vizinhanças da necrópole de Belinho e das outras jazidas.

Pela sua implantação geoestratégica as comunidades desta jazida teriam a possibilidade de explorar os mesmos recursos agro-silvo-pastoris, piscícolas, mineralógicos e litológicos do que as que tumularam em Agra de Antas/Talhoz e das que efectuaram um depósito metálico na Cova da Bouça.

Também como hipótese de trabalho, associamos a necrópole de Agra de Antas à jazida de Talhoz (Esposende), onde ocorre uma profusão de cerâmica manual, de pasta grosseira, arenosa e alguns líticos, genericamente enquadráveis na Idade do Bronze. Esta jazida, eventualmente com pequenas estruturas de enterramento no seu interior, é contígua à necrópole de Agra de Antas, com mais de uma dezena de sepulturas, onde foram usadas lajes de xisto, provavelmente de origem local.

Talhoz, apesar de localizada num pequeno outeiro de planície, tem uma boa visibilidade para a bacia inferior do vale do Neiva. O acesso a este rio faz-se em menos de 30m pedestres e, à plataforma litoral, em cerca de 1h, o que permitiria o aproveitamento de inúmeros seixos rolados, sargaço e sal e a captura de crustáceos, moluscos e peixes, quer na costa lagunar, quer no rio. A jazida fica localizado no seio de uma planície com solos ricos, bons para a produção do milho miúdo, e no seu território de 1h, já no planalto, existem solos propícios à agricultura de trigo e centeio. Esses planaltos dariam também acesso a lameiros, pasto, mato, arbustos e árvores, essenciais numa economia de base agro-silvo-pastoril.

Nos limites do território de 30m, para oeste-sudoeste, ocorre, também, a necrópole de sepulturas planas de Belinho, ainda em área de planície, que cremos associada à jazida epónima. Para norte, em direcção ao Neiva, e num local onde hoje existe uma ponte, situa-se a mamoa da Bouça do Rio, talvez a indicar uma via ancestral de acesso a este rio e uma possível zona de passagem. Para sul, encontram-se, também, várias mamoas e um menir, porventura revelando uma via de acesso ao planalto e uma ligação a Belinho e Cova da Bouça. Considerando a existência de uma via montanhosa, entre o Neiva e o Cávado, por planaltos paralelos ao litoral. Talhoz estaria numa excelente posição geoestratégica de ligação entre o Neiva e a montanha. No território de menos de 1h pedestre, a sudeste, e

também já no planalto, situa-se a necrópole da Serra, constituída por três mamoas, numa das quais se exumou um vaso troncocónico, que poderá ser contemporâneo da jazida. Para explicar estes dois fenómenos tumulares (mamoas e sepulturas planas), observados no território de referência de Talhoz podemos avançar duas hipóteses. Na primeira, consideramos que o enterramento na mamoa da Serra seria mais antigo e, portanto, não se relacionaria com as populações de Talhoz. Na segunda, pressupomos que a comunidade residente em Talhoz se encontraria em fase de mudança, pelo que, ao lado de novas formas de tumulação, se perpetuaria um ritual tradicional de enterramento, que é o de sepultar alguns membros, portadores(as) de um *status* particular no seio da sociedade, em zonas tradicionalmente imbuídas de simbolismo.

O Alto do Castelhão (Amares) é de classificação cronológico-cultural difícil. Apesar de ter sido classificado como povoado fortificado da Idade do Ferro não apresenta qualquer talude, resquícios de estruturas pétreas à superfície, ou materiais deste período, mesmo estando limpo de vegetação arbustiva quando o visitámos. Numa plataforma alargada, sensivelmente a meio da sua vertente norte, foi detectado um vaso de largo bordo horizontal, intacto e a alguma profundidade, num local onde também não detectámos vestígios arqueológicos à superfície, bem como nos campos agrícolas vizinhos. O facto desta peça ter surgido inteira, aquando da abertura de um poço, sugere que estaria em contexto ritual e ou sepulcral, hipótese que só escavações no local poderão confirmar. De qualquer modo, é possível que se trate de um vaso proveniente de uma necrópole situada no território pedestre de 30m de um eventual povoado, localizado no topo do Monte, à semelhança do que parece ter acontecido em necrópoles coetâneas. De notar o aparecimento de um fragmento de cerâmica pré-histórica, na acrópole do Alto de Castelhão.

A necrópole do Cimo de Vila (Esposende) situada numa vertente suave, muito perto do vale, não está, aparentemente, associada a nenhuma jazida com vestígios inseríveis genericamente na Idade do Bronze. Todavia, se pensarmos que as de Belinho e de Agra de Antas ficam nas imediações de jazidas pré-históricas, então é possível admitir que as sepulturas do Cimo de Vila estivessem perto de um local habitacional coetâneo. Como hipótese de trabalho a investigar de futuro, pensamos que esta necrópole poderia relacionar-se com o Castro do Senhor dos Desamparados, localizado a cerca de 500m a sul da necrópole, povoado que abrangeria ainda, no seu território pedestre de menos de 1h, a necrópole de Vilar, a cerca de 1Km para norte, e o depósito de Mereces, localizado a 2,25Km para nor-nordeste.

2.4.1.3.2. A distribuição do povoamento a nível regional

Perante os dados expostos no *item* anterior a **distribuição espacial dos achados**, apesar de diversificada, é desconhecida nos planaltos mais elevados das montanhas do vale do Cávado. Os mais próximos de uma ecologia de montanha são os que ocorrem em **plataformas de vertentes** perto de pequenas bacias de recepção ou **vales encaixados de área montanhosas** (túmulo da Bouça do Porco Morreu e achado da plataforma norte do Alto do Castelhão, respectivamente) ou **em áreas planálticas de baixa altitude** (mamoas da Portelagem, do Monte, da Cerca, do Rapido 3 e da Serra). Outros achados encontram-se em **esporões de média altitude, na bordadura de grandes vales ou da plataforma marítima** (Faria Ia e depósito da Cova da Bouça, respectivamente). A maioria das estações localiza-se em **outeiros, colinas, vertentes de vales e na planície**. São elas o povoado da Sola (IIa e IIb), situado numa colina; o depósito do Monte da Feira

(?)/Viatodos, num pequeno outeiro; as necrópoles da Quinta de Cimo de Vila e de Vilar, os depósitos do Lugar da Mata/Sequeade, Mereces e Tomadia da Mata, em vertentes suaves; as necrópoles de Agra de Antas, Belinho, Cavaleira, o eventual povoado de Talhoz e os depósitos do Lugar da Mata, Retortas e Vessada/Ameal/Góios, na planície.

Partindo do princípio de que as necrópoles referenciadas não deveriam estar muito distantes dos povoados, hipótese que se sugere com base na existência de jazidas nas proximidades de algumas delas, portadoras de cerâmicas incharacterísticas em termos de cronologia fina, mas genericamente inseríveis na Idade do Bronze, pensámos ser pertinente, como exercício de trabalho, relacionar os contextos funerários com os diversos recursos existentes no território.

Em relação ao **aproveitamento agrológico dos solos** podemos dizer que quase todas as necrópoles e povoados desta fase encontram, no interior de um provável território pedestre de 30m, solos hoje considerados de classe A, de excelente aproveitamento agrícola, cujo modo de exploração tentaremos explicitar no ponto 3.1.2. As excepções correspondem à sepultura da Bouça do Porco Morreu (Amares) e ao vaso de largo bordo horizontal da plataforma norte do Alto do Castelhão (Amares), em cujos territórios pedestres de 30m ocorrem solos classificados, actualmente, de classe C ou de aproveitamento agrícola condicionado, embora hoje cultivados.

Apesar das condicionantes das cartas de ordenamento agrário, assunto já discutido na capítulo II, é notável a uniformidade apresentada em relação à classe de solos das jazidas atribuídas a este período, o que permite concluir que estamos perante comunidades que se distribuem fundamentalmente numa ecologia de vale, próximo ou no seio de solos férteis, muito embora durante o sub-boreal eles devessem ser menos pesados, atendendo às características climáticas.

Verifica-se, ainda, que os povoados deste período se encontram perto de jazidas mineiras. Faria Ia e Sola IIa e IIb ficavam perto ou relativamente perto de jazidas de estanho, situando-se o último, igualmente próximo de filões de volframite. As necrópoles de Cimo de Vila, Vilar e da Cavaleira, encontravam-se, igualmente, nas imediações de antigas jazidas de volfrâmio, a cerca de 30m pedestres. A de Belinho e Agra de Antas estavam próximas de recursos mineiros não metálicos, como o sal, cuja extracção se poderia efectuar na área lagunar de entre o Cávado e o Neiva¹⁹⁰ A proximidade de muitas jazidas com estes recursos e o pressuposto de que as necrópoles se encontravam próximas dos povoados tornam admissível pensar que o conhecimento da metalurgia do estanho, que se comprova a partir deste período na bacia do Cávado, tenha contribuído para a ocupação de novos espaços e a exploração de novos recursos.

Tentando fazer uma apreciação das **potencialidades de visibilidade por tipos de estações** observámos que os povoados (Faria Ia, Sola IIa e IIb) se encontravam em locais de alguma proeminência topográfica e com boa visibilidade para as áreas circundantes, nomeadamente para vias importantes, como o oceano e o vale do Cávado, no primeiro caso, e apenas o Cávado, no segundo.

Também os **depósitos** se situam em zonas com ampla visibilidade para vales agrícolas ou a plataforma litoral, com excepção dos da Vessada/Ameal/Góios e Retortas, que se localizam no vale.

Outra forma de abordar os depósitos é estudar os seus locais de distribuição no espaço. Deste modo, verificámos que muitos deles se encontram **sob penedos** (Bouça da

¹⁹⁰-Sabemos que o sal foi extraído na Europa Continental, desde o Neolítico, através da evaporação das águas salinas, de rios ou lagos. Durante a Idade do Bronze indícios desta actividade começam a manifestar-se ao longo de toda a costa ocidental (BROEKE 1996: 149).

Tomadia, Couva da Bouça, Mereces) ou **associados a meios aquáticos** (Vessada/Ameal/Góios, Retortas e, eventualmente, Lugar da Mata/Sequeade).

O **quadro paleo-ecológico** desta fase é difícil de reconstituir, tendo em conta que apenas possuímos dados para as duas ocupações do povoado da Sola (IIa e IIb), localizado numa área de baixa altitude e em pleno curso médio da bacia do Cávado. Todavia, as análises de jazidas arqueológicas e turfeiras do Noroeste Peninsular, inseríveis nesta fase, concordam com os dados deste povoado, pelo que nos permitimos generalizá-los a todo o vale do Cávado, na tentativa de estabelecermos as grandes linhas de força que se esboçam desde os inícios do II milénio AC.

É assim que consideramos esta sub-região como uma área onde o coberto vegetal seria já maioritariamente aberto, embora ainda com manchas consideráveis de floresta mista e ribeirinha. Nas áreas colonizadas por mato, a ocorrência de plantas arvenses, entre outras reveladoras da acção antrópica, revela já actividades agro-silvo-pastoris.

A presença de campos agrícolas testemunha-se por pólenes de cereais e de macrorrestos de cereais (milho miúdo), leguminosas (favas) e crucíferas (couves), plantas que se dão bem em zonas mais húmidas.

O conjunto destes dados permite pensar que durante o II milénio AC as populações teriam ocupado e explorado os mais diversos recursos de uma ecologia de vale e de planalto, numa interacção que procuraremos explicar no ponto 3.1. deste capítulo.

Passando agora a um nível mais amplo de análise podemos "afirmar" que na bacia do Lima e do Ave, a norte e a sul do Cávado, respectivamente, também são comuns jazidas deste período em grandes vales fluviais, nas bordaduras destes, ou junto da plataforma litoral.

Na bacia do Lima, podemos referir as seguintes estações ou achados: o povoado do Alto da Penacova/Penedos Grandes (Arcos de Valdevez), onde a vasos de largo bordo horizontal se associam a grandes recipientes lisos ou com decoração plástica (COSTA 1930: 142; SOEIRO 1988: 44; JORGE 1990: 246); o povoado (?) de fossas da Quinta/Campo da Seara (Arcos de Valdevez), na encosta suave do rio Vez, também com largos bordos horizontais (PAÇO 1933: 275; SOEIRO 1988: 44); os três vasos desta forma, descontextualizados, do Monte da Ola/Vila Fria (Viana do Castelo), localizados numa vertente suave (PAÇO 1933; FERREIRA 1971: 15 a 18; SOEIRO 1988: 43) e o vaso de largo bordo horizontal da mamoa de Chafé (Viana do Castelo) em área de vale (JORGE 1988b: 77, nota 89; 1990:246).

No vale do Ave regista-se o povoado de Terroso (Póvoa do Varzim), na bordadura da plataforma litoral, com vasos de largo bordo horizontal (FORTES 1905/1908: 664; PINTO 1932: 85; PAÇO 1933: 275; JORGE 1990: 246; DINIS 1993: 34, 116); a jazida da Touguinha (Vila do Conde), na desembocadura do rio Este com o Ave, com dois vasos de largo bordo e um troncocónico (FORTES 1905-1908: 662-663; PAÇO 1933: 275; SOEIRO 1988: 42; DINIS 1993: 112); o achado de dois vasos de largo bordo horizontal na Póvoa/Guidões (Stº Tirso), em pleno vale do Ave, (PAÇO 1933: 275; SOEIRO 1988: 42, 57; DINIS 1993: 112) e os vasos troncocónicos, de largo bordo, e a bracelete de bronze de Corvilho (Stº. Tirso), encontrada aquando da abertura dos alicerces para o Hospital da Misericórdia, em pleno vale e, eventualmente, de contexto sepulcral segundo a tradição oral (SANTARÉM 1956; SANCHES 1982: 56 a 58; SOEIRO 1988:42; CASTRO PÉREZ

1997¹⁹¹). Também o povoado do Monte Padrão (Stº Tirso), localizado na bordadura do vale do Ave, apresenta um conjunto de cerâmicas (vasos com organizações decorativas em grinalda, de tipo Cogotas I, potes, taças carenadas, um recipiente de paredes subcilíndricas e uma carena na parte alta do corpo do vaso e outro tendencialmente troncocónico) (MARTINS 1985), que se poderão incluir genericamente neste período. Na bordadura do vale do Ave, na freguesia do Bairro (Famalicão), há ainda a registar o achado de dois vasos de largo bordo horizontal, em associação com um púcaro de carena na pança, a fazer lembrar os vasos da mamoa da Portelagem e da necrópole de Belinho (Esposende), aparentemente associados a um bracelete em ouro¹⁹², encontrado a 100m dos vasos. (FORTES 1905/1908: 413-416; PARREIRA-PINTO 1980: 14, nº 55; SILVA 1986: 255, est. CXVI; 1993: 257, 286, fig. 2, nºs 5, 11; DINIS 1993: 112).

Para o interior da bacia do Ave continuamos a registar achados deste período em ecologia de vale. Destacamos os vasos de largo bordo do concelho de Guimarães, encontrados em S. Martinho de Sande (SOEIRO 1988: 43, DINIS 1993: 112), as eventuais sepulturas abertas no saibro (?) do Monte de Baixo/Barqueiros/São Cláudio do Barco (CARDOSO 1936b: 67; SARMENTO 1901: 126; ALMEIDA 1989; JORGE 1990: 246) e a necrópole (?)¹⁹³ de fossas abertas no saibro de Faísca/Caldelas, localizada numa vertente

191- Este autor integra esta possível necrópole no 1º quartel do I milénio AC, o que pensamos ser demasiado recente atendendo ao conjunto artefactual.

192-Foi efectuado a partir de um lingote fundido (ARMBRUSTER 1993c: 114 – 115).

193-S. Jorge (1988b:79) admite o carácter simbólico destas estruturas atendendo ao facto de os vasos se terem conservados intactos no interior das fossas, bem como pelo carácter de homogeneidade formal e disposicional destas peças (uma em cada fossa). Podemos anuir que perante a descoberta de duas fossas construídas no *tumulus* da mamoa 5 de Marco de Camballón, Pontevedra, contendo cada uma um vaso desta forma (CALO LOURIDO *et al* 1983: 67), a hipótese de contexto sepulcral desta jazida ganha mais verosimilhança, pois há, pela primeira, vez dois exemplos de contexto sepulcral em fossa, associados a estes recipientes.

suave. Esta estação é curiosa pois, além dos oito vasos intactos contidos nas fossas, forneceu fragmentos de moinhos, de trituradores e de outras cerâmicas (CARDOSO 1930: JORGE 1988b:79), sugerindo um povoado contíguo à necrópole, à semelhança do que parece ter ocorrido em Talhoz, Belinho e Bouça do Frade, ou na área de Chedeiro (Galiza) (FABREGAS VALCARCE *et al* 1998: 201-203), todas, estações inseríveis no II milénio AC.

No restante território do Noroeste português, ocorrem povoados que, por analogia com o conjunto cerâmico da Sola IIa e IIb e a necrópole do Tapado da Caldeira, tendemos a incluir, genericamente, neste período cronológico-cultural, embora localizados numa ecologia de alta montanha, em áreas de pendentes suaves, próximo de lameiros e áreas planas, com solos pouco profundos, em condições que cremos próximas das da serra de O Bocelo, Corunha. São eles, o da Bouça do Frade I e II (plataforma inferior e intermédia, respectivamente)¹⁹⁴ (JORGE 1988b e com. pessoal), o da Tapada da Venda/Pedroso (Celorico de Basto) (LE MOS *et alii* 1981:32-36; JORGE 1988b: 73-74, 79, 81; 1990: 246; SOEIRO 1988: 41 e nota 12) e, eventualmente, o do Castelo de Fraião (Valença) (C. A. ALMEIDA *et alii* 1995).

Na serra de O Bocelo (Corunha), apesar da intensa prospecção, F. Méndez Fernández (1998) não encontrou jazidas em ecologia de vale, ou em zonas onde se desenvolveu o "complexo das terras de lavradios". Pelo contrário, os povoados acumulam-se em zonas médias da serra, principalmente em vertentes intermédias e nas cercanias de zonas planas, associados a terras de monte e lameiros e nas imediações de solos de classe

¹⁹⁴-É de salientar que as escavações desta plataforma, ainda não publicadas, contêm vasos de bordo horizontal pequenos (S. JORGE 1996; 1998), cerâmicas de tipo "Cogeces" e uma data de radiocarbono que calibrada a 2 sigma coloca esta plataforma da Bouça do Frade, da passagem do 1º para o 2º quartel o II milénio AC. Agradecemos estas informações a S. Jorge.

C, D e E (pouco profundos e menos potentes que os existentes em redor dos castros e das aldeias actuais), o que o fez considerar que estes povoados se localizavam em posição subordinada ou periférica em relação ao referido "sistema de terras de lavradio". Todavia, na própria Galiza ocorrem alguns povoados em ecologia de vale que, genericamente, inserimos neste contexto cronológico cultural, por analogias artefactuais e por datas de radiocarbono. É deste modo que nos atrevemos a englobar nesta fase o povoado aberto de O Fixón - A Costa da Seixeira (Pontevedra), localizado na área costeira da ria de Vigo e onde ocorreram vasos subcilíndricos, recipientes de perfil em S, potes de grande porte, formas com carenas baixas e médias, vasos de largo bordo horizontal e decorações predominantemente plásticas (cordões horizontais na proximidade do bordo), embora se registem alguns fragmentos de tradição campaniforme (SUAREZ OTERO 1993; 1998: 86). Este autor refere ainda, em ecologia de vale, o povoado de Monte das Carballas (Pontevedra), onde as cerâmicas de superfície, encontram paralelo com formas das da Sola, sendo, também, maioritariamente lisas, apesar de existirem alguns fragmentos com decoração incisa e plásticas, sendo estas últimas mais correntes. Nesta estação apareceu, ainda, um fragmento de molde de machado de tipo "Barcelos"¹⁹⁵.

Ao mesmo "universo" cronológico-cultural poderá pertencer o povoado de Portecelo (Pontevedra), localizado sobre um terraço marítimo a 95m de altitude e datado pelo radiocarbono de 3050±50BP (CSIC 744) ou seja, de entre os finais do séc. XV e os

¹⁹⁵- Este povoado, na bacia de recepção do ribeiro de Cavaleiros, caracterizava-se por fossas abertas no saibro, inúmeras cerâmicas lisas, onde se pode evidenciar a forma 6 e um fragmento de cerâmica campaniforme.

meados do XII AC¹⁹⁶ (calibração a 2 sigma). Portocelo apresenta um conjunto cerâmico aparentado ao da Sola IIb (vasos de largo bordo horizontal, potes de perfil em S, potes com carenas altas pouco acentuadas, baixo índice de decorações onde sobressaem os motivos plásticas, nomeadamente os cordões). Este povoado forneceu, também, abundante indústria lítica, ausência de artefactos metálicos e indicadores polínicos e paleocarpológicos da existência de uma agricultura cerealífera e de uma paisagem aberta, com fortes indicadores de actividade antrópica (CANO PAN 1989; CANO PAN *et al* 1988; 1991a; 1991b; 1993).

Independentemente do número de povoados registados na Galiza, o que nos parece importante é a sua localização na bordadura da plataforma litoral, ou de vales, em associação com solos profundos, tal como R. Fábregas *et al* (1994: 150) e J. Suárez Otero *et alii* (1997: 32-33) referem para muitas jazidas anteriores aos finais da Idade do Bronze. Estes últimos autores chamam igualmente a atenção para a ocorrência de muitas estações com vasos de largo bordo horizontal, perto de filões de estanho, pelo menos para algumas zonas da província de Pontevedra, numa realidade que parece próxima da observada para a sub-região do Cávado.

2.4.1.3.3. A organização interna dos povoados

A **organização interna dos povoados** desta fase pode apenas ser esboçada para a Sola IIa, mas ser avaliada com maior acuidade para a Sola IIb, onde as escavações em área permitiram um maior número de dados passíveis de leitura.

¹⁹⁶- Data publicada por R. Fábregas Valcarce *et al* (1997: 192) e M. L. Ruíz Gálvez-Priego (1998).

A Sola IIa, datada do 1º quartel do II milénio AC, só foi detectada no corte 6 pelo que, aparentemente, parece ter ocupado uma área restrita do povoado, localizada no que cremos ter sido o início da vertente nordeste.

Se bem que a superfície da área escavada não fosse considerável (21m²) e por conseguinte as estruturas fossem pouco explícitas (dois buracos de poste), a quantidade de espólio era significativa o que parece revelar uma ocupação intensa.

A escassez de vestígios com indícios de terem estado sobre o lume, bem como a inexistências de lareiras, parece revelar que esta área do povoado não serviu como "área de cozinha". A grande percentagem de potes em relação ao total das formas determináveis (77%), o número de diâmetros médios/grandes e grandes (67%)¹⁹⁷ e a presença de matéria orgânica em 4 bases parecem sugerir que esta zona serviu, preferencialmente, como local de armazenagem de produtos secos e gordurosos.

Em relação à Sola IIb, apesar de não podermos falar de uma organização do povoado muito especializada, notam-se algumas linhas de força que importa resumir e perceber em termos de lógica de ocupação do espaço:

-nessa fase, datada dos inícios do séc. XVII, aos finais do XVI AC, a ocupação torna-se mais extensa do que a anterior. O povoado parece ocupar uma área considerável e espalhar-se por plataformas contíguas à superior, quer pelo lado este, sudeste sul e sudoeste (cortes 1, 2, 3 e 4). Esta ocupação perturbou e reaproveitou, por vezes, estruturas da primeira ocupação (Sola I), atribuível ao Calcolítico;

-o local de armazenagem de bens alimentares e de matéria-prima para a transformação metalúrgica parece concentrar-se numa das zonas de cota mais elevada do

¹⁹⁷- Estatística efectuada em relação apenas a 9 fragmentos, os únicos passíveis de fornecerem dimensões.

povoado, ou seja, no corte 1. Como silos considerámos as fossas abertas no saibro, de forma ovóide (1, 2 e 3/4), contendo macrorrestos vegetais (sementes e frutos), ou evidências de produtos impermeáveis. A presença significativa de macrorrestos de Leguminosas, nas fossas 1 e 2, bem como de Azeiteira na 5, poderão constituir indicadores de revestimento ou impermeabilização, efectuado através da cestaria ou entrançados vegetais. A existência de cortiça na estrutura 2 poderá associar-se às mesmas funções. É de salientar, que as fossas 1 e 2 continham restos de bolotas no interior;

-os indicadores de produção metalúrgica distribuem-se um pouco por todo o povoado, embora o local com mais evidências de refundição e produção de artefactos metalúrgicos se situe no corte 1, a este-sudeste e no 4, a sul, em forte associação com cerâmicas que cremos portadoras de alto valor simbólico, como os vasos de largo bordo horizontal. Em abono da actividade metalúrgica no povoado, destacamos a ocorrência de fossas abertas no saibro, com canais laterais, algumas ainda com vestígios de combustão no seu interior (a nº 7) ou cobertas de pedras fumigadas e com acumulação de carvões (a nº 8);

- eventuais cabanas também se dispersavam pelo povoado. Uma estrutura definida parcialmente por um "murete" de pedra, resultante do desmantelamento de parte da "muralha" da Sola I, no corte 2, associada a buracos de poste, indicia uma cabana circular, com cerca de 4m de diâmetro exterior. A ela associava-se uma grande concentração de espólio, um pote da forma 6, escorado com pequenas "lajes" graníticas, e alguns semi-círculos rodeados por pedra, cujo significado nos escapa. Seriam zonas para contenção de outros vasos? No corte 1 outra possível cabana circular, com cerca de 4,80m, foi delimitada por 6 buracos de poste. Em nenhum dos casos surgiram fossas no interior destas estruturas.

-possíveis estruturas cistóides, constituídas por pedras de reduzidas dimensões mas contendo uma pequena laje a este (BETTENCOURT 1991/1992; 1996), concentravam-se a su-sudoeste do povoado em área, aparentemente periférica à da produção metalúrgica e de outras actividades da vida diária. Esta ilação foi efectuada atendendo à escassa concentração de espólio existente na zona onde se localizaram estas estruturas. Registe-se que o espólio cerâmico e lítico nos quadrados onde elas se encontraram era bastante escasso (25%). A sua interpretação como sepulturas é provisória, mas poderá admitir-se por comparações arquitectónicas com as estruturas cistóides de Agro de Nogueira, Corunha (MEIJDES CAMESELLE 1993, 1994) e Gandón, Pontevedra (PEÑA SANTOS 1985) até à sua eventual confirmação aferida por análises sedimentológicas.

Ao tentarmos analisar a lógica de ocupação do povoado surgem-nos algumas considerações:

-a localização preferencial da área voltada a este, este-sudeste, sul e su-sudoeste poderá relacionar-se com as facilidades de acesso ao vale do rio Outeiro, com vertentes suaves, bem como com a prática da agricultura nessas mesmas vertentes, bem drenadas, protegidas dos ventos do noroeste e com boa exposição aos raios solares;

-a expansão do povoado por uma grande superfície, bem como a evidência de uma actividade agrícola e metalúrgica do bronze, poderão revelar uma economia relativamente estável, favorável a uma ocupação de carácter bastante estável;

-a escolha de zonas mais altas para reservatório de bens agrícolas deverá relacionar-se com as condições de arejamento e de drenagem desses locais. O facto de nessa mesma zona se guardarem matérias-primas valiosas, como as corneanas básicas, das quais parece ter-se tentado extrair metal, prender-se-ia com tradições culturais, que

visualizam os lugares mais altos e centrais como áreas comunitárias de referência, propícias à armazenagem dos bens públicos;

-a associação de vasos de largo e médio bordo horizontal com actividades metalúrgicas poderá ter uma explicação funcional de ordem social. Seria a refundição e a execução de artefactos metalúrgicos uma prática, apenas manipulada por agentes sociais associados a outras actividades simbólicas? Que papel desempenhariam aqui os vasos de largo e médio bordo horizontal? Esta forma, também encontrada em contextos funerários do noroeste, parece ser portadora de significado simbólico, quer em vida, quer na morte dos seus utilizadores. Seriam os seus manipuladores, portadores de um estatuto social diferenciado, no seio da comunidade? Essa diferenciação de *status* estaria relacionada com o conhecimento de práticas pouco divulgadas no seio de uma comunidade essencialmente rural, que no caso concreto seria a metalurgia do bronze?

Estas são apenas um série de questões para as quais não temos resposta, mas que importa equacionar, com vista a trabalhos futuros.

As particularidades detectadas, sobretudo na Sola IIb, são dificilmente confrontadas com as de outros povoados de sincronia genérica, no Noroeste peninsular. Existem várias estações inseríveis no que consideramos Idade do Bronze, em termos restritos, mas em áreas que cremos culturalmente distintas, como Castelo Velho III e Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), no Alto Douro. Estas estações demonstram, contudo, uma grande diversidade em termos de organização interna do espaço, o que nos faz pensar numa grande diversidade de padrões de povoamento e de estruturação cultural para esta fase. As estações geograficamente mais próximas carecem de publicações exaustivas, pelo que as comparações efectuadas têm, necessariamente, um valor reduzido.

No caso da Bouça do Frade I e II (Baião), eventualmente Castelo de Fraião (Valença) e Tapada da Venda/Pedroso (Celorico de Basto), todos em ecologia de montanha, pudemos apenas determinar que se tratavam de povoados abertos e com estruturas subterrâneas abertas no saibro (fossas).

Em relação ao Monte Padrão (Stº Tirso) e a Portocelo (Pontevedra), que consideramos ainda desta fase, atendendo às características do espólio, embora já dos meados ou 2ª metade do II milénio AC, conhecem-se vários fundos de cabana, em saibro, cujas paredes seriam de materiais perecíveis, característica que se perpetua pelos finais da Idade do Bronze.

Perante o reduzido número de dados disponíveis, embora bastante diversificados, torna-se absolutamente pertinentes estudos regionais sistemáticos que permitam englobar esta diversidade em diferentes tradições culturais dentro da Idade do Bronze.

2.4.2. Do último quartel do II milénio AC (séc. XI AC) ao 2º quartel do I milénio AC

2.4.2.1. Contextos ocupacionais

Para este período, os dados mais antigos reportam-se ao séc. XI AC (povoado de S. Julião Ia) e os mais recentes inserem-se no 2º quartel do I milénio AC (S. Julião Ic), momento, a partir do qual, a aceleração do processo de mudança vai dar origem a uma fase de transição entre a Idade do Bronze e a do Ferro.

No registo arqueológico do vale do Cávado distinguimos: povoados, eventuais locais de armazenagem, expressões funerárias, santuários rupestres e achados avulsos.

Como povoados considerámos as estações escavadas e estudadas por nós, individualmente ou parceria [(Alto da Cidade I (Braga), Alto de S. Bento (Braga), Cabanas I (Braga), Santinha I e II (Amares), S. Julião Ia, Ib, Ic (Vila Verde)]; escavadas por outros investigadores, mas estudadas na íntegra por nós [(Falperra I (Braga)]; intervencionados arqueologicamente e publicados por M. Martins [(Barbudo I e S. Julião I (Vila Verde)]; escavadas por outros arqueólogos, mas cujos materiais foram reanalisados, em parte ou na íntegra, no âmbito deste trabalho [(Faria Ib (Barcelos), Lanhoso I (Póvoa de Lanhoso), Roriz I (Barcelos) e S. Lourenço I (Esposende)]. Em relação às estações do Crasto (Barcelos), Monte da Saia I (Barcelos) e S. Simão do Cossourado I (Barcelos), a sua atribuição foi mais problemática, pois baseou-se apenas em materiais metálicos encontrados à superfície, tradicionalmente integráveis nos finais da Idade do Bronze. No Crasto, estação sem evidências de ocupações posteriores, surgiram, também, cerâmicas

manuais de cozedura redutora e pasta arenosa. No Monte da Saia I e em S. Simão do Cossourado I, existem, também, gravuras rupestres esquemáticas, que pensamos poderem integrar-se nesta fase, pela semelhança estilística com as encontradas na Falperra, S. Julião, Roriz e S. Lourenço e pela ausência, naqueles dois locais de achados de períodos anteriores. O Outeiro de Chascos (Braga), Pau de Bandeira I (Braga) e Susão (?) (Esposende), são jazidas que foram classificadas como povoados desta fase apenas pelo espólio cerâmico encontrado à superfície. Se este era relativamente abundante na primeira estação, permitindo uma inserção cronológica mais segura, nos outros casos era escasso, pelo que o valor destas estações deve ser relativizado.

As **expressões funerárias** são raras e, por vezes, de difícil classificação. Foram incluídas neste grupo o achado dos Granjinhos (Braga), a estrutura cistóide da Santinha I (Amares) e, com reservas, a fossa coberta por pedras contendo um vaso da forma 15 e duas estruturas circulares de S. Julião Ib (Vila Verde).

Como **santuários rupestres** considerámos a totalidade dos afloramentos gravados com motivos geométricos e covinhas conhecidos nesta sub-região, como os conjuntos de várias rochas historiadas da Lage dos Sinais - Monte da Saia (Barcelos) e de Roriz (Barcelos), bem como os afloramentos da Falperra (Braga), de S. Lourenço (Esposende), de S. Julião e de S. Simão do Cossourado (Barcelos).

A integração cronológico-cultural destas gravuras é sempre difícil mas pareceu-nos possível considerá-las em uso durante esta fase com base na sua ausência em contextos do II milénio AC, na sua associação espacial com povoados cujos níveis de ocupação mais antigos se inscrevem nos finais da Idade do Bronze e pelo facto, da relação espacial povoado - gravuras rupestres, nas regiões limítrofes a norte e sul da bacia do Cávado, ser idêntica à encontrada na nossa área de trabalho, tal como se poderá constatar no ponto

3.2.4. É de referir que a perda de valor simbólico destes petróglifos só parece verificar-se em contextos posteriores à Idade do Ferro Inicial, como se verifica em S, Lourenço, pelo que a arte rupestre esquemática desta região inscrever-se-ia, assim, nos finais da Idade do Bronze e nos inícios da Idade do Ferro, períodos onde as poucas cerâmicas decoradas contêm, igualmente, uma temática abstracta.

Considerámos, ainda, como dos finais da Idade do Bronze, o machado de talão de uma argola, encontrado na freguesia de Perelhal, e o fragmento mesial de ponta de lança detectado na freguesia de Durrães, ambos **achados avulsos**.

2.4.2.2. Cultura material

O espólio que serviu de referência para este período foi o detectado, sobretudo, nos povoados de S. Julião Ia, Ib e Ic, Santinha I e II, Alto da Cividade I, Cabanas I (escavados por nós). Usámos, igualmente, os materiais do Barbudo I (escavado e publicado por M. Martins), os da Falperra I (escavados por M. Martins mas estudados por nós) e os do Castro de Lanhoso I, Faria Ib, Roriz I, reanalisados no âmbito deste trabalho e os da necrópole dos Granjinhos. Com excepção da Falperra I, Faria Ib, Lanhoso I, Roriz I e Granjinhos, todas as estações foram datadas pelo radiocarbono. Com este conjunto quantitativamente significativo, em termos artefactuais, foi possível determinar um conjunto de alterações nos materiais cerâmicos, metálicos e líticos, a partir dos finais do último quartel do II milénio AC, que poderão reflectir uma mudança cultural em relação às comunidades anteriores.

2.4.2.2.1. Cerâmica

Nota-se uma tendência para a diminuição do número de formas e uma maior padronização das que persistem ou aparecem de novo.

Morfologia

Forma 1 (pote). Corresponde à forma mais representada desde os finais do II até aos meados do I milénio AC. Persiste desde épocas mais recuadas, mas apresenta, nesta fase, a particularidade de ter frequentemente o lábio decorado com incisões ou impressões.

Forma 1b (pote). Forma residual nesta fase, embora tenha sido bastante frequente na 1ª metade do II milénio AC. Tem tendência para aumentar no 2º quartel do I milénio AC e persiste de forma abundante durante a Idade do Ferro, embora em pasta micácea.

Forma 2 (pote). A segunda forma mais representada desde os finais do II até aos meados do I milénio AC. Persiste durante a Idade do Ferro, embora em pastas com desengordurante micáceo.

Forma 3 (pote). Forma apenas registada neste período, com uma representatividade reduzida.

Forma 4 (pote). Forma residual nesta fase, mas que desaparece na fase subsequente. Foi datada radiometricamente em vários povoados (S. Julião Ib e Cabanas I, por exemplo).

Forma 5 (pote) Formas raras, mas detectadas em povoados e contextos sepulcrais (Granjinhos). No povoado da Santinha I foi datada radiometricamente.

Forma 7 (pote) Forma extremamente rara neste período, embora com antecedentes abundantes na 1ª metade do II milénio AC. Foi datada radiometricamente no povoado da Santinha I.

Forma 9 (pote). Forma rara. Foi apenas detectada e datada no povoado da Santinha I e S. Julião Ic.

Forma 10 (potinho/púcaro). Corresponde a uma das formas mais representadas nesta fase. Apesar dos bordos poderem ser em aba soerguida pequena, esvasados ou verticais, ainda são estes últimos que predominam. Ocorre, pelo menos, desde os inícios do II milénio AC em todos os povoados conhecidos deste período.

Forma 11 (copo/subcilíndrico). Trata-se de uma forma sempre residual, mas aparentemente contínua desde os inícios do II milénio AC. Desaparece totalmente, a partir do 2º quartel do I milénio AC.

Forma 12 (taça carenada). Forma bem representada neste período, sobretudo até aos inícios do 2º quartel do I milénio AC, momento a partir do qual começa a desaparecer. Já não ocorre nos meados deste milénio.

Forma 15 (urna), exclusiva no Alto da Cividade I, na Falperra I e em S. Julião Ib (IX AC).

No Noroeste, esta forma ocorre também nos povoados do Coto da Pena (Caminha) e Castelo de Matos (Baião), no 1º quartel do I milénio AC (DINIS 1991/1992: 128, Est. II), muito provavelmente entre o último terço do séc. X e os finais do IX AC, ao termos em conta a média ponderada das três datas de radiocarbono obtidas, a partir de semente, para o povoado.

Na Beira Alta, particularmente na bacia do alto e médio Mondego, são conhecidas urnas que J. C. Senna-Martinez (1995) classifica como forma 38.1, em pastas finas e

acabamentos polidos, nos finais da Idade do Bronze, no que este autor designa de Horizonte Baiões/Stª Luzia. Esta forma já se anuncia nesta região no Bronze Antigo/Médio, sob a classificação de 22.3, detectada na sala 20 do Buraco da Moura de S. Romão (Seia), num contexto que J. C. Senna-Martinez (1995: 78-80) considera doméstico. Na Beira Interior, aparecem no último quartel do II milénio AC, no povoado do Monte Frade e da Moreirinha (VILAÇA 1995: 153, 155, 162, 232, 236). No território espanhol é conhecida em Teruel, em contextos de gruta datáveis do "Bronze Tardio". Como exemplo, citamos a sua presença na gruta da Sima del Ruidor (sector II) onde esta forma foi detectada em contexto, datado pelo radiocarbono, de entre o séc. XIII e XII AC (PICAZO MILLAN 1993: 32 - 33)¹⁹⁸. De qualquer modo, parece ser mais frequente nos finais da Idade do Bronze, ou seja, nos inícios do I milénio AC.

No Levante, as urnas só ocorrem após o Bronze Médio, em contexto de povoado [Mola d'Agres, Peña Negra I (este último datado do séc. IX ao VIII AC), Vinarragell I, antes dos elementos dos Campos de Urnas]]. Porém, apesar desta cronologia no Levante, em zonas mais interiores, como em Madrid, há evidências destes vasos no Bronze Médio (Cueva de Pedro Fernández de Estremera) e em Segóvia (Cueva de Arevalillo)¹⁹⁹.

Perante estes dados, depreende-se que esta forma é mais recente no Noroeste que na zona meridional da Península, onde parece ter chegado por influência externa apenas no I milénio AC.

Forma 16 (vaso geminado). Forma extremamente rara. Só aparece em S. Julião Ib, nível de ocupação datado do séc. IX AC.

¹⁹⁸ - Datas correspondentes a CSIC - 746 (3180±50BP) e CSIC - 747 (3170±50BP).

¹⁹⁹- Todas estas informações foram retiradas da obra de J. Picazo Millán (1993: 86 - 87).

Não conhecemos paralelos para o Noroeste. Na Beira Alta, esta forma ocorre no povoado da Sr^a da Guia, Baiões (SILVA 1980: 175; 1986: 120-121; LOPES 1993: 138-141). Na Beira Interior, foi detectada nos povoados do Castelejo (2 exs.), nos finais da Idade do Bronze e no da Moreirinha (1 ex.), no último quartel do II milénio AC (VILAÇA 1995). Em Alpiarça, ocorrem vasos quádruplos, segundo A. Lopes (1993: 138) e, em Santa Olaia (SILVA 1986)²⁰⁰ ambos de cronologia desconhecida.

Em Teruel, em contexto superficial dos povoados de Cabezo del Arquillo, Casa Mora, San Cristóbal, Puntal Fino, encontraram-se restos desta forma. A única forma contextualizada detectou-se no povoado de Castillo de Frías de Albarracín, do Bronze Médio e numa lixeira do povoado de La Hoya Quemada datada, pelo radiocarbono, de entre 3550 ± 25 a 3260 ± 100 ²⁰¹ (PICAZO MILLAN 1993: 39 - 44, 87).

Na região de Valência, onde esta forma é considerada como típica do "Bronze Valenciano", os vasos geminados são conhecidos em nove povoados (FERNANDEZ VEGA 1987: 196, 214)²⁰².

Na Catalunha, aparecem em cronologias antigas, embora decorados com incisões e impressões (Túmulo I da serra de Clarena, datado de 1750 a.C. em datas não calibradas, ou na Covaverda de Sitges em associação com cerâmica campaniforme) (PICAZO MILLAN 1993: 87).

Em todas estas zonas, as pastas são "relativamente depuradas" e de acabamento espatulado ou polido (*Id. ibidem*).

²⁰⁰- Segundo informação da Dr^a Isabel Silva, responsável pelas intervenções mais recentes neste povoado, o Dr^o Armando C. da Silva teve acesso aos desenhos do material cerâmico detectado nesta estação

²⁰¹- GrN 15894 (3550 ± 25 BP); UGRA 212 (3450 ± 90 BP); UGRA 213 (3420 ± 100 BP); GrN 15895 (3370 ± 20 BP); UGRA 211 (3260 ± 100 BP) (PICAZO MILLAN 1993: 43).

²⁰²-Em J. Picazo Millán (1993: 87).

Tendo em atenção as cronologias para áreas mais meridionais da Península e da Beira Interior, somos levados a pensar que a sua introdução se terá dado tardiamente no Noroeste, por influência meridional e não de forma generalizada.

Pela sua raridade no Noroeste, deverão tratar-se de peças de simbologia ritual, embora seja difícil precisar o seu contexto específico. Também J. Picazo Millán (1993: 87) coloca a hipótese da sua associação ao mundo simbólico dos povoados, embora relembre a sua utilização em contexto funerário das jazidas catalãs. Atendendo aos contextos de achado e a analogias com algumas culturas africanas da actualidade, onde recipientes duplos ou triplos se associam ao culto de gémeos e à sua morte (GALLAY 1986: 129, fig. 12)²⁰³ N. David *et alii* (1988: 371-374)²⁰⁴ formulam a hipótese de que estes vasos se poderiam relacionar com os nascimentos múltiplos que, por sua vez, se associariam à fertilidade dos campos e a rituais ligados às colheitas. Nesse sentido, R. Vilaça (1995: 292) chama a atenção para o facto de, no povoado de Cabezo Redondo (Villena), se ter encontrado um destes recipientes associado a um grande vaso contendo grãos de cevada e defende que as analogias africanas poderão ser úteis para compreendermos a pervivência desta forma desde o neolítico²⁰⁵.

Forma 17 (prato). Ocorre apenas em dois casos, um nos finais do II milénio AC e outro no 1º quartel do I milénio AC, ou seja em S. Julião Ia e Ib. Poderá ser a precursora das tigelas.

²⁰³-Em J. Picazo Millán (1993: 87).

²⁰⁴-Em R. Vilaça (1995: 292).

²⁰⁵- R. Vilaça (1995: 292) refere o trabalho de R. Pérez Mínguez (1990), autor que terá publicado uma listagem bastante completa de locais com ocorrência de vasos geminados.

Forma 18 (panela de asa interior). Esta forma é rara neste período, embora se desenvolva em fases subsequentes. Nos finais da Idade do Bronze, encontra paralelo nos povoados do Coto da Pena I (Caminha) (SILVA 1986: 120) e no da Senhora da Guia (Baiões). Neste último, uma das panelas de asa interior teria servido para fundição de metais, segundo análises realizadas por J. Cavalheiro no C. M. da Universidade do Porto (LOPES 1993: 159). Na Galiza, esta forma remonta também ao 1º quartel do I milénio AC, ao aparecer nas camadas mais antigas do Castro de Torroso (Pontevedra), na sua maioria com asa de prensão vertical. Corresponde às formas 2a e 2b deste povoado, estão bem representadas e mantêm-se até à camada 1, já do 2º quartel do I milénio AC (PEÑA SANTOS 1992b: 23, 45, 98, 101, 109).

Forma 19 (tampa). Aparece apenas uma vez, num contexto datado por radiocarbono do séc. X AC, no povoado de Cabanas I. Há antecedentes na fase anterior.

Forma 20 (pote) Forma rara neste período. Num dos povoados foi datada do séc. X AC (Santinha I). Não parece ter antecedentes nas fases precedentes e subsequentes.

Forma 21 (vaso de aba horizontal interior). Forma excepcional neste período. O único paralelo conhecido foi detectado no povoado do Monte Padrão (Stº Tirso) em contexto que cremos da fase cronológico-cultural anterior. Foi datada na bacia do Cávado do séc. X AC, no povoado da Santinha I.

Forma 22 (malga). Forma pouco abundante neste período, tal como no precedente.

Forma 23 (tigela). Forma raríssima neste momento, mas com tendência a aumentar na fase subsequente.

Deste apanhado podemos desde já afirmar que, apesar da manutenção de muitas formas existentes anteriormente, há alterações significativas na distribuição de cada uma

delas. Enquanto em boa parte do II milénio AC as formas mais importantes eram a 10 (potinhos /púcaros), seguidas da 7, 1, 2 e 1b (todas potes), nesta fase são os potes da forma 1 os mais representativos, seguidos dos da forma 2. A terceira forma mais representada passa a ser a 12, que era apenas vestigial no período anterior, seguida da 10. Podemos ainda salientar que a segunda forma mais representada, durante uma boa parte do II milénio AC, a 7, se torna agora absolutamente residual. Também a forma 1b, com boa expressão na fase anterior, apresenta fraca representatividade durante a 1ª metade do I milénio AC.

Comparando as formas desta fase com as anteriores podemos dizer que, apesar das **persistências**, algumas delas residuais (formas 11, 20 e 21), há especificidades cerâmicas que individualizam esta fase. As novas formas são a 3, 5, 9, 15, 16, 17, 18 e 23 e ainda os discos, cossoiros e tubos perfurados. Quanto às bases, ocorrem, pela primeira vez, as de fundo plano alargado, as umbilicais e as de pé-alto.

Os **discos** correspondem a peças de forma discóide, efectuadas frequentemente a partir de fragmentos de cerâmica. Só ocorrem na bacia do Cávado a partir do I milénio AC. No Noroeste, nomeadamente na Galiza, os discos mais antigos são de pedra e cerâmica e provêm da camada 1 do Castro de Torroso (Pontevedra), datada já do 2º quartel do I milénio AC (PEÑA SANTOS 1992b: 40, 45, 120, 129), embora ocorram centenas destas peças em inúmeros povoados já da Idade do Ferro na Galiza (HIDALGO CUÑARRO 1985: 22 e 37; PEÑA SANTOS 1992b: 42). Na região meridional da Península Ibérica, os discos conhecem-se durante toda a Idade do Bronze (PICAZO MILLAN 1993: 89), pelo que supomos ter sido a partir daí que terão entrado no Noroeste.

Têm sido atribuídos vários usos aos discos, sendo interpretados como fichas de jogo, elementos para contabilidade, ou mesmo como pesos de tear, nos casos em que foram perfurados²⁰⁶. Baseados na etnografia local, pensamos que os discos poderão ser rodas para lastrar os fusos, semelhantes às existentes nos locais mais remotos do Entre-Douro-e-Minho e Beira Alta, até aos anos 60/70, cuja finalidade era permitir um movimento circular regular. Se admitirmos esta função para estas peças, é natural que tenham aparecido em associação com os cossoiros, o que, de facto, parece ter ocorrido na bacia do Cávado.

Os cossoiros aparecem, também, pela primeira vez, no 1º quartel do I milénio AC (pelo séc. IX AC), embora persistam pela Idade do Ferro. Deste modo, recuamos a cronologia proposta em 1993, momento em que considerámos estas peças da transição Bronze/Ferro (BETTENCOURT 1994)²⁰⁷. Esta cronologia está mais concordante com os achados de cossoiros no Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia), Beira Alta (SENNA-MARTÍNEZ 1989) e com os dos povoados dos Alegrios (Monsanto), Monte do Frade (Penamacor) e Moreirinha (Idanha-a-Nova), já na Beira Interior (VILAÇA 1995: 319).

Na Galiza, o exemplar mais antigo é proveniente do povoado de Torroso (Pontevedra), datado já do 2º quartel do I milénio AC (PEÑA SANTOS 1992b: 42, 120).

206. Para mais pormenores, consultar a síntese que J. Picazo Millán (1993: 89) faz sobre as várias interpretações adscritas a estas peças.

207. Esta mudança de opinião prende-se com a continuação dos trabalhos efectuados posteriormente à comunicação proferida, em 1993, no âmbito do I Congresso Peninsular de Arqueologia, publicada em 1994.

Mais uma vez os dados, embora escassos, apontam para uma introdução destes artefactos, no Noroeste, por via meridional, o que se relacionaria com a tecnologia da fiação.

Os tubos perfurados são conhecidos apenas em povoados dos séculos X e IX AC da bacia do Cávado (Cabanas I, Braga e S. Julião Ib, Vila Verde, respectivamente). Pela sua morfologia, poderiam ter servido de bicos de artefactos feitos, em parte, com materiais perecíveis (peles ou bexigas de animais), fazendo parte de objectos para beber ou para fins musicais²⁰⁸.

As bases eram maioritariamente de fundo plano simples, seguidas das côncavas e das umbilicais. Os diâmetros eram mais variados do que no período anterior pois ocorrem bases pequenas, médias, médias/grandes, grandes e muito grandes. Surgem as primeiras bases de pé alto e as de fundo plano alargado, ainda que com representação excepcional.

As asas eram essencialmente de secção sub-rectangular, mas existiam algumas ovais, semicirculares, circulares e trapezoidais. Estas últimas só aparecem a partir do 1º quartel do I milénio e, ainda, de forma excepcional.

Em relação às **decorações**, registam-se algumas diferenças importantes em relação ao período anterior.

²⁰⁸- Para fases mais recentes, Estrabão refere que os povos da Idade do Ferro eram portadores de instrumentos de sopro, como flautas e trombetas (CARDOSO 1994: 71).

-Grande sobriedade decorativa, em que o número de fragmentos decorados não ultrapassa os 1,5% do total de peças exumadas.

-Predomínio da decoração incisa, seguida da plástica e, por último, da impressa.

-No grupo das incisões, os motivos são bastante distintos do período anterior. Agora, são maioritários os bordos serrilhados através de sulcos, desconhecidos na fase precedente, embora diminuam, gradualmente, desde os finais do II milénio AC até aos finais do 2º quartel do I milénio AC. Aparecem os triângulos e os losangos preenchidos e a variedade das organizações decorativas também é maior. São comuns os motivos em espinha, os losangos simples, as combinações de triângulos e losangos, as linhas horizontais, verticais, diagonais, onduladas e irregulares, entre outros motivos já conhecidos (reticulados e organizações metopadas).

-Em relação aos motivos plásticos, continuam a ser usados os cordões simples horizontais, numa tradição anterior, mas aumentam o número de mamilos (circulares ou alongados, estes últimos presentes, pela primeira vez, e frequentemente perfurados duplamente). Os cordões simples, por sua vez, vão decrescendo numericamente até desaparecerem nos meados do I milénio AC.

-Nas decorações efectuadas por impressões, há a pervivência das dedadas, embora agora elas sejam usadas, sobretudo, sobre os lábios dos potes da forma 1. Ocorrem ainda motivos pontilhados, unhas, sulcos, todos eles vestigiais.

-É também no I milénio AC que aparecem as combinações plástica/incisa, com sulcos sobre cordões e a plástica/impressa com pequenos círculos sobre cordões.

Estamos perante alterações substanciais nos elementos e quantificação decorativa, o que poderá revelar alterações importantes em termos comportamentais e ideológicos na linha de I. Hodder (1982a; 1982b).

Tecnologia

As produções são muito diversificadas, pelo que cremos estar em presença de fabricos locais.

De uma forma geral, as pastas das taças carenadas, urnas, vasos geminados e alguns potinhos são mais finas, mais uniformes, com desengordurantes mais pequenos e acabamentos de melhor qualidade, o que proporciona aos recipientes uma maior impermeabilização. Em relação às outras formas, também se verifica uma melhoria geral no acabamento, com menor número de peças rugosas.

Só a partir do 1º quartel do I milénio AC é que ocorrem as primeiras peças de olaria predominantemente micáceas, muito embora com níveis percentuais muito baixos, ou seja, inferiores ou iguais a 3% em milhares de fragmentos dos povoados da Santinha I (1%), Santinha II (3%), S. Julião Ib e Ic (1%) e, eventualmente, Falperra I.

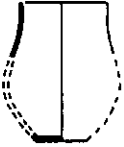
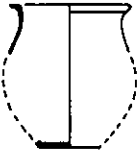
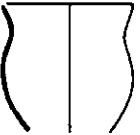
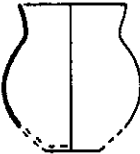


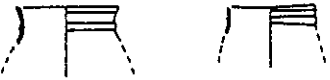


1	
1b	
2	
3	
4	
5	
7	
9	
10	

Tabela formal dos finais da Idade do Bronze.





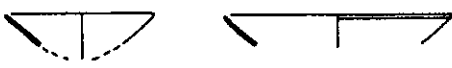
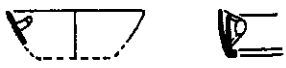


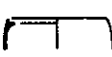


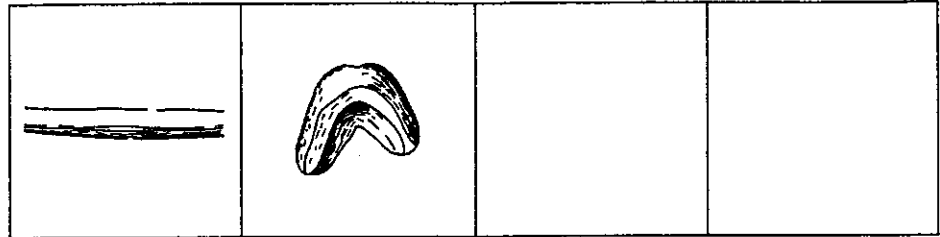
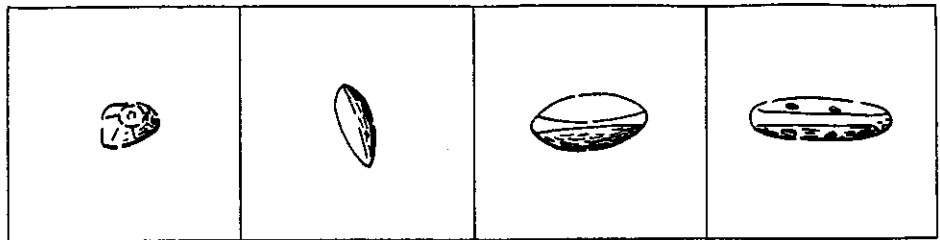
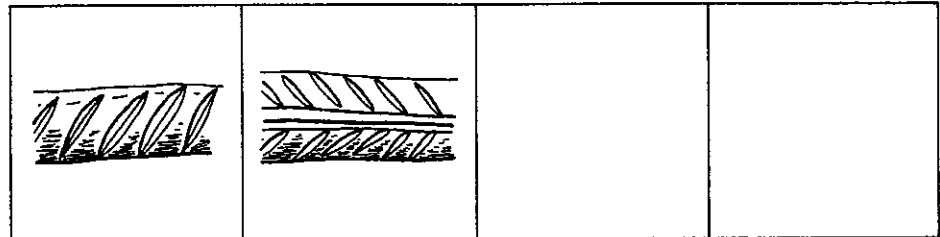
11	
12	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

Tabela formal dos finais da Idade do Bronze.

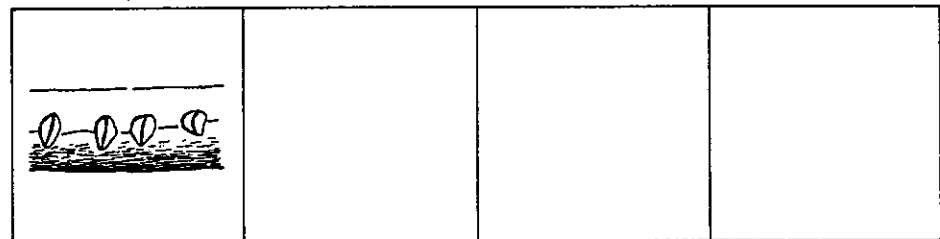
PLÁSTICA



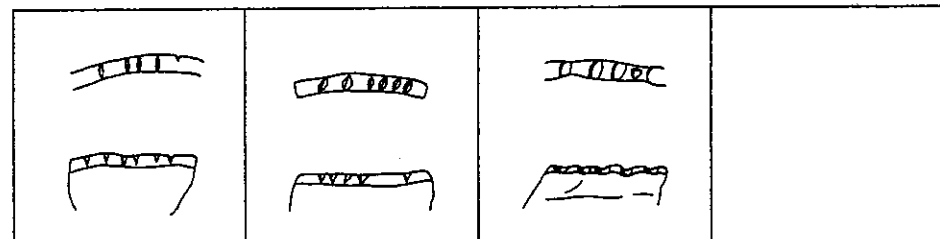
PLÁSTICA-INCISA



PLÁSTICA-IMPRESSA



INCISA (BORDOS)



INCISA

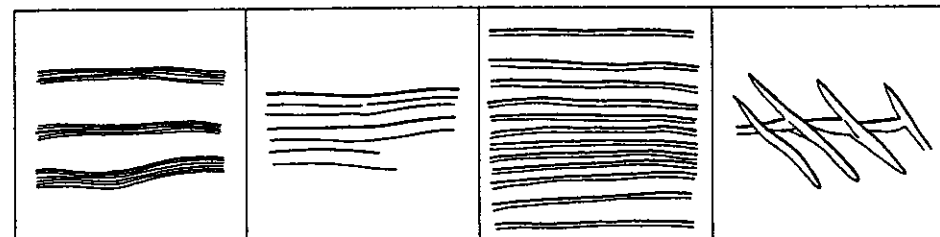
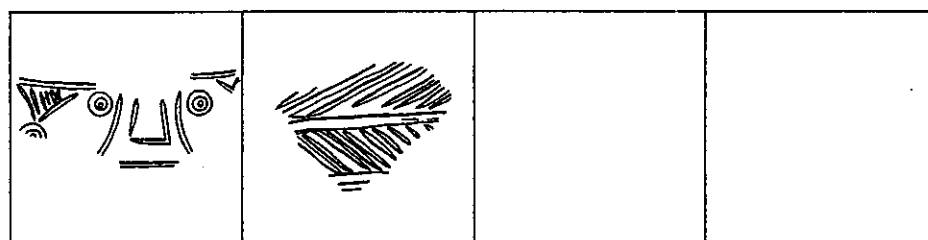
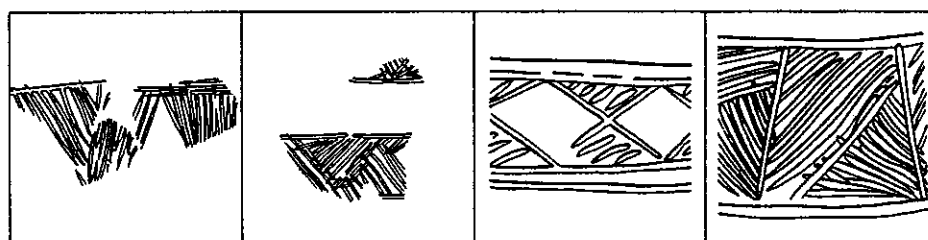
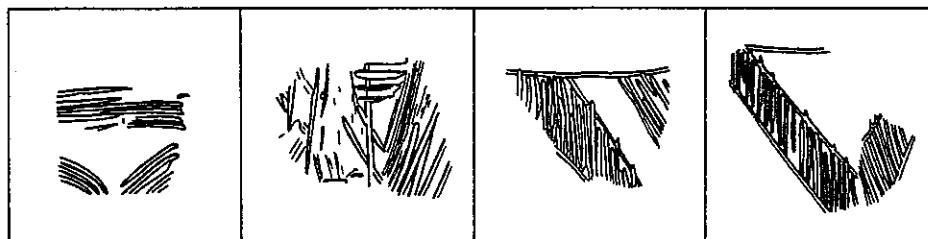
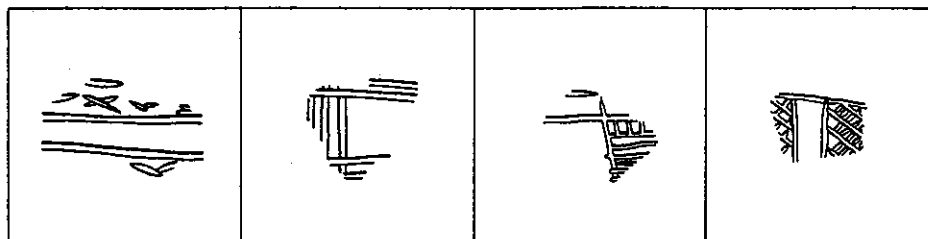
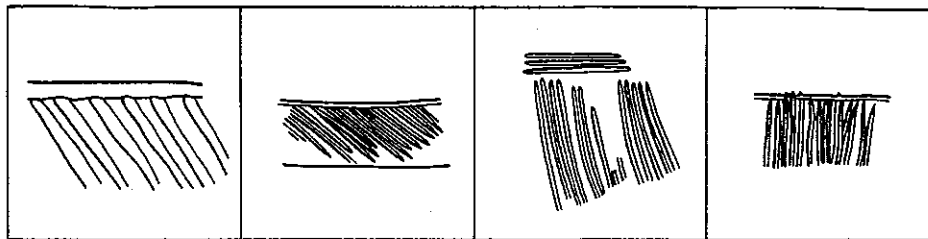


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos desta fase.



IMPRESSA (BORDOS)

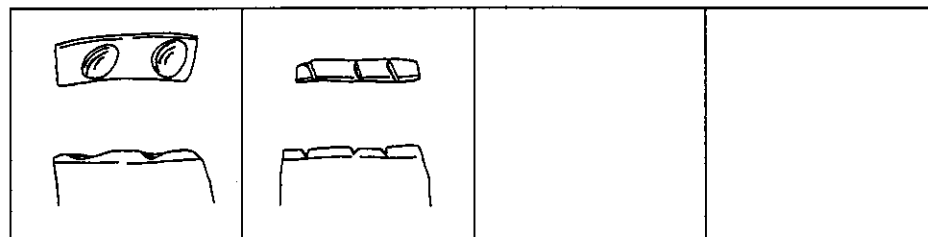


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos desta fase.

IMPRESSA

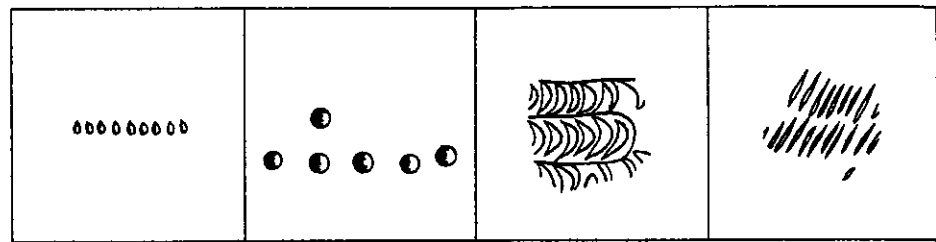


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos e diversas bases desta fase.

2.4.2.2.2. Líticos

As matérias-primas usadas continuam a indiciar um aproveitamento dos recursos locais, sendo as mais usadas o granito, o quartzito e o quartzo, desde os fins do II milénio ao 2º quartel do I milénio AC. Todas as restantes (corneanas, arenitos, filitos, gneiss, pórfiros graníticos, quartzo hialino, pegmatitos e xisto) são de origem local ou regional, tendo desaparecido quase definitivamente o uso do sílex, que ocorre apenas uma vez, usado numa lasca que pode revelar reaproveitamento de materiais anteriores, ou a presença de uma peça exótica, de origem exterior, talvez do Sul. A única rocha encontrada, de proveniência eventualmente nordestina, é um agregado de quartzo e hematite.

Quanto aos objectos, aparecem, pela primeira vez, os pesos de tear ou de rede, os seixos retocados, os suportes, uma placa perfurada, trituradores e braceletes ou colares, em pedra polida. Persistem os moinhos dormentes e moventes, os polidores, as lascas simples, com vestígios de lípidos ou retocadas.

Há, também, evidências de trabalho local da indústria lítica (lascas residuais, tablete de reavivamento e um núcleo de quartzo hialino).

2.4.2.2.3. Vidro

No 1º quartel do I milénio AC, aparecem os primeiros objectos em pasta vítrea. Tratam-se de contas de colar com incrustações multicolores, que cremos de origem meridional, atendendo a que é nesta zona que se localizam os achados vítreos mais antigos - as contas do túmulo nº 9 de Fuente Álamo (Almeria), datados dos meados do II milénio

a.C.²⁰⁹. Na fachada mais ocidental da Península, encontramos paralelos nos povoados dos Alegrios (Monsanto) e da Cachouça (Idanha-a-Nova), também dos finais da Idade do Bronze (VILAÇA 1995: 321-322). No 2º quartel, ocorre uma nova conta, esta de cor dourada, também de origem exógena. Nenhuma delas foi analisada.

2.4.2.2.4. Azeviche

Em azeviche encontramos dois fragmentos polidos que cremos terem pertencido a braceletes distintos. Os paralelos para artefactos desta matéria-prima são muito raros para períodos sincrónicos. Contámos apenas com uma conta proveniente do povoado dos Alegrios (Monsanto), atribuível aos finais da Idade do Bronze (VILAÇA 1995: 322).

2.4.2.2.5. Metalurgia

Os objectos metálicos em bronze estão bem representados e parecem ser mais diversificados do que no período anterior, embora sempre escassos em contexto. Em relação às peças, detectaram-se punhais triangulares e de tipo “Porto de Mós”, fragmentos de pontas de lança, coto de lança, machado de alvado de um anel, fragmento de caldeiro, rebites, fragmento de uma argola, arco de fíbula e varetas. Os bronzes continuam a ser ligas de estanho, de composição binária, embora com percentagens de estanho superiores a 13,46%, em detrimento do cobre.

Há evidências de produção local (cadinhos, moldes em cerâmica, em pedra e, eventualmente, em cera perdida, pingos de fundição, tubeiras e escórias).

²⁰⁹- Em R. Vilaça (1995: 329).

Durante os inícios do I milénio AC, introduzem-se os primeiros objectos de ferro, muito raros (1 ex.). Dá-se, também, pela primeira vez, o aparecimento da ourivesaria em contexto de povoado (pequena placa que deveria ter servido de revestimento de qualquer peça).

Composição química dos achados metálicos da bacia do Cávado desde os fins do último quartel do II milénio AC aos meados do 2º quartel do I milénio AC

Bronze

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
S. Julião Ia (V. Verde)	PA7197	nervura	0.150	-	83.20	-	-	0.016	16.43	0.075	-	0.159
	PA7201	folha punhal	-	-	vest.	-	-		vest.	-	-	-
Alto S. Bento (Braga)	PA7194	punhal P. Mós	0.169	-	86.33	-	-	0.031	13.46	0.030	-	-
Santinha I (Amares)	PA6965	caldeiro de reb.	0.673	-	78.24	-	-	0.051	21.03	-	-	-
	PA7025	vareta	0.347	-	80.86	-	-	0.027	18.76	-	-	-
S. Julião Ib (V.ila Verde)	PA6937	arco de fibula	-	-	vest.	-	-	-	vest.	-	-	vest.
	PA7200	vareta	vest.	-	vest.	-	-	vest.	vest.	vest.	-	-
	PA6932	escória (?)idet	0.275	-	64.19	-	-	0.055	30.93	0.052	-	1.26

Ouro

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
S. Julião Ia (Vila Verde)	PA7196	placa	-	-	1.450	-	-	6.177	0.175	-	92.198	-

Durante este período, desaparecem totalmente os indícios de arsénio nas peças metálicas. Os bronzes são totalmente binários, com ligas de cobre e estanho, este último com teores que oscilam entre os 13% e os 31%, ou seja, altos e muito altos.

O punhal de tipo Porto de Mós, eventualmente do Alto de S. Bento, com 13% de estanho, encontra-se no limite do que J-P. Mohen (1990) e G. Merideth (1997) consideram uma aliação frágil e quebradiça²¹⁰. A nervura de um punhal, de S. Julião Ia, apresenta valores de estanho da ordem dos 16%, que, a serem confirmados com outro tipo de análises, corresponderiam a uma peça pouco resistente e de fraca capacidade como poderia ser usual em peças ornamentais ou apenas usadas para fins rituais.

Também a vareta e o fragmento de caldeiro de rebites da Santinha I contém teores muito elevados de estanho (19% e 21% respectivamente), o que implica que eram pouco resistentes. No caso do caldeiro, talvez tal não constituísse óbice, atendendo a que esta peça tem sido atribuída a funções rituais, pelo que poderia destinar-se a permanecer num local concreto.

O teor de chumbo de 1% encontrado numa escória de S. Julião Ia deverá considerar-se uma impureza.

²¹⁰ É possível que este valor esteja um pouco inflacionado pela análise de Espectrometria de Fluorescência de Raio X, como se poderá ver pela diferença de menos de 3% de estanho existente no machado de Retortas quando este foi analisado por este método e pelo de Espectrometria de Absorção Atómica.

Com base nestes dados, podemos adiantar que não conhecemos ligas ternárias com adições de chumbo para os finais da Idade do Bronze da bacia do Cávado. Seguindo este pressuposto, parece possível colocar o fragmento de machado de talão (?), (amostra PA 7189) e a ponta de lança encontrados à superfície do povoado de S. Julião, Vila Verde (amostra PA 7191), assim como o punhal triangular do Castro de Lanhoso, Póvoa (amostra PA 7180) neste período genérico. Todas estas peças apresentam altos teores de estanho (22% a 24%) e teores de chumbo indubitavelmente residuais, ou seja, < de 1%, o que faria destes artefactos peças de pouca utilidade prática.

Achados de superfície encontrados em povoados da bacia do Cávado

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
S. Julião (V. Verde) sup.	PA7189	mach. talão ?	0.195	0.255	74.09	-	0.424	0.074	24.47	0.080	-	0.424
	PA7191	ponta lança	0.350	0.167	76.34	-	-	0.056	22.45	0.208	-	0.189
C. Lanhoso (Póvoa) sup.	PA7180	punhal triang.	0.337	-	76.34	-	-	0.090	22.54	0.446	-	0.247

As características metalúrgicas apresentadas que correspondem, globalmente, a um período entre os séculos XI e VIII/VI AC, detectam-se no Noroeste português noutros povoados sincrónicos, como é o caso da Lavra II (Marco de Canaveses). Neste, os seis achados metálicos (bracelete, pontas de lança, fíbula, punção, indeterminado) são todos de composição binária, sem vestígios de arsénio residual nem de chumbo (BETTENCOURT

1988=1995: 31). Também na fase IA do Coto da Pena (Caminha)²¹¹, uma foice de talão, um fragmento de eixo e mola de fíbula e uma fíbula tipo Alcores apresentam ligas binárias aparentemente de boa qualidade, embora com resíduos de chumbo. A. Silva (1986: 170) diz que o chumbo é "...manifestamente raro na fíbula tipo Alcores e no fragmento de eixo e mola da fíbula associada à foicinha de talão, de cronologia paralela". No Crasto de Palheiros (Murça), num nível considerado dos finais da Idade do Bronze (SANCHES 1997), ocorreram vários objectos de bronze, dois deles analisados pelo P.A., indiciando ligas binárias com teores de estanho entre 12 a 15%²¹².

Infelizmente, não possuímos análises das peças de Castelo de Matos (Baião), da ponta de lança do povoado da Penha (Guimarães), ou mesmo de Cabanas I (Braga).

Para a Galiza, os dados também são escassos. O único artefacto de bronze encontrado na camada IV do povoado de Torroso (Pontevedra), datável do 1º quartel do I milénio AC (PEÑA SANTOS 1992b: 45), muito provavelmente do séc. IX AC²¹³, não foi analisado. Apenas contamos com os dados do depósito de San Esteban del rio Sil (Ourense)²¹⁴ onde, dos quatro objectos metálicos encontrados, três são de bronze binário e apenas um, uma sanguessuga, é de composição ternária com uma percentagem de 2,88% de chumbo (COFFYN 1985; ROVIRA 1995). Esta peça poderá constituir excepção por ser um objecto de adorno ou demonstrar que, nesta zona, há uma maior tendência para que estas ligas apareçam mais cedo do que no Norte de Portugal. A espada encontrada no rio

²¹¹ - Peças sujeitas a microanálise de raios X por dispersão de energias, no Centro de Metalurgia e Ciências dos Materiais da Universidade do Porto.

²¹² - M. J. Sanches, inf. pessoal.

²¹³- Atendendo à calibração a 2 sigma da data 2580±30 (GrN - 14 588).

²¹⁴- Datado de 2880±70BP (CSIC 215).

Ulla, que, por analogia com peças similares no Sudoeste, enquadrámos neste período, também é binária, pois a percentagem de chumbo, de 1,2%, pode considerar-se residual.

Os dados recolhidos apontam, assim, para uma metalurgia binária nos finais da Idade do Bronze do Noroeste português e, talvez, da Galiza meridional, tal como já tínhamos defendido anteriormente (BETTENCOURT 1998=1995: 25), o que R. Vilaça (1997: 141) também subscreve. Estamos, pois, em desacordo com a opinião de S. Rovira (1995: 53-54) que, baseado nas análises de alguns machados de talão de dois anéis, descontextualizados, e em peças de Torroso (Pontevedra), já do 2º quartel do I milénio AC, considera a metalurgia do Noroeste semelhante à da Meseta Norte²¹⁵, à da fachada atlântica francesa (Aquitânia, Bretanha francesa, Normandia) e à da Grã-Bretanha, onde são comuns as ligas ternárias de cobre, estanho e chumbo (ROVIRA 1995: 42, 53-55, nota 18).

A metalurgia da bacia do Cávado, do Norte de Portugal e, talvez, da área meridional da Galiza, aproxima-se mais da do mundo meridional, nomeadamente das produções da Beira Alta, Beira Interior e Ribatejo, onde são raríssimas as ligas ternárias (BETTENCOURT 1998=1995: 31-34; VILAÇA 1997). A mesma ligação poderá efectuar-se com o Sudoeste (com excepção de Cáceres) e o Sudeste²¹⁶ peninsular, com as

²¹⁵ - Registe-se que, nesta região, as pontas de lança são chumbadas, o que as afasta bastante das conhecidas em S. Julião Ib, Lavra II e Rio Sil, segundo análises do P.A. apresentadas por S. Rovira (1995: 42) para a Meseta.

²¹⁶ - Apesar de no povoado de Pena Negra (Alicante) existir uma grande diversidade metalúrgica (artefactos de cobre, de bronze binário e ternário) nos finais da Idade do Bronze, embora o cobre e a liga ternária terem sido apenas usadas para o fabrico de adornos. É de referir que, na necrópole deste povoado, dos 79 artefactos metálicos analisados, apenas 1 era de cobre e 8 de bronze chumbado (GONZÁLEZ PRATS 1996: 119 - 120), pelo que o predomínio é de uma metalurgia binária.

Baleares e o resto do mundo mediterrânico, como a Sardenha, Sicília, Itália, Grécia e Chipre (ROVIRA 1995: 559).

Com isto, não queremos dizer que não existam diferenças analíticas entre a sub-região do Cávado e outras zonas. Aqui, os teores de estanho parecem ser elevados ou bastante elevados (Alto de S.Bento I, Castro de Lanhoso I, Santinha I, S. Julião Ia e Ib), tal como se verificou no povoado do Coto da Pena IA (Caminha), Lavra II (Marco de Canaveses), numa das peças do Crasto de Palheiro (Murça), no depósito de San Esteban de rio Sil (Ourense) e na espada do rio Ulla²¹⁷, o que talvez revele uma característica muito própria da metalurgia do Noroeste neste período cronológico e cultural.

A influência do Sul também se poderá aferir pelos paralelos com muito dos artefactos encontrados.

Os punhais de tipo Porto de Mós, muito comuns de Norte a Sul, têm sido considerados como uma produção peninsular (COFFYN 1985; COFFYN *et al* 1993), mas, também, como uma forma de tradição meridional (S. JORGE 1990). O punhal triangular do povoado de Lanhoso parece derivar de uma forma antiga do Sul peninsular, existindo desde o Bronze Médio na Cueva de los Encantados (Zaragosa) (RODRÍGUEZ DE LA ESPERANÇA 1996: 88) e permanecendo no depósito da ria de Huelva, onde existem duas peças idênticas (ALMAGRO-BASCH 1940; ROVIRA 1995; RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO 1995c). A sanguessuga, encontrada no povoado de Roriz e que incluímos nesta fase, também é de influência meridional (BURGESS 1991). O mesmo se poderá dizer de outras produções do Noroeste português, como a fibula de enrolamento no arco da Lavra II

²¹⁷. As peças das estações galegas também foram analisadas no âmbito do P.A., pelo que as comparações deste teor são possíveis (Agradecemos estas informações a Ignácio Montero-Ruíz).

(COFFYN *et al* 1993), a fíbula tipo Alcores e a foice tipo Rocanes do Coto da Pena I (SILVA 1986; COFFYN 1985; COFFYN *et al* 1993).

É também no decorrer deste período que surge na bacia do Cávado, em S. Julião Ib, o primeiro artefacto de ferro, em contexto do séc. IX AC (BETTENCOURT 1994; 1998=1995), aparentemente mais tarde do que na zona meridional, como o parecem comprovar os achados em contextos habitacionais da Beira Interior e no depósito da ria de Huelva, inseríveis nos finais do II, inícios do I milénio AC (VILAÇA 1995; RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO 1995c). Na Galiza, a presença de peças em ferro verifica-se em Torroso (PEÑA SANTOS 1992b), em momentos ainda mais recentes do que na sub-região do Cávado, ou seja, já no 2º quartel do I milénio AC, pelo que não é difícil admitir uma via Sul-Norte para a expansão destes artefactos.

Contudo, apesar de todos os indícios de influência meridional, certamente chegados por via indirecta, encontram-se peças consideradas de influência atlântica, também elas raras e vindas, muito provavelmente, por vários circuitos e em diferentes temporalidades. São elas os machados de alvado de um anel, as pontas de lança e os caldeiros (RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO 1979; 1984; COFFYN *et alii* 1981; BURGESS 1991).

Na bacia do Cávado, o único fragmento de caldeiro desta fase é o do povoado da Santinha I (Amares), inserível no séc. X AC. O paralelo mais próximo encontra-se no Coto da Pena I (Caminha), datável nos finais do II, inícios do I milénio AC, pelo radiocarbono.

No litoral das Astúrias, no Castro de La Campa Torres (Gijón) há evidências de fragmentos de caldeiro, entre outros artefactos metálicos, num nível datado radiometricamente dos meados do séc. VIII aos finais do V AC (UBAR - 321: 2 460 ± 50BP), ou seja, no 2º quartel do I milénio AC (CUESTA *et alii* 1996: 227, 240-241). Na Galiza, estas peças ocorrem nas camadas 1 e 2 do Castro de Torroso (Pontevedra),

datáveis, pelo radiocarbono, também do 2º quartel do I milénio AC (PEÑA SANTOS 1992b), no Monte das Croas (Pontevedra), datado do 2º quartel do I milénio AC pela semelhança artefactual e das estruturas (habitação e muralha em pedra) com Torroso (PEÑA SANTOS 1993) e ainda, no Castro da Isla de Toralla (Pontevedra), onde J. M. Hidalgo Cuñarro (1989a: 255-270) detectou, na acrópole, estruturas percíveis, cerâmicas manuais grosseiras e fragmentos de caldeiros rebitados, asas de caldeiro, sanguessugas, uma vareta e um aplique que classifica dos séculos VI/V a.C.

Na Meseta Norte, no Castro de Castillejos de Sanchorreja (Ávila), em contexto ritual, talvez funerário, em área contígua à acrópole, J. G. Tablas Sastre *et al* (1989) detectaram mais de 300 fragmentos de caldeiros de rebites e vários tipos de elementos de suspensão, numa fase que consideram de transição Cogotas I/ Ferro I e que data desde o séc. VIII a. C. até ao V a. C., ou seja, durante todo o 2º quartel do I milénio a.C. De qualquer modo, M. D. Fernandez Posse (1982: 137) refere neste povoado fragmentos de caldeiros que se associam com decorações excisas e bouquiques tardias, correspondentes ao 1º momento de ocupação, ou seja, a Cogotas I, o que recuará a presença destas peças, no sul da Meseta Norte, para os finais da Idade do Bronze.

No Nordeste transmontano, no Castro de Palheiros (Murça), apareceu também, um fragmento de caldeiro num nível que M. de J. Sanches considera de uma fase avançada da Idade do Ferro, segundo várias datas de radiocarbono obtidas para o contexto, algumas delas de materiais de vida curta (*inf. pessoal*).

Também na Beira Alta, ocorreu um fragmento de caldeiro no Buraco da Moura de S. Romão (Seia), de composição química binária, num contexto radiométrico dos finais do II, início do I milénio AC (SENNA-MARTINEZ 1989). O mesmo parece ocorrer no

Monte Airoso (Penedono), na Senhora da Guia/Baiões (S. Pedro do Sul), em Santa Luzia (Viseu) e no Monte de S. Martim (Castelo Branco) (VILAÇA 1995: 340).

Analisando o conjunto de dados sobre estas peças, verificamos, curiosamente, que é na Beira Interior, Beira Alta e no Noroeste português que os caldeiros são mais antigos, o que nos faz repensar a hipótese de M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1979: 143), quando defende que estes objectos entraram na Península pela costa Cantábrica, seguindo, posteriormente, até à Galiza. Numa primeira análise, esta hipótese carece de base documental, muito embora se possa admitir que alguns povoados galegos, ou mesmo da Meseta Norte, sem datas radiométricas, possam ser mais antigos. Aguardamos, assim, que os nossos colegas espanhóis efectuem uma reavaliação das datações propostas para algumas estações. De qualquer modo, é já seguro afirmar que estas peças tiveram uma longa pervivência pela Península Ibérica, pelo que tentar inferir vias de introdução a partir de mapas de distribuição destes artefactos é uma tarefa pouco operacional.

Para caracterizar o **processo de produção metalúrgica local**, servimo-nos dos moldes de fundição de placas, em pedra (Santinha I), do molde de alfinetes de cabeça, em cerâmica e, eventualmente, em cera perdida (S. Julião Ib). Encontrámos, também, três cadinhos de refundição em S. Julião Ib, dois provenientes das nossas escavações e o outro das de M. Martins (1990: 134). Neste povoado, foi detectada, ainda, o que cremos ser uma tubeira e uma possível escória de fundição. Outra escória foi detectada, também no povoado da Falperra I, embora não tenha sido analisada. Talvez o seixo com depressão central, encontrado na acrópole da Santinha I, possa ter servido para triturar mineral. Artefactos análogos, depositados numa das vitrines do Museu do Instituto Geológico e Mineiro do Porto, foram encontrados por Albuquerque e Castro nas minas de estanho da

Ervedosa (Trás-os-Montes)²¹⁸. Nos finais da Idade do Bronze, os objectos de ouro parecem constituir verdadeira excepção. Apenas recolhemos uma pequena placa, em S. Julião Ia, que constituirá provavelmente a cobertura ou revestimento de qualquer outro artefacto. A presença de cerca de 6% de prata na composição química deste artefacto poderá indiciar ouro local, atendendo às características da única jazida aurífera primária conhecida na região (Lugar do Monte, em Portela das Cabras, Vila Verde) com ouro, prata, arsénio e estanho. Este achado contém também um teor de cobre de cerca de 1,45%. Apesar da quantidade deste minério ser pequena e poder resultar da constituição do próprio ouro, não podemos deixar de colocar a hipótese de uma adição intencional, cuja função seria a de conferir maior dureza ao ouro nativo. Só futuras análises poderão corroborar uma ou outra hipótese.

2.4.2.3. Povoamento a nível local, regional e organização interna dos povoados

2.4.2.3.1. O povoamento no seu contexto espacial local

As **especificidades** espaciais de cada estação arqueológica são importantes para, numa 1ª fase, tentarmos compreender diferenciações de modos de vida à micro-escala e, num 2º momento, encontrarmos, a diversas escalas de análise (bacia do Cávado e Noroeste), semelhanças e diferenças que nos permitirão criar um modelo de interpretação da paisagem e do povoamento dos finais da Idade do Bronze do vale do Cávado. Começamos por analisar as relações com o espaço físico e arqueológico dos territórios teóricos de “referência” dos povoados onde participámos directamente em intervenções

²¹⁸- Informação fornecida pelo Museu do Instituto Geológico e Mineiro do Porto, a quem agradecemos.

arqueológicas, passando, posteriormente, a aplicar o método a outros povoados com evidências deste período, quer provenientes de escavações, quer por deduções efectuadas a partir de achados de superfície, pelo que, evidentemente o valor das interpretações não poderá ser equivalente.

O povoado do **Alto de S. Bento I (Braga)** encontra, no território teórico de 30m pedestres, os solos de aptidão agrícola de tipo A, do vale do Cávado e áreas planálticas. Ainda dentro deste território encontram-se inúmeras linhas de água, que correndo a oeste e este do povoado vão alimentar ribeiros que desaguam directamente no Cávado. O acesso a este rio e aos seus barreiros encontrar-se-ia facilitado pela suavidade da vertente norte e seria atingido, a noroeste, nos limites do território de 1h pedestre.

As jazidas primárias de volfrâmio de Tibães e algumas de estanho de Paulinos (Cabreira) encontram-se, igualmente, no seio do território de 30m do povoado.

O punhal de tipo "Porto de Mós", proveniente de Mire de Tibães, poderá ter sido oriundo desta estação, mas mesmo que fosse de outro local da freguesia, encontrar-se-ia sempre no território teórico de 1h deste povoado, que se intersecta, a este e nordeste, com o do Alto da Cidade. Também no seu território de 1h localizam-se as jazidas do Monte das Caldas e do Barral (Braga), ambas com cerâmica da Idade do Bronze, mas de período indeterminado. As características dos artefactos e das estruturas deste local fazem-nos pensar que terá tido uma ocupação não muito prolongada, podendo tratar-se de um povoado usado, preferencialmente, para actividades agrícolas e de armazenagem.

O povoado do **Alto da Cidade I (Braga)**, localizado numa ampla colina entre a bacia dos rios Cávado e Este, apresenta boas condições de visibilidade para os vales do Este e do rio Torto, ambos no interior do seu território de 30m pedestres. Ainda no seio

deste território encontra-se o achado dos Granjinhos (Braga), que cremos sincrónico do Alto da Cidade. Nos limites, localiza-se a jazida do Barral (Braga), genericamente inserível na Idade do Bronze, mas de cronologia fina indeterminada.

O território de 1h pedestre, abrange o vale do rio da Veiga, afluente do Este e excelente corredor de trânsito para sul. É nesta zona, que também se encontram inúmeras fontes. Para norte do Alto da Cidade situa-se o povoado de Cabanas (Braga), cujos territórios de 30m e de 1h se interceptam.

O Alto da Cidade, com ocorrência de várias fossas abertas no saibro, fica no seio de solos de classe A, embora tenha acesso a áreas montanhosas a este. As suas características de jazida permitem-nos considerá-lo um povoado vocacionado para actividades agrícolas e de pouca duração.

O povoado de **Cabanas I (Braga)** tem excelentes condições para a fixação populacional (posição geoestratégica de portela entre o vale do Cávado e a zona planáltica que lhe fica a este), embora as suas condições estratigráficas não indiquem continuidade de ocupação para fases subsequentes.

Se atendermos ao território provável de 30m pedestres, este povoado atingiria solos de tipo A, no vale do Cávado, muito antes deste limite, assim como os planaltos dos montes de Montariol e Pedroso.

A sul e sueste do seu território de 1h, corre o rio Este, entre solos aluvionares. A noroeste encontram-se alguns terraços fluviais do Cávado. A confluência do rio Homem com o Cávado dista menos de 1Km do seu território pedestre de 1h.

Este povoado, além de interceptar com o do Alto da Cidade, também intercepta, a oeste, com o do Alto de S. Bento I (Braga). O seu posicionamento na paisagem indicia vocação agro-pastoril.

O povoado da **Santinha I e II (Amares)**, localizado numa colina do vale do Cávado, apresenta características de um lugar fixo atendendo ao número de achados, investimentos aí efectuados e diversidade de recursos disponíveis. No seu território provável de 30m encontra os solos de classe A do início do vale do Cávado e planaltos de montanha. No de 1h atinge o rio Cávado e toda a diversidade de recursos ribeirinhos. O seu acesso ao vale encontra-se facilitado pela vertente sudeste.

O quadro paleo-ambiental da área circundante deste povoado foi estabelecido apenas com o recurso dos dados da antracologia e da paleocarpologia. Deste modo, podemos dizer que, no seu território, existiriam bosques compostos por árvores da floresta climática e ribeirinha (Amieiro, Amieiro-negro, Buxo, Freixo, Pinheiro bravo, Sabugueiro e o Salgueiro), áreas de mato com vegetação arbustiva (Estevas, Leguminosas, entre as quais as de tipo tojo, Silvas e Urze branca/Torga) e campos agrícolas (de trigo, milho miúdo, cevada, favas, ervilhas e *Brassica*). A abundância de Leguminosas no povoado e a presença das outras plantas arbustivas revelam uma paisagem muito degradada, provavelmente pela acção do fogo, pelo que deveríamos estar perante um coberto vegetal, predominantemente, aberto.

Entre as árvores passíveis de fornecerem alimento detectaram-se restos de Aveleiras, Carvalhos, Nogueiras, Sobreiros e Rosáceas tipo Pereira/Escambroeiro. A presença de macrorrestos de *Sorbus* (?) revela, também, a existência de Sorveiras.

O povoado de **S. Julião Ia, Ib e Ic (Vila Verde)**, situado no extremo de um dos contrafortes da serra Amarela, encontra-se numa excelente portela natural entre as áreas montanhosas e o vale do Homem. Encontra a 30m pedestres áreas planálticas e solos de classe A, no vale do Homem. A 1h têm acesso a argilas aluvionares.

Em termos paleo-ambientais podemos dizer que, em redor do povoado, a paisagem era essencialmente aberta, composta por plantas arbustivas e herbáceas. Os recursos florestais documentam-se pela presença de árvores da floresta mista, da floresta ribeirinha e de plantas de zonas de mato, reaproveitadas nos diferentes níveis de ocupação desta fase. Entre eles destacamos o abate de Carvalhos e o corte de Leguminosas, flora privilegiada pelo homem, muito provavelmente para as suas construções, no contexto de uma grande diversidade arbórea e arbustiva, demonstrado pela antracologia e palinologia.

As análises antracológicas e os resultados das colunas polínicas denotaram a existência de um conjunto de árvores com possibilidades medicinais ou passíveis de fornecerem frutos aproveitáveis na dieta humana ou animal: Avelã, Castanheiro, Carvalho, Freixo, Nogueira, Oliveira, Pinheiro manso, Rosácea de tipo Pereira/Escambroeiro, Salgueiro, Sabugueiro e Sobreiro. Na prática, a recolha de produtos silvestres documenta-se pela existência de várias bolotas (sem cúpulas e pericarpos), de restos de vinha e pela presença de um artefacto em cera, o que sugere a recolha do mel selvagem ou da prática da apicultura.

A existência de campos agrícolas baseia-se no achado de sementes de cereais (trigo e milho miúdo) e crucíferas (couves), assim como nas diferentes colunas polínicas, onde abundam os indicadores de uma paisagem aberta (plantas sinantrópicas, como as arvenses, usuais nos campos agricultados) e pólenes de cereal.

Em redor do povoado pastavam ovinos, caprinos, bovinos e suínos, acompanhados de cães, o que se documenta pelos dados arqueozoológicos.

S. Julião localiza-se, assim, numa zona privilegiada, cujo território de "referência", de 1 hora, revela inúmeras potencialidades económicas traduzíveis na possibilidade de acesso a pastos, florestas, mato, terrenos agrícolas de boa qualidade, nascentes naturais e

recursos fluviais. Situa-se, também, numa zona de ligação entre as grandes vias naturais de longo curso (corredores de ligação nordeste/sudoeste, através do rio Homem e oeste/este do rio Cávado) e eventuais caminhos secundários (planálticos, de ligação às terras montanhosas interiores). Estas características, assim como as artefactuais, monumentais e de arte rupestre, permitem olhar este povoado como "centro comunicacional" entre populações de alta montanha e de vale, ao aceitarmos que as confluências de caminhos são zonas propícias ao encontro de pessoas e bens, de assimilação ou rejeição de novidades, de troca e de alianças sociais, o que poderia ter contribuído para a fixação e continuidade de ocupação.

O povoado do **Barbudo I (Vila Verde)**, com nascentes na área de 30m e de 1h pedestres, tem acesso a solos de aluvião e a zonas planálticas. A cerca de 1h.30m, a noroeste, encontram-se as jazidas de estanho de S. Jerónimo e do Lugar Novo (Atiães) e, à mesma distância, para sudoeste, as de prata, ouro, estanho, volfrâmio e arsénio do Lugar do Monte (Portela das Cabras). O acesso a estes recursos efectuar-se-ia pelos vales do rib. do Rojão e do curso superior da ribeira de Febros, sendo o vale do rib. do Rojão, um excelente corredor natural de acesso ao Cávado. Entre os povoados do Barbudo e de S. Julião, talvez existisse uma via através dos planaltos, a noroeste, passando pela necrópole das Portelinhas e daí, seguindo por planaltos de baixa altitude, até à ribeira do Paúl, atravessável perto da mamoa de Linhares, dando acesso a S. Julião. Esta é apenas uma hipótese a explorar com mais acuidade em trabalhos futuros.

As potencialidades agro-pastoris e mineiras deste povoado poderão ter permitido uma ocupação relativamente prolongada, embora não tenhamos dados seguros para afirmar que houve, inequivocamente, continuidade de ocupação para a Idade do Ferro.

O povoado da **Falperra I (Braga)**, localizado no extremo sudoeste da serra dos Carvalhos, contraforte da serra da Cabreira, pode considerar-se em situação de portela entre a montanha e os vales dos rios da Veiga e Este. Os solos de classe A inscrever-se-iam já nos limites do território pedestre de 30m mas, na sua área de referência de 1h pedestre, este povoado englobaria as jazidas mineiras da Aldeia Nova, zonas de pastorícia e de agricultura nos planaltos e nas vertentes. O acesso ao vale da Veiga deveria efectuar-se pela vertente oeste, a mais suave, talvez seguindo o caminho carreteiro que aí existia na primeira metade deste século. A travessia deste rio poderia fazer-se nas imediações da mamoa de Lamas, facilitando o contacto entre as populações da Falperra e as de Chascos. O acesso ao vale do Este ocorreria pelo corredor do rio da Veiga, descendo a vertente noroeste, ou pelo antigo caminho, ladeado por nove mamoas, que da Falperra I seguia para Fraião. Pelo planalto, a eventual via milenar, materializada por monumentos megalíticos, faria a ligação entre a Falperra I, Pau de Bandeira I, Lanhoso I, Sabroso e Briteiros (as duas últimas estações já fora da nossa área de trabalho), com indicadores genéricos de sincronia. Os vestígios megalíticos permitem traçar hipoteticamente esta via pela mamoa das Alminhas, pelo núcleo de mamoas da Alagoa e pelo povoado de Pau de Bandeira I, [onde uma ocupação da Idade do Bronze é provável atendendo às descobertas de L. Fontes (1993: 50)], seguindo depois pelas necrópoles megalíticas da Lagoa Velha e de Pena Província em direcção ao Castro de Lanhoso I. Existem gravuras rupestres esquemáticas no povoado da Falperra. Apesar de não as termos encontrado, o registo escrito refere que estas se encontravam na 3ª linha de muralha, pelo que ficariam numa área inferior a 15m pedestres da acrópole, local onde se detectaram vestígios ocupacionais deste período.

As muitas analogias que se podem verificar entre a Falperra e S. Julião (geoestratégicas, de acesso a uma grande diversidade de recursos subsistenciais, a nível

artefactual e da arte rupestre), poderão explicar a fixação humana continuada, neste povoado e o seu papel socio-económico de destaque na paisagem deste período.

O território provável de **Faria Ib (Barcelos)** encontraria os seus limites no rio Cávado, a norte, onde teria acesso a aluviões e a solos agrícolas de boa qualidade. Estes também ocorreriam a menos de 30m pedestres, embora o povoado se localize em solos de classe F. As excelentes possibilidades da prática agro-pastoril, de extracção de estanho de aluvião, de acesso aos recursos lagunares e, eventualmente, ao ouro, assim como a posição de portela, numa importante via de comunicação entre o litoral e interior (pelo corredor do Cávado), teria garantido a fixação das populações neste local, desde cedo, e a sua continuidade até à Idade do Ferro. A via de acesso ao Cávado poderia passar pela mamoa do Monte, perto deste rio. Para o litoral, o itinerário seria possível por Milhazes, área de jazidas de estanho de aluvião, inserida no território teórico de lh de Faria e, mais para oeste, pela mamoa de Vilar.

O povoado do **Lanhoso I (Póvoa de Lanhoso)**, localizado numa posição entre o vale e a montanha, com solos de classe A no território teórico de referência de 30m pedestres, apresenta boas condições de fixação populacional. A quantidade de material encontrado também abona nesse sentido. Na proximidade do povoado, para norte, seguindo o corredor planáltico, há vários topónimos referentes a monumentos megalíticos a indiciar uma via de trânsito milenar.

O povoado de **Roriz I (Barcelos)**, localizado no extremo sul de um esporão, sobranceiro ao vale do Cávado, pode considerar-se como situado numa zona de portela entre a montanha e o referido vale. Este povoado encontra-se, também, entre as ribeiras do Pregal e das Pontes, excelentes corredores naturais entre o Cávado e as terras mais interiores, como o parecem comprovar a mamoa do Isqueiro, no vale da ribeira do Pregal.

A menos de 30m pedestres, ocorrem solos de classe A e áreas de vale e diversos afloramentos gravados nas plataformas contíguas à acrópole e na vertente oeste deste povoado. O seu território teórico de referência de 1h contém inúmeros recursos que permitem o desenvolvimento de diferentes actividades (agro-silvo-pastoris, mineiras e fluviais). A associação destas características com a localização geoestratégica relativamente às vias de penetração de vale e, eventualmente, de montanha, ligando o Cávado ao Neiva, deve ter permitido às comunidades que se estabeleceram em Roriz uma estabilidade económica e social que se materializou na continuidade do povoamento durante séculos, conferindo a este povoado um carácter fixo e de importância ideológica na paisagem dos finais da Idade do Bronze.

O povoado de S. Lourenço I (Esposende), embora situado em solos de classe F, encontra no seu território de referência teórico de 30m, solos de classe A. A menos de 1h fica o oceano, a área lagunar e o Cávado, o que permitiria a recolha de flora marinha, fluvial e a exploração de sal. A menos de 30m, para nordeste, encontra nascentes e planaltos de montanha, cuja topografia permite a ligação com o interior através de uma via de montanha que, provavelmente, seguiria a linha de monumentos megalíticos aí existentes e, a partir da qual, talvez se ligasse ao povoado do Alto da Torre/Monte do Facho. Ainda dentro da área de 1h, as comunidades de S. Lourenço teriam acesso à jazida arqueológica de Susão, localizada a oeste, em pleno vale. Se presumirmos uma sincronia genérica entre estas duas estações, Susão poderia ter funcionado como um local sazonal ou de ocupação fruste, complementar de S. Lourenço e vocacionado essencialmente para actividades agrícolas de início de vale. Deste modo, o território provável de “referência” de S. Lourenço ver-se-ia consideravelmente aumentado para este e sudeste, com maiores possibilidades da prática de uma agricultura de vertente suave, que poderia compensar os

constrangimentos existentes na plataforma litoral. A menos de 1h encontravam-se ainda as jazidas de volframate de Santa Baia.

S. Lourenço I poderia, assim, desenvolver um grande número de actividades subsistenciais, com condições para uma sedentarização e continuidade de povoamento (pesca, agricultura, pastorícia, recolha, actividade mineira), bem como ter o controlo visual da costa e da foz do Cávado. Dentro do povoado, em área contígua à acrópole e de grande visibilidade, encontram-se gravuras rupestres esquemáticas. Todas as características apresentadas permitem considerar este povoado como fixo e de importância socio-económica e ideológica, no âmbito desta fase.

2.4.2.3.2. A distribuição do povoamento a nível regional

A análise dos territórios de "referência" de cada povoado permitiu-nos confrontá-los a nível do vale do Cávado e perspectivar, apesar das especificidade, algumas regularidades na sua distribuição.

É assim que, apesar da diversidade de assentamento, com povoados nas linhas de cumeada (Pau de Bandeira I), na bordadura dos grandes rios (Alto de S. Bento I, Barbudo I, Cabanas I, Faria II, Falperra I, Lanhosos I, S. Julião Ia, Ib, Ic e S. Simão do Cossourado I), na orla litoral (S. Lourenço I), em colinas nos vales (Alto da Cividade I, Crasto, Chascos, Santinha I e II) e na planície (Susão?), se pode afirmar que os povoados se encontram já maioritariamente em ecologia de vale. Esta característica que parece perpetuar, intensificar e, talvez, generalizar uma tradição que se esboça ao longo da fase anterior (Idade do Bronze) (grande parte do II milénio AC) vai perdurar pela Idade do Ferro, por razões que tentaremos explicitar no ponto 3.2 e 3.3. deste trabalho.

É igualmente notória **uma aproximação a linhas de água e nascentes** o que facilitaria o abastecimento de água para uso doméstico e dos animais e, eventualmente, para a irrigação de campos de cultivo. A localização dos povoados em pontos altos favoreceria uma agricultura de vertente, através de “levadas”, ficando os problemas ligados com a drenagem dos solos minorizados mesmo que se desconhecêssem técnicas mais sofisticadas de a efectuar.

Outro denominador comum nestes povoados é a sua proximidade, quer a solos de **classe A (de vale ou vertentes suaves), quer de classe F (de montanha)**, menos pesados e mais adequados ao cultivo do trigo e centeio. Actualmente, nas zonas mais altas, próximas dos povoados, os solos são de tipo ranker atlântico, muito magros e improdutivos, muito embora na Idade Média e até aos finais do século passado fossem cultivados com trigo, cevada e centeio, pelo que o processo de erosão das montanhas, embora se tenha iniciado por volta de 3500/3000BP, não seria ainda tão intenso nos finais da Idade do Bronze que impedisse o aproveitamento de uma agricultura extensiva dos planaltos.

Todos os povoados, mesmos os inseridos nos vales, têm, quase sempre, fácil acesso ao planalto, o que facilitaria o transporte de pessoas e gado para locais onde ocorrem lameiros e pastos frescos ao longo de todo o ano.

Estas zonas de montanha, já bastante desflorestadas neste período²¹⁹, além de proporcionarem bom pasto e práticas agrícolas de sequeiro, permitiriam a recolha de mato para vários fins (cama do gado miúdo, fabrico do esterco, cobertura ou revestimento das

²¹⁹- Conforme os dados paleo-ambientais obtidos para a bacia do Cávado.

cabanas, obtenção de alguma madeira e, eventualmente, recolha de ervas, raízes, folhas e frutos comestíveis).

As zonas perto de jazidas mineiras também foram escolhidas para a ocupação humana, como se poderá comprovar pelos povoados do Alto de S. Bento, Faria Ib, Falperra I, Barbudo I e S. Lourenço I. Contudo tal não parece ter sido o factor dominante do povoamento nos finais da Idade do Bronze, já que o maior número de povoados se localiza fora da mancha geológica de jazidas de estanho. Mesmo assim, é de crer que alguns deles tenham explorado estes recursos.

Nota-se, igualmente, que o povoamento acompanha sempre as vias naturais de penetração, que se estendem desde o litoral para montante, ao longo da bacia do Neiva, do Cávado e do Este e dos principais afluentes destes rios. Paralelas a estas vias cremos que há outras, de cumeada ou de planalto, milenares, que se “marcariam” hipoteticamente no espaço pelos monumentos megalíticos, cuja existência dificilmente teria passado despercebida às comunidades que percorreriam as montanhas nas mais variadas acções da vida diária. Mesmo que estes tivessem perdido os seus significados originais, faziam parte da paisagem dos finais da Idade do Bronze, pelo que não é impossível que tivessem sido integrados na cosmogonia das comunidades deste período. A plausibilidade desta hipótese passa pelo facto destes monumentos serem ainda portadores de alto valor simbólico durante uma boa parte do II milénio AC, na bacia do Cávado.

Estas vias de montanha permitiriam a ligação entre vertentes opostas, diferentes bacias fluviais e a ligação entre vários povoados, tal como se parece verificar entre a Falperra I e o Castro de Lanhoso I (Est. CCCLVI). São as vias dos pastores ancestrais e,

provavelmente, de toda a Idade do Bronze e do Ferro²²⁰, onde, apesar do o coberto vegetal aberto, os megálitos poderiam facilitar a circulação e orientação do homem no espaço.

Também em zonas de portela, entre os amplos vales fluviais e as zonas de montanha, se encontram muitos povoados deste período o que, associado à topografia, permitiria o controlo territorial das rotas “óptimas” de montanha e das vias fluviais importantes ou secundárias, podendo ter funcionado, entre outras hipóteses, como encruzilhada entre as novidades vindas do litoral e os costumes do interior. É de salientar que é sempre neste tipo de povoados que se localizam os santuários de arte rupestre, facto a ter em conta na explicação que sobre eles efectuaremos no ponto 3.2. deste trabalho.

A localização frequente em locais de topo, mesmo inseríveis na bordadura das bacias ou em colinas de vale, poderá associar-se não só a uma necessidade de visibilidade das rotas de circulação mais usuais mas, também, à necessidade mental da visualização do espaço “económico e social” circundante. Não partilhamos a tese de que a construção de povoados em pontos proeminentes se relacionaria com a necessidade de serem vistos de longe por comunidades exteriores, pois se atendermos aos materiais usados na sua construção eles tornar-se-iam perfeitamente camuflados na paisagem, como ainda hoje ocorre com algumas aldeias do Alto Minho, só visualizadas de muito perto, ou sugeridas pelos campos agrícolas existentes em seu redor. Um caso paradigmático é o do Castelo Medieval de Castro Laboreiro (Melgaço), só pressentido por quem sabe onde fica e dificilmente individualizado da penedia granítica onde se instalou, mas usufruindo de

²²⁰ - É curioso verificar que nas zonas de grande concentração de monumentos megalíticos ainda é costume vermos gado bovino e equino a pastar e que os caminhos mais usuais de ligação entre os lugares do Entre-Douro-e-Minho, até meados do século, seguiam com frequência nas proximidades das mamoas, numa tradição de origem ancestral.

grande visibilidade para o território circundante, característica talvez associada ao seu controlo efectivo do mesmo.

A **reconstituição paleo-ambiental** desta fase foi efectuada com base em colunas polínicas de S. Julião, em análises de antracologia e paleocarpologia do mesmo povoado e da Santinha I e II, assim como em alguns resultados de paleocarpologia do Alto de S. Bento, todos povoados do curso médio da bacia do Cávado, embora a diferentes altitudes. Apesar dos dados não cobrirem a totalidade da área de estudo, parece possível efectuar uma generalização ao curso inferior do Cávado atendendo às similitudes paleo-ecológicas encontradas em contextos cronológico-culturais do Entre-Douro-e-Minho e da Galiza meridional.

O vale do Cávado, com uma **silva climática Atlântica/Mediterrânica/Atlântica**, apresentava, em relação à fase anterior, uma intensificação da desflorestação e, portanto, um aumento dos espaços abertos, com mato ou com campos agrícolas.

As manchas de bosque compreenderiam árvores da floresta climática (Castanheiros, Carvalhos, Freixos, Nogueiras, Pinheiros mansos e bravos, Rosáceas do tipo Pereira/Escambroeiro e Sobreiros) e da ribeirinha (Amieiros, Amieiros-negros, Aveleiras, Buxos, Sabugueiros, Salgueiros). O mato seria composto por plantas arbustivas como as Estevas, Giestas, algumas de vassouras, Silvas, Tojos, Urze branca/Torga e Videiras. Os Fetos também eram comuns.

A actividade agrícola documenta-se pela existência de pólenes de cereais, de plantas arvenses nas colunas polínicas e por macrorrestos de cereais (trigo, milho miúdo e cevada), leguminosas (favas e ervilhas) e crucíferas (couves).

Se a cevada e o trigo se dão bem em solos magros que existiriam em abundância nos arredores de alguns povoados, já o milho miúdo, as leguminosas e crucíferas adaptam-

se melhor a solos um pouco mais espessos e húmidos, talvez de vertentes suaves ou do início de vales, o que seria compatível com a localização geomorfológica dos povoados e com os recursos que ficam no seu território de menos de 30m.

As actividades recolectoras comprovam-se pelo aparecimento de bolotas, pêras, sorva (?), uvas e mel, em alguns povoados.

Os indicadores arqueológicos da prática da pastorícia apenas permitiram distinguir rebanhos de ovinos, caprinos, suínos e bovinos, embora a quantidade e qualidade das amostras não tenha tornado possível inferir dados sobre a idade dos indivíduos consumidos e sobre a representatividade de cada espécie. As mordidelas de cão, identificadas nalgumas ossadas, abonam, igualmente, em favor da actividade pastoril.

São raros na bacia do Cávado os povoados cujos territórios de "referência" se sobrepõem e, quando tal ocorre, verifica-se que é sempre entre povoados sem continuidade de ocupação. Encontram-se neste caso o do Alto da Cividade I e o de Cabanas I, cujos territórios de 30m se interceptam e o do Alto de S. Bento I que, no seu território de 1h, intercepta parcialmente com o Alto da Cividade I e Cabanas I, todos eles em Braga.

Em relação ao Alto da Cividade I e a Cabanas I, pensamos que se tratam de povoados que correspondem a momentos distintos dentro dos finais da Idade do Bronze. Se o primeiro foi datado, de forma relativa, do séc. IX AC, o segundo, foi datado radiometricamente do séc. X AC, distinções cronológicas que encontram correspondência em algumas diferenças formais no acervo cerâmico de cada povoado. Ao aceitarmos esta diferenciação, não existiria qualquer incompatibilidade em termos da exploração dos recursos e do espaço circundante entre cada uma destas estações.

Em relação ao Alto de S. Bento I, que intercepta com o Alto da Cividade I e com Cabanas I, não temos dados para ajuizar da sua sincronia ou não com qualquer dos restantes povoados.

Ponderada a análise de todos estes dados, importa agora formalizar de forma mais esquemática uma das suas evidências mais estruturantes, isto é, a **diversidade**, não necessariamente aleatória, **da distribuição espacial e temporal do povoamento** e que se configura na seguinte tipologia:

-Povoados de **longa duração ou fixos**, com continuidade de ocupação desde os finais da Idade do Bronze prolongando-se para a Idade do Ferro. Encontram-se neste caso Falperra I, Faria Ib, Roriz I, S. Lourenço I, S. Julião Ia, Ib, Ic e, muito provavelmente, Alto da Torre I, S. Simão do Cossourado e Monte da Saia, atendendo aos dados de superfície. Localizam-se sempre nas bordaduras dos vales, em zonas de portela entre grandes vias fluviais e de montanha e com acesso a uma grande variedade de recursos em termos subsistenciais (litológicos, hidrológicos, mineiros, cinegéticos, pastagens, solos agricultáveis de montanha, vertente e início do vale, bosque, mato, mel, frutos, folhas, raízes comestíveis), favoráveis ao estabelecimento humano. Alguns encontram-se associados a gravuras rupestres de temática abstracta.

-Povoados de **curta/média duração**, localizados em colinas, outeiros de vale ou em esporões muito próximos deles, aparentemente fora da confluência de grandes vias de vale e de montanha **sem indícios de continuidade de ocupação** para a Idade do Ferro (Alto de S. Bento I, Alto da Cividade I, Cabanas I, Santinha I e II, Susão e, eventualmente, Crasto e Outeiro de Chascos).

-Povoados, aparentemente **sem continuidade de ocupação**, em remates de esporão na bordadura dos vales e com acesso a uma grande variedade de recursos em termos subsistenciais (Barbudo I).

-Povoados em grandes vias de cumeada (Pau de Bandeira I), cujo "trajecto" não conhecemos.

Esta diversidade na distribuição espacial dos povoados torna possível elaborar algumas hipóteses sobre o povoamento do vale do Cávado que importará explicar no ponto 3.2. deste capítulo.

Se tentarmos aplicar o modelo de povoamento estabelecido por M. Martins (1990) para este período vemos que os dados denunciam novas aportações. Ao lado dos povoados de tipo A (em relevos importantes da região, na bordadura de vales e com cotas superiores a 200m), como os do Barbudo I, Falperra I, Faria Ib, Lanhoso I, Monte da Saia, Pau de Bandeira I, Roriz I, S. Lourenço, S. Simão do Cossourado e Julião Ia, Ib e Ic, aparecem também povoados com ocupações dos finais da Idade do Bronze em colinas ou esporões de altitude média (de tipo B). Neste caso, referimos os do Alto de S. Bento e do Alto da Torre I. Também em colinas de vale, outeiros ou mesmo na planície (de tipo C), encontrámos ocupações desta fase no Alto da Cividade I, Cabanas I, Santinha I e II e, eventualmente, Crasto, Outeiro de Chascos e Susão. Assim, verifica-se que a expansão para diversas ecologias, a conquista de novos territórios económicos e o processo de cultivo nos vales ou nos seus inícios se parece ter processado anteriormente à Idade do Ferro, ao contrário do que defendeu aquela investigadora para o curso médio do Cávado, o que não entra em contradição com o valor do modelo para a Idade do Ferro, apenas o antecipando.

No entanto continua a verificar-se que é apenas nos povoados de tipo A (MARTINS 1990) que se regista um povoamento fixo, com continuação para a Idade do Ferro. Tal não exclui que ocorram povoados de tipo A com ocupações dos finais da Idade do Bronze ou da transição da Idade do Bronze para a do Ferro, mas sem continuidade para o período subsequente como poderá ser o caso do Barbudo, Lanhoso, Vasconcelos e Pedroso.

Em relação ao Noroeste os dados são ainda escassos mas podemos adiantar que o modelo de povoamento estabelecido agora para a bacia do Cávado se afasta, também, do de F. Silva (1994) para a bacia do Coura, pelo facto desta autora ter adoptado o de M. Martins (1990).

Paralelos para esta nova configuração do povoamento no vale do Cávado pontuam-se aqui e ali na região mais litoral do Entre-Douro-e-Mínho, à medida que vão surgindo trabalhos sistemáticos de investigação: é o caso do povoado do Morro da Sé (Porto), sobranceiro ao Douro e com indícios dos finais da Idade do Bronze, que se localiza numa colina de vale (REAL *et alii* 1985/1986: 24 - 25). Também no baixo vale do Ave, A. Dinis (1993: 30-34, 46-48, 50-55, 63-64, 88-90, 96-98, 117, 154) identificou povoados com ocupações desta fase cronológico-cultural inseríveis nos tipos A e C de M. Martins. Ao tipo A pertencem os de Alvarelhos (Stº Tirso), Castro do Facho (Famalicão), Cividade de Bagunte (Vila do Conde), Lages/ Senhora de Fátima (Braga) e Sabroso (Guimarães), na sua maioria com aparente continuidade de ocupação entre a Idade do Bronze e a do Ferro e, ao tipo C, os de Penices (Famalicão) e Terroso (Póvoa do Varzim), localizados em plataformas ou colinas de vale, também eles com grande continuidade ocupacional.

C. A. B de Almeida (1996: 77-78) descreve para o entre Cávado-e-Minho povoados de alta e média altitude abrangendo, portanto, povoados do tipo A e B de M. Martins e para o vale, apenas o da Regueira (Ponte de Lima), jazida que, na verdade, consideramos como sepulcral, por motivos anteriormente explicitados. Dentro dos considerados de tipo B podemos indicar os Castros do Peso (Ponte de Lima) (SOEIRO 1981; ALMEIDA *et alii* 1985: 263-281; ALMEIDA 1990a: 42-43; 1996: 138) e do Monte de Stº. Estêvão da Facha (Ponte de Lima) (F. ALMEIDA *et alii* 1981; ALMEIDA 1990a: 53-55), entre muitos outros nas bacias do Lima e Minho²²². O povoado do Coto da Pena (Caminha) (SILVA 1986: 29, est. II) poderá considerar-se de vale, ou seja, de tipo C.

Para a Galiza os dados sobre o povoamento dos finais da Idade do Bronze são escassos e, por vezes, pouco claros. Todavia, conhecem-se povoados de altura, na bordadura de grandes vales ou da plataforma litoral²²³ e de média altura, como As Torres de Padín (Vigo) (HIDALGO CUÑARRO 1990/1991: 191-215; 1995 RODRIGUEZ PAZ *et al* 1990/1991: 67). Em colina de vale destacamos o de Torroso (Pontevedra), sobranceiro ao vale do rio Louro, afluente do Minho (PEÑA SANTOS 1988b, 1992b).

No interior do Entre-Douro-e-Minho ocorrem realidades um pouco distintas e que compreendem povoados alcantilados em morros de alta montanha, como os do Alto da Caldeira (Baião) (S. JORGE 1981) e Castelo de Matos (Baião) (QUEIROGA 1984; FIGUEIRAL *et al* 1988; QUEIROGA *et al* 1989; DINIS 1991/1992) e povoados em vertentes suaves ou pequenas bacias de recepção em ecologia de montanha. (Bouça do

²²²-Sobre o povoamento do Lima e Minho consultar as obras de C. A. B. Almeida (1996) e a de J. M. Marques (1985), respectivamente.

²²³-Sobre este assunto consultar F. Acuña Castroviejo (1977), L. X. Carballo Arceo (1989), F. Acuña Castroviejo *et al* (1991; 1995), L. X. Carballo Arceo *et al* (1991) e F. Fariña Busto *et al* (1983, 1991).

Frade III (Baião) (JORGE 1988a), Lavra II (Marco de Canaveses) (SANCHES (1988, 1995) e, eventualmente, Areeiro (Celorico de Basto) (BETTENCOURT *et al* 1993/1994).

Da disparidade de informações parece tornar-se claro que os padrões de povoamento para os finais da Idade do Bronze do Noroeste são bastante diversificados e ocorrem em diferentes ecologias, o que nos suscita uma série de questões que seria interessante equacionar em trabalhos futuros.

2.4.2.3.3. A organização interna dos povoados

Em relação à **organização interna** dos povoados apenas contamos com três estações escavadas em área. São eles o de S. Julião Ia, Ib, Santinha I e II e Alto de S. Bento I.

A primeira ocupação de S. Julião (Ia) parece ter-se concentrado na plataforma superior do povoado e muito provavelmente nos sectores sul, este e oeste, atendendo à distribuição dos diferentes dados. Pela estratigrafia e, posteriormente, através do radiocarbono, foi possível verificar que esta ocupação era bastante anterior à delimitação da acrópole por um talude, opondo, o que parecia um dado adquirido através das antigas escavações dos cortes 1 e 3, ou seja, que o 1º momento ocupacional de S. Julião se relacionava com a construção de um talude e de um fosso (MARTINS 1988a: 39, 133).

A intensidade do espólio e das estruturas autoriza a pensar que esta ocupação não foi ocasional embora seja circunscrita espacialmente. O local teria servido como área habitacional, onde diferentes pisos se sobrepunham, separados por níveis de ocupação/abandono. Aí detectámos vestígios de seis pavimentos em saibro (alguns

ocupação/abandono. Aí detectámos vestígios de seis pavimentos em saibro (alguns delimitados por pedras e buracos de poste), lareiras e uma fossa aberta no saibro. A funcionalidade desta estrutura é difícil de estabelecer, atendendo a que os sedimentos internos não continham enchimento detrítico, acumulação de carvões, cinzas ou sementes. Apesar de não termos escavado, de forma integral, nenhum dos fundos de cabana observámos dois deles ainda com 4,90m e 4,10m de comprimento no sentido sul-oeste. No seu interior, não se registaram indicadores de divisões internas pelo que estas habitações deveriam corresponder a casas elementares, construídas com pedra (granito local), madeira (Carvalho) e Leguminosas, estas últimas, usadas, muito provavelmente, nas paredes e nos tectos²²⁴. Além dos imóveis recolhemos espólio cerâmico, lítico, metálico e em matéria vegetal, assim como ossadas e outros macrorrestos, testemunhos das mais diversas actividades.

Na fase subsequente (S. Julião Ib), a ocupação distribui-se por uma área com cerca de 333m² na acrópole e, ainda, por parte das plataformas contíguas existentes a norte, noroeste e oeste daquela. Em determinado momento da vida deste povoado, mais precisamente pelo séc. IX AC, a acrópole e plataforma oeste foram delimitadas por estruturas de pedra e terra de grande envergadura, em momentos que cremos sincrónicos, pelo que a ocupação exterior ao tabuleiro superior não foi esporádica como pareciam anunciar os dados detectados por M. Martins no corte 1 (MARTINS 1988a: 39).

Ainda a um momento anterior à monumentalização podemos atribuir, com segurança, várias estruturas de habitação, todas elas com fundos em saibro, por vezes delimitadas por pedras e com lareiras (Cab. II do corte 3b, Cab. I do corte 6 e Cab. IV do corte 7).

²²⁴ - Estes dois tipos de plantas eram as mais comuns nos taxa antracológicos revelando, por parte do homem selecção intencional no abate e corte.

Os vários troços de "muralha" postos a descoberto na acrópole (cortes 1, 2, 3, 3a, 3b, 7 e 8) revelam que este imóvel, aberto a este, circundava um recinto sensivelmente semicircular, com uma área de 333m². As suas características construtivas (enchimento de terras e saibro com cerca de 5m de espessura), observadas por M. Martins a norte do tabuleiro superior (MARTINS 1988a: 27-28, 134), são difíceis de confirmar nos cortes 2 e 7, a oeste e nor-noroeste, respectivamente. Aí, o seu enchimento e face externa foram profundamente perturbados por uma muralha dos inícios da Idade do Ferro, que se lhe adossa. Apesar de tudo, no corte 7 (a nor-noroeste) o enchimento era constituído por pedras na parte superior (derrubes ?) e, na base, por saibro, conservando ainda 1,80 de largura. No corte 3a, a muralha encontrava-se totalmente destruída a sul, mas o troço conservado a sudoeste demonstrava um revestimento pétreo superior (derrubes ?), seguido de terra e, por último, de saibro. Apesar de não termos escavado este imóvel em toda a sua largura²²⁵, a sua espessura no quadrado E3 atingiu os 2,50m, o que faz prever que tivesse sido bastante largo.

A face interna desta estrutura, semelhante em todos os cortes, era constituída pela acumulação de granito toscamente "talhado", com blocos de maior dimensão nos alicerces, com os interstícios preenchidos por pedra miúda, adossando, por vezes, a afloramentos naturais. Na fase terminal espessava de forma ligeiramente arredondada. O fosso, detectado no corte 1, a norte (MARTINS 1988a: 133-134), apenas devia circundar a "muralha" na zona da entrada, hipótese que colocamos, atendendo ao seu desaparecimento no corte 7, a nor-noroeste.

²²⁵- Por motivos que se prendiam com a destruição integral do acesso à capela de S. Julião.

A estrutura de "amuralhamento" da plataforma oeste apresenta algumas diferenças em relação à da acrópole. Orientada de este a oeste e com entrada virada a norte, registava duas faces de pedra toscamente talhadas, com um enchimento de pedra miúda misturado com saibro. Espessava na zona terminal e apresentava, na face externa, reforços ou bastiões de forma rectangular.

Durante este período, na acrópole, continuam a registar-se cabanas com pavimentos de saibro, delimitadas por pedras [uma delas com cerca de 5m a 5,50m de diâmetro, segundo M. Martins (1988a: 135, est. XLVII)], muito embora na fase terminal se tornem mais pequenas (cerca de 3,50m a 3,75m de diâmetro) e apresentem pavimentos lajeados cobertos de saibro e entrada voltada a su-sudoeste e sul.

Atendendo às dimensões das cabanas encontradas na acrópole e sabendo que elas se adossavam, pelo menos, parcialmente, tentámos estabelecer uma estimativa do número máximo de casas no interior deste recinto.

Para tal usámos uma metodologia problemática, cujos resultados deverão encarar-se como aproximativos, i. é, dividimos a área total do recinto "muralhado" pela área de cada cabana. Com todas as reservas do método obtivemos os seguintes resultados: para a fase mais antiga da monumentalização encontrámos um número máximo de 11 cabanas e para a mais recente de 23. No primeiro caso, não restaria qualquer espaço livre no interior do recinto pelo que este número deverá reduzir-se atendendo a que, por vezes, o espaço observado entre a cabana e a muralha é de mais de 2m. Experimentámos, seguidamente, desenhar a área de cada casa na planta do recinto, tal como fez R. Vilaça (1995: 252) para povoados genericamente coevos. Verificámos que dificilmente este local suportaria mais do que 9 cabanas e isto no caso de elas serem de dimensões idênticas e de não existirem

espaços vazios no centro do povoado. No segundo caso, as 23 casas deixavam ainda 11m² de espaço livre, o que nos parece pouco para viabilizar a circulação de pessoas e bens. Usando o artifício anterior, estas não deveriam ultrapassar as 14 .

Com base nestes cálculos procurámos estimar a densidade populacional máxima deste recinto, optando por usar os mesmos métodos de R. Vilaça (1995: 252-253), com o objectivo de podermos efectuar comparações futuras. Baseados no trabalho de F. Hassan (1981), estimámos uma população de 36 a 45 indivíduos para a fase mais antiga e de 56 a 70 para a mais recente. Aplicando o método de R. Narroll (1962) o número de habitantes destas duas fases seria constante e não ultrapassaria os 33.

Na plataforma oeste e no interior da "muralha", apenas detectámos indícios de um pavimento, bastante destruído, o que inviabilizou qualquer tentativa de estimativa populacional deste local. Não percepcionámos, pois, indicadores de distribuição espacial diferenciada entre a acrópole e a plataforma oeste, pelo menos de forma inequívoca.

Na plataforma norte, apenas se detectaram lareiras e duas fossas, uma delas interpretada como ritual, eventualmente associada a funções sepulcrais (MARTINS 1988a: 29), pelo que esta zona, "extramuros", poderia corresponder a uma área diferenciada das restantes. Muito perto deste local, descobrimos recentemente, já na última campanha de escavações, um afloramento granítico, disposto na horizontal, com pequenas covinhas de dimensões distintas entre elas, que não parecem de origem natural. Ainda parcialmente coberto por terras de antigas escavações, este rochedo parece ter maior número de gravuras, possivelmente do mesmo tipo. As gravuras rupestres são de difícil interpretação e classificação cronológica. Se no Castro de Torroso, Pontevedra, parecem ter perdido as suas funções originais, no 2º quartel do I milénio AC, tendo sido reaproveitadas em muros

daquele período (PEÑA SANTOSb 1992: 42, 45, est. 60 e 62), no Castro do Crastoeiro, Mondim de Basto, mantêm-se bem preservadas na plataforma superior, onde coexistem com ocupações da Idade do Ferro (DINIS 1993/1994). Como hipótese de trabalho consideramos a sua contemporaneidade com as ocupações dos finais da Idade do Bronze de S. Julião, o que poderá reforçar a ideia de que este sector do povoado poderia ter funcionado como área ritual.

Verificámos, ainda, algumas tendências na distribuição espacial de alguns objectos, sugerindo possíveis áreas funcionais.

A forma 15, muito rara no povoado, concentrava-se apenas no sector norte e oeste da acrópole e na plataforma norte. Num dos casos estava associada a uma fossa coberta por pedras (MARTINS 1988a: 39), fossa essas nas imediações das gravuras rupestres. Continua, em 43% dos casos, vestígios de fuligem o que, talvez se relacionasse com actividades rituais que implicassem a utilização do fogo.

Em frente das Cab. IV e V, da acrópole, encontrámos um grande número de pesos e 54 seixos em bruto. Seriam os seixos suportes para futuros pesos? Estariam os ocupantes destas duas cabanas relacionados com actividades piscatórias, com a prática da tecelagem, ou seriam, somente, artesãos deste tipo de objectos? Também no exterior da Cab. V encontrámos um aglomerado de moinhos dormentes aplanados, o que sugere uma área de moagem.

Creemos que o processo de "amuralhamento" se relaciona com uma multiplicidade de significações de carácter económico, social e simbólico. O "amuralhamento" da acrópole e da plataforma oeste poderá ter servido, entre muitas outras funções, para delimitar e separar fisicamente as populações aí residentes das cercas de gado e dos campos agrícolas, mas assumindo que as "muralhas" são também expressão de

codificações sociais e simbólicas interpretamo-las, igualmente, como marcos de uma apropriação mais efectiva do território e como demonstração de "autonomia" ou identidade, necessárias numa época em que as comunidades se inscreveram - a julgar pelo espólio - numa rede de contactos de âmbito regional e supra-regional mais alargada.

No último momento da ocupação dos finais da Idade do Bronze na acrópole (S. Julião Ic) detectámos os primeiros derrubes da "muralha" e sobre eles a construção parcial de outras estruturas, tal como M. Martins (1988a: 41-42, est XXXII) já tinha sugerido. As datas de radiocarbono, obtidas para vários contextos estratigráficos, parecem demonstrar que as "muralhas" da acrópole e do sector oeste perderam as suas funções, ainda durante a segunda metade séc. IX AC, pelo que terão tido uma existência de curta/média duração. Na acrópole, as estruturas detectadas nesta fase correspondem a alguns fundos de cabana efectuados em saibro. Num deles, delimitado por pedras, com cerca de 5m no sentido oeste-sudeste, foi possível determinar um lajeado sob a lareira, situada lateralmente em relação ao eixo da cabana. De uma forma geral as estruturas detectadas nos cortes 2 e 3a revelaram alterações nos diâmetros e nas técnicas construtivas em relação aos finais do que designámos S. Julião Ib, onde as cabanas não excediam 3,50m de diâmetro e apresentavam fundos inteiramente lajeados. Atendendo ao facto de só termos atingido este nível ocupacional numa pequena zona do povoado, não é possível generalizar esta observação nem perceber indicadores de distribuição espacial diferenciada.

Quanto ao povoado do Alto de S. Bento I verificámos exclusividade de fossas na acrópole e, na plataforma oeste, uma estrutura que interpretámos como base de uma eventual cabana, porventura de apoio às actividades desenvolvidas na acrópole. Em termos de organização interna este local parece encontrar paralelo nos povoados do Alto da Cidade I (Braga) e da Santinha I (Amares), ambos com fossas na plataforma superior. De

qualquer modo, o conjunto significativo de espólio, estruturas e macrorrestos existentes na Santinha I permite considerar que ele apresenta uma ocupação mais longa (BETTENCOURT 1995c: 60-61) do que os anteriores.

As populações da **Santinha I** ocuparam uma vasta área do monte, embora numa forma diferenciada.

O tipo das estruturas, a sua distribuição espacial, assim como a das cerâmicas e dos macrorrestos, permitem pôr a hipótese de que a plataforma superior do povoado teria tido uma utilização comunitária, com estruturas de carácter público, cuja função seria a de armazenagem. Esta, far-se-ia em fossas abertas no saibro e inseridas numa cabana de grandes dimensões, cuja base, constituída por pedras, suportaria paredes e tecto de troncos e outros materiais perecíveis. Foram encontradas abundantes sementes de cereais, de crucíferas, leguminosas e frutos, no interior das fossas ou em zonas contíguas. A própria "monotonia" das formas cerâmicas, representada por profusão de potes grosseiros, de média/grande e grande dimensão, poderá corresponder a vasos de provisões e representar mais um dado a favor de uma especialização do local. A presença de fragmentos de grandes moinhos manuais, a ausência de lareiras e a fraca percentagem de recipientes com sinais de fogo contribuem, também, para reforçar esta hipótese.

Destacamos, também, a exclusividade, nesta área do povoado, de um seixo talhado, uma lasca retocada, uma ponta de seta, em sílex (talvez reaproveitada da ocupação anterior) e de um molde de pequenas barras, a evidenciar uma área onde se guardavam artefactos exóticos ou se efectuava a prática da metalurgia.

Em resumo, a plataforma superior poderia constituir uma área de armazenagem, ou de reserva de um dos principais recursos da comunidade, ou seja, os excedentes de produção agrícola, a serem utilizados para diversos fins (consumo interno, sementeiras,

elemento de troca, de oferta, entre outros), mas também de "concentração" de géneros ou de actividades de grande valor social e ideológico, como artefactos metálicos e actividades metalúrgicas.

A vertente sul foi extensivamente ocupada. Esta ilação baseia-se no conjunto de dados extraídos das escavações e da observação das estruturas detectadas em prospecções de superfície e de perfis. As características gerais da cultura material, móvel e imóvel, permite admitir que este espaço seria menos especializado do que o da acrópole. Nele, evidenciam-se estruturas habitacionais e indícios de actividades diversas. A delimitação deste espaço, por um muro ou cerca de pedra, teria facilitado a regularização topográfica da vertente e favorecido a existência de um recinto para recolha de animais domesticados de pequeno porte. A presença da actividade pastoril parece materializar-se por ossadas, infelizmente inclassificáveis.

Os ocupantes do povoado viveriam em cabanas perecíveis, onde os principais materiais de construção parecem ter sido os troncos de Carvalho, os vários tipos de Leguminosas, e, por vezes o saibro e o barro não cozido. Os padrões arquitectónicos apresentam diversidade: parecem existir cabanas semi-subterrâneas, cortadas em parte no saibro²²⁶, e outras, cujas paredes arrancam directamente do nível de ocupação. A explicação social desta diversidade escapa-nos, mas salientamos que foi no interior do primeiro tipo que apareceu o caldeiro de rebites em bronze e a conta de colar de origem exógena. Este tipo de artefacto metálico tem sido associado a práticas rituais de consumo de alimentos²²⁷, cerimónia que pensamos reservada a alguns membros da comunidade.

²²⁶- Estruturas aparentemente semelhantes foram detectadas no povoado do Areeiro, em Celorico de Basto (BETTENCOURT 1993/1994b).

²²⁷-Sobre este assunto consultar J. Gómez de Soto (1993).

Ao aceitarmos tal hipótese, teremos de admitir que a manipulação de *itens* tão prestigiantes, como o caldeiro, se efectuaría num quadro de cerimónias, cujo carácter de secretismo ou de ocultação, seria favorável à manutenção de um *status* social de excepção, no seio da comunidade. Atendendo a estes pressupostos seria de perguntar se a estrutura semi-subterrânea, não poderia associar-se a esse quadro de secretismo, sendo, portanto, portadora de um significado social e simbólico muito específico.

A ocorrência de um vaso com grande profusão de uma substância vegetal, rara na época (agulhas de pinheiro carbonizadas), sugere, igualmente, a existência de práticas rituais, dentro do recinto do povoado.

A presença de fossas abertas no saibro, localizadas nas imediações das cabanas e escassas em relação às existentes no topo do povoado, traduz, eventualmente, preocupações de armazenagem de bens individuais ou familiares, ligadas a necessidades de consumo diário. A maior percentagem de potes de pequenas dimensões exumadas nesta zona do povoado, poderá abonar a favor da premissa expressa.

A localização de uma estrutura cistóide, nas imediações de uma cabana, revela que alguns enterramentos seriam praticados dentro do recinto do povoado, se bem que em área periférica. Perante as características internas deste povoado seria interessante perceber as motivações que terão presidido a esta ocupação diferenciada do espaço.

Em termos práticos as zonas mais elevadas são mais arejadas, o que pode ter favorecido a escolha do topo para local de armazenagem. Esta opção pode indicar, igualmente, condicionalismos técnicos por parte da comunidade, como a falta de meios artificiais de drenagem e de arejamento, adequadas às unidades de silagem, e/ou ao valor

atribuído aos locais mais altos, que, supostamente, funcionariam como pontos comunitários de referência, talvez a na perpetuação de tradições histórico-culturais.

Já a localização preferencial da área de habitação e de tumulação, na vertente sul, é passível de ser relacionada com vários aspectos:

- incapacidade do povoado se estender para este e sudoeste, atendendo aos enormes afloramentos que ocorriam à superfície, desde o topo até à base;

- facilidade de acesso ao início do vale;

- protecção contra os ventos dominantes do Noroeste peninsular;

- melhor exposição aos raios solares.

O facto da comunidade da Santinha I possuir um "reservatório" de excedentes de produção, num espaço em grande medida destinado para esse fim, poderá revelar uma economia agrícola relativamente estável, o domínio de técnicas agrícolas de vertentes baixas ou início do vale e a capacidade para, através dos excedentes de produção, participar em processos de troca, o que explicaria os artefactos exóticos, como a conta de colar em vidro, os indicadores da actividade metalúrgica em bronze e os artefactos em matéria-prima proveniente de áreas mais ocidentais.

Uma segunda ocupação, atribuível ao Bronze Final, ou ao início do processo que conduzirá à Idade do Ferro (Santinha II), aflorava à superfície da plataforma superior e ao início da vertente sul. Muito destruída por terraplanagens sucessivas no topo e por fenómenos erosivos na vertente, dela apenas restavam estruturas percíveis e um conjunto de materiais pouco específicos. O tipo de estruturas, a forma cerâmica mais frequente e os macrorrestos vegetais fazem-nos presumir que, nesta fase, as comunidades da Santinha continuaram a ter modos de vida semelhantes aos do momento anterior.

O facto das estruturas de armazenagem serem consideravelmente maiores do que as da fase anterior e dos ecofactos indicarem o aparecimento da Cevada e da Ervilha permite pensar numa intensificação e maior diversificação da produção agrícola.

Os indicadores de reordenação do povoado, o aumento considerável das estruturas de armazenagem e da percentagem de cerâmica micácea, parecem indiciar que as duas ocupações não teriam sido contínuas, embora talvez não muito espaçadas no tempo. Isto partindo do pressuposto que as comunidades levam algum tempo a assimilar e a aplicar, com sucesso, as novidades, neste caso as tecnologias. De qualquer forma, não excluimos a hipótese de uma reestruturação efectuada num período relativamente curto.

O que é aceitável é que houve modificações na fase II da Santinha, cujo significado importa perceber. As explicações para este fenómeno poderão residir no quadro de uma apropriação mais efectiva do território, de conhecimentos adequados para a execução de uma agricultura de vale e da necessidade de excedentes de produção, decorrentes de um aumento demográfico, de uma reestruturação económico-social, ou de uma maior inserção do povoado numa vasta rede de intercâmbios, em que os excedentes de produção alimentar representariam um dos recursos fundamentais de riqueza e de troca. De qualquer modo, os poucos dados disponíveis sobre esta ocupação aconselham prudência, pelo que qualquer interpretação deverá ser encarada como hipótese de trabalho.

Em qualquer dos casos, estamos perante ocupações de vocação agrícola, com populações de carácter rural e características sedentárias, pelo menos por períodos relativamente longos.

Quanto às **estruturas internas** dos povoados notámos, que as que foram encontradas são percíveis, com excepção da "muralha" de S. Julião Ib, do murete e "muro" da Santinha I.

As poucas estações existentes com evidências de eventuais estruturas de delimitação artificial do espaço, também não parecem obedecer a um padrão específico de "assentamento", pois encontram-se em remates de esporão (S. Julião Ib e, eventualmente, Barbudo I, este com uma possível cerca de madeira) e em colinas (Santinha I). Até novos dados, a ausência de evidências de estruturas de "fortificação" ou "monumentalização" nos restantes povoados intervencionados no vale do Cávado (Alto de S. Bento, Alto da Cidade I, Cabanas I, Falperra I e Faria Ib²²⁸) leva-nos a colocar reservas à premissa de que os finais da Idade do Bronze foram um período de generalização do povoamento "fortificado".

Em todos os povoados onde foi possível distinguir **estruturas habitacionais** ou cabanas elementares, como em Cabanas I, Falperra I, S. Julião Ia, Ib e Ic e Santinha I, estas apresentavam fundos em saibro ou de terra batida que, por vezes, cobriam lajeados parciais ou totais. É frequente algumas cabanas serem rodeadas por pequenas pedras, estarem associadas a buracos de poste, ou serem delimitadas por um sulco cortado nas camadas precedentes, ou no saibro (Falperra I e Alto de S. Bento, respectivamente).

As melhor preservadas apresentavam uma forma tendencialmente circular ou alongada, por vezes com lareira central (Julião Ia, Ib), com paredes e tectos em materiais percíveis. Segundo as análises de antracologia, efectuadas para S. Julião Ia, Ib, Ic, Santinha I, a grande acumulação de carvões de carvalho e de leguminosas, bem como a

²²⁸- Segundo A. B. Almeida (1996).

existência de barro de revestimento, indica que as paredes deveriam ter sido construídas com leguminosas suportadas ou amparadas por troncos de carvalho e revestidas com barro, provavelmente seco ao sol (Santinha I), tornando estas cabanas fortemente impermeabilizadas ao frio e calor. Os tectos seriam construídos com leguminosas, talvez giesta ou urze, e não deveriam ter tiragem, pelo que o fumo das lareiras sairia pelas frestas, como era tradição nalgumas casas do Baixo e Alto Minho, ainda neste século (F. ALMEIDA 1978; GERALDES 1979; LIMA 1996: 31; BASTOS 1997:106).

Outra estrutura comum neste período, com antecedentes, pelo menos desde o 1º quartel do II milénio AC, são as **fossas abertas no saibro** e/ou nas camadas de ocupação, cobertas com pequenos aglomerados de pedra (S. Julião Ib), rodeadas por pedras (S. Julião Ia), cobertas de saibro (Santinha II) ou, aparentemente, sem cobertura ou delimitação específica. Ocorreram em povoados na bordadura de vales, com carácter de excepção (Falperra I e S. Julião Ia e Ib), sendo mais frequentes em povoados de colina (Alto da Cividade, Santinha I e II), ou em plataformas de vertentes suaves muito próximas dos vales (Alto de S. Bento).

Estas estruturas teriam funções diversas, servindo algumas de silos, daí a presença de sementes, outras de sepulturas, entre variadíssimas hipóteses.

Os locais em que há profusão de fossas abertas no saibro, com enchimentos indicadores de alterações após o seu funcionamento original, mas ainda associadas a algumas sementes, tornam plausível a sua interpretação como silos. Estes locais encontram-se sempre em colinas nos vales (Alto da Cividade I e Santinha I e II), ou em remates de esporões de vertentes muito perto do vale (Alto de S. Bento) e parecem acentuar a vocação agrícola por parte das comunidades que se estabeleceram nesses povoados, por períodos de duração variável.

Analisando a **organização interna dos povoados à escala do Noroeste peninsular e áreas limítrofes**, podemos desde já adiantar que o fenómeno da “fortificação/monumentalização”, é apenas esporádico.

A norte do Cávado conhecemos este fenómeno no Coto de San Trocado (Ourense), na bordadura do Minho (FARIÑA BUSTO *et al* 1991) e no Coto da Pena I (Caminha) à foz do Minho (SILVA 1986). Para este, na serra da Aboboreira, o povoado de Castelo de Matos (Baião), com uma provável paliçada de madeira (FIGUEIRAL *et al* 1988: 142), parece paralelizar com o do Barbudo I. Em Trás-os-Montes ocidental, apenas registamos o Alto de Santa Ana (Chaves), na bacia do Tâmega (SANTOS 1995). Na Beira Alta este ocorre no Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia) (GUERRA *et alii* 1989; SENNA-MARTÍNEZ 1989) e no povoado da Senhora da Guia (Baiões) (SILVA 1979; 1980). Na Beira Interior, apenas na acrópole do povoado da Moreirinha (Idanha-a-Nova), parece existir uma ampla “muralha” com uma face interna de pedra seca, tendo em conta a descrição das estruturas e desenhos que fornece R. Vilaça (1995 I: 213-214).

Verificamos que apesar de ser rara a presença de estruturas de delimitação neste período, elas ocorrem em povoados de tipo A/B e C, da tipologia de M. Martins. No último caso, destacamos os do Coto da Pena I, no litoral, e do Alto de Santa Ana (Chaves), no alto Tâmega, a cerca de 750m deste rio (SANTOS 1995: 117). Apesar de distintos em termos de implantação geográfica, ambos apresentam excelentes condições de controlo de importantes vias fluviais, em áreas de grande riqueza mineira, se bem que a sua escassa representatividade não nos permita generalizações sobre os motivos de “fortificação/monumentalização” destes povoados implantados em ecologias bem distintas. O mesmo podemos dizer em relação aos povoados com evidências de paliçadas de

madeira, apesar de serem ambos de tipo A e de se localizarem em posição interior em relação às principais bacias fluviais.

As estruturas habitacionais, quer nos povoados de altura, quer de vertente ou vale, seriam maioritariamente percíveis. As excepções encontram-se em alguns povoados litorais, como no Coto da Pena I (Caminha) (SILVA 1986) e, eventualmente, em S. Lourenço I, onde C. A. B. Almeida (1996: 90) refere uma construção circular efectuada com pedra miúda ligada com barro, no sector M2, associada à data de $2520 \pm 50BP$, talvez a revelar uma assimetria de desenvolvimento entre o litoral e o interior. No entanto a validação desta hipótese, quer para o Noroeste, quer para o vale do Cávado, passa por um maior acervo de informação que, por ora, não possuímos ²²⁹.

Fossas abertas no saibro e sementes há na acrópole “monumentalizada” do povoado do Alto de Santa Ana (Chaves), porventura a revelar uma lógica de organização do espaço semelhante à encontrada para a bacia do Cávado.

Em ecologia de montanha conhecem-se dois povoados com fossas e sementes: Lavra II (Marco de Canaveses) e Bouça do Frade III²³⁰ (Baião) que, pela sua posição em vertentes suaves, revelam uma organização interna do espaço diferente da habitual no Cávado.

Sem querermos ser generalistas temos que reconhecer que esta solução de armazenagem (fossa aberta no saibro, independentemente da sua distribuição espacial à escala intra-site), no Entre-Douro-e-Minho e zonas limítrofes, deve ter sido a mais usual,

²²⁹- Cabe referir que os níveis mais antigos de Terroso (Pontevedra), datáveis do 1º quartel do I milénio AC, ainda apresentam estruturas percíveis (PEÑA SANTOS 1988b, 1992b).

²³⁰ - Correspondente à plataforma superior de uma vertente e última ocupação datada, pelo radiocarbono, dos inícios do I milénio AC.

durante os finais da Idade do Bronze. Tal não significa, obviamente, a inexistência de outras soluções complementares de silagem, como por exemplo, o uso de grandes potes cerâmicos.

2.4.3. Dos meados do 2º quartel do I milénio AC (séc. VI (?)) aos séculos IV/III AC): a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro e o Ferro Inicial

2.4.3.1. Contextos ocupacionais

Desde o séc. VI AC e durante todo o séc. V AC nota-se no registo arqueológico uma série de transformações artefactuais (cerâmicas e metalúrgicas), ambientais (aumento do processo de antropização), eventualmente arquitecturais e tecnológicas com repercussões económicas, simbólicas e sociais que indiciam os alvares de uma nova etapa cronológico-cultural, a Idade do Ferro Inicial, que consideramos ter começado no decurso do séc. IV AC nas zonas mais interiores da bacia do Cávado e, porventura, mais cedo no litoral.

Encaramos a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro como um processo complexo onde se cruzam dois planos de análise; o modo “interno” de evolução e os critérios “externos” de avaliação desses modos. No primeiro, cabe o estudo das transformações económicas, sociais e simbólicas, que se verificam a diferentes temporalidades em diferentes espaços. No segundo, há que contar com os critérios adoptados pelo investigador na análise que efectua. Por falta de outros dados, apoiámo-nos essencialmente na mudança tecnológica, formal e decorativa da cerâmica, em algumas modificações tecnológicas na metalurgia do bronze e em dados paleoambientais. Foi deste modo que atribuímos a este período vários povoados que escavámos e publicámos: [S. João de Rei I (Póvoa de Lanhoso), S. Julião Id (Vila Verde) e Vasconcelos (Braga)].

Na mesma fase cronológico-cultural inserimos o povoado da Falperra II (Braga) que, apesar de ter sido escavado por M. Martins, foi estudado exaustivamente no âmbito deste trabalho, como já tínhamos referido para os finais da Idade do Bronze. Pela valorização que efectuámos do espólio de antigas escavações, após a revisão dos mesmos, também incluímos neste período o povoado do Alto da Torre II, Faria Ic e Roriz II (Barcelos). A presença de cerâmicas áticas em S. Lourenço (Esposende) e Faria (ALMEIDA 1996), bem como de uma fíbula anular hispânica em Belinho (Esposende), sugere uma ocupação destas estações, nesta fase.

Não é sem reservas que incluímos o povoado de Pedroso (Braga) neste momento cronológico-cultural pois apenas contamos com algumas cerâmicas de superfície, numa estação, aparentemente, com uma potência estratigráfica pouco espessa. O achado de um machado de alvado no alto do Monte da Saia (Barcelos) e a sua associação a gravuras rupestres esquemáticas permitem-nos admitir, embora hipoteticamente, que este povoado possa ter tido uma ocupação durante este período. Note-se que a sua localização geoestratégica na paisagem e a sua associação a petróglifos o aproximam de outros povoados com continuidade de ocupação deste os finais da Idade do Bronze até à Idade do Ferro, como é o caso da Falperra (Braga), Roriz (Barcelos), São Lourenço (Esposende) e S. Julião (Vila Verde).

É com base nos pressupostos explicitados no ponto 2.4.2.1. que colocamos a hipótese de que as gravuras rupestres da Falperra, Monte da Saia, Roriz, S. Lourenço, S. Julião e S. Simão do Cossourado, interpretadas como **santuários rupestres**, terão perdurado por esta fase.

Neste período genérico integrámos também o **depósito metálico** de Caldelas (Amares), o do rio Cávado (Amares/Braga) e o da Quinta da Fonte Velha (Barcelos), assim

como os **achados avulsos**, nos quais incluímos os machados de talão de duplo anel, inacabados (com rebarbas e/ou cones de fundição) e os de alvado, também de duplo anel e com rebarbas, descontextualizados. No primeiro grupo, inscrevemos três machados encontrados algures no concelho de Barcelos e o machado de talão de Vila Chã (Esposende). No segundo, registámos um machado de alvado de dois anéis detectado, algures, em Barcelos e os provenientes da freguesia ribeirinha de Creixomil. A atribuição cronológica destes artefactos a momentos tão recentes é explicitada no ponto 2.4.3.2.3. deste capítulo.

2.4.3.2. Cultura material

Os materiais arqueológicos de referência para o estudo deste período foram, principalmente, os provenientes de povoados escavados por nós, como S. João de Rei I (Póvoa de Lanhoso), S. Julião Id (3b) e Id (3a) (Vila Verde) e Vasconcelos (Braga), todos eles datados pelo radiocarbono. Servimo-nos também do espólio dos povoados do Alto da Torre II (Barcelos), Falperra II (Braga), Roriz II, cam. 7 (Barcelos), cujo material foi estudado ou revisto por nós e datado por analogia. Com base neste conjunto artefactual, bastante diversificado e, quantitativamente, significativo foi possível determinar um conjunto de alterações nos materiais cerâmicos, líticos e metálicos em relação à fase anterior.

2.4.3.2.1. Cerâmica

Nota-se uma tendência para a diminuição do número de formas e uma maior padronização das que persistem ou aparecem de novo.

Morfologia

As formas detectadas neste período são:

Forma 1 (pote). Esta forma começa a diminuir consideravelmente neste período, bem como as peças com bordos serrilhados. Embora quase todas elas sejam de pasta arenosa, já ocorrem algumas em pasta arenosa/micácea e micácea. Desaparece durante a Idade do Ferro.

Forma 1b (pote). Corresponde à forma mais representada durante este período, tendo aumentado substancialmente em relação ao momento anterior. Nesta fase, há potes com pastas arenosas, arenosas/micáceas e micáceas, tornando-se exclusivamente micáceas durante a Idade do Ferro. As abas soerguidas pequenas e médias estão em maioria e as grandes são, de facto, muito reduzidas. Torna-se muito frequente durante a Idade do Ferro.

Forma 1c (pote). Ainda relativamente rara em relação às formas 1, 1b e 2. Alguns potes, raros, são efectuados em pasta arenosa, como ocorreu no povoado de Vasconcelos. As abas são apenas horizontais pequenas e medianas. Esta forma desenvolve-se bastante durante a Idade do Ferro.

Forma 2 (pote). Forma bastante comum neste período. Ocorre em pasta arenosa e micácea mas as formas com esta última pasta tendem a aumentar e são exclusivas da Idade do Ferro.

Forma 3 (pote). Forma absolutamente residual nesta fase. Foi detectada apenas uma vez. Desaparece na Idade do Ferro.

Forma 10 (potinho/púcaro). Corresponde a uma forma bastante comum, com tendência a aumentar nesta fase. Ainda ocorre em pasta arenosa, mas o predomínio vai para as formas em pasta micácea. Há uma tendência para a diminuição dos bordos verticais em favor dos esvasados. Em relação à fase anterior, aumentam os de aba soerguida e aparecem os de aba horizontal pequena. Nesta fase, surgem as primeiras decorações estampilhadas sobre o início das panças, mas em quantidade reduzida. Esta forma perdura pela Idade do Ferro.

Forma 12 (taça carenada). Forma raríssima e atípica durante esta fase. Algumas peças são micáceas, outras de carena pouco acentuada e a maioria é de textura mediana com acabamentos alisados. Desaparecem totalmente durante a Idade do Ferro.

Forma 15 (?) (urna). Apareceram uns fragmentos de panças que, eventualmente, se poderiam inscrever nesta forma. Desaparece totalmente nos inícios da Idade do Ferro.

Forma 18 (panela de asa interior). Embora ocorra na fase anterior em pastas arenosas, esta forma tende a aumentar e agora já em pasta arenosa/micácea ou micácea. É uma forma importante durante a Idade do Ferro.

Forma 22 (malga). Forma pouco representada nesta fase, tal como nos momentos precedentes. Parece dar lugar às tigelas da Idade do Ferro

Durante esta fase cronológico-cultural, persistem algumas formas da fase anterior, embora com representatividades e pastas distintas. Desaparecem, definitivamente, as formas 3, 4, 5, 7, 9, 11, 16, 17, 19, 20 e 21, todas elas residuais nos finais da Idade do Bronze. Além das diferenças quantitativas e de pastas, há a registar a introdução da forma 1c, ainda que de modo discreto.

Os **cossoiros** aumentam durante este período e tornam-se mais diversificados em termos formais. Ocorrem também em pedra. São desta fase os primeiros cossoiros decorados, embora ainda em número muito reduzido. Existem durante a Idade do Ferro desta região, como se verifica em diversos povoados (Stº Estevão da Facha²³¹, Ponte de Lima e S. João de Rei II, Póvoa de Lanhoso, entre outros).

As **bases** ainda são maioritariamente de fundo plano, efectuadas em pastas arenosas, micáceas ou arenosa/micácea, embora aumentem as de fundo plano alargado e persistam as côncavas, mas de forma residual.

As **asas** são, em maioria, de secção circular, talvez pertencentes à forma 18, embora ocorram asas ovais, rectangulares, triangulares, trapezoidais e caneladas.

As **decorações** tendem a aumentar no cômputo global do conjunto cerâmico, principalmente em S. Julião Id e na Falperra II, onde a amostragem é maior. Nestes povoados, nota-se 1,5% e 2% de fragmentos decorados em relação à globalidade da louça, respectivamente. Apesar desta tendência, o povoado de S. João de Rei I só apresenta 0,3% de fragmentos cerâmicos decorados, muito embora o número global de peças de olaria seja muito escasso.

A técnica mais usada continua a ser a incisa, principalmente as linhas horizontais sobre o início da pança. Em segundo lugar, aparecem os motivos triangulares, que

²³¹- Neste povoado, ocorrem cossoiros desde a ocupação mais antiga, onde cerâmicas áticas se associam a algumas formas tradicionalmente inscritas nos finais da Idade do Bronze (F. ALMEIDA *et alii* 1991: 66 e segs). Esta ocupação poderá corresponder a um momento de transição Bronze/Ferro.

umentam desde os finais do II milénio AC, como se poderá verificar em S. Julião. São ainda conhecidas as linhas diagonais, irregulares, duplas, a combinação de sulcos e linhas e os motivos em espinhas. Os bordos serrilhados diminuem drasticamente, para desaparecerem totalmente na Idade do Ferro.

A decoração plástica torna-se absolutamente residual, com alguns mamilos circulares e alongados, tendo desaparecido os cordões horizontais, numa tendência que se nota desde os finais do II milénio AC.

A decoração impressa é, no entanto, a técnica menos representada. Aparecem agora novos motivos, como os triângulos e círculos “estampilhados”, mas desaparecem, definitivamente, as dedadas, as unhadas, os pontilhados e os sulcos.

A combinação incisa/impressa é a segunda técnica mais usada desta fase e constitui uma novidade. Materializa-se pelos motivos estampilhados (triângulos, círculos, ovais, séries de SSS, gotas) associados aos lineares e ainda com a combinação de triângulos e círculos. Este grupo de decorações é pouco representativo, mas importante na medida em que faz recuar este tipo de técnica decorativa para níveis anteriores aos séculos III e II a.C., momento a partir do qual era defendida a sua introdução (WATTENBERG 1963: 35 e segs; MONTEAGUDO 1953: 322 – 323; F. ALMEIDA *et alii* 1981: 44 e segs, entre outros). A combinação plástica/incisa, a terceira técnica mais representada, materializa-se por sulcos, ou motivos em espinha, sobre cordões, que aumentam em relação à fase anterior, mas continuam discretas. Conhecemos, ainda, um fragmento brunido com temática reticulada.

Tecnologia

As produções continuam a ser muito diversificadas, pelo que cremos estar em presença de fabricos locais. As excepções vão para os poucos fragmentos de potinhos estampilhados que apresentam pastas mais finas, mais uniformes e acabamentos de melhor qualidade, o que permite pensar que são recipientes de excepção neste contexto cronológico e cultural.

De uma forma geral, as pastas micáceas ainda são grosseiras, por vezes, com palhetas de mica de grande calibre e mal distribuídas, o que provoca uma maior fragilidade nos recipientes e uma menor capacidade térmica. Deste modo, estamos de acordo com G. Little (1990: 156) quando afirma que a presença de mica como desengordurante não permite benefícios técnicos, pelo que esta deve ter sido utilizada com fins decorativos.

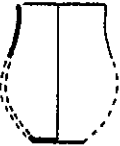
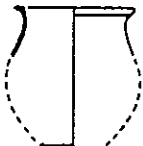
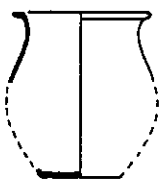
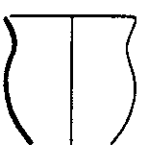
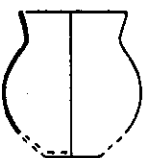



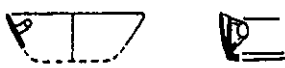
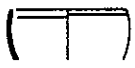
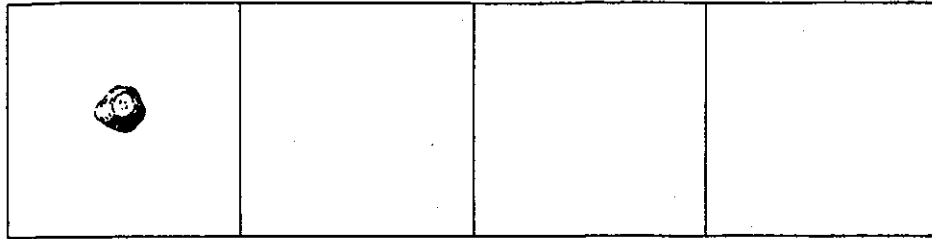
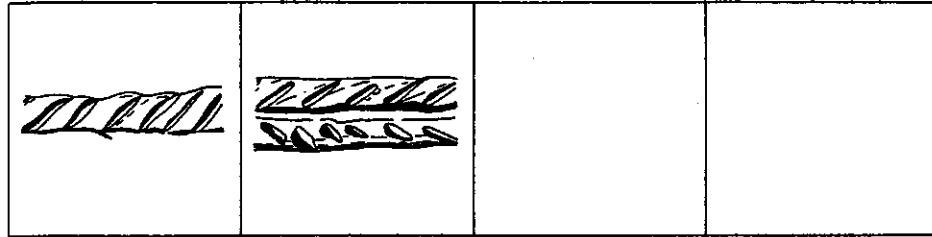
1	
1b	
1c	
2	
3	
10	
12	
15?	
18	
22	

Tabela formal desta fase.

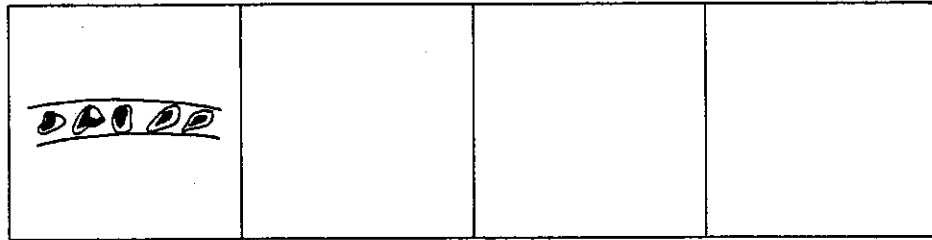
PLÁSTICA



PLÁSTICA-INCISA



INCISA (BORDOS)



INCISA

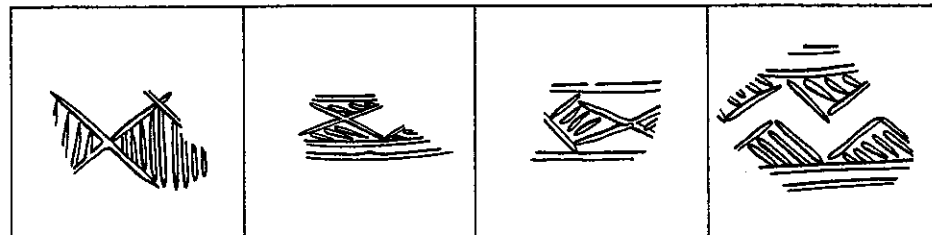
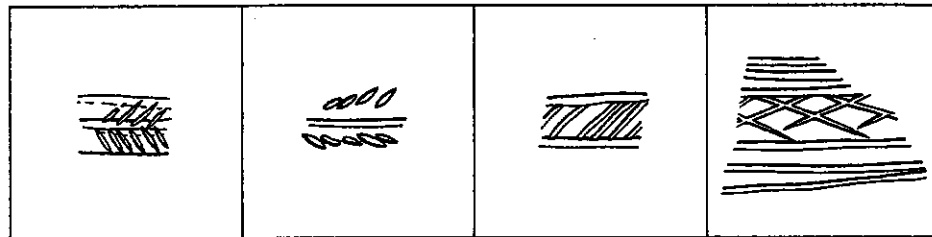
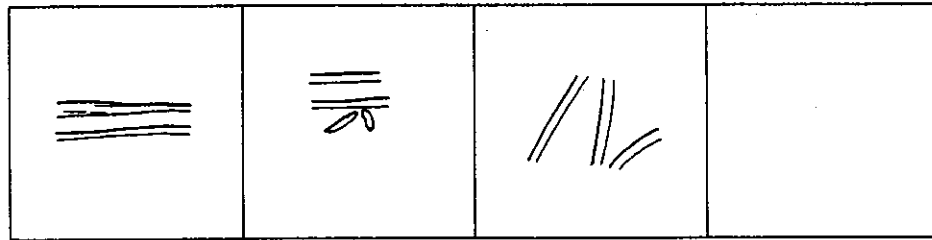
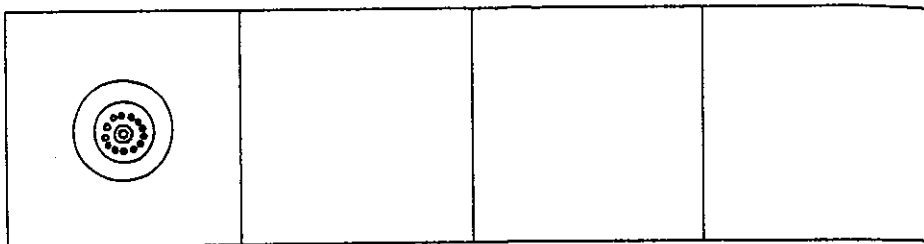
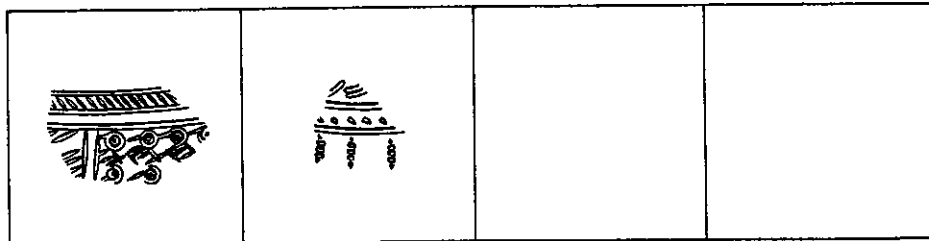
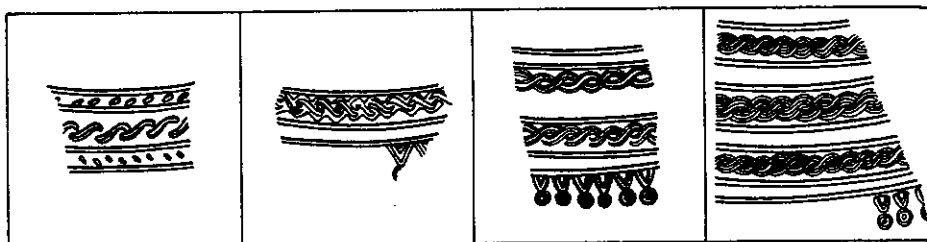
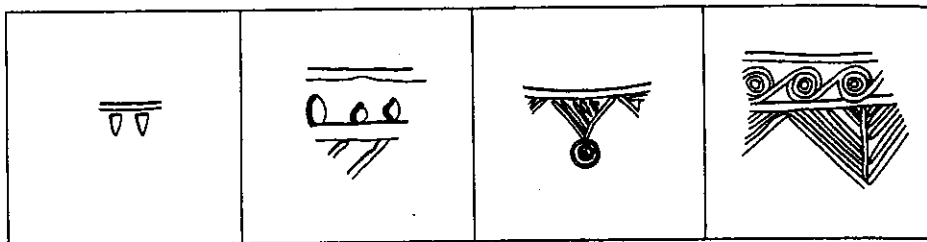


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos desta fase.

IMPRESSA



INCISA - IMPRESSA



BRUNIDA

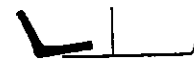
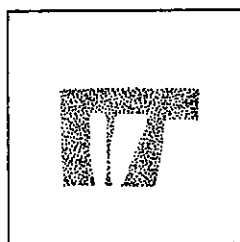


Tabela esquemática das técnicas e motivos decorativos e diversas bases desta fase.

2.4.3.2.2. Líticos

As principais matérias-primas continuam a ser os recursos locais, como os seixos de granito e de quartzito, assim como alguns nódulos rolados de quartzo. As restantes (arenitos, gneiss, grés, moscovite, quartzo hialino, quartzo translúcido, sílex e xisto) são de origem local ou regional, com excepção do sílex, que aumenta neste período.

Quanto à produção lítica, destacamos: os seixos e lascas simples com lípidos ou não, os seixos ou lascas retocados, as lâminas, os pesos, os polidores, os trituradores e os moinhos dormentes e moventes, que evidenciam continuidade formal com a fase anterior. Como novidade salientamos a introdução de cristais de quartzo, alguns afeiçoados, discos e cossoiros em pedra. As duas últimas características de utensílios já existiam em cerâmica, no período anterior. Não se conhecem evidências de trabalho local da indústria lítica.

2.4.3.2.3. Metalurgia

Composição química dos achados metalúrgicos inseríveis nesta fase

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
S. Julião Id 3b (V. Verde)	PA6938	fibula	-	-	vest.	-	-	-	vest.	-	-	vest.
	PA6947	indet.	0.391	0.217	66.60	-	-	0.032	29.39	0.012	-	3.35
	PA6964	frag. lingot.	0.733	0.114	72.41	-	-	0.020	19.02	0.053	-	7.63
	PA7193	cadinho.	-	-	vest.	-	-	-	vest.	-	-	vest.
S. Julião Id 3a (V. Verde)	PA6946	rebite	-	-	89.73	-	-	0.044	4.308	0.127	-	5.78
	PA6964	cald. rebites	0.524	0.149	76.82	-	-	0.121	18.94	0.358	-	3.08

Nesta fase, continuam ausentes os vestígios residuais de arsénio nas ligas de bronze. Quanto a estas últimas, poderemos admitir que são ternárias, com adições intencionais de chumbo, embora com teores deste metal discretos (entre 3% e 8%). Note-se que, no caldeiro de rebite de S. Julião Id (3a), a adição de chumbo é de 3%, o que permite, como diz J-P. Mohen (1990), maior fluidez e facilidades de vazamento, o que teria favorecido a construção deste tipo de artefactos compostos por várias peças. Os inconvenientes que este autor cita (ligas mais leves e menos resistentes) não são incompatíveis com o uso ritual deste tipo de artefacto. É curioso verificar que um rebite encontrado nas imediações do fragmento de caldeiro, e certamente pertencente à mesma peça, quase não apresenta um teor de estanho de 4%, valor muito baixo, integrando 6% de chumbo, o que certamente terá facilitado a sua martelagem nas placas dos caldeiros, por serem leves e pouco duros.

Atendendo às características do espólio metálico contextualizado, talvez o fragmento de machado encontrado no povoado da Falperra corresponda ao que designamos por Falperra II, ou seja, a uma fase de transição entre a Idade do Bronze e a do Ferro, assim como o machado de alvado encontrado no rio Cávado. Por analogia formal, tendemos a colocar todos os outros machados de alvado de duplo anel da bacia do Cávado a partir deste período.

Achados de superfície encontrados em povoados ou no interior do rio Cávado

Prov.	Ref. Lab.	Obj.	FE	NI	CU	ZN	AS	AG	SN	SB	AU	PB
Falperra (Braga) sup.	PA7190	mach. (frag.)	0.384	0.342	77.90	-	-	0.033	12.23	0.155	-	8.954
Rio Cávado	PA7195	mach. alv. (2)	0.307	0.165	73.49	-	-	0.058	18.76	0.083	-	7.134

Não se verifica, no entanto, uma descida dos valores de cobre em relação aos períodos anteriores, que oscilam, aqui, entre os 67% e os 90%, pelo que não nos parece que a utilização do chumbo se deva a motivos de ordem económica, nomeadamente relacionados com a escassez do abastecimento de cobre do Sudoeste, a partir do séc. VIII AC, como foi defendido por J. Sierra Rodriguez (1978: 21), M. E. Aubet Semmler (1983: 824), M. Ruíz-Gálvez Priego (1986: 27,34; 1987: 251-264), A. Peña Santos (1988a: 351), M. Martins (1990). Em relação ao Noroeste, é comum afirmar-se que as jazidas de cobre das Astúrias teriam capacidade para abastecer essa zona (BLAS CORTINA 1989). Trabalhos recentes têm demonstrado a existência de jazidas na Galiza e no Norte de Portugal capazes de abastecerem a região com cobre (COMENDADOR REY 1993, 1997, 1998). Acrescentamos que uma observação da Carta Mineira de Portugal, na esc. 1 500 000, de 1960, demonstra a existência de jazidas de cobre na bacia do Douro, como em Peso da Régua (Vila Real) e na Beira Litoral, na bacia do Vouga, onde este ocorre em associação com o chumbo e a prata (rio Caima) e associado ao chumbo (rio Alfusqueiro), pelo que, rapidamente, poderá ter chegado ao Entre-Douro-e-Minho por via litoral. Há também recursos de cobre na Beira Alta, no alto Côa e na Beira Interior, em Vila Velha do Rodão, nas margens do Tejo e no alto e médio Zêzere. Deste modo, parece pouco provável que estes recursos viessem de áreas tão longínquas como o Sudeste de Espanha, quando

poderiam ser oriundos de muitas e variadas zonas próximas, ou relativamente próximas, da bacia do Cávado.

Na própria bacia do Cávado, há indicadores, como já referimos anteriormente, que as comunidades conheciam as técnicas de redução dos sulfuretos de cobre desde muito cedo. Esta técnica também se comprova na Irlanda, em contextos da 2ª metade do III milénio AC (O'BRIEN 1995: 45; 1996)²³², e, se tivesse sido conhecida na Galiza, explicaria o conteúdo de arsénio na metalurgia de cobre desta região (COMENDADOR REY 1996: 512), bem como a pouca necessidade de abastecimento exterior de cobre por parte dos habitantes da sub-região do Cávado.

Também na província de Ourense, nas margens do Lima, excelente corredor de penetração para o Norte de Portugal, há inúmeros indícios de cobre em diversas minas (Laza, Lovios; A Cunca-O Torero, Monterrei e Arcucelos, Verín). Entre Pontevedra e Ourense ocorrem minas de estanho e volfrâmio onde a calcopirite está presente (Novelle, em Castrelo do Miño e Raparrabo, em Cartelle), bem como em Beariz, Magros-Marcofán, esta última com minerais de cobre (*Id. Ibidem*: 514). No Norte de Portugal, aparecem nas minas da serra do Gerês, como em Carris (Salto do Lobo) e Borragueiro (COMENDADOR REY 1996, 1997).

Deste modo, a metalurgia ternária com adição discreta de chumbo, na bacia do Cávado e, aparentemente, também no curso inferior do rio Minho²³³ é bastante recente, já

²³²- Em B. Comendador Rey (1996: 512).

²³³- Tendo presente as peças da fase IB de Coto da Pena (Caminha), onde duas sanguessugas, dois pendentes em campânula, uma corrente e uma fíbula Acebuchal contêm todas chumbo, embora de teor reduzido, como afirma A. C. Silva (1986: 169 – 170).

de uma fase de transição para a Idade do Ferro e dos inícios deste período, como já tínhamos defendido em 1995 (BETTENCOURT 1998=1995).

Nas duas camadas mais recentes do Povoado de Torroso (Pontevedra), datadas, também, do 2º quartel do I milénio AC, detectaram-se em artefactos, maioritariamente, composições ternárias com teores de chumbo que variam desde os 2% aos 49%, sendo os teores elevados bastante frequentes (PEÑA SANTOS 1992b: 36, 124). Sendo assim, podemos afirmar que neste período as percentagens de adição de chumbo no Noroeste não são idênticas de área para área, sendo mais antigas em algumas zonas galegas e revelando assimetrias tecnológicas importantes. Também não podemos considerar que só os objectos de adorno contemplam valores mais elevados de chumbo, pois o fragmento de ponta de lança aqui encontrado tem uma percentagem de chumbo da ordem dos 24%.

Quanto à cronologia dos machados de talão de duplo anel, com altos teores de chumbo, encontrados no Entre-Douro-e-Minho, nomeadamente os de Vila Nova de Cerveira, S. Martinho do Bougado (Guimarães)²³⁴, Porto de David (Pinhel) e Boticas (Chaves), subsistem inúmeras interrogações. Serão estas peças contemporâneas das encontradas no 2º quartel do I milénio AC? Ou serão artefactos já da Idade do Ferro?

Na Galiza, na camada 1 do povoado de Torroso (Pontevedra), datada do 2º quartel do I milénio AC, foi detectado um anel de machado de talão, cujo teor de chumbo era de 25,54% (PEÑA SANTOS: 1992b). No que se refere ao Entre-Douro-e-Minho, além das análises dos povoados intervencionados por nós, possuímos mais algumas de contextos estratigráficos da Idade do Ferro. Correspondem a artefactos encontrados nos povoados de

²³⁴- Análises publicadas por A. Coffyn (1995: 231, 401-402) e efectuadas através de análises espectrográficas destrutivas, efectuadas no Laboratório de Antropologia Pré-Histórica da Faculdade de Ciências da Universidade de Rennes.

Penices II, Famalicão (Ferro Inicial), Penices III (Ferro Recente) (DINIS 1993/1994b) e de S. João de Rei III, Póvoa de Lanhoso (Ferro Recente).

Em relação a Penices II, cujo material metálico foi analisado segundo a Espectrometria de Absorção Atómica efectuada no C.M. do Porto, verificámos que, dos 5 artefactos, 1 era de cobre (talvez um lingote), 3 de ligas chumbadas discretas (entre 1 a 3%) e apenas 1, curiosamente um fragmento de machado, continha 18,7% de chumbo, pelo que parece notório que há uma intencionalidade em fabricar estes objectos com estas características químicas. Se tivermos em conta que o fragmento de machado, encontrado à superfície do povoado de S. Julião, é de composição binária e, provavelmente, inserível nos finais da Idade do Bronze, é verosímil que os machados com altos teores de chumbo sejam todos de uma fase mais tardia. Quanto a Penices III, dos 4 objectos analisados, 3 deles eram de bronze binário de boa qualidade, sendo 1 ternário com adições discretas de chumbo (5%). Ainda desta fase, temos a análise de um arco de fíbula de S. João de Rei III (P.A. 7198), detectada na camada 4 do sector 3 que forneceu uma liga ternária, com 9% de chumbo.

Perante estes dados, é possível que os machados de talão de duplo anel, muito chumbados, fossem já uma realidade durante a fase de transição Bronze/Ferro, embora seja necessária uma base documental maior e contextualizada para melhor validarmos esta hipótese.

Que o fenómeno das ligas ternárias com chumbo é recente no Noroeste, só conhecido a partir do 2º quartel do I milénio AC, já o defendemos em 1995 (BETTENCOURT 1998), ao analisarmos a composição elementar de achados metálicos contextualizados e datados pelo radiocarbono do 1º e 2º quartel do I milénio AC, dando assim razão à hipótese de J. C. Sierra Rodriguez *et alii* (1984: 112). Recentemente, R.

Vilaça (1997: 141) também subscreve esta hipótese, baseada nos dados de Torroso (Pontevedra), aliás já usados por nós, em 1995, como argumento a favor desta hipótese.

Uma questão importante é a de sabermos qual a origem e as motivações do uso de ligas chumbadas, aparentemente existentes de forma mais sistemática, mas não exclusiva, no vale do sub-Cávado. Terão resultado de experiências dos metalurgistas locais ou de uma ideia trazida do exterior e, posteriormente, desenvolvida consoante as necessidades e os utensílios a fabricar, eventualmente com "modos de fazer" distintos de região para região no próprio Noroeste?

A. Peña Santos (1992a: 37) admite que esta tecnologia poderá derivar do uso sistemático da técnica da refundição e reciclagem de peças degradadas ou resultar do facto dos lingotes já virem com esta composição. No caso desta tecnologia ser o resultado de uma influência exógena, ela poderá ter entrado através da fachada atlântica (Grã-Bretanha e Bretanha francesa), ser de proveniência meridional (Cáceres, no Sudoeste ou Alicante, no Sudeste, cujo melhor exemplo é o já citado "atelier" de fundição do povoado da Peña Negra I, onde os artefactos de bronze chumbado registam 35% do total, embora fossem, preferencialmente, objectos de adorno (GONZÁLEZ PRATS 1993: 34; 1996: 119- 120), ou da Meseta Norte, todas elas zonas onde esta técnica é conhecida desde os finais da Idade do Bronze (ROVIRA 1995: 55).

Perante estes dados, é difícil encontrar uma solução conciliadora. Todavia, pensamos que os baixos teores de chumbo encontrados na região e as novidades que aparecem no decorrer deste período (cerâmica estampilhada, fíbulas de tipo St^a Luzia, sílex como matéria prima, cerâmica ática, fibula de tipo Acebuchal, introdução da aveia e a continuação da introdução esporádica de objectos de ferro) parecem indiciar contactos mais frequentes com o mundo meridional do que com o setentrional. Se tivermos em conta

as ilações de A. C. Silva (1986) de que a ourivesaria do Noroeste é, durante esta fase, profundamente influenciada pelo Sul, então, poderemos considerar esta técnica metalúrgica de inspiração meridional.

No Entre-Douro-e-Minho, jazidas de chumbo e prata existem na bacia do Douro, na área de Castelo de Paiva e apenas de chumbo, entre os rios Sousa e Tâmega, no concelho de Peso da Régua. O chumbo também é comum na Beira Litoral, nomeadamente na bacia do Vouga, pelo que o abastecimento desta matéria-prima não seria difícil para as populações do Noroeste.

Apesar das alterações tecnológicas verificadas em alguns artefactos, os achados desta fase revelam continuidade em relação aos finais da Idade do Bronze. Persistem caldeiros, rebites, aros, machados de talão e de alvado, com excepção das fíbulas de pé alto e botão que parecem introduzir-se por esta altura. Todavia, durante o Ferro Inicial da bacia do Cávado, a metalurgia do bronze continuou a ser utilizada. Bem contextualizados encontram-se os artefactos de S. João de Rei II (argola e aro aplanado ou anel), datados radiometricamente de entre os meados dos séculos IV e os finais do III, inícios do II AC; de S. Julião IIA (pregos e fragmentos indeterminados) e os do Barbudo IIA (fragmento inclassificável) (MARTINS 1990: 149). Na bacia do Ave, parece ocorrer o mesmo fenómeno, como o demonstram os já referidos artefactos detectados em Penices II (Famalicão), atribuídos por A. Dinis (1993/1994) ao Ferro Inicial. Tal como sugerimos anteriormente, associaríamos também a este período, os machados de talão e de alvado de duplo anel, muito chumbados e encontrados em depósitos rituais.

Os indícios de **produção metalúrgica** na bacia do Cávado são, igualmente, escassos e foram todos encontrados em S. Julião Id. Correspondem a um possível

fragmento de lingote, um cadinho com resíduos de refundição e um fragmento de molde de alfinetes, em cerâmica calcinada. O facto dos resíduos no cadinho terem a mesma composição que os artefactos permite admitir refundição de ligas ternárias, fenómeno também verificado nos cadinhos dos níveis mais recentes de Torroso, Pontevedra (PEÑA SANTOS 1992b: 37).

Deste período de transição ou já da Idade do Ferro, surgem também os lingotes da Quinta da Fonte Velha (Barcelos), que foram encontrados em contexto que cremos de depósito (FORTES 1905 – 1908).

Após o estudo cronológico, estratigráfico e da cultura material, do qual resultou um faseamento que acabou por resultar relativamente concordante, iremos testar se a cada um destes momentos estabelecidos correspondem características paleo-ecológicas e humanas específicas, como por exemplo, formas de distribuição espacial do povoamento e arquitecturas de tumulação, entre outros rituais, de modo a efectuarmos uma sequência cronológico-cultural.

2.4.3.3. Povoamento a nível local, regional e organização interna dos povoados

2.4.3.3.1. O povoamento no seu contexto espacial local

Uma análise das relações dos povoados deste período com o espaço envolvente permite perspectivar melhor as especificidade de cada um deles.

O povoado de S. João de Rei I e II²³⁵ (Póvoa de Lanhoso), localizado num remate de esporão de média altitude, possui solos de classe A a menos de 30m pedestres. Para sudeste e, ainda, dentro do território de 30m pedestres ficam várias nascentes, e a zona planáltica, com fácil ligação ao Castro de Lanhoso, onde detectámos materiais dos inícios da Idade do Ferro e provavelmente sincrónicos na fase II de S. João de Rei, ou mesmo anteriores. Estes povoados avistam-se mutuamente e poderiam ligar-se pela vertente este da serra de Stº Tirso, passando pelo lugar das Arcas, a poucas centenas de metros do Castro de Lanhoso. A mamoa do Lagido, no extremo noroeste do seu território provável de referência de lh, e perto do rio Cávado, poderá indicar uma via, no vale, em direcção às margens deste rio e um eventual local de passagem para a margem direita. As características de S. João de Rei I apontam para uma vocação agrícola e recolectora deste local. A primeira manifesta-se pela curva contínua de cereal evidenciado no espectro polínico deste povoado e a segunda pelo número de bolotas e de estruturas para a sua conservação, detectadas na vertente norte do monte. Talvez durante esta fase de transição o povoado fosse ocupado, essencialmente, durante a época das sementeiras. De qualquer modo, a conservação dos bens aprovionados torna necessária a continuação de residentes no local. Esta situação parece ter perdurado durante os inícios da Idade do Ferro, já que os grandes silos aqui encontrados e atribuídos a esta época pressupõem a conservação e

²³⁵- A fase II deste povoado corresponde já aos inícios da Idade do Ferro.

protecção dos grãos guardados para sementeira ou consumo durante o ano, bem como de frutos (aveia, trigo, cevada, milho miúdo, favas, couves e bolotas). Tal tarefa exigia, necessariamente, uma ocupação efectiva destes locais mesmo que menos intensiva durante o Inverno.

A reconstituição paleo-ambiental da área envolvente de S. João de Rei foi realizada com base na palinologia e na antracologia. O diagrama polínico demonstrou um coberto vegetal aberto e a presença de arbustivas e fetos (*Asphodelus*, Cistáceas, Ericáceas e *Pteridium*) indicadores de uma intensa degradação vegetal provocada por fogos recorrentes. Mesmo assim, existiam ainda manchas de floresta climácica, representadas por Aveleiras, Carvalhos e Sobreiros. Os campos agrícolas evidenciavam-se pela curva contínua de cereal no diagrama polínico.

S. Julião Id (Vila Verde), povoado, eventualmente ainda associado a um santuário rupestre localiza-se na encruzilhada entre as grandes vias de vale e as terras altas de montanha, dominando os corredores do Cávado e do Homem.

O quadro paleo-ecológico do território deste povoado foi efectuado a partir dos dados fornecidos pela palinologia, antracologia, paleocarpologia e arqueozoologia.

A coluna polínica demonstra uma paisagem desarborizada e o predomínio de *Poaceae*, ou seja, um coberto vegetal aberto, provavelmente provocado pela acção antrópica, tendo em atenção a frequência de plantas arvenses (AIRA RODRIGUEZ *et al* 1995: 27, 32-34) composta por *Caryophyllaceae*, Crucíferas, *Chenopodiaceae*, Leguminosas e *Plantago*, indiciadoras de actividades agrícolas.

O quadro florístico demonstra que as populações de S. Julião Id podiam explorar vários nichos ecológicos como a floresta mista, a ribeirinha e o mato. Destacamos a

existência de Amieiros, Aveliras, Carvalhos, Castanheiros, Freixos, Nogueiras, Pinheiros mansos, Rosáceas do tipo Pereira/Escambroeiro, Sabugueiros, Salgueiros, Sobreiros e Ulmeiros.

Os campos agrícolas deduzem-se da paisagem aberta e das plantas arvenses, mas, também, das sementes de cereal e de leguminosas recolhidas no interior do povoado.

A grande quantidade de Carvalhos em associação com as Leguminosas, por vezes Giesteira das vassouras, encontradas em áreas com fundos de cabanas, deverá relacionar-se com a construção de estruturas nestes materiais (FIGUEIRAL, vol. IIb).

Da conjugação de todos os dados provenientes deste povoado (geoestratégicos, paleoecológicos, artefactuais e monumentais) inferimos o seu crescimento económico e estabilidade social, bem como a sua eventual importância ideológica.

Vasconcelos (Braga) localiza-se numa zona que podemos considerar um bom corredor de passagem entre áreas mais montanhosas e o vale do Cávado. A corroborar a hipótese de trânsito milenar nestes planaltos está a mamoa de Vasconcelos, apenas a algumas dezenas de metros do povoado epónimo. Este lugar parece ser de pequenas dimensões, a ajuizar pelas valas de sondagem efectuadas, que limitam a sua ocupação à plataforma superior. No Monte de Vasconcelos o acesso à bacia de recepção que forma a ribeira de Gualtar, atingível pelo lado este, através de um desnível muito suave, tornaria este local extremamente adequado para actividades agrícolas e pastoris de montanha, em época estival, nomeadamente a acumulação de gado bovino ou cavalar (bens de grande valia) que eventualmente se concentrassem neste local. De salientar que os restos de favas e couves recolhidos neste local podem abonar a favor de uma agricultura em zona húmida, durante o Verão. Também a presença da sorva (?), fruto cuja colheita apenas se efectua até Outubro indicia ocupação estival da estação. A ausência de bolota, fruto que se recolhe a

partir do Outono, poderá constituir um mais dado para corroborar a ocupação sazonal deste povoado, apenas na Primavera-Verão.

O povoado da **Falperra II (Braga)** localiza-se em área com grande riqueza de recursos (vale, montanha, mineiros, fluviais) e com gravuras rupestres no seu interior apresentando igualmente uma lenta transição para a Idade do Ferro. Neste povoado o fragmento de machado de composição ternária, com teores de chumbo, na ordem dos 8%, deverá enquadrar-se nesta fase, ou ser já dos inícios da Idade do Ferro, pelos motivos explicados no ponto 2.4.3.2.3. Deste povoado, porta de comunicação entre o vale e a montanha, disfruta-se uma visibilidade de 360 graus. A totalidade das suas características indicia estabilidade socio-económica e importância ideológica.

No território referencial do **Alto da Torre II (Barcelos)** a menos de 30m pedestres encontravam-se jazidas de volfrâmio e solos de classe A, bem como recursos de monte. No de lh acedia-se ao rio Cávado e seus aluviões e a grande parte da freguesia ribeirinha de Creixomil, onde foram detectados dois machados de alvado com duplo anel e rebarbas de fundição, que poderão associar-se a locais ritualizados nas margens ou limites teóricos do território deste povoado.

Os dados artefactuais, a posição geoestratégica e a possibilidade de acesso a recursos diversificados poderá explicar a continuidade de ocupação que se verifica neste povoado.

Em **Faria Ic (Barcelos)** podemos considerar, também, a existência de um processo de continuidade entre a Idade do Bronze e do Ferro. A sua localização na paisagem características faz dele um povoado, cujas populações teriam possibilidade de acesso aos recursos litorais, do vale, da montanha, de minas e fluviais, o que lhes permitiriam estabilidade socio-económica.

O povoado de **Roriz II (Barcelos)**, com grande diversidade de recursos (vale, montanha, mineiros, fluviais) e com vários afloramentos rupestres no seu interior permanece nesta fase e continua durante os inícios da Idade do Ferro, como povoado fixo, provavelmente de grande importância estratégica.

Os únicos povoados na bordadura da plataforma litoral e com um bom domínio da foz do Cávado e do Neiva são, respectivamente, o de **S. Lourenço II** e **Belinho II (Esposende)**, cujos territórios teóricos de referência se interceptam muito parcialmente, embora estes povoados não se avistem mutuamente.

Nesta época a costa seria mais recortada e lagunar, favorável à navegação por cabotagem, a contactos com o exterior, à extracção de sal e à recolha de moluscos, crustáceos e peixes de rio, numa área de 30m pedestres. Estes povoados possuiriam ainda recursos propícios à prática da pastorícia e da agricultura de planalto e vertentes de pequenos vales interiores (S. Lourenço II) e de vertente e inícios de grandes vales (Belinho II).

S. Lourenço II beneficiaria ainda de jazidas mineiras de volfrâmio a 1,5 e 2Km para sueste do povoado.

Neste período o santuário rupestre de S. Lourenço II ainda deveria estar em funcionamento. A sua destruição só foi detectada durante o Ferro Recente ou romanização, momento em que o afloramento gravado poderá ter sido partido e em que, pelo menos, uma pedra com uma espiral, provavelmente oriunda do santuário, foi afeiçoada e colocada numa casa destes períodos.

A ligação entre este povoado e o do Alto da Torre, que se visualizam mutuamente, poderá fazer-se, quer pelo vale do Cávado, quer por uma via de cumeada seguindo vários monumentos megalíticos, como o da Arribada/Cruzinha, o da Quinta de S. Gens, a Bouça

da Estrada, a do Sobreiro do Rei, Sião, Poço Vintém, Campos do Sião e daí, seguindo à mesma cota, pelos caminhos antigos de planalto que, passando pelos lugares da Bouça e Paço, vão dar ao Alto da Torre.

Belinho II teria acesso, a norte, ao vale do Neiva e, a sul, aos planaltos fazendo provavelmente a ligação entre o Neiva e o Cávado, pelo planalto de Vila Chã, através das possíveis vias milenares que ladeariam os antigos monumentos megalíticos.

Ambos os povoados apresentam condições estratégicas e acesso a recursos subsistenciais, entre outros, o que lhes permitiria estabilidade e importância na paisagem durante esta fase cronológico-cultural.

2.4.3.3.2. A distribuição do povoamento a nível regional

Após o estudo particularizado de cada povoado na paisagem, verificámos, a uma escala média de análise, algumas regularidades que importa destacar.

Os povoados deste período **distribuem-se** de vários modos na paisagem: uns localizam-se em remates de esporão na bordadura dos vales (S. Julião Id, Alto da Torre II, Falperra II, Faria Ic, Roriz II), alguns na bordadura da plataforma litoral (S. Lourenço II e Belinho II) e outros ainda em remates de esporão de média altitude, perto dos vales (S. João de Rei I), sem contar com o povoado de Vasconcelos e o de Pedroso (?) que se localizam em zona de cumeada. Apesar desta aparente diversidade a tendência geral é para a manutenção dos povoados em ecologia de vale, tal como verificámos para os finais da Idade do Bronze.

Todos estes povoados encontram solos de classe A, em vales fluviais importantes, dentro dos seus territórios teóricos de 30m pedestres, com excepção de Vasconcelos e

Pedroso, cujas áreas circundantes são constituídas, essencialmente, por solos de classe F. Todos eles tinham, igualmente, possibilidade de usufruir dos recursos de montanha, através do **acesso ao planalto**, também no interior do território teórico de 30m.

Outra regularidade é a sua situação de **controlo e acesso às grandes vias fluviais, que ligam a orla marítima ao interior**, através do Cávado, do Neiva, do Este e de alguns afluentes importantes destes rios. Estes lugares de habitação, nomeadamente os de grande continuidade de ocupação, localizam-se sempre na **encruzilhada de vias de montanha com grandes vias fluviais**. Encontram-se nestas circunstâncias os povoados do Alto da Torre II, Faria Ic e Roriz II, nas margens do Cávado, S. Julião Id, nas margens do Homem, Falperra II, nas margens do Este e do rio da Veiga. Os de Belinho II e S. Lourenço II controlam o oceano e os estuários do Neiva e Cávado, respectivamente. Os povoados sem continuidade de ocupação, como Vasconcelos e, eventualmente, Pedroso situam-se em áreas mais afastadas dos grandes rios da região, em **plenas vias de montanha**, embora nas proximidades de pequenas linhas de água ou bacias de recepção. S. João de Rei I, apesar de não ter continuidade de ocupação, afasta-se deste padrão pelo facto de atingir o rio Cávado no seu território de “referência” de 1h.

Todos os povoados desta fase gozam de uma excelente **visibilidade para as áreas circundantes**.

Em relação às **jazidas mineiras** podemos dizer que dos nove povoados identificados com segurança como tendo ocupação desta fase, cinco (56%) encontram recursos de volfrâmio ou de estanho, no seu território de referência de 1h pedestre, ou a uma distância não superior a 5Km (Alto da Torre II, Falperra II, Faria Ic, Roriz II e S. Lourenço III), pelo que, eventualmente, possamos estar perante povoados que controlariam directamente estas jazidas.

Embora não tenhamos quaisquer dados sobre o aproveitamento de águas minero-medicinais durante esta fase, é curioso verificar que oito povoados (89%) poderiam beneficiar desse recurso, numa distância máxima de 5Km. Em relação ao sal, é provável que apenas dois povoados (22%) explorassem directamente esse recurso não metálico.

Os **povoados** associados a **santuários rupestres** encontram-se todos em áreas de **portela** entre as possíveis vias de montanha e as dos vales dos grandes rios locais.

Também verificámos que os **depósitos** se continuam a distribuir nos **meios aquáticos** (rio Cávado), ou sob **penedos** (Quinta da Fonte Velha), numa tradição anterior.

Apesar de não conhecermos o local exacto do aparecimento do depósito de Caldelas, esta freguesia distribui-se pela área ribeirinha do rio Homem.

A **reconstituição do quadro paleo-ambiental** desta fase não é fácil atendendo a que apenas possuímos dados para dois povoados (S. João de Rei I e S. Julião Id), ambos situados já nos limites do curso médio/superior do Cávado. Deste modo não podemos efectuar um estudo comparativo, de pormenor, entre o litoral e as regiões mais interiores deste vale, muito embora os paralelos existentes para outras regiões do Noroeste pareçam indiciar que, a nível regional, é possível formular hipóteses generalizadoras. Assim, as análises paleobotânicas permitem inserir a silva climática desta fase na zona **Atlântica/Mediterrânica/Atlântica** e admitir uma paisagem aberta, semelhante à que ocorre ainda em alguns locais do Minho, com manchas compostas, por árvores da floresta mista (Castanheiros, Carvalhos, Freixos, Nogueiras, Pinheiros bravos (raros), Rosáceas do tipo Pereira/Escambroeiro e Sobreiros), da floresta ribeirinha (Amieiros, Aveliras, Buxos, Sabugueiros, Salgueiros e Ulmeiros) e por mato (Estevas, Giestas, Tojos e Fetos).

A recolha seleccionada de Carvalhos e Leguminosas parece evidente entre os habitantes dos povoados deste período, muito provavelmente para o fabrico de habitações pois associam-se, frequentemente, a fundos de cabanas.

A prática agrícola comprova-se pela presença abundante de plantas arvenses, de pólenes de cereais e de macrorrestos de leguminosas (favas).

Os vestígios directos da actividade pastoril são poucos, apenas representados pela presença de um osso não passível de identificação.

S. Lourenço II e Belinho II são povoados cujos territórios de 1h mal se interceptam, facto que nos leva a pensar que não será de valorizar nem uma descontinuidade temporal na existência dos referidos povoados nem uma incompatibilidade de recursos, tanto mais que cada um deles parece controlar o estuário de bacias fluviais distintas e ter campos de visibilidade exclusivos.

Se tivermos em conta o povoado de Pedroso, aparentemente também ocupado nesta fase, o seu território de 30m pedestres intercepta, de forma parcial, com o de Vasconcelos, sobretudo a oeste. Os territórios de 1h destes povoados também se sobrepõem, numa extensão que corresponde, *grosso modo*, a metade de cada um deles.

As interpretações para esta ocorrência poderão derivar de uma falta de contemporaneidade entre eles ou de ocupações sazonais sincrónicas. De qualquer modo, como desconhecemos a "história" de Pedroso, a confirmação ou não destas hipóteses, passaria por escavações neste povoado e por uma investigação vocacionada para o estabelecimento de cronologias tão finas quanto é possível para esta etapa.

De uma forma geral, os dados obtidos para esta fase, evidenciam que os povoados com continuidade de ocupação para os incios da Idade do Ferro localizam-se, sempre, em zonas de encruzilhada, entre grandes vias fluviais e de montanha, ou entre as vias fluviais e marítimas. Encontram-se neste caso os povoados do Alto da Torre II, Belinho II, Falperra II, Faria Ic, Roriz II e S. Julião Id. Todos eles acedem a recursos diferenciados de montanha e planície, entre outros, que lhes permitem estabilidade ocupacional. É apenas neste tipo de povoados que se encontram, também, gravuras rupestres de temática abstracta.

Em relação aos povoados abandonados nesta fase, registamos que eles se localizam em linhas de cumeada, embora perto de pequenas bacias de recepção, como é o caso de Vasconcelos, ou em esporões muito próximos dos vales, como se pode verificar pelo povoado de S. João de Rei I. Qualquer um destes povoados se encontra geograficamente fora de locais de portela entre vias fluviais e de cumeada.

Esta diversidade de estratégias de ocupação do espaço dos povoados permite colocar a hipótese de que existiu uma certa hierarquia ou complementaridade de povoamento que tentaremos explicar no *item* 3.3. deste capítulo.

Em relação ao modelo de povoamento proposto por M. Martins (1990) para a Idade do Ferro verificamos que ele também não parece poder adequar-se a esta fase, no seguimento do que observámos para os finais da Idade do Bronze. Ocupações deste período ocorrem em povoados de tipo A (Alto da Torre II, Falperra II, Faria Ic, Pedroso, Roriz II, S. Julião Id e Vasconcelos), mas também nos de tipo B (Belinho II e S. João de Rei I). Por ora, ainda não detectámos nenhum povoado deste período de tipo C, mas as nossas intervenções em povoados de vale foram muito escassas, pelo que não possuímos dados seguros para falar de uma restrição das ocupações durante este período.

Torna-se difícil encontrar paralelos noutras regiões para povoados deste período cronológico-cultural por falta de estudos sistemáticos sobre ele. Para o Norte de Portugal, apenas podemos inferir povoados desta fase pela presença de testemunhos estratigráficos associados a artefactos exóticos, datáveis historicamente deste momento. Foi com base nestes dados que identificámos possíveis povoados de altura, na bordadura de grandes vales (Stº Estevão da Facha, Ponte de Lima), ou da orla litoral (Coto da Pena IB, Caminha), de colina de vale (Penices II, Famalicão e Morro da Sé, Porto). Embora os dados para a Galiza também não sejam muito abundantes, os trabalhos de síntese efectuados por L. X. Carballo Arceo (1989, 1990, 1996), A. de la Peña Santos (1992a) e J. Rey Castiñeira (1990/1991; 1996)²³⁶ permitiram inferir a mesma tendência de diversidade de povoamento, para este período.

2.4.3.3. A organização interna dos povoados

Em relação à **organização interna dos povoados** os dados mais abundantes foram detectados em S. Julião Id. Nesta fase, os achados distribuem-se por uma área semelhante ou superior à dos finais da Idade do Bronze, se tivermos em consideração os dados provenientes das escavações de M. Martins (1988a). Neste momento, estariam ocupadas a acrópole, as plataformas contíguas a norte e oeste, o esporão a norte da acrópole e a vertente este. Estas ilações foram efectuadas com base nos dados provenientes dos cortes 6

²³⁶-Este último baseado no estudo do acervo cerâmico de inúmeros povoados, datados quer radiometricamente quer por analogia.

(camadas 3a e 3b) e 7 (camadas 1b e 10 a 12)²³⁷ das nossas intervenções e dos cortes 1 (zona B5-B8, 2ª ocupação)²³⁸, 2 (4ª ocupação), 1 do sector A (1ª ocupação)²³⁹ e corte F (2ª e 3ª ocupação)²⁴⁰, realizados por aquela investigadora.

A diversidade e intensidade da cultura material e a existência de estruturas na plataforma oeste permitem admitir uma ocupação efectiva deste local, que poderia ter servido, pelo menos parcialmente, como área habitacional e ritual. Aqui verificaram-se vestígios de pavimentos argilosos (um deles com lareira central), e várias estruturas de

237. O enchimento da muralha da Idade do Ferro, correspondente à camada 1b, e as camadas 10 a 12, de escorregamentos da plataforma superior, continham, simultaneamente, louça micácea e arenosa de fabrico manual. Se bem que seja difícil avaliar a sincronia destes dois fabricos, atendendo aos contextos de achado, podemos inferir a existência de uma ocupação anterior à fortificação da Idade do Ferro, na acrópole, atendendo à camada 1b e à 12, provavelmente relacionável com a 4ª ocupação do corte 2 (MARTINS 1988a: 47). As características da cerâmica micácea (manual, redutora, grosseira, com palhetas de mica mal distribuídas, com bases de fundo plano e formas 1b, 2, 10 e 11 (?) levam-nos a colocar este espólio num momento muito antigo da Idade do Ferro senão, mesmo, da transição Bronze/Ferro e que as terraplanagens da acrópole teriam destruído.

238. Aqui a ocorrência de cerâmica arenosa é ainda maioritária (69%), mas a micácea está presente em 31% dos casos, pelo que nos poderemos encontrar num momento próximo do da camada 3b do corte 6, ou seja numa fase inicial do processo de transição da Idade do Bronze para a do Ferro. Já M. Martins (1988a: 39) tinha interpretado esta ocupação como "*...um momento que assinala a transição entre o Bronze Final e a Idade do Ferro...*", muito embora de difícil caracterização.

239. A presença de olaria micácea (62%) e arenosa (18%) nesta ocupação, onde se notam potes 1, 1b, 2 e as formas 10 e 12 da nossa tabela formal, levaram M. Martins (1988a: 25) a considerar estar perante "*... um momento de transição entre a produção da cerâmica de tradição do Bronze Final e o aparecimento da louça com características da Idade do Ferro*".

240. M. Martins (1988a: 105) defende que a construção do talude deve ser atribuída à Idade do Ferro, mas as características do espólio da camada que o compunham, bem como a posterior, revelam ambas simultaneidade de cerâmicas arenosas e micáceas (*Ibidem*: 103-105), pelo que nos parece aceitável incluir este imóvel na fase de transição. Verificámos, ainda, que o espólio do talude contabilizava 80% de cerâmicas arenosas e 20% de micáceas, proporção que se inverte no momento seguinte passando as arenosas a 30% e as micáceas a 70%. A comparação destes dados com os do corte 6 permitem considerar que o talude talvez tenha sido construído ainda numa fase intermédia do processo de transição.

combustão sobrepostas, separados por níveis de ocupação/abandono, bem como estruturas hipoteticamente interpretadas como de âmbito sepulcral (pequenos círculos delimitados por pedras, com outros no interior ligeiramente depressionários, sem sementes e escassos fragmentos cerâmicos e aglomerados de pedra pouco espessos, sensivelmente circulares e contendo potes da forma 1b com motivos e técnicas decorativas similares, no seu interior). No corte F (numa plataforma da vertente norte) registou-se um talude de terras e pedras que cintura o esporão norte (MARTINS 1988a: 104). Nos restantes zonas do povoado, quer pela exiguidade das áreas escavadas, quer por intensas terraplanagens, não se detectaram estruturas, mas apenas espólio desta fase. Mesmo assim, reavaliando o material da 4ª ocupação do corte 2, na plataforma superior (MARTINS 1988a: 47, est. XLII 1 a 3) e o das camadas 1b e 12 do corte 7 (plataforma superior), é possível pensar que teria existido uma ocupação deste período na acrópole, cujas eventuais estruturas percíveis teriam sido completamente destruídas por terraplanagens. A própria 3ª ocupação do povoado (S. Julião Ic), também muito destruída, poderia ter constituído o momento inicial de um processo de transição que se desenvolveria, pelo menos, até ao séc. IVAC.

Perante o conjunto de dados parece-nos pertinente sumariar aqueles elementos que nos sugerem formas de continuidade entre os últimos níveis da Idade do Bronze e a fase que se materializa em S. Julião. São eles:

-organização do espaço (povoamento centralizado com diferenciação da zona habitacional e ritual em relação às possíveis áreas de curral e aos campos agrícolas);

-estruturas domésticas com a manutenção de uma arquitectura percível (casa circular com lareira interior, elementar, construída com argila, pedra local, madeira de Carvalho e Leguminosas);

Sintetizadas as leituras de continuidade, vejamos, agora, o que poderemos olhar como expressão de novidade:

-organização do povoado (alargamento possível da área habitacional para o início da vertente este - aumento demográfico?);

-usos e costumes (possível adopção de novos rituais atendendo a determinadas estruturas de carácter inovador e de difícil classificação);

Em relação a Vasconcelos (Braga), apenas detectámos ocupação na acrópole do povoado, aparentemente circunscrita por uma "muralha" muito rudimentar, com parede interna e externa de pedra e enchimento de pequenas pedras e terra.

Em S. João de Rei I, a ocupação localizou-se na vertente norte e eventualmente na plataforma superior. Em abono desta distribuição espacial salientamos a presença de fragmentos de cerâmica manual arenosa, na camada humosa da vertente norte (35 ex., de entre os quais destacamos 1 potinho/púcaro), sugerindo uma estratigrafia invertida e os fragmentos descontextualizados da última camada da acrópole (de onde destacamos 1 base plana e 2 panças decoradas).

As características da escavação (vala de sondagem) impediram a descoberta de grande número de estruturas na vertente norte, mas a presença de pequenas áreas delimitadas por pedras ("fossas" 1 e 2), pouco profundas e contendo uma grande quantidade de glandes de bolotas carbonizadas, parecem sugerir uma função de armazenagem durante o Outono ou o Inverno. O espólio lítico, materializado por 1 moinho manual, pesos, polidores e seixos com vestígios de lípidos, sugere actividades domésticas. A sua associação com potes, providos ou não de fuligem, indiciam armazenagem, transporte e uso sobre o lume destes recipientes.

Em relação à **arquitectura**, não possuímos elementos de comparação suficientes entre as diferentes fases para ajuizar sobre eventuais diferenças significativas, nem mesmo em relação aos povoados “fortificados” que, parecendo escassos nos finais da Idade do Bronze, também o parecem ser nesta fase. Mesmo os dois casos conhecidos (talude do corte 5 de S. Julião Id, no esporão da vertente norte, atribuível a este período pela associação com espólio cerâmico, e a base da “muralha” de pedra na acrópole de Vasconcelos) constituem soluções arquitectónicas distintas, a comprovar a ideia de S. Jorge (1995), para o Calcolítico e de J-D Hill (1996: 49, 52), para a Idade do Ferro, sobre o que se convencionou denominar de muralhas. Estas estruturas poderão ter funcionado como factor de coesão simbólica e/ou como meio de protecção dos recursos da comunidade em momentos de maior pressão. O talude de Julião Id, que forma um terraço artificial, poderá indiciar uma área de delimitação, cujo significado seria, simultaneamente, socio-económica e social. Atendendo à ausência de vestígios de ocupação humana neste local, ele poderia ter servido como cerca para o gado (BETTENCOURT 1994), pois pensamos que a grande acumulação de animais seria uma forma de prestígio comunitário. Esta ideia de que alguns terraços teriam sido currais de gado foi adiantada por A. C. Silva (1986) para a Idade do Ferro. Para F. Criado Boado *et alii* (1991: 249) o sistema de terraços, que se pode encarar como uma forma artificial de estruturar o espaço agrário, poderia configurar recintos para gado ou para o cultivo agrícola. F. Queiroga (1985: 2; 1992: 50), baseado nas escavações do Castro de Ermidas (Famalicão), considera que os terraços encontrados nos povoados da Idade do Ferro são demasiado grandes para conterem gado pelo que deverão ter servido como recintos hortícolas. De qualquer modo, pensamos ser possível admitir que estes recintos poderiam ser, simultaneamente, currais de gado onde se concentraria o estrume em período de pousio de eventuais hortas.

As **cabanas** são ainda construídas com materiais perecíveis, com fundos de terra batida ou saibro (S. Julião Id, Falperra II) e com lareira central.

As **estruturas de armazenagem** de S. João de Rei I caracterizam-se por fossas abertas no saibro rodeadas por pedras e outras mais atípicas de pequena profundidade, em zonas muito perto de vales agrícolas.

Se tivermos em atenção que as melhores condições para guardar e conservar bolotas, assim como o trigo e outros cereais²⁴¹, são os ambientes anaeróbicos, conseguidos com o enterramento em silos bem cerrados e com a humidade controlada (OLIVEIRA *et alii* 1991: 256), parece possível considerar que as estruturas de armazenagem durante esta fase continuam a ser as fossas abertas no saibro. Este fenómeno terá persistido durante a Idade do Ferro onde existem evidências da utilização de estruturas deste tipo. Como exemplo de períodos mais recentes onde tal ocorre, citamos o povoado de S. João de Rei II, datado de entre os meados dos séculos IV e os inícios do II AC, ou muito provavelmente do séc. III AC, onde se escavou um enorme silo, de cerca de 2,30m de largura máxima por 1,30m de profundidade, com milhares de sementes de trigo, aveia, cevada, milho miúdo, favas, *Brassicas* e frutos de bolota²⁴².

²⁴¹-"Com efeito, parece ter ficado demonstrado, pelas experiências de Reynolds (1974, 1979), que os cereais conservados em silos cavados no solo, completamente fechados e com grau de humidade controlado, adquiriam uma capacidade de conservação, e posterior germinação, muito superior à dos conservados noutras circunstâncias. A explicação parece residir no facto de o oxigénio ser rapidamente consumido pelo "metabolismo" das sementes e transformado em anidrido carbónico inibindo, desta forma, a actividade de bactérias, fungos e fermentos vários, protegendo ainda os cereais contra insectos e roedores" (OLIVEIRA *et alii* 1991: 256, nota 4).

²⁴²- Em área contígua ao silo escavado parece existir outro, também na plataforma superior, embora só muito parcialmente escavado.

Perante estes dados é possível que algumas fossas da acrópole do povoado do Lago IIA e IIB (Amares), em área de vale, já do Ferro Recente²⁴³, tivessem a mesma função (MARTINS 1988b), se bem que, na época da sua escavação, não se tivessem procurado macrorrestos, de forma exaustiva. Em abono da hipótese da grande vocação agrícola deste povoado há ainda a registar, para os dois últimos momentos de ocupação, o aumento considerável das dimensões dos potes das formas 1b e 2; a localização das fossas na acrópole, a perpetuar uma tradição milenar; a relativa escassez de espólio e a ausência de artefactos metálicos ou indicadores de outras actividades. O conjunto deste dados leva-nos a pôr em causa o pressuposto do desaparecimento de povoados de fossas nos inícios da Idade do Ferro, defendido por vários autores galegos e portugueses.

A evidência da permanência de povoados com estruturas percíveis na transição da Idade do Bronze para a do Ferro e nos inícios da Idade do Ferro, nos vales ou muito perto deles, alguns deles muito especializados na actividade agrícola, sem que a colecção tenha deixado de existir, leva-nos a pensar que a existência de um fenómeno da monumentalização e petrificação generalizada para definir os inícios da Idade do Ferro (F. ALMEIDA 1983) seja um falso problema.

Quanto às estruturas arquitectónicas os estudos efectuados na sub-região do Cávado tornam difícil generalizar a hipótese de um povoamento "fortificado/monumentalizado" para a bacia do Cávado, durante este período. Fora desta região os únicos povoados onde foram detectados níveis que cremos de transição Bronze/Ferro, foram os do Coto da Pena IB, com construções pétreas, inclusive

²⁴³. M. Martins (1988b: 61-62) admite que algumas fossas possam ter sido abertas ao longo da 2ª fase de ocupação do povoado (Lago IB), na zona da muralha e em cronologia inserível no Ferro Inicial.

“muralhas” (SILVA 1986: 34) e o de Penices (Famalicão), em pleno vale do Este, onde a primeira “muralha”, em pedra, parece ter-se verificado por volta dos meados do I milénio AC²⁴⁴.

Em relação à Galiza o panorama parece ser distinto. Conhecem-se mais povoados monumentalizados que se consideram da “etapa formativa” da Idade do Ferro. Como exemplo citamos o último nível de Torroso (Pontevedra), onde coexistem estruturas habitacionais percíveis com outras de pedra seca, num nível datado pelo radiocarbono de entre os séculos VIII/VI AC (PEÑA SANTOS 1992b) e dos povoados de Neixón Pequeno (Corunha) e do Castromao (Ourense), com “muralhas” elementares ou taludes, em níveis dos séculos VII/IV a. C. (L. X. CARBALLO ARCEO 1996: 319) e do VI/IV a.C. (F. ALMEIDA 1983: 70), respectivamente. Também neste período de transição podemos incluir a primeira muralha de Penalba (Pontevedra) (ÁLVAREZ NÚÑEZ 1986: 20²⁴⁵; 1988: 38 – 39) e o Monte das Croas (Pontevedra), onde estruturas habitacionais e a “muralha” de pedra se assemelham às de Torroso (PEÑA SANTOS 1993). Baseados nos dados actualmente disponíveis parece-nos que o panorama observado para a o vale do Cávado não é concordante com a generalização da monumentalização dos povoados, observada, a partir dos finais da Idade do Bronze ou na fase de transição Bronze/Ferro, para a Galiza.

Em relação às estruturas habitacionais dos mais diversos povoados do Noroeste peninsular, a maioria é percível, tal como no vale do Cávado. As excepções encontram-se

²⁴⁴ -Dados baseados em três datas de radiocarbono (2530 ± 45BP; 2420 ±45 BP e 2380± 60 BP). Não considerámos a data de 2640 ± 60 BP, por não ser estatisticamente semelhante às anteriores e poder corresponder a um momento mais antigo de ocupação do povoado.

²⁴⁵. L. X. Carballo Arceo (1996: 319).

no último momento de ocupação de Torroso (Pontevedra), no Coto da Pena IB e II (Caminha) e em Stº Estevão da Facha IIIA e IIIB (Ponte de Lima) (SILVA 1986; F. ALMEIDA *et alii* 1987: 79; PEÑA SANTOS 1992b), talvez a indiciar diferenças entre o litoral e o interior, o primeiro mais tocado por influências exógenas que poderão ter contribuído para a petrificação precoce destes povoados, eventualmente por influências meridionais. Contudo, não devemos esquecer que os testemunhos deste período, por se encontrarem, frequentemente, em posição estratigráfica subjacente a níveis de ocupação posteriores, facultam apenas um conhecimento deficiente da organização interna dos povoados desta fase.

Quanto à permanência de estruturas de armazenagem, do tipo fossas abertas no saibro, durante a transição do Bronze/Ferro e durante a Idade do Ferro, são vários os paralelos encontrados para o Noroeste. Em cronologia concordante com a de S. João de Rei II encontramos evidências deste fenómeno no Castro do Crastoeiro (Mondim de Basto), num sopé do Monte Farinha, em pleno vale do Tâmega, onde se registou, na plataforma superior uma fossa de 70cm de diâmetro por 1,05m de profundidade, aberta no saibro, com inúmeras sementes (aveia, cevada, milho miúdo e trigo) e frutos (bolotas e uvas) datada, pelo radiocarbono, do Ferro Inicial (DINIS 1993/1994a: 261-267), mais precisamente dos meados do séc. IV aos inícios do séc. III AC, segundo a maior probabilidade a 1 e 2 sigma da data $2190 \pm 31BP$ (média ponderada de LY- 4936: $2175 \pm 40BP$ e ICEN 45: $2210 \pm 45BP$).

Tal como sugerem F. Oliveira *et alii* (1991: 256, nota 4) é de crer que algumas fossas da vertente este do povoado de Stº Ovídio I (Ferro Inicial) e IIA (Ferro Recente), em Fafe, localizado numa colina do vale de Vizela, também possam ter servido de silos antes de terem funcionado como detriticas ou saibreiras, como pretende M. Martins

(1991). Atendendo à posição destas estruturas e deste povoado em relação ao vale, à ocorrência de restos abundantes de bolotas e de ossadas de animais a atestar uma actividade pastoril, recolectora e, certamente, agrícola, no Ferro Recente, parece-nos que a hipótese de F. Oliveira é credível e comprova, uma vez mais, a manutenção destas práticas durante este período.

No Castro de Cameixa (Ourense), foi detectada, recentemente, uma grande fossa/silo, com milhares de sementes, conforme informação de P. Ramil-Rego a M. Martins, cuja cronologia, embora ainda não esteja definida, não poderá ser anterior à formação do povoado, que se situa na Idade do Ferro (CARBALLO ARCEO *et al* 1991: 255). Todos estes dados comprovam, uma vez mais, que desde a Idade do Bronze e durante a Idade do Ferro a armazenagem em fossa parece ter sido um meio usual de conservação das sementes, numa tradição milenar na bacia do Cávado, se não no Noroeste, contradizendo a hipótese de L. X. Carballo Arceo (1996: 326) para quem os povoados de fossas desapareceram a partir dos finais da Idade do Bronze.

3. A evolução do povoamento entre os finais do III e os meados do milénio AC (Est. CCCLIII a CCCLV)

3.0. Palavras prévias

Sendo obrigação de todo o investigador reflectir sobre o valor dos dados e do seu alcance como argumento para validar as interpretações que efectua, mais uma vez reafirmamos que estes, sendo heterogéneos, desiguais e com "graus de confiança" diversos, obrigaram a uma selecção escalonada dos mesmos para cada período cronológico-cultural como se pode verificar nos *itens* 2.4.1.1., 2.4.2.1. e 2.4.3.1. deste capítulo. Deste modo, salientamos que as nossas hipóteses interpretativas sobre o povoamento e paisagem das diferentes fases em estudo tiveram em conta os constrangimentos resultantes da análise crítica da informação.

3.1. A Idade do Bronze

Apesar da diversidade dos dados inseríveis nesta fase, por vezes, de carácter desigual, consideramos, todavia, possível elaborar uma hipótese explicativa do povoamento do vale do Cávado, desde os finais do III milénio AC até ao 3º quartel do II milénio AC, ou período que temos vindo a designar por Idade do Bronze.

Pareceu-nos pertinente tecer algumas considerações prévias tendentes a rebater a premissa da inexistência de dados durante o II milénio AC, antes de iniciarmos a nossa leitura sobre o povoamento deste período:

-Esta presunção assumida, durante décadas, para o Noroeste e, por conseguinte, para a bacia do Cávado, parece ser, em parte, resultado de problemas metodológicos, uns resultantes da identificação de todos os vasos de largo bordo horizontal e de todas as cerâmicas manuais, lisas, de cozedura redutora, como sendo dos finais da Idade do Bronze; outros, associados à tendência para inserir os vasos troncocónicos na fase de transição do Calcolítico para a Idade do Bronze, ou nos princípios desta, deixando apenas uns poucos artefactos metálicos para o que tradicionalmente se designa por Bronze Médio. A continuação da utilização de datas convencionais, a manutenção de fósseis directores para estabelecer cronologias e a falta de projectos direccionados para este período, seriam, também, factores que teriam contribuído fortemente para manter a suposição inicial.

-O estudo dos artefactos e estruturas da Sola IIa e IIb e das cerâmicas da necrópole de S. Paio de Antas, estações que datámos radiometricamente, permitiu abrir o leque de formas cerâmicas e estruturas existentes para este período e considerar, por analogia, algumas manifestações sepulcrais e habitacionais como sincrónicas. Também foram importantes as comparações de alguns artefactos de ouro e prata, com outros similares, de regiões distintas, onde estavam contextualizados e datados pelo radiocarbono.

3.1.1. A distribuição espacial dos achados

A escassez de povoados inequivocamente identificados como sendo desta fase não permite generalizações sobre a sua distribuição geoestratégica na paisagem. De facto,

conhecemos apenas um povoado localizado numa colina de vale (Sola IIa e IIb) e um outro em remate de esporão de altitude média, na bordadura do vale do Cávado (Faria Ia), sem que seja possível estabelecer relações socio-económicas entre estas diferentes estratégias.

Também não é possível, com base nos povoados, perspectivarmos o grau de sedentarização destas comunidades, à escala regional, embora as dimensões de ocupação da Sola IIb e o número de artefactos, indiquem uma frequência de, pelo menos, média duração à micro-escala.

Se tivermos em conta, além dos povoados, as estratégias de ocupação dos sepulcros e depósitos desta fase, podemos registar, em todos eles, a mesma tendência de aproximação aos vales das grandes bacias fluviais. A ausência de dados em zonas de cumeada, ou nos altos planaltos da sub-região em estudo parece corroborar esta perspectiva. De qualquer modo, esta hipótese, apoiada ainda em dados dispersos, aguarda novos dados para que possa generalizar-se a uma escala mais alta de análise.

Estas diferentes expressões do povoamento, sempre em áreas próximas de solos hoje aráveis, de planaltos de pequena e média altitude e frequentemente perto de jazidas de minerais metálicos (estanho/volfrâmio) ou de minerais não metálicos (sal), ocorrem num *habitat*, que se caracterizaria por um crescendo de desarborização da floresta climática e termófila, motivada por queimadas frequentes, eventualmente, para fins agrícolas e pastoris, a poder generalizar-se a toda a região, o resultado das análises polínicas, antracológicas e paleocarpológicas da Sola IIa e IIb, concordantes com os dados paleoecológicos do território do Noroeste (Quadro Paleocarpológico II e Arqueozoológico II).

Pressupomos que as características apresentadas se possam associar à sedentarização de determinados locais por períodos mais amplos (antes do esgotamento

dos solos), a uma ocupação mais sistemática do território pela procura de novos territórios para uma agricultura de roça e queima, a uma exploração pastoril em crescendo, à apropriação de locais com jazidas de estanho, eventualmente, ao aumento da exploração de sal (em relação com o aumento pastoril e com o consumo de carne) e a uma maior exploração dos recursos piscícolas, enfim uma generalização da "domesticação da paisagem", o que se relaciona, directamente com o controlo territorial e das vias de circulação, assunto que explicitaremos nos próximos *itens*.

3.1.2. A economia

Perante o quadro do povoamento, em sentido lato, é possível aceitar que nalgumas zonas de início de vale, ou de vertente suave (Sola IIa e IIb e Talhoz?), mais favoráveis à agricultura, se possa ter usado um arado ligeiro, o que teria permitido o cultivo do milho miúdo de forma mais rentável. Não nos esqueçamos que no Sub-boreal o clima era mais ameno e menos pluvioso, pelo que as terras de vale seriam menos húmidas, menos pesadas, de mais fácil drenagem e menos difíceis de trabalhar. A localização de Faria Ia leva-nos a considerar, também, a prática de uma agricultura de planaltos de média e baixa altitude, mais propícia ao trigo e centeio, talvez em simultâneo com a de vertente.

As diferentes formas de ocupação humana que, na nossa área de estudo, ocorrem na proximidade de vales, em detrimento de áreas aplanadas do cimo das montanhas, estariam, certamente, ligadas a muitos factores. Assim, no litoral (Belinho e Agra de Antas/Talhoz), a sedentarização estaria mais ligada à pastorícia, ao aproveitamento intensivo dos recursos disponíveis (litorais e fluviais) e ao controle das vias de circulação que ligam o oceano ao interior. Assumindo que as características lagunares da plataforma

litoral teriam poucas potencialidades agrícolas, a agricultura só poderia efectuar-se em terras de planalto, o que, entraria em concorrência com o espaço do gado, levando a que no litoral a agricultura fosse menos expressiva que no interior e que a criação de gado (talvez de ovicaprinos e ovinos, menos concorrentes com a dieta humana) fosse uma actividade de importância maior. As populações litorais tinham acesso ao sal e ao sargaço e às novidades chegadas pela via terrestre ou marítima, produtos estes que poderiam trocar com excedentes cerealíferos e talvez bovinos, provenientes das terras mais interiores. Este intercâmbio seria possível, quer pelos corredores do Neiva ou do Cávado, quer por eventuais vias de montanha de origem ancestral.

Eventuais indícios da prática de extracção de sal podem ser identificados na jazida de Carreço-Praia (Viana do Castelo), próximo da nossa área de estudo e datada por termoluminiscência como sendo dos finais do III/1ª metade do II milénio AC, conforme explicitámos no ponto 2.4. do capítulo III. Neste período, esta actividade era efectuada em grande escala, em algumas áreas da Inglaterra (PRYOR 1996: 322), pelo que é possível que também fosse praticada entre o Cávado e o Neiva onde as condições eram propícias.

A existência de comunidades com uma economia muito baseada na pastorícia, coloca o problema da alimentação dos animais. Os caprinos, muito resistentes alimentam-se de uma gama muito diversificada de plantas, abundantes no Verão e no Inverno, mas os ovinos são mais difíceis de alimentar e sujeitos a doenças quando a alimentação é deficitária, o que pode ocorrer mesmo em zonas de grande precipitação e de bons pastos, como na Inglaterra e no Entre-Douro-e-Minho. Um trabalho de arqueologia experimental efectuado por F. Pryor (1996: 322), sobre a alimentação destes animais, levou-o a aceitar a hipótese de C. Palmer-Brown (1993) na qual, o uso do sal na dieta dos ovinos seria de grande utilidade para eliminar certas pragas que costumam surgir em momentos de

alimentação deficitária em alguns nutrientes. Esta necessidade de sal poderia estar na base de intercâmbios entre o litoral e diferentes áreas do Cávado, embora, também, materializados por outros objectos ou matérias-primas, como veremos adiante.

A agricultura, no médio Cávado, a crer na possibilidade de generalização dos dados da Sola IIa e IIb, combinaria o uso de cereais com as leguminosas e crucíferas e poderia ser efectuada, quer em planaltos, quer em vertentes suaves, muito próximas de grandes vales aluvionares, o que permitiria uma boa drenagem natural. Segundo os *taxa* antracológicos deste povoado, as Leguminosas em associação com Cistáceas e Urzes, indiciam uma desflorestação e degradação dos solos muito avançada, relacionada, muito provavelmente, com a prática de queimadas, cujos indícios são também visíveis na coluna polínica. Esta prática, embora possa associar-se à necessidade de pastos em zona de vale, poderia, também, estar ligada a um sistema agrícola de policultura, testemunhado pelos macrorrestos de milho miúdo, favas e couves aí encontrados. Quanto às espécies arbóreas e arbustivas usadas nos finais do Sub-boreal os dados retirados da Sola IIa/IIb (Braga), indiciam já o recurso às espécies detectadas durante os períodos subsequentes. Destacamos a utilização do Pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), que representa o *taxa* antracológico mais antigo desta espécie encontrado no Norte de Portugal²⁴⁶. Salientamos ainda o uso de madeira de vários biotipos, como da floresta climácica (Carvalho de folha caduca e algumas Rosáceas como a Pereira/Escambroeiro); da termofólica (Azinheira/Sobreiro, Sobreiro) e da floresta ribeirinha (Aveleira, Freixo, Sabugueiro e Salgueiro), a revelar o aproveitamento de diferentes biotipos por parte das comunidades aqui existentes.

²⁴⁶. I. Figueiral (1995) refere os achados de Pinheiro bravo do povoado da Sola, mas atribui-lhes uma cronologia dos finais da Idade do Bronze contexto cronológico e cultural que foi possível precisar mais tarde e recuar para o Sub-boreal.

Na bacia do Cávado as sementes de cereais, leguminosas e crucíferas, ou os restos de frutos carbonizados, nunca foram encontrados em contextos muito precisos, com excepção das bolotas detectadas nas fossas 1 e 2 da Sola IIb, estruturas que cremos de armazenagem, não só pela particularidade das suas formas (as mais profundas e sem canal lateral), mas também pela ocorrência de restos de cortiça numa das fossas, que é um excelente isolante da humidade.

Salientamos que na Sola IIb, as fossas abertas no saibro e contendo sementes, encontram-se sempre na zona mais elevada, talvez por preocupações práticas (melhor arejamento e drenagem), mas também socio-económicas, pois o centro do povoado poderia funcionar como zona de acesso ao todo social, protegida por ele dos perigos exteriores (predadores, alterações climáticas, pragas, outros grupos humanos), revelando, talvez, a existência de uma noção centrífuga do espaço. O investimento na preservação e conservação dos bens comunitários, ou seja, da subsistência do todo, tornar-se-ia, assim, um acto de grande importância económica, mas, também, de coesão social.

Tal esquema interpretativo não pode, evidentemente, ser generalizado a todo o vale do Cávado, por falta de contrastação com outros estudos nesta e noutras regiões limítrofes.

Também importante para explicar novas formas de exploração do espaço e, eventualmente, uma maior sedentarização poderia ser a proximidade de jazidas mineiras de ouro e estanho de aluvião em relação a algumas estações.

A localização de muitas estações, perto de jazidas de estanho revela, certamente, que se conheciam as técnicas extractivas deste minério, facto aceitável numa época em que a metalurgia do bronze era já conhecida na região, desde os inícios do II milénio AC,

como indiciam os artefactos da Sola IIa e IIb (pingos de fundição, cadinhos e o eventual molde de talão de tipo Bujões-Barcelos). Os artefactos inseríveis neste período são os machados planos de tipo Bujões-Barcelos, a espada denominada de tipo "argárico", uma vareta e um fragmento de uma outra espada indeterminada (esta de cobre arsenical (?)). Se a metalurgia do bronze é conhecida desde os inícios do II milénio AC é provável que os primeiros objectos tenham entrado e circulado na região ainda nos meados/2ª metade do III milénio AC, à semelhança do que parece ter ocorrido na Galiza. Nesta região apareceram dois punções de bronze ricos em estanho (> 17%), na jazida de Guidoiro (Pontevedra), um deles, datado, pelo menos, dos meados do III milénio AC (COMENDADOR REY 1998: 110-111). Os pingos de bronze do povoado de O Fixón-A Costa da Seixeira (Pontevedra), a indiciar produção local na Galiza, foram datados de entre os séculos XVII a XV a.C. (*Id. ibidem*), ou seja, genericamente contemporâneos dos achados da Sola, pelo que a emergência deste fenómeno poderá paralelizar-se nestas duas regiões²⁴⁷.

Seja qual for a área de origem da metalurgia do bronze, a sua adopção no Entre-Douro-e-Minho foi efectuada, essencialmente, para o fabrico de machados de tipo Bujões-Barcelos, que parecem derivar dos machados planos de cobre, de origem local. Mesmo que aquela forma fosse de influência exógena, a sua vigência, padronização, uso em depósitos durante muitas décadas, em todo o Noroeste e a existência de um molde, supõe produção local e, portanto, extracção de recursos estaníferos.

Embora não existam dados comprovativos da extracção de ouro durante este período, as análises da composição química de artefactos áureos, encontrados na região, indicam o uso de ouro de aluvião, pelo que parece possível considerar que terá sido extraído nos aluviões locais. Esta hipótese é reforçada pelo conhecimento da riqueza

²⁴⁷- Também em Navarra, há indícios de dois punções de bronze datáveis de entre os séculos XIX e XVIII AC (FERNANDEZ-MIRANDA *et alii* 1995: 61-62), em B. Comendador Rey (1998: 111).

aurífera dos rios do Entre-Douro-e-Minho, que no período de domínio romano na região, terá sido explorada sistematicamente.

Os protótipos da ourivesaria, como as espirais, as cadeias de espirais e as meadas de ouro, parecem ser de origem meridional, onde são mais comuns do que no Noroeste²⁴⁸, muito embora a sua manutenção nesta área, durante séculos, possa indicar produção local.

Em relação à extracção do cobre é possível que estas comunidades fossem capazes de o extrair de sulfuretos de calcopirite, existentes em rochas da região, atendendo aos fragmentos de corneanas básicas com anfíbolos encontrados queimados, em associação com outros indícios de metalurgia no povoado da Sola IIb. Contudo não se pode rejeitar a hipótese de ter sido “exportado” de locais mais longínquos, o que nos remete para a temática do intercâmbio supra-regional.

Quanto ao **intercâmbio** pensamos que o mais corrente seria o **intra-regional** que, como já dissemos, ligaria as populações do litoral às do interior, envolvendo as matérias-primas mais específicas de cada área, num processo de troca que permitiria a complementaridade de recursos. Talvez este intercâmbio interno explique o aparecimento de alguns artefactos exógenos existentes em áreas mais interiores, como o arenito argiloso e o xisto encontrados no povoado da Sola IIb.

²⁴⁸-Como se pode constatar pelas obras de M. Almagro-Gorbea (1977), M. Ruíz-Gálvez Priego (1984), M. J. Bóveda Fernández (1998) e pelo *Inventário da Colecção de Ourivesaria do Museu Nacional de Arqueologia*, vol. 1, Lisboa, 1993.

Durante os três primeiros quartéis do II milénio AC ocorrem alguns indicadores que, apesar de esparsos, indicam **contactos** com zonas **supra-regionais**, quer de origem continental peninsular, quer de origem atlântica e mediterrânica.

Se as potencialidades locais de abastecimento de cobre fossem insuficientes este metal podia ser oriundo do Sul da Galiza/Norte de Portugal, da bacia do Douro ou da Beira Litoral, zonas, a partir das quais, o acesso ao vale do Cávado não seria difícil. O transporte deste metal, por exemplo através do Douro, poderia explicar, em parte, a introdução de alguns vasos de tipo "Cogotas I" (Faria Ia e Sola IIb), atendendo a que a maior frequência destas cerâmicas se verifica ao longo desta bacia fluvial (Castelo da Adeganha, Castelo de Anciães, Castelo de Urros, Bouça do Frade II, Tapado da Caldeira). Da Beira Alta ou Litoral poderiam ser oriundos os protótipos ligados à ourivesaria, como as espirais simples, cadeias de espirais ou meadas de ouro, já que, desde épocas anteriores, as ligações com o mundo meridional estão bem patentes, na forma dos artefactos metálicos adoptados, no uso do sílex e na assimilação de alguns tipos de cerâmicas campaniformes. Da área meridional parecem ser também provenientes os artefactos de sílex encontrados na Sola IIb e alguns artefactos de bronze, como as espadas denominadas de "tipo Argárico". Da região atlântica consideramos os machados de talão sem argolas. Com estas trocas de bens materiais poderiam ter entrado, também, ideias e técnicas, como a própria metalurgia do bronze, os consequentes modos de exploração do estanho e, eventualmente, do cobre, ou mesmo o arado simples. Este último instrumento teria facilitado a agricultura, principalmente em zonas perto dos vales onde os solos, embora menos pesados do que os da actualidade, seriam um pouco mais espessos do que os de montanha.

O acervo de dados que nos permite inferir sobre o intercâmbio supra-regional das comunidades do vale do Cávado, indicia que este deveria ser esporádico e indirecto com o

território nordestino e, talvez, mais intenso e directo, com a Galiza, as Beiras e a região do Entre-Douro-e-Minho. Em suma, todas elas regiões intermediárias na transmissão das novidades de origem atlântica, continental ou meridional/mediterrânica. Talvez a abrangência das rotas supra-regionais de intercâmbio possa ser "medida" pela distribuição geográfica dos vasos de largo bordo horizontal, existentes desde a bacia do Douro até ao sul da Galiza, ou dos troncocónicos que se concentram na zona meridional da Galiza, Beira Litoral e Beira Alta, ambos recipientes cerâmicos que supomos de excepção pelos seus contextos de achado.

É aceitável supor que a principal via de circulação para o exterior fosse a marítima, atendendo à costa recortada, com bons abrigos, propícia a uma navegação de cabotagem. Todavia, não podemos excluir a via pedestre pelo litoral, pois toda a orla é baixa e sem acidentes topográficos de relevo desde o Cabo Mondego, até à bacia do Cávado.

A circulação interna poderia efectuar-se pelos grandes corredores do Neiva, do Cávado, e ao longo dos seus afluentes, quer da margem direita, quer da esquerda, onde se abrem vales de fácil penetração. Outras vias parecem ter sido as de cumeada, ligando as diferentes bacias entre si e a montanha ao vale, segundo as rotas tradicionais, frequentemente, "marcadas" e "protegidas" por monumentos megalíticos, muitos deles ainda em utilização. A travessia dos rios, deveria efectuar-se em locais milenares de passagem, atendendo à presença de mamoaes perto dos rios. Quanto à travessia do Cávado, exequível através de pequenas barcas, era também possível a vau, um pouco a jusante de Barcelos (C. A. F. ALMEIDA 1990) e entre os concelhos de Amares e Póvoa de Lanhoso, na zona onde hoje se encontra a Ponte do Porto, em época ainda não muito recuada, conforme testemunhos das populações locais.

As áreas de ligação entre as ecologias de vale e de montanha, ou seja, as portelas, deveriam ser particularmente importantes em termos espaciais, motivo pelo qual alguns povoados (Faria Ia) e depósitos (Cova da Bouça, Mereces) se localizam nessas zonas.

Podemos, portanto, em termos da **estruturação económica** considerar a hipótese de estarmos perante sociedades agrícolas, pastoris e recolectoras de plantas, mato, frutos, raízes, ervas, animais aquáticos, etc, bem como produtoras metalúrgicas e inscritas em redes de intercâmbio à distância com os mundos atlânticos, mediterrânicos e continentais.

O registo arqueológico inserível neste período (povoados, sepulturas, depósitos, espólio e ecofactos), quer quantitativamente, quer qualitativamente, permite pôr em discussão as propostas de recessão económica e demográfica que se tem defendido para o II milénio AC e leva-nos a admitir, ainda que de forma hipotética, uma nova estruturação social, económica e simbólica do espaço, que passa por uma maior domesticação da paisagem e expansão da terra cultivável e rentável em termos da actividade agro-pastoril. Em abono desta alteração dos códigos cognitivos e comportamentais em relação à terra, temos as práticas rituais, sepulcrais, da distribuição dos dados na paisagem e os resultados paleoambientais (antracologia, paleocarpologia e polinologia) do povoado da Sola IIa e IIb.

Para o **Noroeste peninsular**, ou seja, a uma escala média de análise, os dados, associados a actividades agro-silvo-pastoris também não acusam recessão económica, principalmente a partir de 3500BP (finais do III, inícios do II milénio AC), ou, se quisermos, nos finais do Sub-boreal.

Analisando os dados existentes e referentes a fases mais antigas do Sub-boreal (que, correspondem, *grosso modo*, ao Neolítico final e ao Calcolítico), foram identificados cereais nos diagramas polínicos de A Laguna de Antela, Ourense (AIRA RODRIGUEZ *et al* 1985: 246) e nas jazidas arqueológicas de A Fontenla I (4 450±50BP) e Lavapés I, Pontevedra (AIRA RODRIGUEZ *et alii* 1989). A paleocarpologia também abona a favor da existência da agricultura em datas recuadas do Sub-boreal, o que aliás se comprova pela presença de inúmeros cereais e leguminosas, desde 4 940±160BP a 3 955±25BP, no Buraco da Pala II e III, Mirandela (SANCHES 1995: 119) e pelas sementes de trigo e *Brassica*, encontradas no Prado do Inferno, Lugo (4 140±120BP) (RAMIL-REGO 1993)²⁴⁹. (Quadro Paleocarpológico e Arqueozoológico I). No entanto, a palinologia apenas denota desflorestações episódicas representativas da antropização do meio (RAMIL-REGO *et alii* 1996: 204), a indiciar uma actividade agro-pastoria “modesta” na maioria do Noroeste peninsular.

A comparação destes dados paleoecológicos com os existentes a partir de 3 500BP leva-nos a admitir que, ao contrário de uma recessão agrícola, este período cronológico e cultural se terá caracterizado por um aumento da antropização e domesticação da paisagem, validada por curvas contínuas de pólenes de cereal, que evidenciam uma actividade agrícola constante. Durante esta fase a palinologia revela, ainda, uma constante e progressiva diminuição arbórea, uma intensificação da degradação do coberto vegetal (com o respectivo aumento de plantas arbustivas e herbáceas) e o aumento de processos erosivos, nas zonas de altitude, condições que poderão ser responsáveis pela acumulação de águas superficiais em zonas mais deprimidas e pela

²⁴⁹ - Não considerámos a data de (4 880±80BP) da estação da Morcigueira, Corunha, por ter sido considerada anómala por F. Criado Boado *et alii* (1991) que inserem esta jazida nos inícios da Idade do Bronze.

existência de turfeiras, permitindo a formação de prados húmidos²⁵⁰, como é manifesto na coluna polínica de Lordelo, Chã do Couce (Peneda) há mais de 2 980±79BP²⁵¹.

Para P. Ramil-Rego (1993: 51), Ramil-Rego *et alii* (1996: 206) e A. Correia (1994: 196) estas alterações correspondem a actividades antrópicas bastante acentuadas, o que parece ser bem evidente em todo o transepto fitoclimático desde a serra da Peneda até Figueira de Castelo Rodrigo, para o qual A. Correia (1994: 203), após análises polínicas, também conclui, pela existência de uma fase de desflorestação por motivos antrópicos, anterior a 3 000BP (Quadro Paleoambiental do Noroeste).

Também os *taxa* antracológicos recolhidos em alguns povoados deste período demonstram a degradação do coberto vegetal e a acção antrópica em redor dos mesmos, assim como uma prática agrícola de queimada, em ecologia de montanha ou vale. Neste mesmo sentido apontam os dados da Bouça do Frade I (Baião), onde uma data de radiocarbono, ainda inédita, e o espólio encontrado, coloca o sector III deste povoado nos inícios do II milénio AC²⁵², pelo que podemos considerar que os indicadores de paisagem aberta, de desflorestação, queimadas e de práticas agrícolas, detectadas por I. Figueiral

²⁵⁰- Muitos dos quais se manterão até à primeira metade do século XIX (RAMIL-REGO *et alii* 1996: 238-239).

²⁵¹-Existem, igualmente, evidências da prática contínua da agricultura cerealífera em jazidas desde os finais do III, aos meados do II milénio AC, em contextos cronológicos da Idade do Bronze, na zona de Navarra. Destacamos as jazidas de ar livre de Monte Aguilar, em Bardena Negra (3 600±45BP; 3 510±20BP e 3 380±20BP); de Puy Aguila I, em Bardena Blanca (3 495±35BP e 3 465±35BP) e de Monte Aguilar II, em Bardena Negra (3 330±20B e 3 315±25BP) onde os dados polínicos e carpológicos comprovaram o cultivo de cereais de forma continuada, nomeadamente do trigo, no segundo caso, assim como de trigo e cevada nas estações de Monte Aguilar e Monte Aguilar II (IRIARTE CHIAPUSSO *et al* 1996).

²⁵²-Ao ser calibrada a 2 sigma. Agradecemos esta informação a S. Jorge.

(1990)²⁵³, remontam ao Sub-boreal. Embora num contexto cultural diferente é de registar que os resultados de Castelo Velho III (V. N. Foz Côa), dos inícios do II milénio AC, indiciam, também, forte acção sinantrópica em redor do povoado, tendo em conta a presença de Leguminosas, Cistáceas, Urzes, Troviscos e Medronheiros, todas plantas colonizadoras dos solos após acções humanas (FIGUEIRAL 1998, 1999).

De igual modo, os dados paleocarpológicos para os finais do Sub-boreal, abrangendo o II milénio AC, indiciam que as populações do Noroeste praticavam já uma agricultura cerealífera, com cereais de Inverno (trigo e cevada) e de Verão (milho-miúdo), em rotação com leguminosas (favas e ervilhas) e crucíferas (couves), provavelmente aproveitando terras de vertente ou de planalto para o trigo e o centeio e, perto do vale, para o milho e as leguminosas, plantas próprias de regiões mais húmidas e irrigadas.

Estas populações consumiam igualmente frutos colectados como avelãs, bolotas, medronhos, pêras e uvas²⁵⁴, numa tradição com raízes anteriores (Quadro Paleocarpológico II). Como exemplo, salientamos além da Sola Iib, com milho miúdo, favas, couves, a última ocupação de Castelo Velho (Vila Nova de Foz Côa), com cevada, ervilhas, chícharos e lentilhas e Portocelo (Pontevedra), com trigo e centeio.

Os dados arqueozoológicos revelam a predominância dos mamíferos domésticos, como o boi, a cabra, a ovelha, o porco e o cão, em contextos arqueológicos, reforçando, por um lado, a hipótese de um sistema pastoril desenvolvido e diversificado e, por outro, funcionando como mais um indicador da existência de uma agricultura excedentária poderia ser utilizada como complemento na alimentação dos bovinos. Se os rebanhos de

²⁵³-De início identificados como do Bronze Final, ou seja do Subatlântico.

²⁵⁴-Planta conhecida na Península, em estado selvagem, desde o Terciário (DOPAZO MARTINEZ *et alii* 1996: 322).

ovicaprinos e de suínos não são concorrentes com a dieta humana, podendo as ovelhas e cabras pastar nos solos magros das montanhas e os suínos nos soutos, existentes nas proximidades dos povoados, já os bovinos necessitam de um complemento de forragem, apesar de se poderem manter na montanha por largos períodos de tempo, pois são animais mais exigente do que os restantes. A raridade de evidências cinegéticas constitui mais um dado, embora indirecto, para considerar que as populações do II milénio AC tinham uma dieta baseada em produtos agro-pastoris e recolectados. Para o II milénio AC, as recolhas mais importantes chegam-nos de uma jazida em gruta, da região de Ourense, a Pala da Vella, com uma ocupação datada de $3\ 280 \pm 125\text{BP}$ (GrN - 19 394) (FERNANDEZ RODRIGUEZ *et alii* 1996: 250 - 251). Nesta ocupação, onde dominam os animais domésticos, os ovicaprídeos são maioritários, seguidos dos bovinos. Os animais provenientes de actividades cinegéticas como o cervo, o corço e provavelmente a marta e o coelho também estão presentes, se bem que estes dois últimos possam associar-se a factores tafonómicos (*Id. ibidem*: 253 - 254). A identificação da espécie *Sus* sp. levanta problemas, mas as características ósseas levam o autor a considerar, como mais provável, estar perante restos de javali (*Id. ibidem*). Na Beira Alta, na jazida do Buraco da Moura de S. Romão (Seia), datada do "Bronze Pleno", dominem, igualmente, as espécies domesticadas mas é de notar que os restos de javali e de cervo apresentam indícios de terem sido cozinhados para consumo humano (CARDOSO *et alii* 1993). É de salientar que as ossadas de boi e ovelha desta estação pertencem a animais jovens (*Id. ibidem*), o que representará, certamente, a existência de rebanhos significativos de ambas as espécies, o que não parece ocorrer com frequência no Noroeste.

Os achados de aves obtidos para contextos da Idade do Bronze, são também da gruta da Pala da Vella, em Ourense, onde se registaram espécies associadas a uma floresta

pouco densa, como o *Picus viridis*, o *Turdus* sp. e o *Parus* sp. e outras ligados a áreas de mato ou gramíneas, como a perdiz (*Alectoris rufa*), esta última, provavelmente resultante de caça (FERNANDEZ RODRIGUEZ *et alii* 1996: 256), o que indica, também, um coberto vegetal aberto, concordante com o desenvolvimento agro-pastoril. Nesta jazida também se detectaram restos de peixes, não especificados, e amostras malacológicas de *Margaritifera* (*Id. ibidem*: 250 - 251), revelando o aproveitamento dos recursos fluviais e de estuário. O barbo, presente na estação de Castelo Velho III (Vila Nova de Foz Côa), datada da 1ª metade do II milénio AC (ANTUNES 1995), demonstra que a pesca foi praticada, igualmente em regiões bastante interiores (Quadro Arqueozoológico II).

3.1.3. A sociedade

Apesar de pensarmos estar perante uma sociedade consideravelmente complexa, a **diferenciação social** provavelmente será ainda fortemente horizontal, dependente de factores associados ao prestígio, estatuto ou género de cada um.

É provável que os mais prestigiados pudessem ter sido enterrados com os poucos artefactos de ouro que atribuímos a este período e que as espirais de ouro ou prata, únicas peças de ourivesaria encontradas em túmulos, na bacia do Cávado, às quais se tem atribuído as funções de adornos (anéis, brincos, adereços para o cabelo) (HERNANDO GONZALO 1983), se possam associar a enterramentos de mulheres com alto prestígio social. Também as distintas formas de vasos ou as organizações decorativas das abas dos largos bordos horizontais, muito comuns nos enterramentos, poderão estar ligadas a diferentes *status* sociais conferidos pelas funções, idade, género. Estas hipóteses, apesar de

nos parecerem verosímeis, necessitam ainda de um acervo maior de informação que só trabalhos futuros poderão conseguir.

3.1.4. O ideológico e o ritual

O fenómeno sepulcral desta etapa revela uma certa diversidade de soluções. São muito comuns as sepulturas planas, abertas no saibro, revestidas com lajes de pedra, em cista rectangular ou subtrapezoidal, com cerca de 2m de comprimento, onde seria habitual a inumação individual, em posição de decúbito dorsal, a cremos no esqueleto encontrado numa das sepulturas da necrópole de Agra de Antas, acompanhado apenas de cerâmica como espólio. Persiste, contudo, a reutilização de monumentos megalíticos (três deles de corredor e um indeterminado), cujo tratamento dado aos mortos é desconhecido. A utilização secundária destes imóveis pode apenas inferir-se pelo espólio, constituído por vasos troncocónicos, potinhos de carena na pança e decoração mamilar, vasos de colo muito alto e espirais metálicas. As pequenas câmaras líticas, muito atípicas, sem espólio, encontradas na Sola IIb e em Talhoz, poderão, eventualmente, corresponder a estruturas cistóides.

A localização espacial das sepulturas em relação a outros dados arqueológicos parece-nos também, um pormenor a analisar. Elas ocorrem, por vezes, na proximidade de jazidas, que cremos povoados sincrónicos e, muitas sepulturas planas estão nas cercanias de monumentos megalíticos preexistentes (Est. CCCLIII). Ao confirmar-se a existência de estruturas cistóides em Talhoz e Sola IIb, poderemos inferir da existência de enterramentos no interior de povoados.

Outras duas características das tumulações são a raridade de espólio metálico, com excepção de algumas espirais em ouro ou prata e a sua aparente invisibilidade na paisagem.

As características dos túmulos mais vulgares, semelhantes na matéria-prima, forma e dimensões arquitectónicas, tipo de espólio e deposição do cadáver em decúbito dorsal, remetem-nos para o valor social e económico das tumulações, cujo investimento representa a estruturação da vida social e económica, que, neste caso concreto, parece estar mais dependente do trabalho efectivo da terra, num território restrito. Assim sendo, a invisibilidade das tumulações e a sua proximidade em relação a possíveis povoados, poderiam estar relacionadas com normas de conduta ligadas com a terra e com o seu valor (elemento que é preciso "fixar", demarcar, trabalhar, rentabilizar). As tumulações em pleno vale representariam uma forma de apropriação e fertilização simbólica deste espaço, necessária para a sobrevivência dos vivos, hipótese aceitável se existisse a crença de que os mortos seriam portadores de benesses para as actividades quotidianas. dos túmulos para tentar descobrir o que continham os vasos que acompanhavam o defunto. O mundo dos mortos interagiria com o mundo dos vivos pela partilha do mesmo espaço e pela importância que estes ainda teriam na vida diária. O facto de os inumados serem enterrados com um vaso, eventualmente portador de um bem subsistencial, poderia encarar-se como uma materialização do poder regenerador dos mortos sobre a terra. Tendo em atenção esta hipótese de trabalho seria interessante, doravante, crivar atentamente as terras Também o facto destes locais serem excluídos como zonas de cultivo, indicia normas de utilização e compartimentação do espaço, que não parecem dissociar-se de comunidades sedentárias.

As tumulações individuais e invisíveis no espaço parecem também anunciar a perda de importância do culto do ancestral enterrado no túmulo/santuário de grandes proporções (megálitos), a favor de uma nova concepção do espaço que coloca a importância na vida, no "self", embora ainda não de forma radical. Estamos de acordo com J. Barret (1994b: 136) quando defende que no II milénio AC "*...it was where the weight of the past began to bear down upon the agent to fix an existence of being...*". Apesar desta tendência é curioso verificar que as necrópoles de Agra de Antas, Belinho, Cavaleira, Quinta de Cima de Vila e de Vilar se encontram ainda nas imediações de monumentos megalíticos, o que poderá significar que a proximidade dos antepassados confere ainda uma certa acção profilática, ou seja, estas duas formas de tumulação parecem revelar o que J. Barret (1994b: 136) designa de coexistência de diversas imagens de temporalidade.

Como hipótese pensamos que a reutilização de megálitos nesta fase cronológica e cultural, por ser rara, talvez fosse destinada aqueles que, no seio da comunidade, acumulassem poderes ou conhecimentos especiais, fossem portadores de características que os associassem aos antepassados ou estivessem mais ligados à ideologia tradicional.

Em relação às sepulturas mais típicas deste período (rectangulares e contendo apenas espólio cerâmico), são raros os paralelos no Noroeste português que podemos incluir nesta fase cronológica e cultural. Apenas conhecemos a necrópole de Alto da Vela/Gulpilhares (Vila Nova de Gaia), escavada por J. Fortes, trabalho do qual resultou uma publicação que refere serem as sepulturas revestidas e cobertas por lajes de granito (FORTES 1908b: 16). Das escavações realizadas posteriormente por A. C. Silva, na mesma necrópole, em 1979, não há qualquer publicação exaustiva. Só em 1993 este autor paraleliza esta necrópole com a do Tapado da Caldeira, pelo que supomos serem as sepulturas rectangulares e alongadas.

Do seu espólio constam dois vasos troncocónicos, um de largo bordo horizontal, atípico, e um subcilíndrico (SILVA 1993: 256, 268).

Da mesma fase, embora as sepulturas não sejam forradas por lajes, destacamos a necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), em ecologia de montanha, com uma ocupação entre os inícios do séc. XVII e o último quartel do séc. XV AC, segundo a média ponderada das duas datas da sepultura I (JORGE 1980a; 1983). Também da mesma fase e, igualmente, em ecologia de montanha, parece ser a necrópole do Coto de Laborada (Ourense), onde se detectaram sepulturas abertas no saibro e na terra vegetal, de forma alongada, em planta, com comprimentos entre um 1,5m a 2m, contendo cada uma delas espólio cerâmico, três das quais com vasos de largo bordo horizontal (LOPEZ CUEVILLAS *et al* 1930; LOPEZ CUEVILLAS 1947: 1-3; LOPEZ CUEVILLAS *et al* 1958) e a do Monte Mesiego (Ourense), necrópole onde ocorreram formas carenadas e vasos de largo bordo horizontal (LOPEZ CUEVILLAS *et al* 1958).

É provável que o que resta da estrutura aberta no saibro da Coca (Paredes), de onde se exumaram dois potinhos com carena na pança (forma 10a), possa ser de uma sepultura, (V. JORGE *et alii* 1989) e passível de se inserir neste período cronológico-cultural pelos paralelos destes vasos com os da Antela da Portelagem (Esposende), da Quinta da Bouça/Bairro (Famalicão) (FORTES 1905/1908; DINIS 1993), de Belinho (Esposende) e do túmulo da Casinha Derribada (Viseu), este último datável, radiometricamente, da 2ª metade do II milénio AC (CRUZ *et alii* 1998).

Cistas rectangulares, abertas no saibro e revestidas por lajes de xisto ou granito, embora de dimensões mais pequenas, que fazem pensar numa inumação em posição fetal, ocorrem na necrópole do Gorgulão (Montalegre) (SILVA 1994) e em Donim (Montalegre)

(SILVA 1994, nota 12)²⁵⁵, monumentos que, aparentemente, só continham um vaso troncocónico, como espólio, o que nos leva a admitir que, a eventual discrepância notada ao nível da ocupação do espaço entre o litoral e o interior, em termos habitacionais e discutida no ponto 2.4.1.3.2. existiria, também, ao nível da arquitectura e dos rituais efectuados nas necrópoles planas. Estas eventuais discrepâncias deverão resultar de diferentes assimetrias de desenvolvimento, diversos percursos históricos e materializar distintos modos de domesticação do território e de estruturação do espaço. O desenvolvimento deste tipo de trabalho sai, naturalmente, fora do âmbito geográfico proposto para esta dissertação.

Os paralelos para monumentos megalíticos com reutilizações desta etapa são abundantes. Como exemplo citamos apenas alguns dos mais conhecidos que forneceram vasos troncocónicos. Na Galiza referimos a ocorrência desta forma numa mamoa do Monte de San Cibrao (Ourense) (SUÁREZ OTERO 1998). No Norte de Portugal, são conhecidas as reutilizações secundárias das mamoas de Carvalhas Alvas (Vila Pouca de Aguiar)²⁵⁶ e Madorras 1 (Sabrosa)²⁵⁷ e, talvez, no dólmen da Estante (Alijó)²⁵⁸. Na Beira Alta estes vasos proliferam em contextos dolménicos, como na Arquinha da Moura (Tondela) (CUNHA, 1995: 135 -136), Carapito I e III (Aguiar da Beira) (LEISNER 1968), Orca de Forles (Satão), Orca dos Juncais (Vila Nova de Paiva), Orca do Tanque (Vila Nova de Paiva) (SENNA MARTINEZ 1983/1984), entre muitos outros. Na Beira Litoral,

²⁵⁵-Segundo esta autora esta cista seria a publicada por M. J. Sanches (1980) como sendo da Portela do Gorgulão.

²⁵⁶ -V. Leisner (1958: 145-153); D. Cruz *et alii* (1988).

²⁵⁷ -H. Gonçalves *et al* (1994).

²⁵⁸ -Há, no entanto, que ter em atenção a hipótese que defende ter sido este monumento construído já nos finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze, pelo que o espólio corresponderia a uma utilização primária do imóvel (GONÇALVES *et al* 1994: 214).

esta forma ocorre na grande mamoa da Terranha, Sever de Vouga (BETTENCOURT 1982; 1988/1989). Atendendo à vasta distribuição destes vasos e às condições de achado de muitos deles, não é possível, por ora, perspectivarmos eventuais diferenças de rituais e necropolizações entre zonas litorais e interiores.

É notória a inexistência de **artefactos metálicos** em bronze e a escassez de objectos de ouro em contextos funerários²⁵⁹ no vale do Cávado. Tal atitude poderá relacionar-se com o facto destas peças serem portadoras de um valor ideológico distinto do do período anterior, ou seja do III milénio AC, podendo estar ligadas a cerimónias associadas à importância das acções quotidianas, motivo pelo qual seriam usadas noutros contextos.

Mais frequente, ao ponto de caracterizar esta fase é o aparecimento de **depósitos metálicos (ouro e bronze)** em associação com a **água ou terra**, frequentemente sob afloramentos.

Quanto aos artefactos padronizados de ouro ou bronze encontrados em zonas perto de água (rios, ribeiros ou linhas de água) encaramo-los como deposições rituais ou votivas atendendo ao contexto ambiental, ao aparente isolamento em relação a outras manifestações arqueológicas e ao bom estado de conservação das peças. Os locais de depósito seriam, assim, áreas ritualizadas. Não é nossa intenção colocar a hipótese de

²⁵⁹ -É curioso verificarmos que as meadas, as cadeias de espirais em ouro e os artefactos em bronze nunca aparecem em contextos tumulares, enquanto as espirais parecem ser típicas dos túmulos, a revelar uma especialização artefactual de objectos metálicos para contextos específicos.

enterramentos nas águas, como parece ter sucedido ao longo da Idade do Bronze no Tamisa (BRADLEY 1990; KNUSEL *et al* 1995), já que não foram descobertas ossadas na área dos achados, nem quaisquer outros dados que tornem verosímil esta hipótese para a bacia do Cávado.

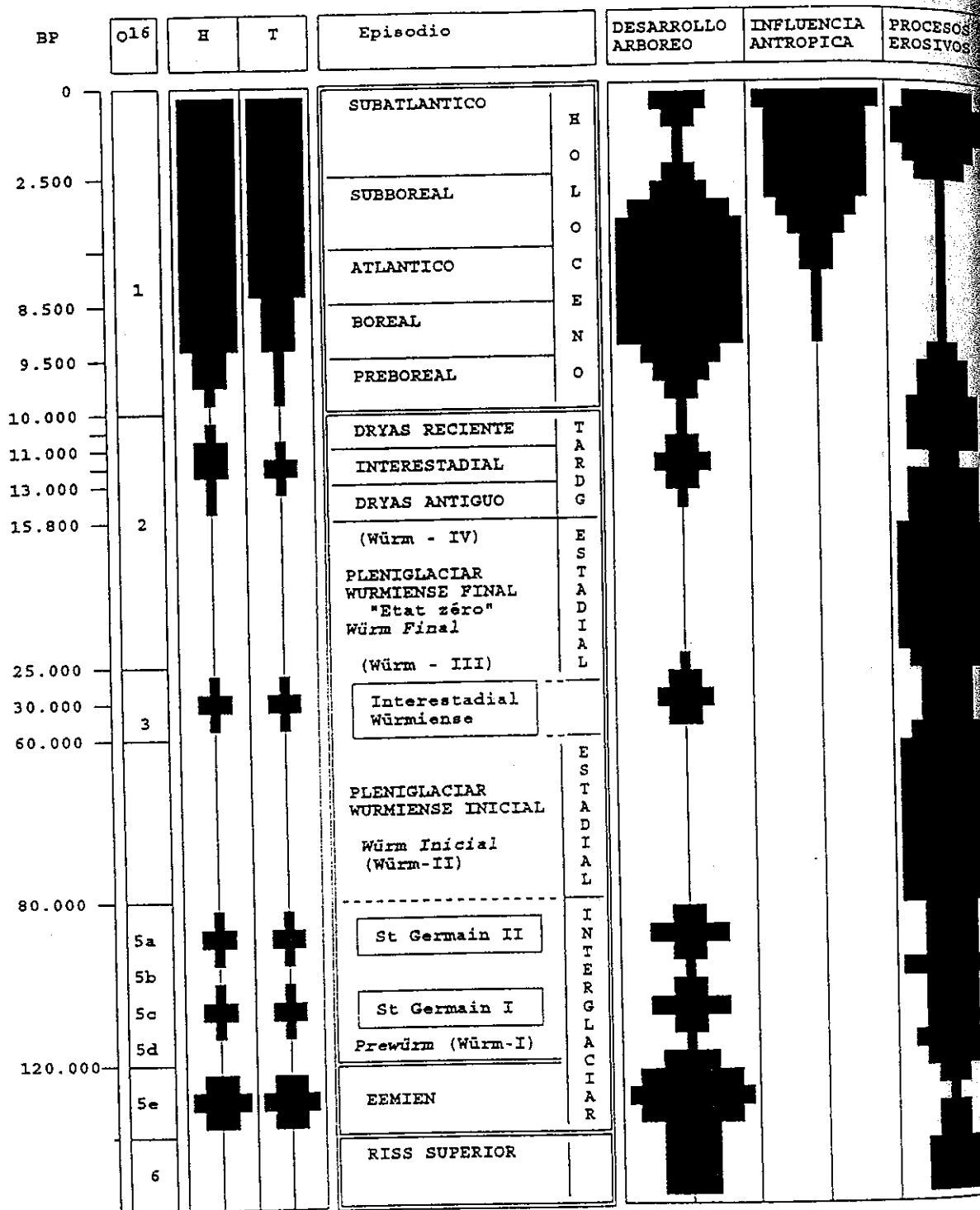
O que nos parece é que os códigos que estão subjacentes a estes depósitos deverão associar-se à estruturação das práticas económicas e sociais. Estes artefactos seriam indicadores de possíveis cultos de origem animista, sobretudo ligados à água, de extrema importância em sociedades muito dependentes das práticas agro-pastoris, onde as condições climáticas favoráveis seriam fundamentais para a sobrevivência do homem, das plantas e dos animais e onde as chuvas em demasia, ou a sua escassez, constituiriam problema grave para uma agricultura de sequeiro e para a manutenção do pasto para o gado.

A partir do II milénio AC, J. Barret (1994b: 147) defende para Inglaterra a formação de um sistema agrícola que passa por uma concepção da paisagem onde as comunidades distinguiriam dois mundos: o interno, no qual incluiriam o "doméstico" e a si próprios (o "self") e o dos "outros", partilhando uma concepção de tempo onde se torna importante a observação da renovação cíclica das estações do ano, trabalhando uma parcela de terra nas proximidades do seu local de habitação e tendendo a ritualizar as margens do espaço que apropriam física e cognitivamente. A mesma concepção centrífuga de espaço pode ser inferida dos dados que temos para o II milénio da bacia do Cávado e assemelha-se bastante à realidade rural do Entre-Douro-e-Minho tradicional, motivos pelos quais nos sentimos tentados a aceitá-la. Assim sendo, pensamos que perante a importância da terra e dos ciclos naturais do ano seria primordial tentar controlá-los através de rituais

que culminariam na oferenda às forças da natureza (a água e a terra) de objectos de grande valor comunitário. As oferendas fariam parte de um mecanismo simbólico visando a protecção contra as adversidades da natureza ou as calamidades. Estes rituais efectuar-se-iam em zonas de margem, como poderia ser o caso do depósito de Góios e do achado do machado de Bujões-Barcelos de Pedra Furada, em relação ao povoado de Faria Ia. No entanto, para que esta hipótese se possa tornar mais plausível serão necessários mais dados contextualizados e um projecto intensivo sobre este período cronológico-cultural.

Os achados associados a penedos, como na Bouça da Tomadia (Barcelos) e na Cova da Bouça (Esposende)²⁶⁰, poderão estar ligados à ritualização de simples afloramentos. Note-se que nesta área não se conhecem gravuras rupestres, manifestamente associadas a este período cronológico-cultural, muito menos com representação de armas. É curioso verificar que este culto a penedos persiste durante a Idade Média, ou mesmo na actualidade, frequentemente associado a rituais de fertilidade.

²⁶⁰ - Como ocorreram também em Arnozela (Fafe).



Reconstrução paleoambiental do Quaternário recente no Noroeste Peninsular
(RAMIL REGO 1993)

QUADRO PALEOCARPOLÓGICO I

III MILÉNIO AC

Povoados	Cronologia	C	T	H	P	L	P	V	P	B	L	Q	V	P	C	P	Refer. Bibliográfica	
		e	r	o	a	e	a	f	i	r	i	u	i	i	o	i		
		r	i	r	n	n	p	a	s	a	n	e	t	n	r	r		
		t	d	s	s	s	s	s	s	s	r	r	r	r	r	r		
A. Fontela I, Pontevedra	(?) - (4410 ± 50BP) Transição IV/III milénio AC	§ 261										*					Peña Santos 1984a; Aira <i>et al</i> 1984	
Buraco Pala I/II, Mirandela	CSIC - 867 (4170±40BP) a GrN - 19101 (3955±25BP) Prim. metade do III mil. AC		*	*		*	*	*	*		*	*	*	*			Sanches 1995, I: 29-30, 119	
Prado Inferno, Lugo	GrN - 18192 (4140±120BP)	§	*							*		*			*		Ramil-Rego 1993	
Lavapés II, Pontevedra	GaK-11188 (3930 ± 120BP)	§										*					Peña Santos 1984b; López 1984	
C. Palheiros II, Murça	CSIC - 1319 (3727 ± 39BP)		*	*	*		*	*	*	*							Sanches 1997; 1997a I: 231, II: 274	
Castelo Velho, V. N. Foz Côa	ICEN - 885 (3570 ± 100)	§															S. Jorge 1993: 188	
Lavapés I, Pontevedra	Sub-boreal	§															Aira <i>et alii</i> 1989	
Rigueirinho, Pontevedra	Sub-boreal	§															Aira <i>et alii</i> 1989	

<i>Trit</i>	<i>Triticum</i>	<i>Pap</i>	<i>Papaver somniferum</i>	<i>Lin</i>	<i>Linum usitatissimum</i>	<i>Cor</i>	<i>Corylus avellana</i>
<i>Hord</i>	<i>Hordeum vulgare</i>	<i>Vfa</i>	<i>Vicia faba</i>	<i>Quer</i>	<i>Quercus robur</i>	<i>Pir</i>	<i>Pyrus piraster</i>
<i>Pan</i>	<i>Panicum miliaceum</i>	<i>Pis</i>	<i>Pisum sativa</i>	<i>Vit</i>	<i>Vitis vinifera</i>	<i>Cer</i>	Cereal
<i>Lens</i>	<i>Lens culinaris</i>	<i>Bras</i>	<i>Brassica</i>	<i>Pin</i>	<i>Pinus pinaster</i>		

Resultados das análises paleocarpológicas e polínicas efectuadas em jazidas arqueológicas do III milénio AC no Norte de Portugal e Galiza.

261 – Resultado das colunas polínicas.

QUADRO PALEOCARPOLÓGICO II

II MILÉNIO AC

Povoados	Cronologia	C	T	H	P	L	L	V	P	B	L	Q	V	A	C	P	Refer. Bibliográfica
		e	r	r	a	a	e	f	i	r	a	i	u	i	r	o	
Sola IIa, Braga	CSIC - 1139 (3450±37BP)	§															Coluna polínica inédita
Sola IIb, Braga	UtC - 5657 (3343±30BP) CSIC - 1186 (3338±33BP) UtC - 4785 (3315±40BP) ICEN - 1274 (3310±110BP)				*			*		*		*	*		*	*	Bettencourt 1991/1992 Aira <i>et al</i> 1995: 33 Giselda Oliveira (com pes)
Portocelo, Pontevedra	II milénio AC		*	*								*					Aira <i>et alii</i> 1989: 70 Cano Pan 1988; 1992: 262
Castelo Velho, V. N. Foz Côa	ICEN - 885 (3570±100BP)			*		*	*		*					*			Figueiral 1999: 263

<i>Trit</i>	<i>Triticum</i>	<i>Lens c</i>	<i>Lens culinaris</i>	<i>Lin</i>	<i>Linum usitatissimum</i>	<i>Cor</i>	<i>Corylus avellana</i>
<i>Hord</i>	<i>Hordeum vulgare</i>	<i>Vfa</i>	<i>Vicia faba</i>	<i>Quer</i>	<i>Quercus robur</i>	<i>Pir</i>	<i>Pyrus piraster</i>
<i>Pan</i>	<i>Panicum miliaceum</i>	<i>Pis</i>	<i>Pisum sativa</i>	<i>Vit</i>	<i>Vitis vinifera</i>	<i>Cer</i>	Cereal
<i>Lat. s</i>	<i>Lathyrus sativus</i>	<i>Bras</i>	<i>Brassica</i>	<i>Arb u</i>	<i>Arbustus unedo</i>		

Resultados das análises paleocarpológicas e polínicas efectuadas em jazidas arqueológicas do III milénio AC, no Norte de Portugal e Galiza.

262 - Dados paleocarpológicos fornecidos no âmbito do 22º Congresso Nacional de Arqueologia, de Espanha. O autor não publicou a comunicação nas actas. O conjunto de formas e de decorações cerâmicas aproximam este povoado do da Sola IIb, motivo pelo qual o incluímos no II milénio AC.

QUADRO ARQUEOZOOLOGICO I

III MILÉNIO AC

Estação Arqueológica	Cronologia	B	C	O	O	S	E	C	C	Outros	Refer. Bibliográficas
		t	h	a	v	d	c	e	n		
C. Palheiros II, Mirandela	CSIC - 1319 (3727 ± 39BP)	*			*						Sanches 1997a II: 275

<i>Bos t</i>	<i>Bos taurus</i>	<i>Sus d</i>	<i>Sus domesticus</i>	<i>Canis</i>	<i>Canis familiaris</i>
<i>Cap h</i>	<i>Capra hircus</i>	<i>Eq c</i>	<i>Equus caballus</i>	<i>Ovic</i>	<i>Ovicaprinus</i>
<i>Ovis a</i>	<i>Ovis aries</i>	<i>Cer e</i>	<i>Cervus elaphus</i>		

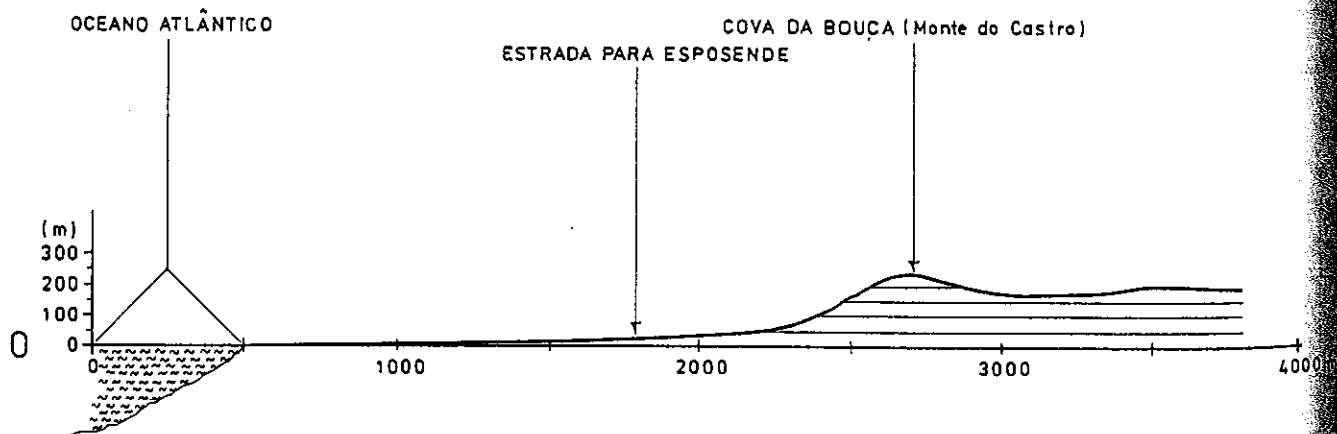
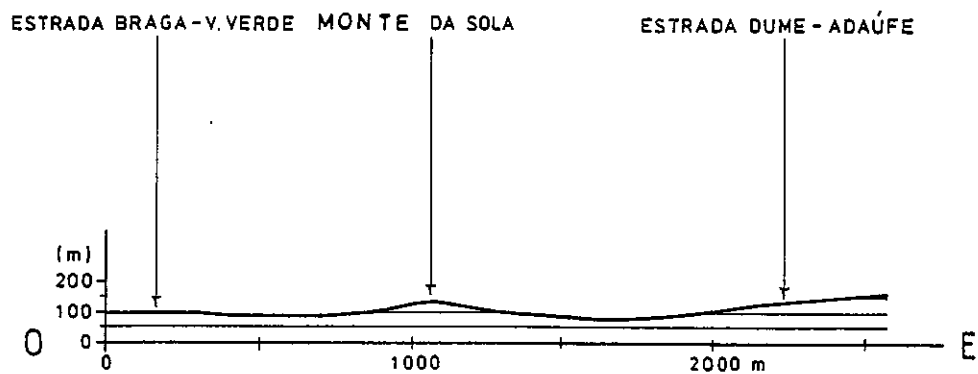
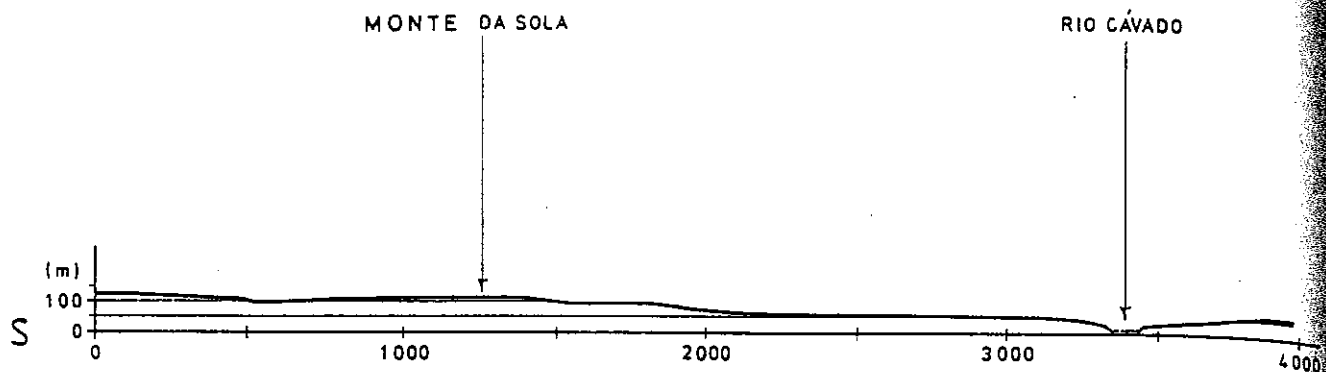
Resultados das análises de arqueozoologia efectuada em jazidas arqueológicas do III milénio AC, no Norte de Portugal.

QUADRO ARQUEOZOOLOGICO II

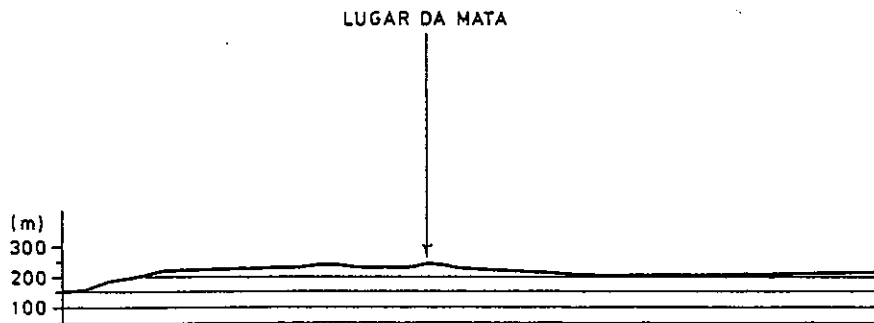
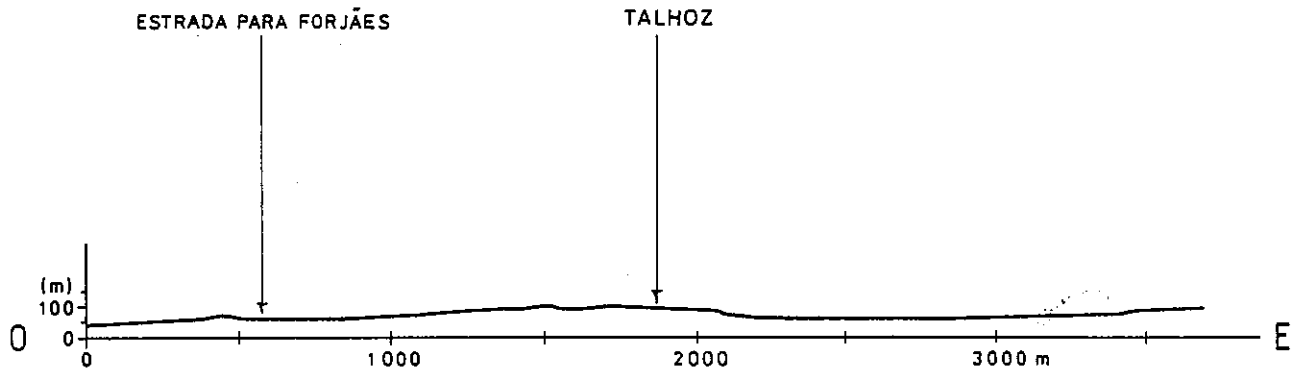
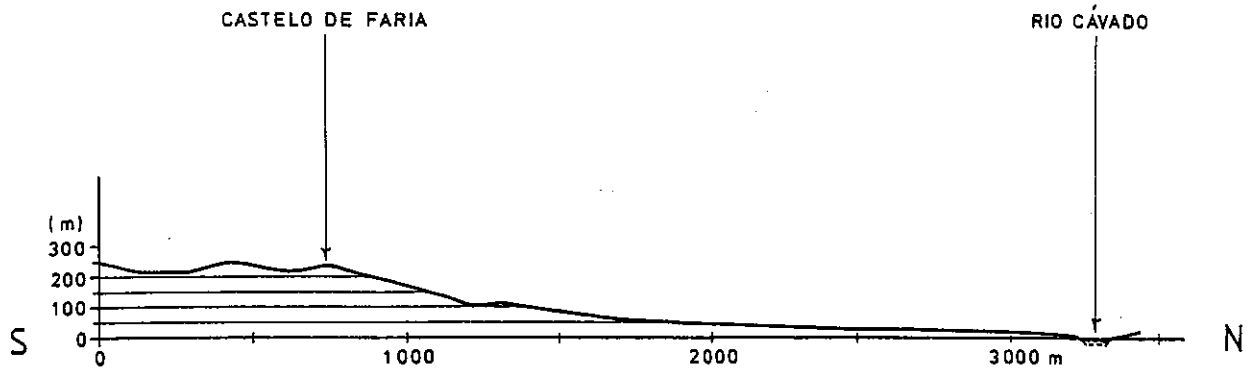
II MILÉNIO AC

Estação Arqueológica	Cronologia	B	C	O	O	S	E	C	C	Outros	Refer. Bibliográficas
		t	h	a	v	d	c	e	n		
Cast. Velho III, V. N. Foz Côa	ICEN - 885 (3570±100BP)	*	*	*		*			*	Barbo, coelho e raposa	Antunes 1995
Pala da Vella, Ourense	GrN-19394 (3280±125BP)	*			*			*		Cabra montês, coelho, javali e <i>Martes</i> sp	Fernández Rodríguez 1996
Buraco Moura S. Romão, Seia	"Bronze Pleno"	*		*				*		Coelho e javali.	Cardoso <i>et alii</i> 1993

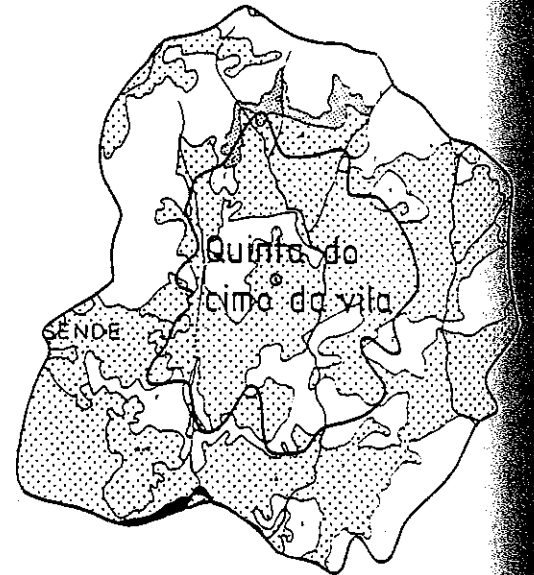
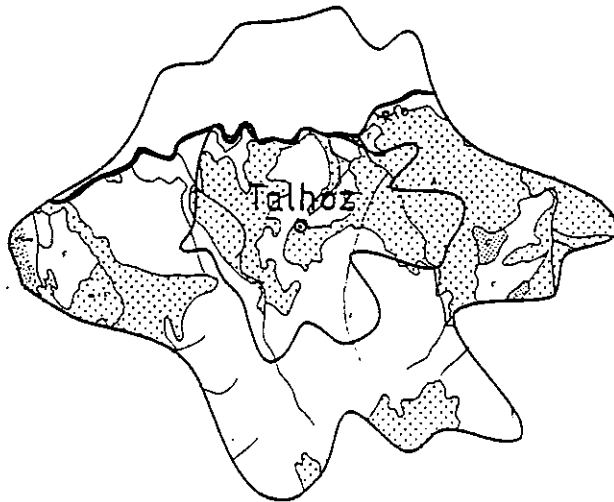
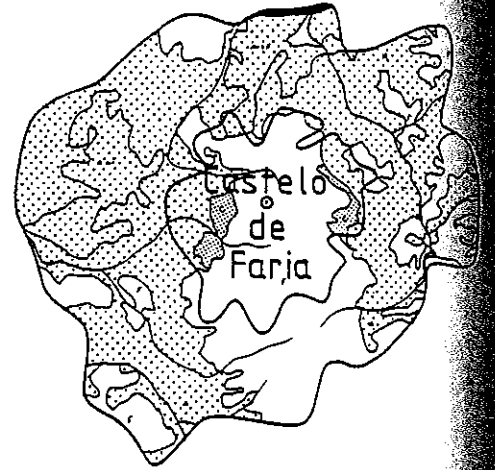
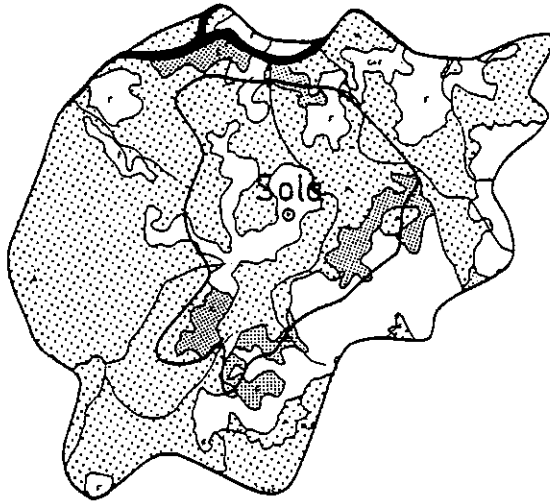
Resultados das análises de arqueozoologia efectuada em jazidas arqueológicas do II milénio AC, no Norte de Portugal e na Galiza.



Perfis topográficos das estações arqueológicas desta fase.

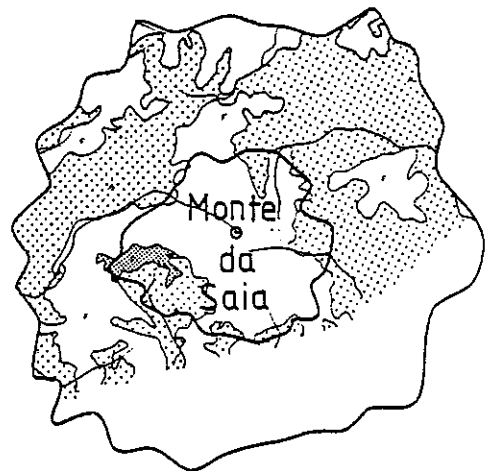
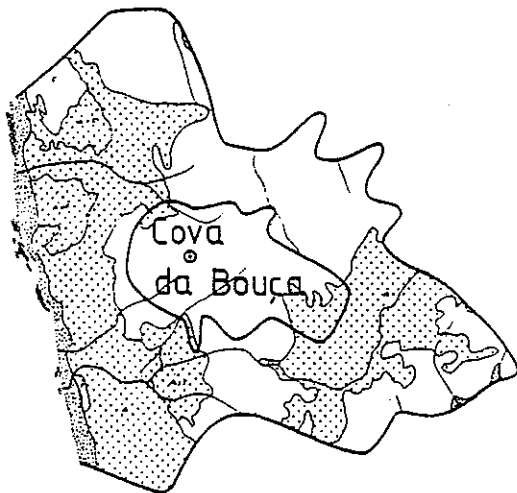
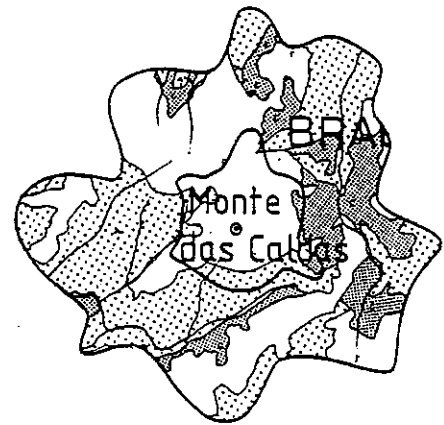
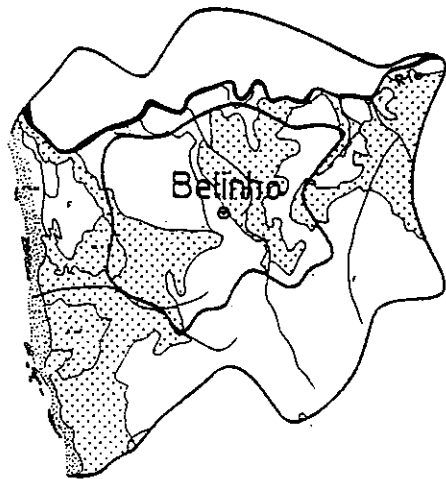


Perfis topográficos das estações arqueológicas desta fase.



Escala : 1/100.000

Territórios teóricos de “referência” de estações arqueológicas desta fase em relação à capacidade e uso dos solos: povoados (1-2); necrópoles (3-4).



Escala : 1/100.000

Territórios teóricos de “referência” de estações arqueológicas desta fase em relação à capacidade e uso dos solos: necrópoles (5); locais de depósitos metálicos (6 a 8).

3.2. Dos finais do II milénio AC aos finais do 2º quartel do I milénio AC: o fim da Idade do Bronze (Est. CCCLVI a CCCLIX)

3.2.0. Introdução

É notório um maior acervo de informação sobre este período o que resulta, quer de projectos de investigação vocacionados para os finais da Idade do Bronze, desde os anos 80, no vale do Cávado, quer do facto de termos privilegiado, até a uma fase avançada deste trabalho, esta fase cronológica-cultural. Assim sendo, não nos parece de valorizar excessivamente o maior número de jazidas encontrados na bordadura dos vales, em relação ao período anterior, pois este fenómeno tanto poderá corresponder a uma intensificação da investigação, como a aspectos que se relacionam com diferentes estratégias de ocupação do espaço, associados a alterações socio-económicas, climáticas e edáficas.

3.2.1. A distribuição espacial dos povoados

A diversidade de estratégias de ocupação e de organização interna dos povoados, à micro-escala, é uma das características mais evidentes deste período, como já observámos no ponto 2.4.2.3.2. e 2.4.2.3.3., muito embora, tenha sido possível agrupá-los em diferentes categorias. Por um lado teríamos os povoados fixos, com ocupação continuada, desde os finais da Idade do Bronze até à Idade do Ferro e os de média ou curta duração, sem continuidade aparente para fases posteriores. A existência destas duas categorias, eventual reflexo de uma forma complexa de ocupação do espaço, merece-nos algumas reflexões a partir das quais elaborámos uma hipótese de povoamento para o vale do Cávado. Foi assim

que, a constatação de que os povoados fixos se encontram em posição de portela, na encruzilhada de vias que partem em várias direcções e com uma posição geoestratégica em relação às rotas principais de ligação entre o vale e a montanha (fluviais, marítimas ou terrestres), levou-nos a elaborar a hipótese de que eles apresentariam condições privilegiadas para serem locais de encontro, de troca e de alianças a nível regional, entre populações diversas, ou seja, marcos importantes na paisagem. O acesso fácil e rápido a uma complementaridade de recursos subsistenciais, provenientes do planalto, das vertentes e do vale, teria, igualmente favorecido a estabilidade destes locais e o aumento da sedentarização dos mesmos. Alguns destes povoados, localizados nas cercanias de jazidas mineiras, poderiam ter uma relação directa com a exploração destes recursos (Falperra I, Faria Ib, S. Lourenço I), o que constituiria um factor mais de estabilidade e desenvolvimento socio-económico.

Os povoados fixos que registam gravuras rupestres no seu interior, ou nas imediações, talvez, devido à sua localização geoestratégica e à sua escassez na região, poderiam ainda ser, hipoteticamente, locais de realização de actos rituais de grande abrangência espacial, populacional e centros de afirmação de identidade cultural e de apropriação territorial, ou seja, centros de poder e embriões de diferentes unidades socio-políticas, o que consideramos como mais um factor para explicar a continuidade ocupacional destes locais, entre os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro. Esta hipótese, ainda não suficientemente demonstrada, lembra a necessidade de projectos que procurem identificar eventuais unidades socio-políticas pelo estudo exhaustivo de conjuntos cerâmicos, em termos formais e decorativos.

No seio dos territórios dos povoados fixos é provável que existissem outros que lhes estariam afectos em termos socio-económicos. Seriam povoados, sem continuidade de

ocupação para a Idade do Ferro relacionados com a ocupação de espaços em pleno vale ou em zonas próximas (colinas, outeiros, vertentes). Pelas características internas de alguns deles que foram intervencionados arqueologicamente (Alto de S. Bento I, Alto da Cividade I e Santinha I e II) colocamos a hipótese de serem, essencialmente, locais de fruição agrícola, de acesso aos recursos hídricos e da floresta ribeirinha ou mesmo mineiros, talvez reocupados de forma semi-sazonal ou sazonalmente, funcionando como desdobramentos ou complemento dos povoados fixos (Est. CCCLVI).

Apesar dos indicadores do recuo intensivo da floresta, do aumento de plantas sinantrópicas e do clima húmido, nos finais da Idade do Bronze, os efeitos da erosão que depauperaram os solos das montanhas, tornando-os nos actuais "rankers" sem capacidade agrícola, deveria ser muito menos intenso do que na actualidade, pois desde a Idade Média até aos inícios deste século cultivavam-se cereais nos planaltos de montanha desta sub-região. Estes dados permitem-nos inferir que, durante os finais da Idade do Bronze, teria sido possível o aproveitamento dos planaltos e vertentes altas para práticas agrícolas e que os solos, existentes nas planícies de aluvião, não deveriam ser ainda tão pesados e espessos, o que teria permitido uma **agricultura temporária** dos mesmos, ou pelo menos nas vertentes baixas ou no início do vale, bem drenados, com temperaturas mais amenas e boas condições para o trigo e o milho miúdo. Mesmo assim, é possível que os constrangimentos tecnológicos e as práticas agrícolas desta fase, levassem ainda a um esgotamento dos solos a curto/médio prazo, o que explicaria o abandono de alguns povoados de vale e a sua substituição por outros em zonas vizinhas, também elas propícias à agricultura que, posteriormente, seriam também abandonados. Tal poderá explicar a profusão de povoados de vale e a forte desarborização deste meio, sem que, para tal, tenhamos obrigatoriamente

que recorrer a explicações que passem por um aumento demográfico considerável para este período.

Estariamos, pois, face a um povoamento hierarquizado, embora não no sentido que costuma ser conferido ao termo, no âmbito do “modelo” de chefado (com lugares centrados, residência de chefes onde se praticaria um artesanato especializado, por exemplo de artefactos metalúrgicos, na dependência dos quais estariam os restantes lugares). A nossa interpretação para a diversidade de estratégias de ocupação dos povoados, leva à premissa da existência de um padrão de povoamento e de comportamento onde eventualmente parte das populações dos lugares fixos se deslocaria em determinados períodos do ano, de forma recorrente ou por períodos variáveis, para aldeias específicas, numa complementaridade de âmbito socio-económico, podendo favorecer quer uma maior interacção de bens e serviços no interior de cada unidade socio-política e também entre unidades vizinhas, quer condições essenciais ao desenvolvimento e estabilidade dos povoados fixos. Estas comunidades teriam, deste modo, uma certa mobilidade no interior de um espaço/território já delimitado mental, ritual e fisicamente. Ao aceitarmos a simultaneidade destes grupos de povoados, pensamos que o sentido de territorialização e de demarcação do espaço já existiria, muito embora as fronteiras físicas devessem ser ainda muito fluídas e a demarcação mais simbólica do que física. Mesmo admitindo que os métodos agro-pastoris eram rudimentares, exigindo grandes extensões de áreas de pasto e mato e de técnicas como o afolhamento, o pousio e a conquista de novos territórios através das queimadas, tal como ainda era comum em pleno séc. XVI d. C., não cremos que existisse “pressão territorial” entre hipotéticas unidades socio-políticas, económicas e ideológicas, nem indícios de conflituosidade pela posse da terra, isto tendo em conta o cálculo populacional efectuado para S. Julião, embora necessitemos de um maior número

de dados para generalizar esta hipótese. cremos, portanto, que durante os finais da Idade do Bronze se poderia ter generalizado um processo irreversível de emergência de unidades políticas, assim como de ocupação sistemática dos vales de grandes bacias fluviais e dos esporões na sua bordadura, fenómeno que se desenvolveria ao longo de todo o I milénio AC, como se especifica no trabalho de M. Martins (1990; 1994; 1996).

3.2.2. A economia

Em termos económicos, a localização dos povoados fixos em relação ao meio envolvente permite deduzir que a maioria deles se encontrava em áreas de grandes potencialidades para o desenvolvimento do sistema agro-silvo-pastoril, áreas essas que permitiriam a fruição do monte [pasto, lenha, carvão, matéria-prima para construções, recolha de plantas, raízes, frutos, mato para fertilizante] e do planalto, com solos magros que autorizariam uma agricultura de sequeiro extensiva, centrada no centeio e trigo (Est. CCCLVIII). Uma maior estabilidade e continuidade de ocupação, evidenciada por alguns povoados poderá, também, relacionar-se com um aumento da actividade e prosperidade dos meios subsistenciais, revelada pelo estudo das colunas polínicas do Noroeste e da bacia do Cávado, frequentemente com curvas contínuas de cereal, nos resultados da paleocarpologia, demonstrativos da variedade de cereais de Verão e Inverno (trigo, cevada, milho miúdo), semeados, provavelmente, em rotatividade com leguminosas (favas e ervilhas) e crucíferas (couves). Os resultados da antracologia revelam a utilização de plantas associada a um estado de degradação dos solos e da vegetação, por motivos antrópicos e os dados arqueozoológicos acusam a presença de uma pastorícia de ovicaprinos, bovinos e suínos,

acompanhados pelo cão. O consumo dos bovinos, em idade adulta, revela o seu aproveitamento intensivo.

A aproximação dos povoados aos vales e as condições climatéricas deste período (inícios do Subatlântico), mais frio que durante a fase anterior levam-nos a pensar que a agricultura era praticada quer nas plataformas de média e baixa altitude, onde grande parte dos povoados se localizava, quer nas vertentes de declive suave ou mesmo nos inícios do vale, onde talvez existissem sistemas de policultura praticada em zonas distintas. O cultivo do milho miúdo, dos legumes e das crucíferas, privilegiaria os locais mais baixos e húmidos e o trigo e a cevada, as zonas mais altas. A combinação da agricultura de planalto com a de vale ou vertente baixa teria contribuído para uma estabilidade da produção alimentar, em associação com a pastorícia, a pesca e a recollecção.

A prática de tal sistema agrícola, a verificar-se, tornaria indispensável a utilização do arado, a estrumagem de origem animal ou outro meio de fertilização, como a queima de floresta ou mato (testemunhada pelas análises de palinologia e antracologia de vários povoados), hábito que se manteve, com os mesmos propósitos, até à actualidade. É presumível que as práticas da adubagem, da rentabilidade dos solos e a determinação das áreas agrícolas e de pastagem, estivessem relativamente "normalizadas" no território, pelo que cremos que cada unidade socio-económica, eventualmente com vários povoados, teria já o seu "termo" territorial, mesmo que os indicadores de fronteira ainda pudessem ser relativamente fluídos entre as várias unidades.

O carácter marcadamente agrícola de muitos povoados evidencia-se ainda nas suas estruturas de armazenagem, que se pautam por fossas abertas no saibro, de profundidade e diâmetros variados, por vezes com sementes de cereais, leguminosas e crucíferas no seu interior, se bem que já perturbadas (Alto de S. Bento I, Alto da Cidade I e Santinha I e II).

A actividade piscatória nos rios da região poderá ter sido um recurso alimentar importante atendendo ao número de pesos detectados nos diversos povoados escavados²⁶³. É possível que estes artefactos se possam associar também à tecelagem, mas a proximidade dos rios e a ausência de sementes ou pólenes de plantas têxteis (conhecidas no nordeste transmontano desde o III milénio AC), bem como o aparecimento discreto dos primeiros cossoiros e discos levam-nos a considerar a primeira hipótese como a mais verosímil. Embora a presença de ovinos sugira a utilização da lã, esta pode ser trabalhada de diversas formas ou mesmo tecida sem que tal implique o uso de teares verticais. Não é de rejeitar a possibilidade da confecção de vestuário a partir de peles, como era frequente na Idade Média, de ligamentos de origem animal e de palha. Esta última hipótese baseia-se na existência de cereais neste período e na tradição ancestral das zonas serranas do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta, de vestes feitas de palhas ou juncos, para uso masculino e feminino (croça, coroças, palhoça ou palhiça).

Estamos, pois, perante um modelo de povoamento que se aproxima do complexo agrário vigente no Entre-Douro-e-Minho rural, pelo menos até aos meados deste século, em que as práticas agro-pastoris constituem a base subsistencial das comunidades. Os esquemas de interacção entre o pasto do planalto, o monte, o esterco para a prática de uma agricultura baseada na força de trabalho humano, feita com instrumentos rudimentares, adubagem deficiente, policultura de cereais e legumes, o uso de queimadas como nutriente dos solos, típicos da agricultura tradicional minhota, são características que parecem ocorrer já nos finais da Idade do Bronze, fazendo recuar as propostas defendidas para a origem do

²⁶³ - A prática de pesca à rede ainda durante este século nas águas do Homem atesta a sua riqueza piscatória e a importância do peixe na dieta humana das populações rurais desta região (trad. oral).

sistema agro-pastoril do Noroeste por F. Criado Boado (1988), F. Méndez Fernández (1993) e M. Martins (1994).

A um nível mais amplo de análise, se tivemos em conta os resultados palinológicos, paleocarpológicos, antracológicos e arqueozoológicos efectuados desde os inícios do Subatlântico - 2800BP (começo dos finais da Idade do Bronze), o quadro **agro-silvo-pastoris**, estabelecido para o vale do Cávado não parece discordante dos dados existentes para o **Noroeste peninsular**.

Desde os inícios do Subatlântico que as colunas polínicas do Noroeste, de turfeiras ou de povoados (litorais ou de montanha), apresentam indicadores de actividade agrícola intensa (AIRA RODRIGUEZ *et al* 1985: 245). São exemplo de povoados com ocupação dos finais da Idade do Bronze, os de S. Julião Ib (Braga), da Illa de Barxés (Ourense), Coto do Mosteiro (?), Penalba (Pontevedra), Penarrubia (Lugo) e a 1ª ocupação de Torroso (Pontevedra), onde os diagramas polínicos revelaram curvas contínuas de cereal, a demonstrar que a agricultura cerealífera estaria generalizada nesta vasta região (Quadro Paleocarpológico III) e a indiciar forte actividade antrópica.

Na tentativa de estabelecer um quadro paleoambiental cronológico mais fino para o Noroeste peninsular, P. Ramil-Rego (1993: 51 e segs) defende que a fase de maior desflorestação de origem antrópica, concomitante com "*...el inicio da curva continua de Castanea y la aparición de Juglans, alcanzando Castanea una mayor representatividad en los diagramas donde el polen de cereal y la presencia de táxones segetales es más importante...*" se situa, para as áreas mais setentrionais da Galiza, em torno de 2 600 e de 2 500BP e para as de média e baixa altitude do Noroeste, entre 3 000 e 2 500BP, momento que concorda, genericamente, com os finais da Idade do Bronze na bacia do Cávado.

Os taxa antracológicos do início do Subatlântico, obtidos em povoados do Entre-Douro-e-Minho, são absolutamente concordantes com os dados da palinologia. Além dos referidos no âmbito do Cávado, os da Bouça do Frade III (Baião), Castelo de Matos I (Baião), Lavra II (Marco de Canaveses) e os dos inícios de Penices (Famalicão), revelam a existência de espécies características de uma paisagem aberta e uma degradação e destruição da floresta climática, em redor dos povoados (FIGUEIRAL 1990; 1993; 1995a). Dentro da família das Leguminosas são frequentes os *Adenocarpus* (Codeços), as *Cytisus* (Giesteiras) e os *Ulex* (Tojo), que deverão relacionar-se com o incremento das actividades económicas e com o corte e queima da floresta, à volta dos povoados, pois são plantas que se desenvolvem rapidamente em ambientes abertos e degradados, com falta de nutrientes. Também o Videiro, que surge em torno da Bouça do Frade III, corrobora esta hipótese da degradação dos solos (FIGUEIRAL 1990). Da presença de Ericáceas (Urzes), indicadora de meios intensamente antropizados poder-se-á inferir a mesma degradação dos solos, muito provavelmente associadas a um sistema de policultura, o que a paleocarpologia tem vindo a confirmar (FIGUEIRAL 1995a: 96). A autora mencionada concorda com os restantes investigadores ao considerar que os dados antracológicos para os finais da Idade do Bronze e inícios da Idade do Ferro do Noroeste permitem defender que a paisagem aberta e o declínio acentuado da floresta, motivado por acções antrópicas intensivas, se impõem definitivamente, provocando, também, alterações nos solos, cada vez mais sujeitos a fenómenos erosivos (FIGUEIRAL 1990: 126-129).

As amostras de antracologia obtidas em povoados do Subatlântico, desde os inícios do I milénio AC, quer em zona de montanha (Bouça do Frade III, Castelo de Matos I e Lavra II), quer em regiões mais litorais e de menor altitude (Penices I, Santinha I e II, S. Julião Ib), demonstram que as comunidades usaram, nas suas construções, nas lareiras, nas

eventuais alfaias e noutros possíveis artefactos, uma diversidade de madeiras provenientes de recursos ecológicos distintos, como da floresta climácica (dominante), da floresta termofólica (confinada a zonas de baixa altitude e de vertentes expostas ao sol) (FIGUEIRAL 1993: 213) e da floresta ribeirinha. Da floresta climácica, destacamos o uso do Carvalho de folha persistente (*Quercus pyrenaica*), apenas em povoados de alta montanha (Bouça do Frade III e Castelo de Matos I, em Baião) e do Carvalho alvarinho ou de folha caduca (*Quercus robur*), muito comum durante todo o I milénio AC e típico das zonas de base das montanhas ou sub-montanhas, onde os solos são mais profundos e húmidos, (FIGUEIRAL 1990: 51, 98; 1993: 212-213) nos povoados da Lavra II (Marco de Canaveses), Santinha I e II (Amares) e S. Julião Ib (Vila Verde). As comunidades deste período usaram, ainda, madeira de Castanheiro (*Castanea sativa*), de Píriteiro (*Crataegus monogyna*), de Rosáceas (*Rosaceae pomoidea*), de Sorveira (*Sorbus sp.*) e Azevinho (*Ilex aquifolium*). A utilização do Castanheiro, desde os finais da Idade do Bronze, comprova, uma vez mais, a antiguidade desta espécie que tem sido considerada de introdução romana (FIGUEIRAL 1990: 98; 1993: 213).

As espécies termofólicas, típicas de zonas de baixa altitude e de vertentes mais quentes, como o Sobreiro (*Quercus suber*) e o Sobreiro/Azinheira (*Quercus ilex* tp) foram encontradas em povoados de ecologia de montanha, como na Bouça do Frade III e Castelo de Matos I, ambos em Baião, demonstrando que as populações que aí habitaram, exploravam territórios bastante vastos em redor dos povoados (FIGUEIRAL 1990: 101; 1993: 213). No caso da Lavra II, ainda a uma cota elevada, o aparecimento destas espécies poderá relacionar-se, hipoteticamente, com as condições mais quentes e solarengas deste povoado, localizado em zona de vertente (FIGUEIRAL 1990: 101). Pensamos que o mesmo se poderá aplicar aos povoados mais litorais como Penices I, Santinha I e II e S.

Julião Ib, entre outros, onde o uso das espécies termofólicas se documenta de forma inequívoca, por vezes até com aproveitamento secundário da cortiça.

As espécies das zonas ribeirinhas mais usadas durante o I milénio AC são o Amieiro (*Alnus glutinosa*), o Amieiro-Negro (*Frangula alnus*), a Avelã (*Corylus avellana*), o Choupo (*Populus sp.*), o Freixo (*Fraxinus angustifolia*), o Sabugueiro (*Sambucus nigra*), o Salgueiro (*Salix sp.*), a Vide Branca (*Clematis vitalba*) e o Videiro (*Betula cf. pubescens*).

Igualmente importantes, durante todo este período, são os indicadores da existência de solos húmidos e profundos, representados pelo *Cytisus scoparius* e *Pteridium aquilinum*, e de áreas abertas caracterizadas pelas Estevas (*Cistus sp.*), pelas Leguminosas (*Leguminisae*), existentes em grande número, pelas Urzes (*Erica sp.*), pelo Medronheiro (*Arbustos unedo*) e pelo Buxo (*Buxus sempervirens*) (FIGUEIRAL 1990: 103). O predomínio das Leguminosas nos povoados, poderá relacionar-se com a diversidade de utilização desta planta, que tanto pode ser usada para fins agro-pastoris (forragem, cama do gado e fertilizante), como para lenha, paredes e tectos das mais diversas construções.

Os indicadores de foro paleocarpológico, também comprovam a policultura entre cereais de Verão e de Inverno, Crucíferas e Leguminosas no Noroeste peninsular. Nas áreas mais setentrionais temos vestígios destas plantas em Penalba (Pontevedra), Torroso (Pontevedra) e Coto da Pena I (Caminha), assim como em regiões mais interiores, como Castelo de Matos I (Baião) e Lavra II (Marco de Canaveses). Estes dados indicam,

igualmente, que as populações do Noroeste se alimentavam de cereais como o trigo, o milho miúdo, a cevada e, eventualmente, o centeio²⁶⁴.

Entre as leguminosas cultivadas registámos a fava (*Vicia faba*) e a ervilha (*Pisum sativa*). Entre as crucíferas, as couves/mostardas (*Brassicas/Sinapis*), que poderiam ser comidas cruas, usadas para efectuar substâncias gordurosas ou para forragem (DOPAZO MARTINEZ *et alii* 1996: 320 - 321).

Tanto em povoados galegos como portugueses, os dados paleocarpológicos evidenciaram a actividade recolectora, numa tradição anterior. Como frutos silvestres utilizados na alimentação, destacamos as uvas²⁶⁵, as pêras e as bolotas (Quadro Paleocarpológico III). Estes frutos, que aparecem torrados, desprovidos de cúpula e de cobertura externa, resultado de operações que, pela sua morosidade, não deviam destinar-se à alimentação do gado (DOPAZO MARTINEZ *et alii* 1996: 322 - 323).

Nos finais da Idade do Bronze, inícios do Subatlântico, os testemunhos de macromamíferos encontrados nos povoados denotam o predomínio de animais domésticos e a inexistência da actividade cinegética, o que abona a favor de uma economia pastoril desenvolvida. Os achados comprovam o uso de bovinos, ovinos e suínos na alimentação das comunidades da bacia do Cávado e a existência provável do cão (MARTINS 1989:

²⁶⁴- Este cereal apareceu no povoado do Coto da Pena I (Caminha), cujos inícios parecem remontar ao último quartel do II milénio AC e no Castro de S. Romão (Seia), já na Beira Alta (Quadro Paleocarpológico III).

²⁶⁵ - Nesta região não há dados para fazer crer que a vinha fosse já uma planta doméstica, apesar da hipótese de que a viticultura fosse conhecida, antes dos inícios da Idade do Ferro, no Sudeste de França (MARINVAL 1988 em BUXÓ I CAPDEVILA 1996: 404). Os dados arqueológicos comprovam, contudo, que no sudeste da Gália o cultivo deste fruto se efectuou entre os séculos VII e os inícios do VI AC (BUXÓ I CAPDEVILA 1996: 404).

52²⁶⁶; ANTUNES 1991/1992), animal de extrema importância na pastorícia extensiva. Os paralelos conhecidos são provenientes do Coto da Pena I (Caminha), onde ocorreram, também, restos de bovinos, ovinos, suínos, bem como de caramujos, lapas, mexilhões e ostras (SILVA 1986: 114; CARDOSO 1996: 162), a comprovar uma dieta mais diversificada e, eventualmente, a anunciar uma diferença entre a dieta das populações do litoral e as do interior e no povoado de o Achadizo (Corunha) onde apareceram restos de bovinos e suínos (Quadro Arqueozoológico III).

No quadro do Noroeste temos ainda a ocorrência de um cropólito de cervídeo na Bouça do Frade III (Baião), a demonstrar a existência deste animal, que parece não ter sido consumido pelas comunidades deste período (MATEUS *et al* 1988).

A presença de *Thais haemastoma* (tipo de Caramujo) e *Crassostrea angulata* (ostra portuguesa), no Coto da Pena I, à foz do rio Minho (SILVA 1986: 114) revela que, durante os finais do II e inícios do I milénio AC, a temperatura da água do mar era superior à actual, tendo estas espécies desaparecido actualmente e sendo características de áreas mais meridionais, a Sul do Tejo no caso da ostra e no Mediterrâneo e Noroeste de África, no caso da *Thais haemastoma* (RODRIGUES LOPEZ *et al* 1996: 367).

O intercâmbio supra-regional no vale do Cávado, durante esta fase, parece alargar-se em relação à fase anterior. Ocorre um certo número de artefactos que indiciam contactos, provavelmente indirectos, com populações do sul da Península que, entrando pelo litoral (via marítima ou terrestre), atingiriam o interior pelos corredores do Cávado, do Homem, do Neiva e do Este.

²⁶⁶- Esta autora detectou alguns ossos indetermináveis e um fragmento de molar de um provável bovídeo, na camada 2 do corte 4, do povoado do Barbudo (Vila Verde), que atribuiu aos finais da Idade do Bronze.

Como peças de origem meridional podemos considerar as formas cerâmicas números 15 e 16 (urna e vasos geminados, respectivamente), as bases de pé alto, os cossoiros, os discos, as primeiras contas de colar em vidro, os artefactos em azeviche, uma fíbula de arco (entre outros artefactos metálicos) e os primeiros achados de ferro.

Neste período parecem ter sido introduzidas novas técnicas, como a de fiação materializada pelo aparecimento dos primeiros cossoiros e, possivelmente, os discos e a técnica da fundição em cera perdida, deduzida a partir do fragmento de cera carbonizada encontrada no povoado de S. Julião Ib. Estas técnicas também poderão ser oriundas do Sul da Península, atendendo aos paralelos encontrados e à sua cronologia.

O ritual sepulcral da cremação e, eventualmente, a arte rupestre, até há pouco tempo designada como “galaico-portuguesa”, parecem ter sido introduzidos nesta fase.

O estanho e o ouro existem na região em jazidas primárias e secundárias, mas o cobre teria que ser extraído a partir da redução dos sulfuretos de calcopirite contidos nalgumas rochas ou, então, ser “adquirido” no Norte de Portugal ou na Galiza, onde, segundo B. Comendador Rey (1998), ocorrem jazidas deste minério. A Beira-Litoral, poderia, igualmente, ser um local abastecedor, tal como já referimos nos pontos 3.1.2. e 2.4.3.2.3.

A maioria das novidades enumeradas levaram-nos a aceitar a sua origem meridional, com excepção da arte rupestre, cuja distribuição geográfica se estende desde o litoral do centro do país até às zonas litorais do Norte e, eventualmente, do cobre.

Se aceitarmos que as peças de azeviche mais antigas remontam ao séc. XI AC, que os rituais de cremação e as contas de vidro mais antigas foram introduzidas pelo séc. X AC, que os cossoiros, discos, novas técnicas de fiação entraram pelo séc. IX AC, em associação com artefactos de ferro, e que tal é passível de generalização ao vale do Cávado, é natural

que coloquemos a hipótese de que as novidades terão sido introduzidas a diferentes temporalidades e de diversos modos, no âmbito de contactos com as populações suas portadoras. Estas seriam provenientes do litoral do mundo meridional em viagem de exploração ou setentrionais. Talvez as novidades possam, também, ter sido transmitidas de forma muito indirecta, através do contacto entre pastores de regiões vizinhas, por viajantes de diferentes zonas, casamentos ou divulgadas no contexto de cerimónias públicas, onde estariam presentes várias comunidades da mesma sub-região.

O registo arqueológico prefigura-se, assim, como indicador de comunidades cujos contactos com o exterior se teriam verificado raramente com os centros produtores e inovadores, mas, mais provavelmente, com áreas intermediárias como a Galiza, a Beira Alta e a Beira Litoral, atendendo à filiação estilística da arte rupestre do Cávado com a existente nessas regiões, bem como no facto de na Beira Alta o ritual de incineração ser mais antigo. O aumento do intercâmbio supra-regional de âmbito meridional não deve ser alheio à “pressão” exercida pelos Fenícios no seio dos povos peninsulares, sobretudo a partir da 2ª metade do séc. IX e inícios do VIII AC, momento em que fundam, de facto, as primeiras colónias no Sul (RUÍZ-GALVEZ PRIEGO 1998).

O pequeno número de achados forâneos encontrados nos vários povoados escavados, a fraca quantidade de depósitos detectados no vale do Cávado, a escassez dos indicadores de fiação e de artefactos efectuados a partir do método da cera perdida e, ainda, o facto de, no Noroeste, existirem outras regiões mais ricas em estanho e ouro, indicia que esta sub-região apesar de inscrita numa vasta rede de intercâmbio supra-regional de influência meridional e atlântica, seria menos tocada por este fenómeno do que outras regiões do Noroeste, da Beira Alta ou mesmo da Beira Interior, onde a inserção neste circuito de trocas a nível global teria sido mais intensa e, por vezes, mais antiga.

É igualmente verosímil aceitar um intercâmbio a nível do vale do Cávado sobretudo entre o litoral e o interior, eventualmente por motivos relacionados com as acções da vida diária. Poderiam ser habituais as trocas entre o sal do litoral e alguns cereais e gado bovino do interior, talvez mais rico neste tipo de bens, atendendo a que as populações litorais viveriam em áreas lagunares, eventualmente com poucos solos disponíveis para a agricultura ou criação de bovinos. Também os locais com jazidas de estanho, possibilidades de extracção de calcopirites ou de ouro de aluvião teriam estabelecido vias de troca directa com regiões mais interiores do Cávado. Tal, parece comprovar-se pelos indicadores da produção metalúrgica de bronze nos povoados de S. Julião Ib e Ic (Vila Verde) e Santinha I (Amares), zonas onde não existe estanho nas imediações, revelando a inserção das populações do curso médio do Cávado numa escala regional de contactos.

Também os recursos litológicos parecem ter sido trocados entre o litoral e o interior, assim como alguns objectos acabados. Regista-se em S. Julião Ia e Ib (Vila Verde) matéria-prima proveniente da região mais ocidental da bacia do Cávado, como os filitos, as corneanas (6 ou 8Km para oeste e sudoeste, respectivamente), o xisto (10 Km para sudoeste do povoado), o arenito e o pegmatito, assim como a presença de arenito, grés e xisto na Santinha I (Amares) (Est. CCCLVIII).

Os seixos talhados, sempre muito escassos no curso médio do vale do Cávado, tanto podem traduzir o reaproveitamento de peças já encontradas manufacturadas, como o fabrico local, ou ainda resultar de um processo de trocas com o litoral, onde o fabrico destas peças têm antecedentes desde, pelo menos, os finais do III/1ª metade do II milénio AC (MEIRELES 1992: 407-421) e se mantém por cronologias dos finais da Idade do Bronze,

como no Coto da Pena I (Caminha) (SILVA 1986: 34; GOMES 1998). A raridade deste tipo de achados em todas as fases de ocupação de S. Julião e povoados coetâneos mais próximos (Barbudo I, em Vila Verde, Santinha I e II, em Amares e Cabanas I, em Braga), assim como em povoados da primeira metade do II milénio AC (Sola IIa e IIb, em Braga), fazem-nos optar pela terceira hipótese.

Em suma, pensamos estar perante comunidades sedentárias, cuja base económica seria a actividade agro-silvo-pastoril, com formas complexas da exploração da terra, suportada pela recollecção, a pesca com uma produção artesanal de âmbito globalmente doméstico, alguma extracção e produção mineira para uso local e um intercâmbio, também essencialmente local, embora ocorram, com mais frequência do que na fase anterior, novidades de origem supra-regional (artefactos, técnicas, rituais e eventual adopção da arte rupestre “galaico-portuguesa”), que inserem o vale do Cávado na rede supra-regional de contactos entre o mediterrâneo e o atlântico e que, embora de forma lenta e, provavelmente assimétrica, parecem ter tido importância na adopção de novos costumes, nas alterações das acções da vida diária, o que se reflecte, naturalmente, numa nova geografia de poder.

Perante o conjunto de dados é de crer que a complexidade, diversidade e especialização que parece estar associada à organização do espaço, corresponderá a uma organização social também complexa segundo a suposição de A. Rapoport (1990), embora nos afastemos deste autor quando assume que a complexidade social é correlativa de “marcação territorial” de ordem física e de grande visibilidade.

3.2.3. A sociedade

Tendo presentes as palavras de A. Sherratt (1991: 221-222, 226) de que "*People don't eat species, they eat meals*" e que "*...perhaps our pottery typologies may be useful to us after all, and not just to provide dates and evidence of contacts, but (...) how plants and animals were transformed into food*" ou "*...Eating is a social event, and the complexity of tablewares reflects the complexity of social relations, and of material culture in general*", tentámos inferir alguns dados de ordem alimentar e social, a partir dos artefactos cerâmicos e metálicos estudados utilizando os indicadores paleobotânicos e arqueozoológicos obtidos nos contextos dos povoados e, também, as analogias históricas e etnográficas ligadas à alimentação do Entre-Douro-e-Minho tradicional.

Na Idade do Ferro, segundo Estrabão, sacrificavam-se cavalos, animais de grande prestígio, e comia-se carne de bode em cerimónias rituais (CARDOSO 1994), sendo possível que este hábito tivesse raízes seculares, atendendo a que os ritmos e a alteração do universo simbólico são sempre os de temporalidade mais lenta. Tendo como base este pressuposto podemos pensar que, durante toda a Idade do Bronze e do Ferro, os animais não eram usados apenas para fins domésticos, mas constituiriam também *itens* de prestígio, numa sociedade que valorizaria o número de cabeças de gado e as utilizaria em momentos particulares da vida social. É curioso verificarmos que, no Entre-Douro-e-Minho rural, até aos inícios deste século, a carne só se consumia em dias festivos.

Sabemos que as comunidades desta fase consumiam carne de bovinos, suínos e ovicaprinos, talvez cozinhada em caldeiros²⁶⁸, entre outras hipóteses, e no âmbito de

²⁶⁸ - Tal como defende D. Coombs (no prelo), para alguns locais do este de Inglaterra.

cerimónias comunitárias. Pelo facto de só conhecermos um caldeiro para este período, proveniente do povoado da Santinha I, a generalização poderá ser abusiva até novos dados.

Crê-se que alguns alimentos, beberagens e a preparação de produtos psicotrópicos estavam muitas vezes associadas a rituais, o que talvez explique a existência de peças raras em olaria ou metal (FORTES 1953) no seio dos povoados. Na Europa medieval a comida das elites não era muito diversificada e não existiam pratos individuais, garfos ou colheres, comendo-se com as mãos do mesmo recipiente. Só os vasos para beber eram, frequentemente, efectuados em matérias-primas luxuosas, como o ouro e a prata (SHERRATT 1991: 22-224).

De acordo com a tabela de recipientes, existente nos finais da Idade do Bronze, uma boa percentagem dos potinhos/púcaros (forma 10) sem fuligem deveria ter servido como utensílio para beber. Atendendo a que o número destas peças não é muito grande, mesmo em povoados onde há milhares de fragmentos cerâmicos, colocamos a hipótese de que não se destinassem ao uso individual, servindo antes unidades familiares. Alguns potinhos/púcaros parecem ter ido ao lume ou ter contido substâncias gordurosas, pelo que não excluimos a hipótese de terem sido usados para confeccionar beberagens, ou terem servido para sorver caldos efectuados em potes maiores.

Quanto às taças carenadas (forma 12), maioritariamente de textura mediana/fina, muitas vezes de acabamento polido, e frequentemente com ausência de fuligem ou gordura, pensamos que podiam ter servido para beber líquidos ou consumir preparados não gordurosos. Nunca são muito comuns nos povoados, pelo que o seu uso talvez fosse, igualmente, de âmbito familiar e não individual. O facto de algumas destas peças estarem providas de mamilos perfurados indicia que estariam suspensas, ao abrigo de acidentes, o que demonstra a sua importância em relação aos outros recipientes e confere-lhes um

carácter especial. Seriam usados apenas no âmbito de cerimónias colectivas e somente para certas bebidas ou preparados? A tentativa de conectar esta forma com um determinado local dentro dos povoados, mostrou-se infrutífera. Ela espalha-se por todo o recinto habitável em S. Julião Ia, Ib e Santinha I, pelo que o seu uso devia ser generalizado a todos os grupos familiares. Estes dados poderão indiciar, uma vez mais, a existência de uma sociedade ligada por vínculos pessoais/familiares, que talvez se inscrevam em pequenas tribos, onde, no contexto de determinados actos cerimoniais ou religiosos, cada família levaria o recipiente para a partilha de determinados preparados. Talvez estes vasos pudessem associar-se, não à dieta diária, mas a ocasiões onde a totalidade, ou uma parte significativa dos membros da comunidade se juntavam, funcionando a bebida ou a comida como um "sistema de comunicação" (SHERRATT 1991: 229) ou, talvez, de identidade.

As cerimónias alimentares e a linguagem inerente seriam formas de reafirmação das relações sociais existentes, conforme nos demonstra a antropologia (LEAL 1994: 259), pelo que os conhecimentos e capacidades adequados para confeccionar alimentos podem considerar-se um importante critério de poder e prestígio (LAMEIRAS 1997: 71). Neste sentido e, perante os dados arqueológicos, sobretudo o que referimos sobre as taças carenadas dos vários povoados da bacia do Cávado (Cabanas I, Faria Ib, Lanhoso I, Roriz I, Santinha I e S. Julião Ia, Ib e Ic), parece plausível inferir a existência de um grupo social capaz de preparar "alimentos" especiais.

Outro aspecto social que importa encarar é a presumível existência de trabalho especializado, a tempo inteiro, neste período. Não cremos que estas comunidades fossem altamente especializadas, mas aceitamos a existência de um certo grau de diferenciação. Talvez os prospectores, extractores e transformadores de minério gozassem de um estatuto próprio, provavelmente de âmbito mágico por serem detentores de conhecimentos de uma

certa complexidade, mas atendendo à escassez de vestígios que encontramos nos povoados²⁶⁹, parece pouco provável que desempenhassem este “ofício” a tempo inteiro. Mesmo assim, não podemos excluir a existência de “artesãos” itinerantes, que percorrendo os povoados com uma certa sazonalidade, se poderiam aí estabelecer durante os dias necessários para o fabrico de artefactos e outras funções consideradas de âmbito mágico²⁷⁰. Estes “artesãos” seriam altamente prestigiados, pois é de crer que a própria actividade metalúrgica se possa considerar mais do âmbito mágico do que do económico (BUDD *et al* 1995: 139-141).

Deviam existir ainda elementos, no seio da sociedade, capazes e interessados em reproduzir a mundovisão da realidade, ou seja, com poder para manter a estrutura e a acção de modo a defender, proteger, legitimar ou afirmar um conjunto de normas sociais e comportamentais que urgia preservar, pelo que as novidades artefactuais, tecnológicas ou ideológicas que detectámos não teriam que ser forçosamente encaradas como actos de mudança, ou como desvios (SHANKS 1995), mas tenderiam a ser incorporadas na estruturação social quotidiana (nas actividades locais), que tende a reproduzir a continuidade da memória comunitária, ou a funcionar como instrumento mnemónico. As bases destes “grupos de poder”, dificilmente se desvinculariam da posse e controlo da terra, do número de cabeças de gado, da possibilidade de controlo de vias principais de circulação e, nalguns casos, do controle da extracção, produção e circulação de recursos mineiros,

²⁶⁹ - Já M. Rowlands (1972) defende que os metalúrgicos o eram apenas a tempo parcial no seio das comunidades onde desempenhariam também outras actividades quotidianas.

²⁷⁰ -Não pretendemos sugerir uma hipótese semelhante à de G. Childe (1958) que defendia a existência de uma espécie de “confederação” de metalúrgicos vivendo for a das comunidades e não pertencendo a nenhuma delas. Certamente que estes metalúrgicos que, percorreriam alguns povoados da sub-região do Cávado, viveriam em alguns deles, talvez nos mais próximos das jazidas mineiras.

metálicos ou não. Atendendo a que a distinção entre acções de âmbito económico e de âmbito ideológico se pode considerar redutora em sociedades pré-modernas, é de crer que tais grupos também estivessem vinculados a conhecimentos sobrenaturais, o que poderia explicar a presença de gravuras rupestres em alguns povoados, com continuidade de ocupação e colocados nas encruzilhadas de grandes vias. Assim, a suposição de que os afloramentos gravados seriam portadores de significação simbólica nesta fase, faria de vários povoados do vale do Cávado, locais de culto e verdadeiros centros aglutinadores de comunidades com correspondência de interesses e identificação ideológica. Esta última hipótese, poderia igualmente explicar a presença de *itens* exóticos, de âmbito regional, ou supra-regional, no contexto destes povoados, que se entenderiam como oferendas ou artefactos a serem manipuladas por grupos de indivíduos ligados aos diferentes comportamentos em que o poder se manifestaria.

Deste modo, afastamo-nos intencionalmente das narrativas que pretendem associar estes artefactos a bens pessoais de elites individuais, que os usariam apenas como forma de ostentação de poder para colocar a hipótese de que eles seriam manipulados, como propriedade do todo social, embora possuidores de uma mensagem inteligível quando usados em determinadas circunstâncias, por determinados indivíduos ou grupos de indivíduos.

A existência deste grupo de poder não invalidaria ainda outras formas de hierarquia social, vertical e horizontal, baseadas na idade, género, ofícios, conhecimentos associados à fertilidade, à maternidade e curativos, entre outros.

3.2.4. O ritual e o simbólico

Apesar da inexistência, ou impossibilidade de contextualizarmos grande número de machados metálicos nesta fase, consideramos, à semelhança da fase anterior (Idade do Bronze) e da posterior (transição da Idade do Bronze para a do Ferro), que as comunidades dos finais da Idade do Bronze continuaram a depositar objectos metálicos nas águas ou sob penedos, tal como ocorre em grande parte da Península Ibérica e nas áreas limítrofes da bacia do Cávado, em cultos que cremos de origem animista. É por este motivo que continuamos a considerar os artefactos metálicos como portadores de um alto valor simbólico e ideológico.

Quanto ao mundo **sepulcral** temos apenas alguns dados para os inícios do I milénio AC, mas a premissa de que os comportamentos rituais são passíveis de maior normalização em áreas restritas, autoriza-nos a inferir, até novos dados, que este se tenham começado a modificar em relação à fase anterior, quer em termos arquitectónicos, quer de ritual e de espólio, cortando com a tradição milenar da inumação. É pelos inícios do I milénio AC que se estabelece, na bacia do Cávado, o ritual de incineração, documentado a partir do séc. X AC no interior do povoado da Santinha I e, eventualmente, durante o séc. IX AC, em S. Julião Ib, e nos Granjinhos. Esta transferência das tumulações para novos espaços e a alteração do ritual revela, no seio de algumas populações, uma mudança significativa dos códigos simbólicos, agora definitivamente associados a uma cosmogonia dos vivos, *versus* uma visão do mundo ligada aos antepassados. O morto encontra-se agora, por vezes, no interior do espaço dos vivos, o que poderá indiciar uma nova concepção do indivíduo, o que talvez se associe a sociedades, onde em cada grupo familiar existe uma genealogia própria, hereditária, distinta da dos vizinhos, pelo que faria sentido que os seus mortos permanecessem no seio do espaço familiar.

O facto de algumas sepulturas terem passado para o interior dos povoados, permitindo a coexistência com o espaço dos vivos, poderá encarar-se como um acto que terá ritualizado os próprios povoados, a casa e as actividades quotidianas, talvez privilegiando-se aquilo que J. Barret (1994: 129) denomina de "perspectivas mundanas da existência do dia à dia"²⁷³. O povoado tornar-se-ia, assim, o centro do "universo", numa concepção centrífuga de espaço, quiçá moldada pelas exigências do trabalho agrícola e pastoril.

Não pretendemos com isto dizer que esta modificação se estabeleceu de forma abrupta na região. O último quartel do II milénio AC, poderá ter sido o momento de transição entre uma nova ideologia de encarar a morte e a ancestral, que privilegiava a inumação em cista, por vezes ainda localizada perto de monumentos megalíticos. Apesar dos dados serem discretos e algo problemáticos, parece-nos que a introdução da cremação, se terá manifestado a diferentes modos e diferentes temporalidades, o que poderá traduzir a forma assimétrica e indirecta da assimilação deste fenómeno, por parte das comunidades do Cávado e contribuir para revelar a história pessoal de cada uma delas.

Como mera conjectura, aceitamos que a adopção da incineração se relacione com o poder regenerador ou de fertilização da vegetação, que é atribuído às cinzas das queimadas praticadas nos matos e bosques da época. Estaria a cremação dos mortos e o lançamento de cinzas à terra ligado à crença de que tal acto traria benesses para as populações aí residentes, como o aumento da fertilidade a todos os níveis (humano, animal e da flora)? Esta hipótese, ainda sem grande suporte argumentativo, apoia-se no facto das comunidades incineradoras serem profundamente sedentárias, dependerem das actividades agro-pastoris,

²⁷³- Tradução da autora.

em termos subsistenciais e usarem o fogo para acções que cremos ligadas à agricultura e à vivificação do mato para o pastoreio.

O problema da introdução do ritual de incineração na bacia do Cávado afigura-se-nos bastante complexo, tanto mais que os dados são escassos. Mesmo assim, ensaiamos duas hipóteses de trabalho.

Na primeira, a cremação teria sido introduzida, a partir da Galiza, região que teria recebido esta novidade da Bretanha Francesa ou da Grã-Bretanha, onde este ritual já é praticado desde cerca de 1700 AC, por vezes, em simultâneo, com o da inumação (GONZALEZ MARCEN *et alii* 1992: 203; PEARSON 1993: 96, 100-103). Apesar de na Galiza, algumas cistas, com restos de incineração, terem sido atribuídas aos inícios da Idade do Bronze como a de Gandón (Pontevedra) e a de Agro de Nogueira (Corunha) (PEÑA SANTOS 1985; MELJIDES CAMESELLE 1993; 1994), pensamos que ainda não existem dados seguros para a sua atribuição cronológica, pelo que aguardamos novos trabalhos nesta região que comprovem uma possível origem setentrional do fenómeno da cremação.

Na segunda, este fenómeno teria penetrado pelo Sul, atendendo a que parece evidenciar-se na Beira Alta, em datas compreendidas entre a segunda metade do séc. XXI e o 1º quartel do séc. XX AC, ou seja, na passagem do III para o II milénio AC, no monumento da Serra da Muna 2 (Viseu), em contexto que D. Cruz *et alii* (1998a) consideram dos inícios da Idade do Bronze. Já da 2ª metade do II milénio AC, ou seja, de entre os séculos XV aos meados do XII AC desta região, conhecem-se incinerações no túmulo 3 da Casinha Derribada (Viseu) (CRUZ 1997; CRUZ *et alii* 1998; 1998a). Do último quartel do II milénio AC, poderemos, ainda, citar a necrópole de Paranhos (Tondela), também datada pelo radiocarbono como todos os monumentos citados

anteriormente (CRUZ 1997). Ao ser comumente aceite que o intercâmbio é veículo de transmissão, não só de artefactos mas também de técnicas e de ideologias, parece-nos viável admitir que as vias de introdução e adopção da prática da incineração possam ter chegado à bacia do Cávado e, eventualmente, ao Entre-Douro-e-Minho, provenientes da zona mais meridional da Península, de onde parecem provir, também, os escassos objectos exóticos encontrados no 1º quartel do I milénio AC (forma urna, vasos geminados, bases de pé alto, primeiros artefactos de ferro, contas de vidro). Talvez, como ocorreu com os artefactos exóticos, este ritual tenha chegado à região um pouco mais tarde do que no Sul e na Beira Alta, hipótese que necessita, evidentemente, de testar a sua pertinência, através de uma investigação mais sistemática.

Um novo modo de tumulação, expressão de uma mudança ideológica, deve ter sido acompanhado de outras alterações, que, de facto, se parecem materializar por um novo conjunto ceramológico, metálico e, eventualmente, pela introdução de rituais associados a gravuras rupestres que ocorrem nos povoados desta região.

À micro-escala, actividades rituais ligadas com o **simbolismo do fogo** e com o fumo, parecem poder deduzir-se do conteúdo de um pote que continha uma acumulação inédita de agulhas de pinheiro carbonizadas, espécie raramente identificada pela antracologia na época e encontrado no corte 3 da Santinha I, muito perto da estrutura cistóide desse povoado. A proximidade entre o vaso e a estrutura sepulcral constitui um dado mais para pensarmos que estes dois factos se poderão associar.

As gravuras **rupestres** da bacia do Cávado são todas elas de temática abstracta. Na Falperra I, na Lage dos Sinais (Monte da Saia), em S. Simão do Cossourado e, muito provavelmente em S. Lourenço I, as gravuras compreendiam espirais, círculos

concêntricos, covinhas, entre outros motivos, num conjunto diversificado de figurações. Em Roriz II e S. Julião I a temática aparenta ser constituída apenas à base de covinhas, onde é possível visualizar motivos geométricos, como alinhamentos e semicírculos, entre outros. Com excepção do grupo da Lage dos Sinais, a cerca de 700m para noroeste da acrópole do povoado do Monte da Saia, todos os outros conjuntos de gravuras situam-se no interior dos povoados, ou em áreas muito próximas. A atribuição cronológica destas manifestações a partir dos finais da Idade do Bronze, para o vale do Cávado, já foi explicitado no *item 2.4.2.1*.

Relembramos que todos os locais com rochas historiadas e que considerámos, simultaneamente, povoados e santuários se situam na bordadura de grandes vales, em circunstâncias estratégicas de ligação entre os vales e a montanha, ou seja, sítios importantes de referência nas grandes vias entre o interior e o litoral, como já referimos no ponto 3.2.1. (Est. CCCLVI). Também é de notar que a **intervisibilidade** destes povoados, com outros, genericamente sincrónicos, é acentuada e cobre áreas bastante vastas. Verificámos, deste modo, que da **Falperra** se avista os povoados do Alto da Cividade, Cabanas, Roriz, Sabroso (Guimarães), Santinha, S. Julião, Senhora de Fátima/Lages (Braga) e Pau de Bandeira. De **S. Julião** é possível avistar os povoados do Alto de S. Bento, Barbudo, Cabanas, Falperra, Roriz e S. Simão do Cossourado (?). De **Roriz** visualizam-se os povoados do Alto do Torre, da Falperra, de Faria, do Monte da Saia (?) e de S. Julião. Do **Monte da Saia** há intervisibilidade entre os povoados do Castro do Facho (Famalicão), da Cividade de Bagunte (Vila do Conde), de Penices (Famalicão), de Roriz e de S. Lourenço (?). A partir de **S. Lourenço** avistam-se os povoados do Alto da Torre, Faria e Monte da Saia (?), bem como o oceano. O povoado de **S. Simão do Cossourado** é aquele em que o estudo de intervisibilidade foi mais difícil de efectuar, atendendo a que se

conhecem mal estações sincrónicas na margem direita do Neiva. Dele apenas podemos confirmar que se avista o Barbudo e, eventualmente, S. Julião.

Eles locais seriam centros onde as cerimónias poderiam ter funcionado como aglutinadoras de identidade, de sociabilidade e de aliança entre grupos ligados por laços ideológicos. Poderiam servir, simultaneamente, para confraternização, troca de informações e de bens e de reforço do poder por parte de alguns elementos da comunidade. Esta hipótese, não é, evidentemente, inconciliável com a de R. Bradley (1998: 251) ao defender que as gravuras rupestres agiriam como elementos protectores dos locais onde as comunidades as instalaram.

Apesar da fragilidade dos dados pareceu-nos exequível aplicar os polígonos de Thiessen (Est. CCCLIX), a estes povoados/santuários como instrumento de trabalho, capaz de identificar áreas físicas de hipotética abrangência ideológica, talvez correspondentes aos embriões dos territórios dos futuras grupos culturais e étnicos da Idade do Ferro, identificados pelos romanos, na região. Através dessa metodologia verificámos que prováveis áreas teóricas de abrangência dos santuários da Falperra I (137,3Km²), Roriz I (183Km²), Monte da Saia (118,3Km²) e S. Lourenço I (164,4Km²) se aproximavam bastante entre si. S. Simão do Cossourado ocuparia uma área bastante menor (64,4Km²), mas isso poderá dever-se ao facto de não termos contemplado a área a norte do Neiva²⁷⁴. Por outro lado, S. Julião Ia, Ib, Ic ocupa uma área que consideramos muito vasta (300,9Km²), abarcando grande parte da bacia do Homem e chegando até ao rio Cávado, a sul. Para testar a validade desta possível equidistância entre eventuais áreas físicas de

²⁷⁴- Só um estudo mais exaustivo do povoamento e da arte rupestre da região entre o Neiva e Lima poderia trazer novos dados sobre este assunto.

abrangência ideológica prospectámos o concelho de Amares na tentativa de encontrar um povoado com indícios de ocupação desde os finais da Idade do Bronze à Idade do Ferro, em posição geoestratégica de portela e com gravuras rupestres. Foi em vão que por várias vezes percorremos o Castro de Caires e o da Chã do Castro, por nos parecerem hipoteticamente os mais adequados à hipótese proposta, embora em nenhum deles se tenha comprovado ocupação dos finais da Idade do Bronze ou qualquer manifestação de gravuras rupestres. A detecção de petróglifos é, por vezes, difícil dada a manta morta e líquenes nos penedos. Se as condições do coberto vegetal também não são as mais propícias para encontrarmos estas manifestações, este é um trabalho que de futuro se deveria desenvolver. Fica aqui a sugestão, a merecer, quanto a nós, maior atenção em trabalhos futuros.

Numa tentativa de suportarmos esta hipótese a uma escala mais abrangente de análise buscámos paralelos ao nível do Noroeste peninsular. Foi assim que detectámos várias gravuras rupestres de temática abstracta em contexto de povoados do finais da Idade do Bronze do Noroeste.

A norte do Cávado, o Castro de Montaz (Pontevedra), localizado numa via natural, com acesso à montanha e grande visibilidade associa-se, especialmente a dois afloramentos gravados, um a 500m para su-sueste (Pena das Cazolas) e outro a 400m para sul (Chão de Petos) (CARBALLO ARCEO 1989: 284, 287-289, 562, 556; 1997: 232). Tal fenómeno ocorre, também, em Monção, no Castro da Senhora da Assunção, onde uma casa de pedra da Idade do Ferro Recente assenta sobre gravuras com círculos concêntricos, covinhas e sulcos, localizadas na acrópole, embora este povoado preserve afloramentos com insculpturas das vertentes (MARQUES 1985: 22, 24-25, 51-55, 111-136; SILVA 1986). Igualmente em Monção, no Castro/Castelo dos Milagres (VASCONCELLOS 1903: 285-

286; OLIVEIRA *et alii* 1969: 19; MARQUES 1985: 25-26) e em Arcos de Valdevez, no Castro de Álvora, ocorrem gravuras na área do povoado (VIANA 1932; GOMES 1979; BAPTISTA 1986a; BETTENCOURT 1988b). Em todas estas estações há evidências de ocupação dos finais da Idade do Bronze.

Para sul, no vale do Ave, este fenómeno é conhecido, quer no Castro de Sabroso (Guimarães), onde na acrópole e vertentes existem vários afloramentos gravados (CARDOSO 1930; KALB 1980: 27, est. 2 - 16), quer na vertente este da Citânia de Briteiros (Guimarães) (CARDOSO 1930; MONTEAGUDO 1977: 268; KALB 1980: est. 2 - 15), ambos povoados com indicadores de terem sido ocupados nos finais da Idade do Bronze. Para o interior, o fenómeno repete-se no povoado do Crastoeiro (Mondim de Basto), com uma ocupação da Idade do Bronze (atendendo a cerâmicas que observámos, numa gentileza de A. Dinis) e da Idade do Ferro e onde, na acrópole e vertentes, se localizam inúmeros afloramentos gravados (DINIS 1993/1994a).

Também na Beira Alta há gravuras rupestres nas áreas de povoados proto-históricos como o da Cárcoda (S. Pedro do Sul), onde ocorre a Pedra dos Pratos (RODRIGUES *et alii* 1989: 275). Esta enumeração não pretende ser exaustiva, mas apenas chamar a atenção para o facto de ocorrerem fenómenos, eventualmente, de sacralização de povoados, numa ampla região que vai, pelo menos, desde a área mais meridional da Galiza, passando pelo Norte de Portugal, até à Beira Alta. Também é verdade que faltam inventários e trabalhos exaustivos sobre a arte rupestre do Entre-Douro-e-Mínho, questão que se prende com a falta de projectos que contemplem este aspecto para o Noroeste português.

A nossa proposta para a bacia do Cávado concorda com o modelo de R. Bradley *et alii* (1994/1995: 70), quando referem que a arte rupestre é uma forma de apropriação do espaço ao nível simbólico, mas não partilha da ideia de tal ser uma expressão de

comunidades de economia itinerante, localizadas em zonas de grande competitividade pelo acesso a diversos recursos. Também nos afastamos da hipótese de A. Peña Santos *et al* (1998: 226), defendida para Pontevedra, de que as insculturas se localizam em áreas periféricas das jazidas do Calcolítico Final/Bronze Inicial, ou seja, nas margens dos seus territórios de produção restrita e da hipótese similar exposta para a península de Barbanza (Corunha) por A. Concheiro Coello *et al* (1994: 129-151), que defendem que as gravuras delimitam “...*espacios de explotación y áreas de tránsito en virtud de su mayor concentración allí donde los indicios de actividad doméstica o funeraria son mayores...*”²⁷⁵.

Discordamos, igualmente, da proposta cronológica destes autores. Para a bacia do Cávado, onde a arte é exclusivamente abstracta, defendemos que ela se insere nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro, pelas razões já expostas no ponto 2.4.2.1., o que vai ao encontro do que defende R. Bradley (1998: 251) para a Galiza, quando diz que, a partir dos finais da Idade do Bronze, desaparecem os desenhos de armas nas gravuras rupestres, para aparecerem artefactos metálicos em depósitos ou rios. A nossa proposta apesar de concordante cronologicamente com a de J. M. Vázquez Varela (1995; 1997: 201-220) distingue-se dela pelos motivos que a sustentam e que relacionam a arte com actividades bélicas.

3.2.5. Algumas considerações

Ao inferir regularidades para esta fase cronológico-cultural podemos adiantar que elas se pautam, em primeira instância, pela diversidade. Diversidade na distribuição

²⁷⁵ - Em A. Peña Santos (1998: 226).

espacial dos povoados, na sua organização interna e, eventualmente, nas formas de tumulação. Mas, apesar desta característica, as diferentes materialidades deste período localizam-se sempre no seio das terras agrícolas de vale ou nas suas imediações, ou seja, no seio do complexo agrário minhoto tradicional²⁷⁶. Com isto não queremos afirmar que as comunidades dos finais da Idade do Bronze detinham uma tecnologia e uma cosmogonia semelhante à das populações do Minho tradicional, mas que, a partir deste momento, parece inaugurar-se um processo irreversível de povoamento e organização do espaço ligado à domesticação do vale e da montanha e a uma policultura, combinada com o aproveitamento do mato e com a actividade pastoril. Nos finais da Idade do Bronze, a sedentarização mais generalizada das comunidades ligadas à agricultura, à pastorícia, à recollecção, à pesca e à extracção mineira teria levado estas comunidades a "olhar" e "pensar" o espaço como algo a preservar, a demarcar e a proteger de vários factores, o que revela sociedades unidas e com condições de estabilidade. Cremos que foram estas condições de estabilidade que fizeram com que este complexo agro-silvo-pastoril e a sua organização social, sepulcral e ritual perdurasse até momentos recentes dentro do 2º quartel do I milénio AC, momento, a partir do qual, se começam a evidenciar transformações que continuam, num processo de mudança, em continuidade, para uma Idade do Ferro emergente durante os inícios do séc. IV AC, pelo menos para as zonas mais interiores do curso médio da bacia do Cávado.

Só a continuação de trabalhos poderá revelar, ou não, a existência de assimetrias de desenvolvimento entre as áreas mais litorais e montanhosas, o que se relacionaria com

²⁷⁶. Sintetizando o que se desenvolveu no III capítulo, diremos que o complexo agrário minhoto utiliza a policultura entre cereais de verão e de inverno, com o cultivo de leguminosas e crucíferas. Esta é efectuada em solos pesados, de vale, com recurso a canais de drenagem e sistemas de adubagem que passam pelo pousio, com estrume e palhas e pela transformação das áreas de pousio em curral.

diferentes processos de apropriação e exploração dos recursos do território dependentes dos diversos modos de "apropriação" do espaço por parte das comunidades.

QUADRO PALEOCARPOLÓGICO III
PRIMEIRA METADE DO I MILÉNIO AC

Povoados	Cronologia	C	T	H	P	S	A	V	P	B	L	Q	V	S	C	P	Refer. Bibliográfica
		r	r	o	a	e	v	f	i	r	i	u	i	o	o	r	
		t	d	n	c	e	a	s	a	n	e	r	r	r	r		
S. Julião I a, Vila Verde	ICEN - 25 (3010±35BP) a ICEN - 2279 (2840±45BP)		*	*						*							Dopazo Martinez 1996: 36
Coto da Pena I, Caminha	UGRA - 220 (2920±110BP) UGRA - 200 (2930±100BP)		*	*	*	*		*	*			*					Silva 1986: 35, 111-112; Silva et al 1987; Silva 1988: 10
Alto S. Bento, Braga	Último quartel do II, inícios do I milénio AC		*							*	(?)						Giselda Oliveira (com. pes.)
Santinha, Amares	CSIC-1315 (2837 ± 27BP) a CSIC-1085 (2761 ± 50BP)		*	*	*			*	*	*		*		?		*	Dopazo Martinez 1996: 43 e segs; Dopazo Martinez et alii 1996
S. Julião Ib, Vila Verde	CSIC-1096 (2789 ± 42BP) a ICEN-829 (2660 ± 45)	§ 277			*			*	*	*		*	*				Aira et al 1995; Dopazo Martinez 1996: 37-39; Dopazo Martinez et alii 1996; Giselda Oliveira (com. pes.)
C. Matos I, Baião	OXA-1759 (2730 ± 70BP) a OXA - 2146 (2700 ± 90BP)		*	*	*			*					*				Figueiral et al 1988; Queiroga et al 1989; Hedges et al 1990; Queiroga 1992
B. Frade III, Baião	CSIC - 630 (2720 ± 50BP) a CSIC - 632 (2710 ± 50BP)											*				*	Silva 1986
Lavra II, Marco Canav.	OxA - 5434 (2675 ± 50BP) CSIC - 824 (2665 ± 60BP)		*	*				*								*	Silva 1988: 18; 1988a: 175; Sanches 1995: 116
Illa de Barxés, Ourense	Bronze Final Sub-boreal/Subatlântico	§															Aira et al 1989: 66 - 68; Aira et al 1989/1990
Toroso, Pontevedra	GrN - 14589 (2635 ± 30BP) a GrN-14587 (2435 ± 30BP)	§	*	*								*					Dopazo Martinez et alii 1996; Aira et alii 1989: 81-85.
Penalba ²⁷⁸ , Pontevedra	UGRA-318 (2630 ± 80BP) a CSIC - 636 (2390 ± 50BP)	§	*		*							*					Aira et al 1985; Alvarez Nuñez 1986; Aira et alii 1989: 73-81; Aira et alii 1990; Dopazo Martinez et alii 1996
S. Julião Ic e Id, Vila Verde	CSIC-1184 (2548 ± 22BP) a CSIC-1141 (2316 ± 17BP)							*				*					Ramil-Rego 1993; Dopazo Martinez et alii 1996.
Coto Mosteiro,	(?) (2560 ± 50BP)	§										*					Saa Otero 1991
Penarrubia ²⁷⁹ , Lugo	CSIC - 358 (2510 ± 50BP)	§		*													Aira et al 1985/1986; Aira et alii 1989; Dopazo Martinez et alii 1996
Vasconcelos, Braga	Urc - 4328 (2504 ± 36)							*		*				*			Dopazo Martinez et alii 1996
Castrovite, Pontevedra	ICEN - 412 (2570± 40BP) a CSIC - 815 (2300 ± 50BP)		*	*	*			*				*					Carballo Arceo 1989; Fariña Busto 1991; Dopazo Martinez et alii 1996
Romariz, Vila da Feira	UGRA - 203 (2550±100BP)							*				*					Silva 1986: 40, 111; Silva 1988: 11
S. João Rei I, Póvoa Lanhoso	Urc - 5659 (2443±35) a CSIC - 1150 (2357±39)											*					Dopazo Martinez et alii 1996
Montaz, Pontevedra	Bronze Final /Ferro Inicial Fase II	§	*	*	*												Aira et alii 1989: 92-93; Carballo Arceo 1989: 520, 522, 531; Dopazo Martinez et alii 1996

Resultados das análises paleocarpológicas e polínicas efectuadas em povoados da primeira metade do I milénio AC.

277 - Resultado de colunas polínicas.

278 - A data de c. de 3 000BP, para o início da ocupação deste povoado, foi considerada anómala.

279- Povoado com um só nível de ocupação. A data corresponde ao início da ocupação.

QUADRO ARQUEOZOOLOGICO III

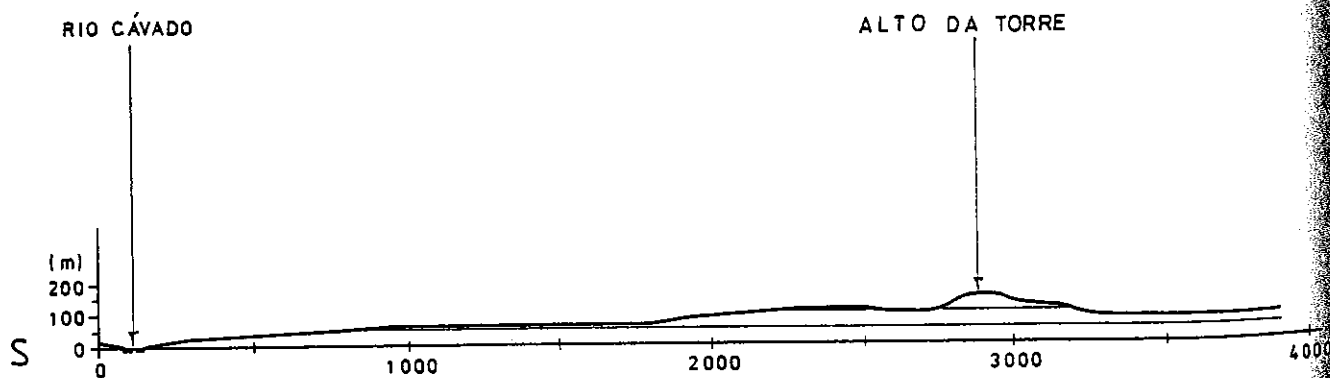
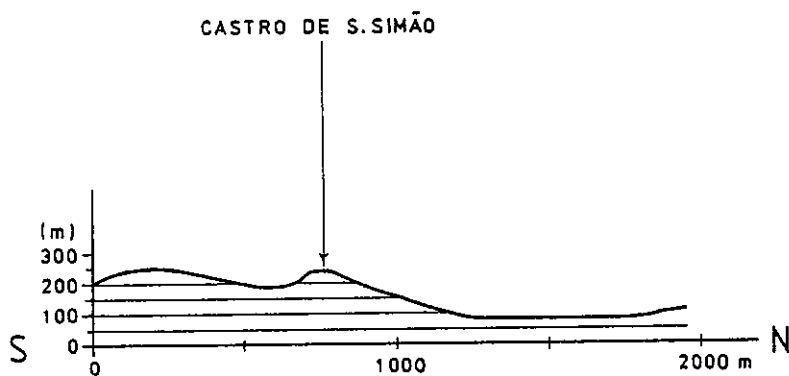
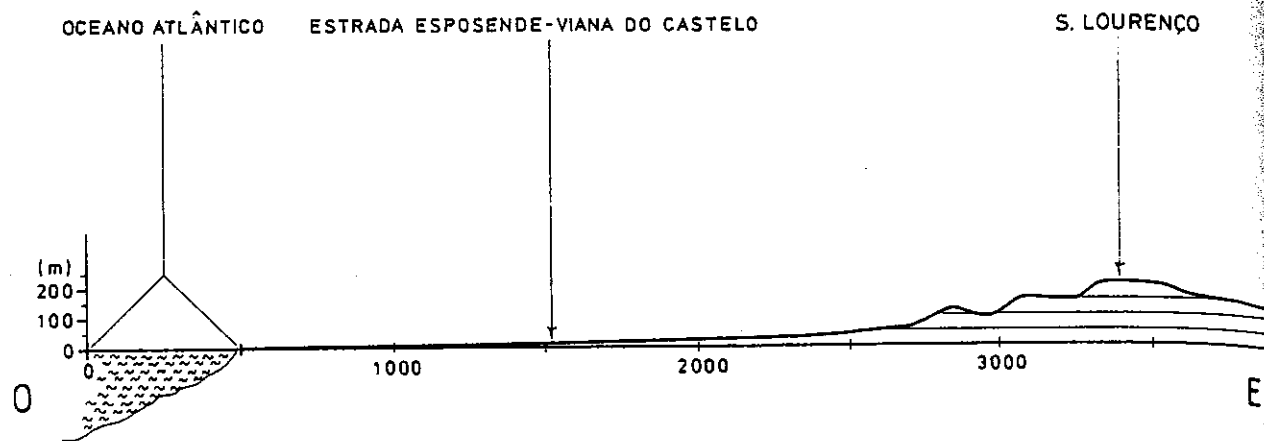
I MILÉNIO AC (FINAIS DA IDADE DO BRONZE)

Estação Arqueológica	Cronologia	B	C	O	O	S	E	C	C	Outros	Refer. Bibliográficas
		o	a	v	v	u	q	e	a		
		s	p	i	i	s		r	n		
		t	h	a		d	c	e	s		
S. Julião I a, Vila Verde	ICEN - 25 (3010±35BP) a ICEN - 2279 (2840±45BP)	*		*		*			*		Antunes 1991/1992
Coto da Pena I, Caminha	UGRA - 220 (2920±110BP) UGRA - 200 (2930±100BP)	*		*		*				Caramujo, lapas, mexilhão e ostras	Silva 1986: 114; Cardoso 1996: 162 ²⁸⁰
Barbudo I, Vila Verde	CSIC - 735 (2750±60BP) ICEN - 21 (2650 ± 40BP)	*									Martins 1989: 52
B. Frade III, Baião	CSIC - 630 (2720 ± 50BP) a CSIC - 632 (2710 ± 50BP)								§		Mateus <i>et al</i> 1988
S. Julião Ic, Vila Verde	CSIC - 1020 (2570 ± 25BP) a CSIC - 1022 (2520 ± 25BP)				*						Inédito

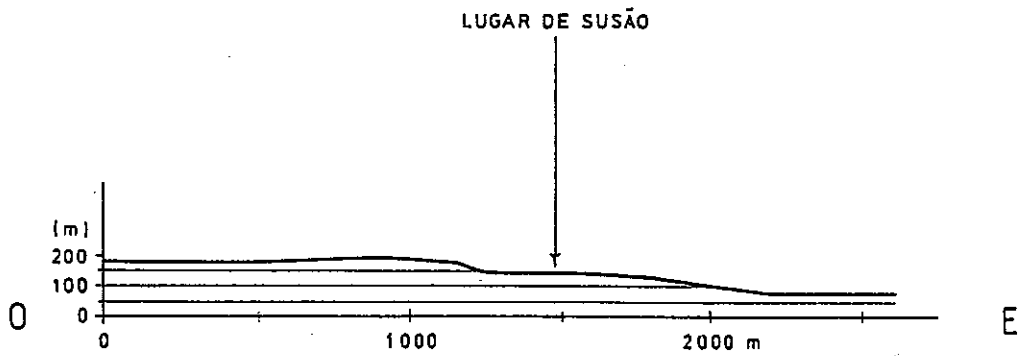
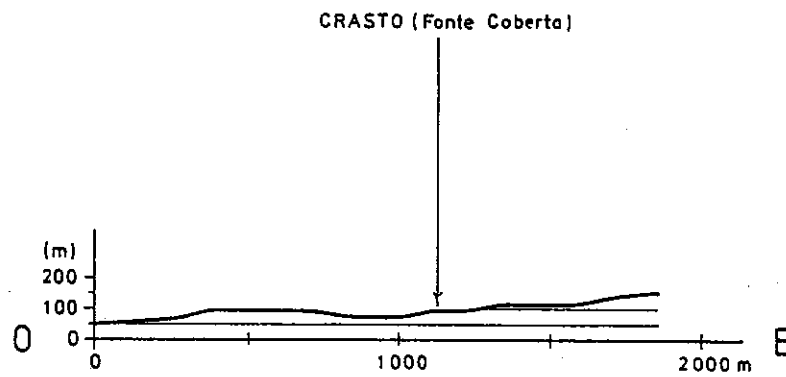
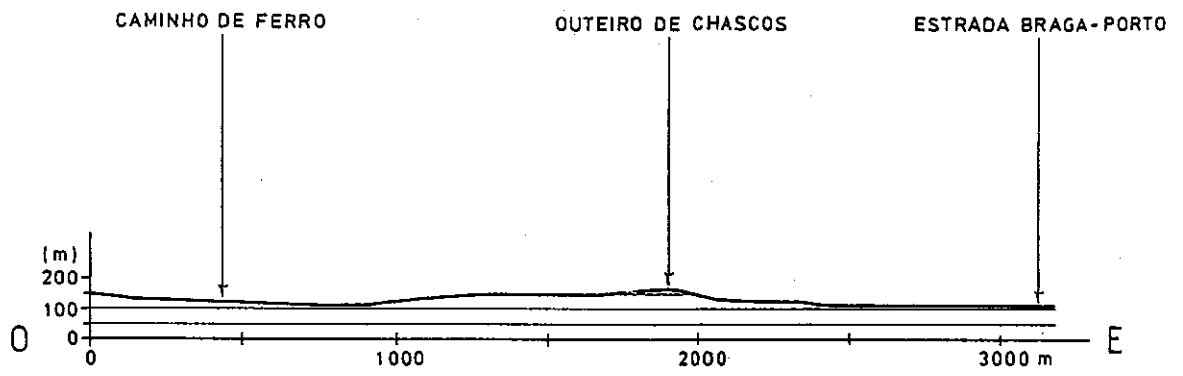
Resultados das análises de arqueozoológicas efectuadas em jazidas arqueológicas dos finais da Idade do Bronze,
no Norte de Portugal e na Galiza.

§- Cropólito

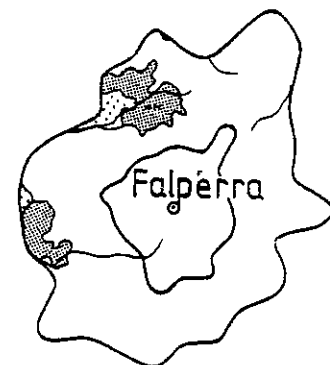
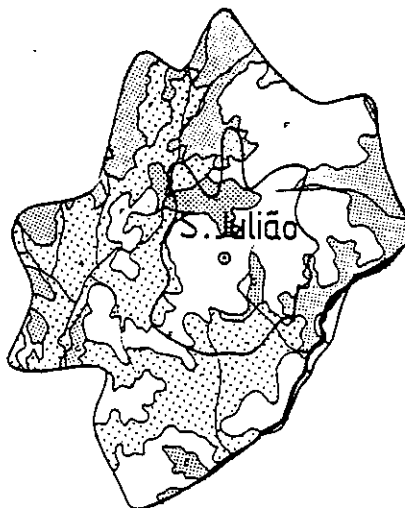
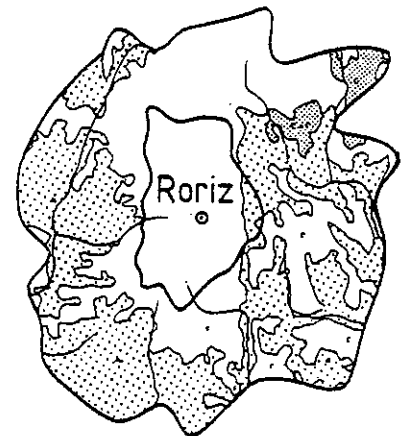
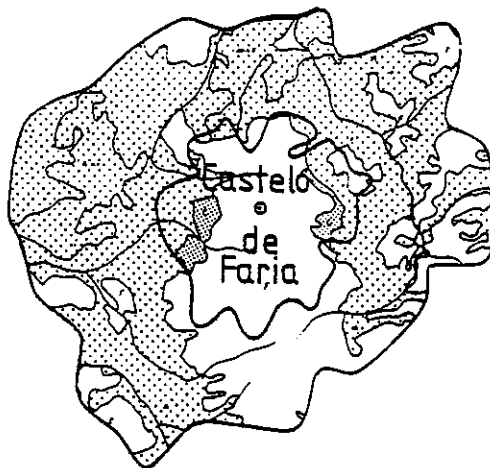
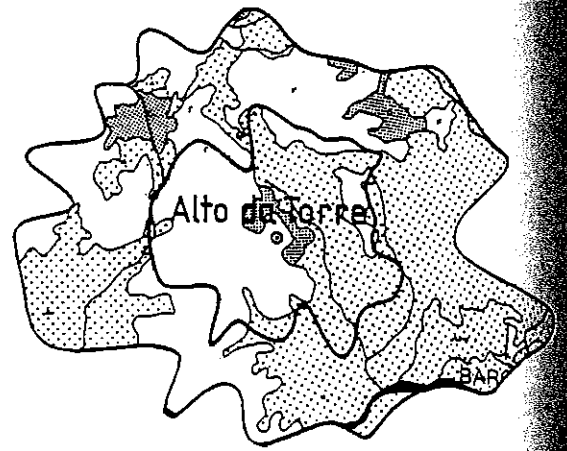
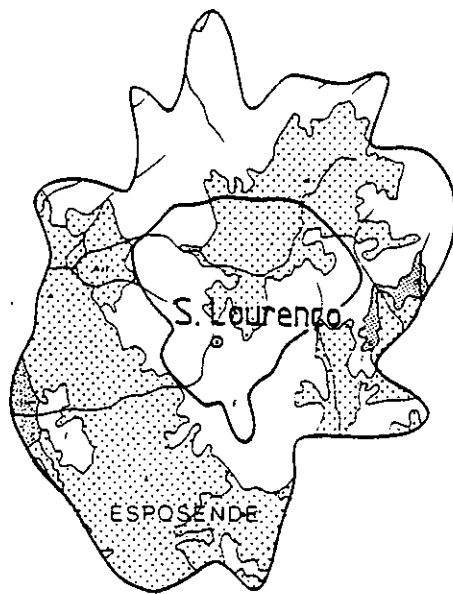
²⁸⁰ - Este autor ao fazer a revisão das ossadas deste contexto afirma não existirem restos de animais selvagens.



Perfis topográficos dos povoados considerados de "portela" entre o vale e a montanha.

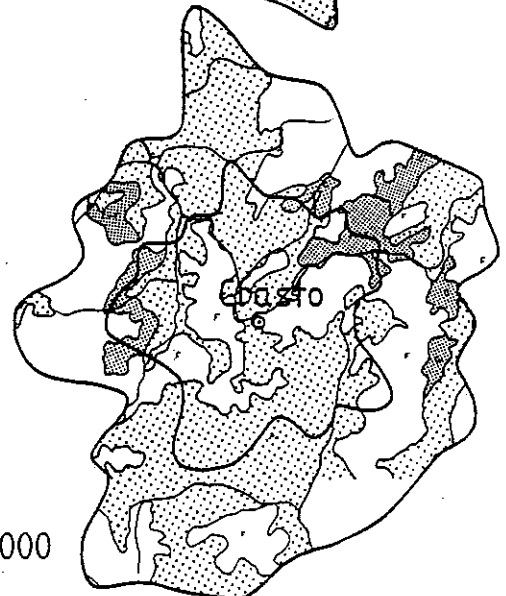
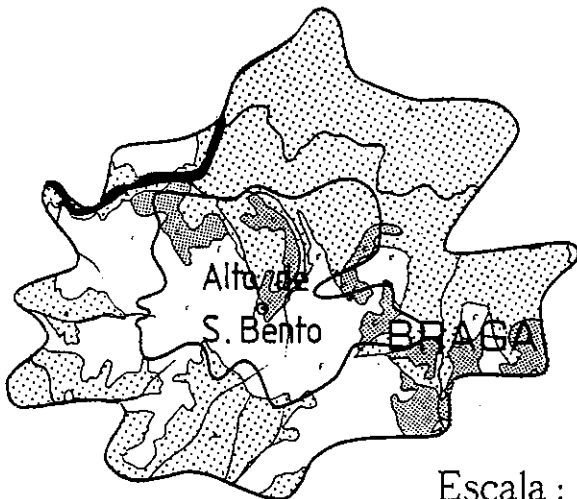
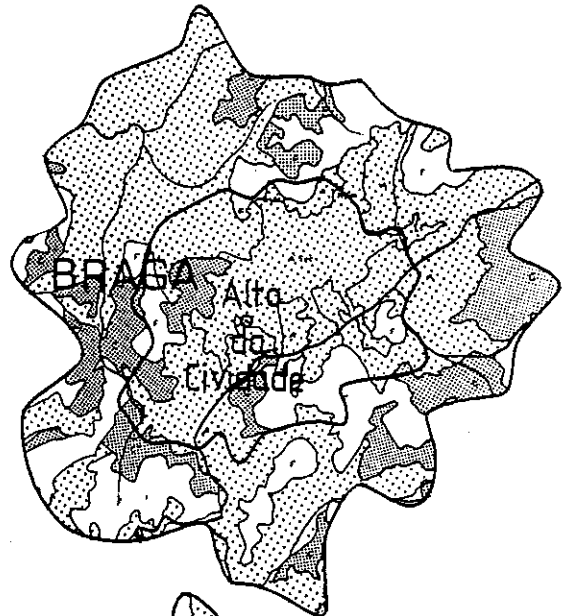
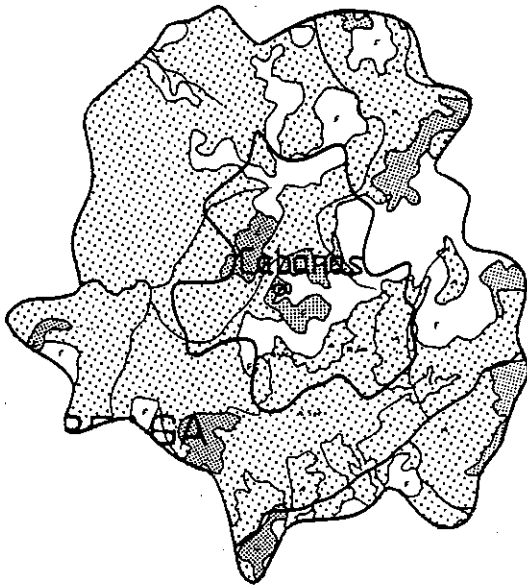
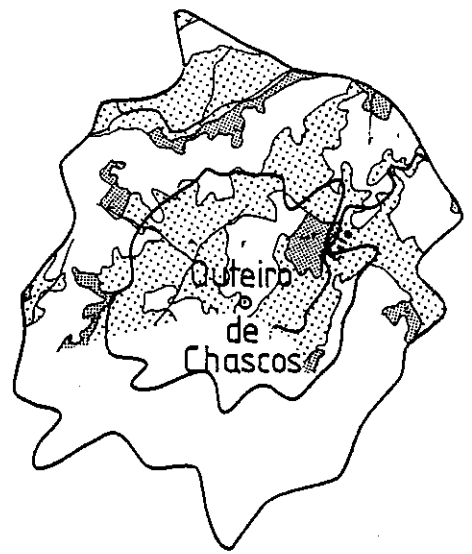
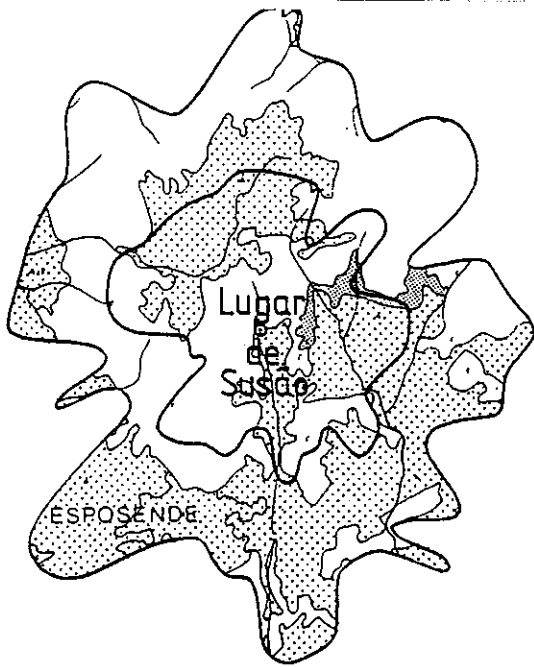


Perfis topográficos dos povoados considerados de vale.



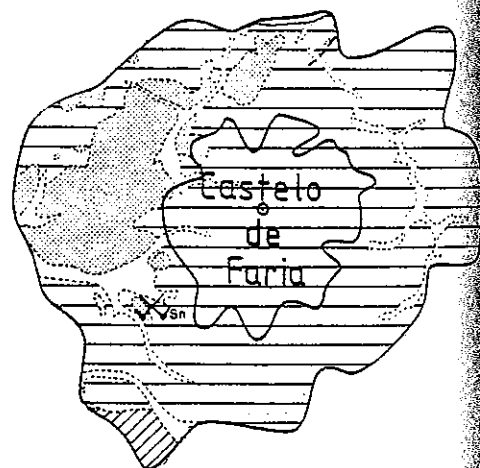
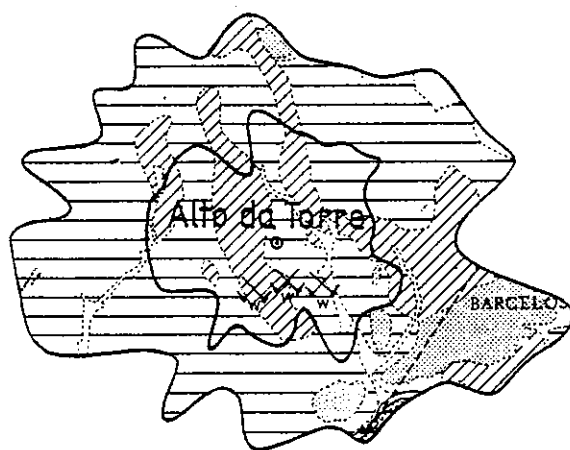
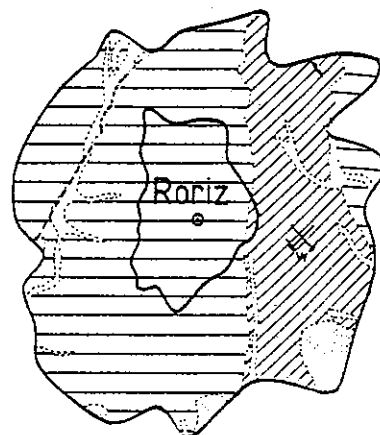
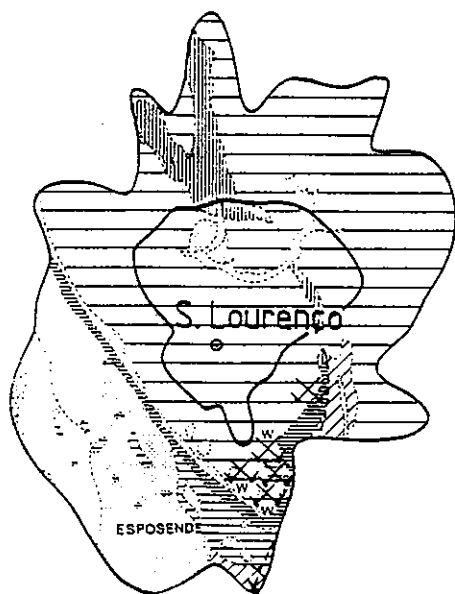
Escala : 1/100.000

Territórios teóricos de “referência” de povoados fixos, face à capacidade e uso dos solos.



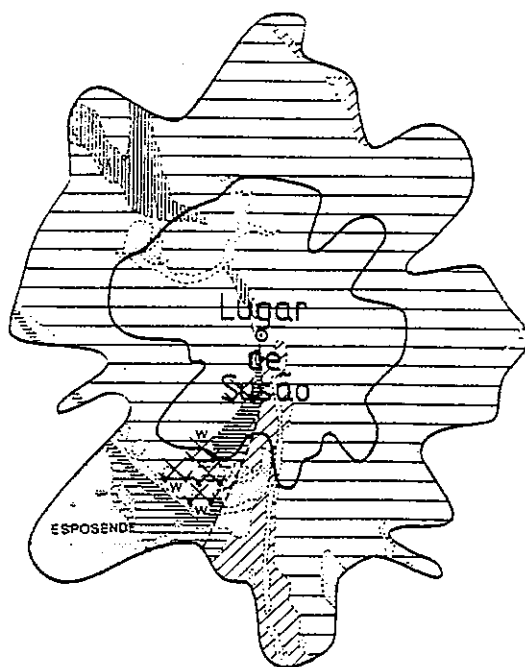
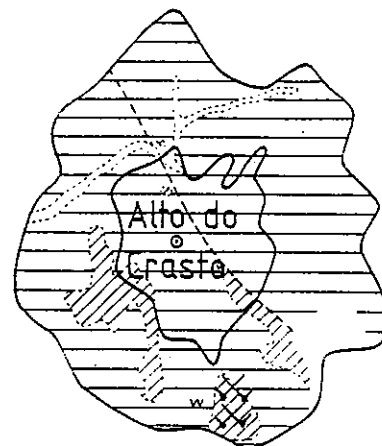
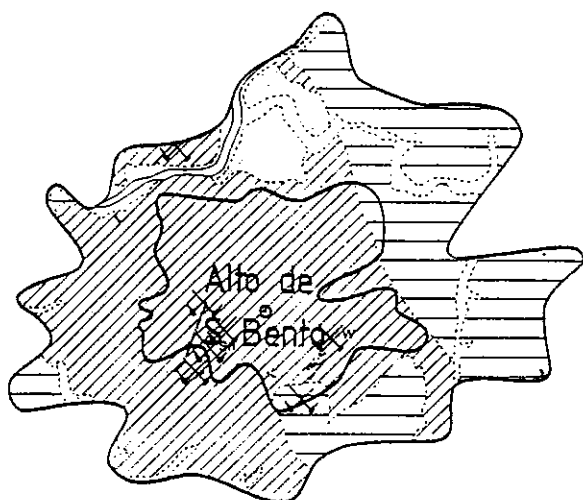
Escala : 1/100.000

Territórios teóricos de "referência" de povoados sem continuidade de ocupação, face à capacidade e uso dos solos.



Escala : 1/100.000

Territórios teóricos de “referência” de povoados fixos, face aos recursos mineiros.



Escala : 1/100.000

Territórios teóricos de “referência” de povoados sem continuidade de ocupação, face aos recursos mineiros.

3. 3. Dos meados do 2º quartel do I milénio AC (séc. VI AC) aos séculos IV/III AC: a transição da Idade do Bronze para a Idade do Ferro e os inícios da Idade do Ferro (Est. CCCLX a CCCLXII)

3.3.1. A distribuição espacial dos povoados

Apesar dos indicadores da mudança na cultura material em relação à fase anterior, o momento de transição entre a Idade do Bronze e do Ferro, não parece pautar-se por grandes alterações nem na distribuição dos povoados no espaço, nem nas estruturas e organização interna. Esta etapa caracteriza-se por uma “matriz” de ocupação que se desenvolve, pelo menos, desde os finais da Idade do Bronze, com povoados que assentam numa grande diversidade topográfica ou, que, se inserem, na nomenclatura de M. Martins (1990), nos tipo A e B/C.

Apesar desta diversidade foi possível organizar uma utilizando uma terminologia idêntica à dos finais da Idade do Bronze,

Por considerarmos que esta etapa não é mais do que o prolongamento da anterior, categorizámos os povoados em **fixos**, com continuidade de ocupação, desde os finais da Idade do Bronze até à Idade do Ferro e de **curta/média** duração, que ocorrem de raiz.

Os primeiros, sempre de tipo A, **dissimam-se** na paisagem, por lugares alcantilados, quer na bordadura do oceano, quer de grandes vales fluviais (Alto da Torre II, Belinho II, Falperra II, Faria II, Roriz II, S. Lourenço II, S. Julião Id).

Tal como para os finais da Idade do Bronze (no *item* 3.2.1., deste capítulo), o padrão de localização dos petróglifos no vale do Cávado e a sua relação com o espaço

Tal como para os finais da Idade do Bronze (no *item* 3.2.1., deste capítulo), o padrão de localização dos petróglifos no vale do Cávado e a sua relação com o espaço arqueológico, leva-nos a crer que, alguns deles, talvez continuassem associados aos santuários rupestres existentes nas suas imediações. Neste grupo incluiríamos os povoados da Falperra II, Roriz II, S. Lourenço II, S. Julião Id e, eventualmente, Monte da Saia e S. Simão do Cossourado.

Os segundos, existentes nas vertentes perto dos vales (tipo B/C) (S. João de Rei I), ou em linhas de cumeada (tipo A), (Pedroso e Vasconcelos), não revelam continuidade ocupacional e deveriam ser sazonais ou ocupados por períodos relativamente curtos (Est. CCCLX).

Tal como defendemos para a etapa anterior, esta diversidade é entendida como reflexo de um povoamento, que apesar de disseminado, estaria integrado, numa rede em que vários povoados são subsidiários de outros que estão próximos. Neste contexto, os povoados fixos com gravuras rupestres, poderiam ter funcionado como centros habitacionais e cerimoniais de unidades socio-económicas mais alargados onde se realizariam rituais com funções aglutinadoras de identidade e transmissores de uma estabilidade e coesão social inter-comunitária entre diferentes sub-comunidades existentes num território considerado comum em termos espaciais e cognitivos.

Os povoados fixos sem gravuras rupestres, situados nas bordaduras dos vales ou da plataforma litoral (Alto da Torre II e Faria II), quer pela sua posição geoestratégica em relação a vias, ao oceano, aos recursos mineiros, quer pelas possibilidades agrícolas e ganadeiras, poderiam constituir comunidades independentes, em termos socio-económicos, conjuntamente com povoados de curta/média duração a eles afectos, embora, no plano

ideológico, podessem estar ligados a outras comunidades, também inscritas no território teórico de abrangência de determinados povoados com gravuras rupestres.

Alguns dos povoados sem continuidade de ocupação estariam ligados à pastorícia de Verão ou a uma agricultura estival, como o de Pedroso e o de Vasconcelos, localizados na alta montanha e outros, como o de S. João de Rei I, poderiam conectar-se com actividades agrícolas específicas de vale fluvial. Este último, com estruturas de armazenagem, parece comprovar a continuação do cultivo do início dos vales aluvionares, nesta etapa.

É plausível que este sistema complexo de ocupação do espaço se aproxime do existente no Alto Minho até meados deste século, composto por brandas pastoris ou agropastoris, de ocupação sazonal e dependentes dos povoados fixos a vários níveis.

A manutenção das características de ocupação do espaço desde a fase cronológico-cultural anterior leva-nos a considerar que o modelo adoptado para a área de estudo, pelo menos para a parte oriental, denota uma exploração do meio adequada às condições em que estas comunidades se desenvolveram, situação que só parece alterar-se muito mais tarde nesta região.

A dependência e posse efectiva da terra que a distribuição de povoados sugere, teria passado de geração em geração e levado a formas de demarcação do espaço que desconhecemos, embora tal não signifique que a posse efectiva da terra não exista de forma evidente para as comunidades. Salientamos o facto de que, nalgumas aldeias do Nordeste de Portugal, as populações marcam o seu "termo", ou seja, os limites territoriais muitas vezes por símbolos cavados no solo, a que chamam "marras", avivadas, de vez em quando, e cujo local se transmite, por via masculina, de geração em geração. Nessas aldeias, apesar do termo existir de forma mais cognitiva do que real, as populações

costumam dizer "que não há povo sem termo", pelo que o seu sentido de apropriação do solo é bastante grande, apesar da invisibilidade deste processo (C. Afonso²⁸¹).

Esta hipótese baseia-se, num acervo de informação proveniente da região mais oriental da área de trabalho, pelo que não poderá generalizar-se a todo o vale do Cávado. Deverá antes encarar-se como uma questão em aberto a explorar futuramente.

3.3.2. A economia

É costume defender-se para o período de transição Bronze/Ferro e os inícios da Idade do Ferro do Noroeste português, um retrocesso económico, que se caracterizaria por uma diminuição da agricultura, um aumento da recolção, por uma recessão da metalurgia do bronze e um enfraquecimento do intercâmbio supra-regional (MARTINS 1990; 1993/1994; 1994; 1996; SILVA *et alii* 1992; ALARCÃO 1992, 1996).

Em relação à **agricultura**, estudos polínicos para o vale do Cávado, demonstram a generalização da desflorestação concordante com um coberto vegetal aberto e com espécies indicadoras de actividades antrópicas e de degradação avançada dos solos em redor dos povoados. Apareceram, com frequência, plantas arvenses e curvas contínuas de cereal, reveladoras de um dinamismo agrícola que se terá iniciado desde 3 500/3 000BP e permanecido, em continuidade, até, pelo menos, o fim da romanização (DIAZ-FIERROS VIQUEIRA *et alii* 1992/1994). As evidências de acção sinantrópica em 2 500BP²⁸², ou

²⁸¹ - Comunicação oral de Carlos Afonso, no âmbito de uma conferência proferida no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, em 24 de Abril de 1991.

²⁸² - Data que abarca sensivelmente o 2º quartel do I milénio AC

seja, no 2º quartel do I milénio AC e, nas fases subsequentes, i. é, já durante o Ferro Inicial, são bem acentuadas. Tais condições paleo-ambientais são-nos proporcionadas pelos diagramas polínicos, pela antracologia e pela paleocarpologia de povoados, como S. Julião Id (Vila Verde), S. João de Rei I (Póvoa de Lanhoso) e Vasconcelos (Braga) dados que atestam o cultivo de cereais, leguminosas e crucíferas, assim como a recollecção da bolota, entre outros frutos (Quadro Paleocarpológico III).

A economia continuaria a ser, assim, de base agro-sivo-pastoril, sendo muito possível que se tenha introduzido, pelos inícios da Idade do Ferro, a aveia como cereal cultivado, atendendo à sua identificação, pela primeira vez, nos macrorrestos detectados no interior de uma grande fossa de S. João de Rei II (Quadro Paleocarpológico IV), o que parece corroborar-se, também, no Noroeste. Este cereal, cultivado durante o Inverno, de grande importância como forragem para o gado bovino e cavalariço pode indicar um sistema pastoril menos extensivo e uma agricultura mais intensiva, com o aproveitamento do gado bovino como animal de tracção, que ao pastar nos campos de erva ou de aveia, contribuiria, também, para a sua fertilização.

A intensificação agrícola é também corroborada pela distribuição dos povoados em ecologia de vale ou em remates de esporões com acesso a solos agrícolas de classe A nos seus territórios prováveis de 30m pedestres, bem como pela persistência de estruturas de armazenagem em zonas próximas de bons vales agrícolas (Est. CCCLX e CCCLXI).

Na transição Bronze/Ferro (S. João de Rei I) e inícios da Idade do Ferro (S. João de Rei II e Lago II) ocorrem povoados nos vales aluvionares com estruturas de armazenagem, o que faz pressupor a existência do conhecimento de técnicas de drenagem, que no Entre-Douro-e-Minho actual se pautam por processos de regos e valas abertas no solo, e o conhecimento de um arado capaz de lavrar terras de vale ou de colinas muito suaves,

pondo assim em questão a hipótese de F. Calo Lourido (1993) que sustenta uma agricultura exclusivamente de enxada até à romanização.

A eventual intensificação agro-silvo-pastoril deduzida pelos indicadores paleoecológicos, topográficos e pela estrutura interna de alguns povoados para este período e para os inícios da Idade do Ferro²⁸³, terá exigido, igualmente, o desenvolvimento de sistemas de fertilização (afolhamento, pousio, estrumagem, rotatividade de plantas, queimadas, utilização temporária das terras em pousio como currais)²⁸⁴, que implicam sociedades coesas, estáveis e que canalizam as suas energias, essencialmente, para as tarefas tradicionais ligadas à agro-pastorícia pelo menos entre a Primavera e o Outono.

A uma escala mais ampla de análise, como a do Noroeste peninsular, os dados polínicos de turfeiras e povoados, paleocarpológicos, arqueozoológicos, antracológicos e arqueológicos, também permitem inferir a existência, a partir de 2 500BP, da generalização e intensificação das práticas agrícolas e pastoris, por parte das sociedades da época face à etapa anterior.

Diagramas polínicos de estações arqueológicas que evidenciaram estas características, durante o 2º e 3º quartel do I milénio AC, foram extraídos de povoados

²⁸³ - Como S. João de Rei II, com datas e espólio enquadrável entre os meados do séc. IV aos inícios do II AC, comprovando a hipótese de M. Martins (1990), baseada no povoado do Lago I (Amares), de que os "castros agrícolas" são fenómenos antigos dentro do I milénio AC e da Idade do Ferro. Do mesmo modo, Cabanas II (Braga), inserível no Ferro Recente, e S. João de Rei III, também do mesmo período, demonstram que os povoados de baixa altitude, vinculados aos vales agrícolas, se perpetuam por toda a Idade do Ferro desta região muito antes da chegada dos romanos, comprovando, inteiramente, a hipótese de M. Martins (1990: 138).

²⁸⁴ - Ainda usados até meados deste século, quase de forma generalizada, no entre Douro-e-Minho, persistindo, em parte, nalguns locais.

como Borneiro (Corunha), Castrovite (Pontevedra), Coto Mosteiro, Montaz (Pontevedra), Penalba (Pontevedra), Penarrubia (Lugo) e Torroso (Pontevedra) (AIRA RODRÍGUEZ *et alii* 1989: 89 – 93; CARBALLO ARCEO 1990: 160, 190) (Quadro Paleocarpológico III e IV).

Taxa antracológicos indicadores de intensa actividade antrópica, encontraram-se no povoado de Penices II, no vale do Ave.

Macrorrestos indicadores de uma eventual policultura, entre cereais de Verão e de Inverno, como o trigo, a cevada e o milho miúdo e Leguminosas e Crucíferas, são provenientes de vários povoados, essencialmente, de Castrovite e Montaz (Quadro Paleocarpológico III e IV).

Perante os dados expostos é problemática a hipótese de que o milho miúdo (*Panicum miliaceum L.*) apenas se teria generalizado no momento da transição Bronze/Ferro, ou mesmo durante os inícios da Idade do Ferro, quer na Galiza, quer no Norte de Espanha (CUBEIRA 1991; MAYA 1992), sendo significativo para o "...nascimento da cultura castreja", ao permitir duplicar as colheitas e aumentar a produção agrícola no mesmo terreno e com um esforço reduzido (VASQUEZ VARELA 1993/1994: 71-72), ou a presunção de que este cereal estava ausente, ou era pouco significativo na região, até esta data (*Id. ibidem*: 72). Em jazidas costeiras e interiores do Noroeste (RAMIL-REGO 1993) os achados de milho miúdo, datam do III e II milénio AC e do 1º quartel do I milénio AC (Quadro Paleocarpológico I, II e III), pelo que afigura-se nos insustentável continuar a manter esta hipótese.

Os dados arqueozoológicos também demonstram a persistência de animais domésticos, com predomínio de ovicaprinos, suínos e bovinos nesta fase. Outra espécie

identificada, mas cujas evidências são escassas, provavelmente por estar destinada a outras actividades que não as alimentícias, é o cavalo (*Equus caballus*) (DOPAZO MARTINEZ *et alii* 1996: 327), apenas registado desde os inícios da Idade do Ferro, no Coto da Pena II (Silva 1986: 113), o que se pode observar nos Quadro Arqueozoológico IV. Da sua importância no Noroeste, falam-nos os escritores clássicos Estrabão e Plínio. O primeiro, ao referir a riqueza de gado no Noroeste, diz serem os cavalos animais usados para o transporte humano, exercícios físicos ou sacrifícios (CARDOSO 1994: 68, 70).

Os vestígios de animais selvagens são, de uma forma geral, raros durante o I milénio AC. Conhecem-se vestígios de raposa (*Vulpes vulpes*) e de texugo (*Meles meles*), cuja finalidade é discutível, tanto podendo ser usados para consumo alimentar, função que ainda hoje mantém no Noroeste, como para aproveitamento das suas peles (RODRIGUEZ LOPEZ *et al* 1996: 368). Os cervos (*Cervus elaphus*) também foram usados pelas populações do I milénio AC, muito embora a maioria dos achados se reportem exclusivamente a hastes. Este facto levou vários autores a considerar estarem perante restos de uma actividade recolectora, cujo objectivo seria o da colheita de matéria-prima para o fabrico de artefactos (DOPAZO MARTINEZ *et alii* 1996: 328; RODRIGUES FERNANDEZ 1996: 206, 211; RODRIGUES LOPEZ *et al* 1996: 368 – 369). Se assim foi, cabe-nos perguntar os motivos pelos quais as peças efectuadas com este material não se encontram nos diversos povoados onde as hastes ocorrem, a não ser que tenham sido usadas no seu estado natural. O lobo foi identificado no Castro de Meirás (CARBALLO ARCEO 1989: 528, 533), o javali no Coto da Pena II (SILVA 1986: 113) e, algumas aves, carnívoros e lagomorfos, no Castro de Vigo (HIDALGO CUNARRO 1985: 538; CARBALLO ARCEO 1989: 533), sem que tenha sido possível perceber se serviram para a alimentação, ou não. Deste modo, os restos arqueozoológicos não legitimam a premissa de

que as actividades cinegéticas tenham sido escassas durante este período, ficando a questão em aberto.

A utilização de moluscos documenta-se desde a Idade do Bronze até à romanização, embora sempre em povoados localizados nos estuários de rios, revelando um consumo destes alimentos oriundos de águas salobras e pouco profundas (Quadros Arqueozoológicos III, IV e V). O aparecimento de ostras, em contextos da Idade do Ferro, revela uma prática que remonta, pelo menos, aos finais da Idade do Bronze e a continuação de uma temperatura das águas do mar e dos estuários mais quente do que a actual (Quadros Arqueozoológicos III e IV). Foram identificadas, ainda, amostras de caramujo, lapas, mexilhão, ouriços do mar e *Nucella lapilus* L (SILVA 1986: 114; B. ALMEIDA 1996).

A recolha de peixes e mariscos em povoados costeiros do Noroeste, durante o I milénio AC, afigura-se comum, como documentam A. Silva (1986: 114), J. M. Hidalgo Cunarro (1989: 537-538) e C. A. B. Almeida (1996: 264).

Em presença destes dados, torna-se, pois, difícil sustentar para a transição Bronze/Ferro e para os inícios da Idade do Ferro do Noroeste uma postura de recessão agrícola e pastoril, face ao período anterior. L. X. Carballo Arceo (1989: 562, 1990: 191) e A. de La Peña Santos (1992a) defendem mesmo que para a Galiza, a agricultura teria sofrido um incremento nos inícios da Idade do Ferro, o que concorda com as inferências efectuadas a partir dos dados existentes para a bacia do Cávado.

Quanto à tese da retracção da **metalurgia do bronze**, os dados da bacia do Cávado, pelo contrário, acusam a manutenção, ou mesmo uma maior diversidade desta actividade, pelo menos no que diz respeito aos artefactos encontrados nos povoados da Falperra II e S. Julião Id. Se admitirmos que os machados com teores de chumbo elevados ocorrem a

partir deste período, como já defendemos no ponto 2.4.3.1. e 2.4.3.2.3. o leque de artefactos em bronze aumenta. Com base nesta hipótese, incluímos nesta fase os depósitos de Caldelas (Amares), do rio Cávado e da Quinta da Fonte Velha (Barcelos). Também da Idade do Ferro Inicial (S. João de Rei II, Barbudo IIA e S. Julião IIA²⁸⁵) conhecemos artefactos de bronze, o que poderá reforçar a tese da manutenção da actividade metalúrgica do bronze na fase de transição.

O aparecimento de ligas chumbadas, ainda com teores de chumbo discretos, não nos permite aceitar que esta transformação técnica seja o resultado puro e simples da dificuldade de aquisição do cobre, em áreas meridionais, agora controladas por Gregos e Púnicos, já que aparecem ainda peças com grandes teores de cobre²⁸⁶. Deste modo, as adições de chumbo, que em pequena quantidade provocam benefícios, parecem resultar de uma nova postura técnica dos metalurgistas, pelo que as encaramos como reveladoras de um excelente domínio das técnicas de fabrico do bronze. As peças com maiores teores de chumbo e menor conteúdo em cobre poderiam justificar-se, também, por aspectos funcionais em objectos que não exigiam grande resistência e dureza.

A hipótese de os machados de talão altamente chumbados, teriam servido de lingotes (RIVALLAIN 1971: 133; CHARLES 1975; MONTEAGUDO 1977: 228; SIERRA RODRIGUEZ *et alii* 1984; VILAÇA 1995II; 401), procurados por povos de origem meridional desde o estabelecimento fenício na Península, parece-nos pouco consistente, pois este povo deverá ter-se fixado na Ibéria durante a segunda metade do séc.

²⁸⁵ - Em M. Martins (1988a: 178; 1989: 90, respectivamente).

²⁸⁶ -De qualquer modo, cremos que o aprovisionamento de cobre deverá ter-se efectuado no Noroeste português e na Galiza (COMENDADOR REY 1993, 1997, 1998; M. D. FERNÁNDEZ POSSE *et al* 1998: 196), ou mesmo na Beira Litoral, segundo a Carta Mineira de Portugal, na escala 1: 500 000, como já defendemos repetidas vezes.

IX aos inícios do VIII AC (RUÍZ-GÁLVEZ PRIEGO 1998), num momento que cremos anterior aos machados de talão com altos teores de chumbo. Assim, estas peças de duas argolas, com rebarbas ou cone de fundição, muito pesados, profundamente padronizados²⁸⁷, sempre raras em contextos de povoados e usadas, principalmente, em depósitos, talvez fossem artefactos de carácter social e ideológico, assunto que aprofundaremos no *item* 3.3.4.

Este possível incremento de objectos de bronze, encontra paralelos a uma escala mais ampla de análise. No alto Coura, no povoado do Cossourado (Paredes de Coura), M. F. Silva (1995/1997: 39 – 57) encontrou dois fragmentos de peças distintas, em bronze, além de uma lâmina em ferro, em níveis de ocupação que considera de cronologia antiga e inseríveis na fase II de A. C. Silva (1986). No baixo Ave, em cerca de seis povoados, exumaram-se quatro dezenas de artefactos metálicos. Entre estes, destacamos um machado com rebarbas de fundição, fíbulas de pé alto, fíbulas anulares e outros objectos de difícil interpretação (DINIS 1993: 133 e segs), a manifestar alguma continuidade com o período anterior (fíbulas de pé alto e machados) e a indiciar uma forte metalurgia de bronze durante este período, por vezes, também, com teores de chumbo discretos, como se pode comprovar pelas análises de composição química dos artefactos de Penices II (Famalicão), encontrados em níveis dos inícios da Idade do Ferro (DINIS 1991/1992a).

Na Galiza, os dados do 2º quartel do I milénio AC do povoado de Torroso (Pontevedra), entre outros (PEÑA SANTOS 1992a: 380 - 382, 1992b), permitiram que este autor defendesse uma continuidade metalúrgica, em termos formais, entre a Idade do

²⁸⁷- No povoado de Penices II, na transição do Bronze para o Ferro, a única peça com altos teores de chumbo era um fragmento de machado, ainda com rebarbas.

Bronze e os inícios do Ferro e um incremento desta actividade para a fase de formação do que denomina “Cultura Castreja”. Deste modo, também não parece ser possível sustentar um colapso da metalurgia do bronze na fase de transição para a Idade do Ferro e inícios desta, pelo menos nalgumas áreas do Noroeste, ideia, aliás já expressa por F. Queiroga (1992: 62, 106) ao defender que os objectos de bronze dominaram a Idade do Ferro do Noroeste até ao séc. I a. C.

Em relação ao **intercâmbio supra-regional**, a bacia do Cávado teria mantido ou intensificado os contactos de influência meridional, embora os produtos forâneos pareçam ser distintos do período anterior. Introduziram-se algumas novidades artefactuais (cerâmica com motivos estampilhados, cerâmica ática, fíbulas de tipo St^a Luzia, fíbulas anulares hispânicas, pendentes em forma de sanguessuga, alguns objectos de ferro), matérias-primas (sílex e chumbo), técnicas (metalurgia ternária do bronze) e géneros (possível introdução da aveia domesticada), cuja adopção estará certamente ligada a melhorias na estrutura agro-pastoril, nas condições subsistenciais e no volume de excedentes, a avaliar pelo tamanho das estruturas de armazenagem.

O aparecimento de cerâmicas estampilhadas em níveis tão antigos (S. Julião Id), vem contradizer a hipótese de C. A. B. Almeida (1996: 268) de que esta só ocorre nos finais do “Castrejo”, ou seja, no Ferro Recente.

Os mecanismos de contacto entre o vale do Cávado e o mundo atlântico poderão teoricamente inferir-se, pela introdução do chumbo, abundante na Galiza (SIERRA RODRÍGUEZ *et alii* 1984: 27) e, eventualmente, pela existência da metalurgia ternária do

bronze que parece ter-se revelado mais cedo nessa área, segundo os dados mais recentes de Torroso (Pontevedra) (PEÑA SANTOS 1992a).

As rotas de intercâmbios supra-regionais com a região meridional seriam complexas e diversas, embora, a distribuição de produtos forâneos nos povoados do litoral (Belinho II (?), S. Lourenço II e Faria III²⁸⁸ (ALMEIDA 1996:83) pareça acusar a via marítima como o principal meio de ligação entre Norte e Sul, muito provavelmente de modo indirecto.

Os motivos que levaram as populações do Sul, prováveis habitantes de feitorias, a iniciarem excursões ao Norte, para estabelecerem "trocas comerciais", não está ainda esclarecido. Contudo, com base nos conhecimentos que temos da época, podemos estabelecer algumas hipóteses explicatórias para esse intercâmbio. Assim, é provável que o estabelecimento de colónias ou feitorias ao longo da costa portuguesa, mesmo a norte do Tejo, possa ter incentivado a procura de algum estanho no Noroeste, por parte dessas comunidades, apesar de, a partir dos finais da Idade do Bronze, a grande região abastecedora do estanho ser, provavelmente, a Beira Interior.

A procura do ouro, abundante nos rios da região, de gado bovino e cavalari ou peles seriam outros factores possíveis de contacto.

Algumas eventuais assimetrias de desenvolvimento verificadas entre as áreas litorais e as do interior poderiam ser resultado de uma maior "pressão" externa sobre as populações litorais e uma maior resistência a fenómenos inovadores por parte das comunidades do interior.

²⁸⁸ - Neste teria aparecido um *Kyliles*, segundo C. A. B. Almeida (1996: 83).

À escala do Noroeste peninsular, os fenómenos parecem ser idênticos. Há artefactos de origem meridional, por todo o litoral, nomeadamente de cerâmicas púnicas e áticas, datáveis de entre os séculos VI e IV a.C.. Na Galiza, a distribuição desta louça nos povoados litorais, parece denunciar uma assimetria de desenvolvimento entre o litoral e o interior (CARBALLO ARCEO 1989; 1990; CRIADO BOADO 1989, PEÑA SANTOS 1992a, entre outros). A cerâmica púnica e ática aparece nos povoados de Aobre (Pontevedra), Barõna (Corunha), Castromao (Ourense), Cidade de Cameiro, Elvina (Corunha), Forca, Fozara (Pontevedra), Fuentes de Ropel, Lanzada (Pontevedra), Neixón Pequeno (Corunha)²⁸⁹, Recarea (Corunha) (F. ALMEIDA *et alii* 1981: 66; FARIÑA BUSTO *et alii* 1983: 120; HIDALGO CUÑARRO *et al* 1978: 61-67; HIDALGO CUÑARRO 1984: 374; CALO *et al* 1985: 15; CARBALLO ARCEO 1987: 111, 147; CALO LOURIDO 1993: 57 - 59). Deste período, temos, ainda, uma fíbula de tipo “*navicella*”, encontrada em Aobre (Pontevedra), artefactos de ferro nos níveis mais recentes de Terroso, no Neixón Pequeno, em Penalba e Lanzada (PEÑA SANTOS 1992a: 381) e os vidros de Castroverde (REY CASTIÑEIRAS 1996: 179). No Entre-Douro-e-Minho, achados cerâmicos de proveniência meridional ocorrem no Coto da Pena II (Caminha), em Stº Estevão da Facha (Ponte de Lima), Ermidas II (Famalicão), onde também apareceram vidros da mesma proveniência, Penices II (Famalicão), Morro da Sé (Porto), Castelo de Gaia (Gaia) e Romariz (Vila da Feira), a sul do Douro mas, igualmente situado no litoral (F. ALMEIDA *et alii* 1981: 66, 76; REAL *et alii* 1985/1986: 24-28; SILVA 1986: 36, 135; DINIS 1993: 132; B. ALMEIDA 1996: 83).

²⁸⁹. Onde também apareceu um *arybalos* púnico, em vidro, em associação com um fragmento de caldeiro e um machado de talão (FARIÑA BUSTO *et al* 1980: 190 - 191).

Perante este quadro não parece haver retracção de produtos forâneos no Noroeste face aos finais da Idade do Bronze, o que implica que não houve, também, diminuição do intercâmbio supra-regional. Talvez até, só a partir deste momento, esse mesmo intercâmbio possa ter assumido, em áreas litorais, alguma importância estrutural.

A. de la Peña Santos (1992a) e F. Calo Lourido (1993: 58-59) defendem mesmo que este período teria sido de intensificação de contactos entre o Noroeste e o mundo meridional.

Em **resumo**, não cremos que o período em causa se possa considerar como um fase de empobrecimento da cultura material e das práticas agro-pastoris, de recessão da metalurgia do bronze, de isolamento crescente face ao mundo exterior em termos socio-económicos, o que teria levado a uma maior ruralização da sociedade. No vale do Cávado, estão patentes indicadores de intercâmbio à distância, quer nas áreas litorais, quer mais interiores (Belinho II (?), Falperra II, Faria II, S. Lourenço II e S. Julião Id), evidências do aumento da produtividade agrícola e, eventualmente, pastoril, assim como indícios da prática da metalurgia do bronze. Embora ainda como caso isolado, há a registar o crescimento do povoado de S. Julião Id, onde a escavação em área permitiu inferir estas características, o que concorda com uma fase de expansão.

O “empobrecimento” do espólio, à medida que nos aproximamos dos inícios da Idade do Ferro (suposição válida para o Alto da Torre II, Roriz II, S. João de Rei I e S. Julião Id-3a), parece compensado por uma maior diversidade de técnicas e temáticas decorativas, pela introdução ou generalização de novas formas e de técnicas de fabrico, pelo que deve ser relativizado. Quanto a nós, estas características não terão forçosamente que representar uma maior auto-suficiência das comunidades (MARTINS 1990: 204), mas,

talvez, a sua inclusão em novas formas de intercâmbio à distância e a adopção de novos códigos de conduta mais “padronizados”. Deste modo, esta alteração poderá justificar-se mais no âmbito de mudanças do foro social do que do económico, muito embora estes dois domínios de actividade humana não possam ser encarados como compartimentos estanques.

Durante a Idade do Ferro Inicial denota-se, similarmente, em algumas zonas do vale do Cávado, uma grande vitalidade económica, inferida dos indicadores paleocarpológicos de S. João de Rei II (séc. III AC), do aumento das dimensões dos silos e do aparecimento de uma nova forragem, a aveia, para o gado bovino e cavalar, o que permitiria um maior equilíbrio e estabilidade destes animais e das actividades a eles associadas. Esta ilação parece corroborar-se pelo Quadro Paleocarpológico III que possuímos para povoados do Noroeste, mas terá que ser testada através de novos projectos de investigação.

3.3.3. A sociedade

Durante os finais do 2º quartel do I milénio AC, começa a registar-se uma alteração formal no seio do acervo cerâmico. Desaparecem as taças carenadas, desenvolvem-se as panelas de asa interior e as tigelas e aparecem potinhos, de bom fabrico, com decoração impressa e novas temáticas organizativas. Torna-se comum a olaria com desengordurantes micáceos, embora persistam louças de pasta arenosa.

É importante acentuar que as transformações da cultura material não se podem dissociar de **modificações comportamentais de natureza social e ideológica**, tal como defende A. Sherratt (1991: 224-225). Assim, ao relacionarmos a cerâmica com as refeições

e os hábitos alimentares, verificamos que algumas delas continuam a ser preparadas em potes de colo estrangulado, mas também em panelas de asa interior, forma aberta, chegando a atingir diâmetros grandes ou muito grandes, implicando isto uma mudança, quer nos processos de cozinha, quer nas próprias "receitas" ou no conjunto de elementos agora confeccionados. As dimensões destes recipientes que poderiam servir, simultaneamente, de panela e travessa, podem indiciar que se comia do mesmo prato no âmbito de cada grupo familiar, talvez a revelar uma coesão genealógica forte.

O desaparecimento das taças carenadas, aponta para a alteração de um hábito que cremos ligado à ingestão de bebidas de foro ritual, muito embora estas pudessem continuar a fazer-se nos potinhos/púcaros.

É credível que as bebidas de âmbito cerimonial e social se efectuassem, agora, nos potinhos de pasta mediana/fina, com novos motivos decorados por impressão (círculos concêntricos, triângulos, filas de SSS em séries horizontais ou verticais), ainda raros até meados do milénio e portanto, aparentemente carregados de alto valor simbólico e social. Esta forma poderá associar-se ao consumo de novas bebidas e à emergência de algumas modificações na ordem social que se irá desenvolver ao longo da Idade do Ferro.

Nas comunidades fortemente agrícolas e sedentarizadas é admissível pensar que cada uma delas (constituídas por vários agregados) vá construindo, de geração em geração, uma história própria, que a individualiza da vizinha, tal como os grupos familiares que tenderão a construir linhagens verticais, atendendo a que cada uma tem histórias distintas que vão herdando, estabelecendo-se, assim, por tradição, uma sociedade mais diferenciada (BARRET1994: 151). A este propósito, diz este autor "*The earlier community, simply with its horizontal divisions of age and religious authority linking the material and ancestral worlds, was now shot through by the vertical cleavages of lineage and inheritance, of*

different histories and therefore of different rights". De qualquer modo, não parece existir memória individual separada da social, segundo a opinião de Halbwachs que P. Connerton (1993: 45) subscreve. Segundo este último autor, os actos de transferência do passado e o seu conhecimento passam como memórias-hábitos, através de cerimónias comemorativas ou *performances* rituais, práticas/coreografias corporais e narrativas contadas de modo informal, que, fazendo parte do quotidiano, ajudam a manter a "estabilidade e o equilíbrio social". A mudança de uma sociedade com laços horizontais de diferenciação, para uma de traços verticais e configurada por histórias genealógicas individuais, seria um processo moroso e lento iniciado entre vizinhos que partilham um modo de vida (SOBRAL 1997: 237-238). A grande continuidade formal que persiste a vários níveis (estruturas habitacionais e de armazenagem, distribuição espacial dos povoados, acervo cerâmico, objectos metálicos, líticos, estruturação económica e, eventualmente, alguns rituais), abona a favor de uma mudança lenta, em continuidade. A premissa de G. Ferrel (1996: 136) de que "*Innovation spreads rapidly in the areas with a highly integrated, hierarchical settlement pattern but far more slowly in the non-hierarchical areas with a low level of settlement integration*", constitui um dado mais para pensarmos que o longo espaço de tempo necessário para que as inovações fossem aceites resultou de sociedades ainda pouco hierarquizadas verticalmente. Há que ter em conta, também, o número de vezes que a inovação foi transmitida e que esta só têm um "...valor adaptativo (se conseguir, por exemplo, ganhos de produtividade) e se for aceitável (se as exigências impostas pela sua realização não forem dirimentes), é seleccionada" (BOUDON 1990: 247).

Na falta de outros dados arqueológicos, a existência de uma sociedade tendente a uma maior diferenciação vertical passa pela aceitação da presunção que a transmissão das práticas e dos conhecimentos se faria de forma hereditária e, portanto, dentro de um grupo

restrito e coeso. Com base neste pressuposto procurámos identificar, ainda que hipoteticamente, alguns grupos diferenciados, durante esta fase, considerando que a perpetuação de rituais de cremação no interior dos povoados, seria reveladora da importância do indivíduo no seu grupo familiar e social; que a existência de oficiantes de rituais seculares, permitiria a criação de grupos hereditários conhecedores dos ritos, dos símbolos e do mundo sobrenatural; que a permanência de um grupo de metalurgistas conduziria a um corpo altamente prestigiado porque detentor do “poder” da transformação dos elementos da natureza e conhecedor das técnicas tradicionais e que a existência de um efectivo, cada vez mais ligado às actividades subsistenciais, constituiria a maioria da população

A diferenciação social não se basearia, ainda, no controlo individual dos meios de produção, mas no prestígio familiar, no género e na idade, o que não se desvincularia dos conhecimentos específicos de cada um, a comprovar o que diz Estrabão em relação às comunidades, provavelmente para o séc. II a. C., ao especificar que se sentam e comem consoante a idade e a dignidade (CARDOSO 1994).

3.3.4. O ritual e o simbólico

No vale do Cávado, a pervivência de rituais associados à água e a determinados penedos que parecem “sobreviver” desde o II milénio AC, embora os significados possam ter-se alterado, poderá documentar-se no machado de alvado encontrado no curso médio do rio Cávado e nos depósitos da Quinta da Fonte Velha/Viatodos, onde vários machados de talão de duplo anel e lingotes foram recolhidos, no interior de um vaso metálico (?), sob um penedo e numa área de uma fonte. Este achado encontra-se no seio do território

pedestre de 1h do Monte da Saia e poderá indiciar uma zona ritualizada na margem do território de referência deste povoado.

Também o depósito de Caldelas e o achado de Creixomil, provenientes de zonas ribeirinhas, poderão derivar de rituais associados à água, embora não tenhamos dados concretos sobre os seus contextos precisos de achado.

O facto de muitos artefactos inventariados como achados avulsos conterem, ainda, rebarbas ou cone de fundição leva-nos a pensar que seriam provenientes de depósitos e não peças para o uso de trabalhos práticos.

Se aceitarmos a premissa de C. Percero Oubiña (1993) de que, na Idade do Ferro do Noroeste, existe um carácter guerreiro mítico, onde os “jogos” ou “confrontos” se poderiam encarar como uma actividade social de âmbito religioso efectuada por alguns membros, é viável conjecturar, entre outras hipóteses, que alguns dos machados de talão de duplo anel, de composição química inadequada para uso corrente, principalmente os sem cone de fundição, poderiam corresponder a peças usadas nesses rituais, cujo destino final seria a sua ocultação em lugares sagrados. Os depósitos destes artefactos representariam, assim, a última fase do seu “ciclo de vida”, no sentido de S. Needham (1993). Esta conjectura necessita obviamente de mais informação sobre a integração dos depósitos em “relação à totalidade do meio relevante”, pelo que são mais as questões do que as respostas nesta fase da investigação.

A pervivência de rituais associados às águas e a determinados penedos nesta sub-região, encontra paralelos em vários locais da Península Ibérica, sendo os primeiros comuns na Europa da Idade do Bronze e mesmo do Ferro, frequentemente interpretados de forma distinta. Se nos restringirmos aos paralelos nas águas, para o Entre-Douro-e-Minho,

destacamos o machado de alvado de duplo anel com rebarbas, encontrado no rio Lima, aquando de trabalhos provenientes de extracção de areia (B. ALMEIDA 1990: 266) e idêntico ao do Cávado.

Os achados associados a penedos parecem ser comuns no Entre-Douro-e-Mínho, pelo que será de perspectivar futuramente, a uma escala média de análise, explicações mais generalizantes. Na Gruta do Agrelo/Castro ou Castelo dos Milagres (Monção), numa cavidade de granito, entre penedos, descobriram-se vários artefactos de bronze, entre os quais um machado de talão (VASCONCELOS 1903: 258-286; OLIVEIRA *et alii* 1969: 19; MARQUES 1985: 25-26). No Castelo de Formariz (Paredes de Coura), 14 machados de talão foram detectados "*...numa pequena cavidade, junto dum bloco granítico*" (PEREIRA 1903: 132-136; FORTES 1916: 338; MACWHITE 1951: 66; SAVORY 1951: 362; MONTEAGUDO 1977: 167,170,173; SILVA 1994) e em Felgueiras, no Castro de S. Simão (Lugar do Monte), também foram encontrados machados de talão de duplo anel, na base de um penedo partido por pedreiros (PINTO 1995: 270, nota 7).

Na Beira Interior, este fenómeno registou-se no Paul, onde foi encontrado um depósito composto por machados, sob um penedo (PROENÇA 1910a; VASCONCELOS 1917: 328)²⁹⁰.

A descoberta de um **caldeiro**, em zona contígua à acrópole de S. Julião Id, indicia, uma vez mais, a persistência destes objectos e, possivelmente, dos rituais a eles associados, desde os finais da Idade do Bronze até a este período, pelo menos, nalguns povoados mais orientais da bacia do Cávado. Se bem que estes objectos tenham sido associados a

²⁹⁰- Em R. Vilaça (1995 II: 400).

banquetes rituais, efectuados por elites, desde os finais da Idade do Bronze (KRISTIANSEN 1991: 27; GOMEZ DE SOTO 1993: 193, 195), não parecem poder desvincular-se de rituais ligados à prática funerária, atendendo ao contexto em que se encontraram no povoado de Castillejo de Sanchorreja (Ávila) (TABLAS SASTRE *et al* (1989).

Os santuários rupestres, pelas razões já apontadas no ponto 3.3.1., poderão ser vistos como locais onde persistem, desde os finais da Idade do Bronze, "actos comunicacionais" entre comunidades de várias localidades e onde "...reproduzem e transformam uma configuração espacial que lhes é comum", cuja dimensão social poderá ser a da que a "...um território comum corresponde a uma dinâmica social de tipo integrador" (SILVANO 1997: 118). Nestes locais, veículos, certamente, de memória partilhada, transmite-se, simultaneamente, a identidade social e espacial, profundamente interligadas e reinventa-se a tradição, na valorização do passado *versus* o futuro²⁹¹.

Além da mobilidade de âmbito agro-pastoril, existiria a mobilidade ritual, que se dirigiria, quer às zonas sacralizadas de cada comunidade onde se colocavam oferendas (águas, penedos), quer aos centros cerimoniais de carácter mais aberto e que se destinariam a várias sub-comunidades com identidades comuns, onde a troca de ideias, conhecimentos,

²⁹¹ - Parece-nos pertinente lembrar A. Giddens (1996: 26) quando defende que "*Nas culturas tradicionais, o passado é respeitado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar o controlo reflexivo da acção na organização espácio-temporal da comunidade. É um meio de lidar com o tempo e o espaço, que insere cada actividade ou experiência particulares na continuidade de passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é totalmente estática, porque tem de ser reinvitada por cada nova geração à medida que esta assume a herança cultural daqueles que a precederam*".

pactos sociais, alianças ou contratos matrimoniais se poderiam efectuar. Esta mobilidade diferencial (campos agrícolas, monte, pastorícia, pesca, extracção mineira, colheita, locais ritualizados, entre outros), permitiria às comunidades um conhecimento do território vivenciado e ajudaria a formar uma **noção de espacialidade comum** entre os diferentes elementos da mesma comunidade simbólica, importante para garantir a coesão de unidades socio-políticas emergentes, hipótese já defendida para os finais da Idade do Bronze.

3.3.5. Alguns comentários sobre a mudança dos finais da Idade do Bronze para a Idade do Ferro

Acerca da mudança nesta fase, podemos aplicar a expressão de I. Wallerstein (1995) "*A mudança é eterna. Nada muda, nunca*". Se nos situarmos no conceito de que a "*mudança é eterna*", cujo sentido se associa ao paradigma da modernidade e valorizarmos critérios ou registos arbitrários, mais visíveis em temporalidades curtas (formas, técnicas e organizações decorativas cerâmicas, aspectos ligados à tecnologia e morfologia metalúrgica e ao incremento da acção antrópica sobre o meio), teremos a impressão que houve acentuadas diferenças entre os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro. Todavia, se privilegiarmos a segunda frase que se entende na inteligibilidade das "tendências seculares" e, que se reflecte, nesta fase, na continuidade da distribuição espacial dos povoados, das estruturas habitacionais e de armazenagem, na padronização de alguns artefactos metálicos, da continuidade de rituais ligados às águas e a penedos e, eventualmente, a santuários rupestres com gravuras e na estruturação subsistencial, em

grande medida, recorrente, deparamo-nos com temporalidades distintas de difícil conjugação. Neste sentido, admitimos, tal como M. Martins (1994) que “...por detrás de quaisquer mudanças, perceptíveis no registo arqueológico, existem sempre continuidades, que se tecem, elas também de contínuas mudanças” e que “...apenas podemos considerar que o registo da mudança constitui sempre uma arbitrariedade na fragmentação do processo histórico, que se tece de múltiplas lógicas, sempre contingentes e de diferentes compassos, dificilmente recuperáveis”.

Ao valorizarmos as possíveis continuidades do tempo longo, no momento que considerámos de transição, por nos parecerem as mais importantes, na fase actual da nossa investigação, admitimos um discurso de continuidade entre os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro, concordando com o endogenismo desta fase já proposto para o Noroeste por F. Calo Lourido *et al* (1983), M. Martins (1988c, 1988d, 1989b, 1990, 1993/1994, 1994, 1996), M. L. Ruíz - Gálvez Priego (1987: 261), L. X. Carballo Arceo (1989, 1990, 1996: 326), J. Rey Castiñeira (1990/1991: 157; 1993: 166; 1996), A. Peña Santos (1992a), F. Queiroga (1992), R. Fábregas Valcarce *et al* (1994) e G. Mejjide Cameselle (1994: 199), entre muitos outros, assim como alguns arqueólogos oriundos de outros países o fizeram para a área de Wessex (Inglaterra) (BRADLEY 1990; BARRET *et alii* 1991: 227 e segs; HILL 1996, entre outros).

Aceitando as premissas de continuidade e a de que as mudanças só se verificam quando ocorre o confronto com a heterogeneidade, que é preciso aprender a gerir através de mecanismos de defesa das tradições e de modos de inclusão equilibrada das novidades, só podemos explicar a aceleração da mudança, verificada na cultura material, a partir dos finais do séc. VI AC, em termos formais, decorativos e técnicos da cerâmica e formais e técnicos de artefactos em bronze, porque se geram tensões internas e estados de

desequilíbrio entre diferentes unidades socio-políticas, com assimetria de riqueza e poder desiguais. Esta situação deverá ter sido motivada por processos endógenos, mas, igualmente, por estímulos externos, motivados por um crescente desenvolvimento do Império Púnico, motivador de novas colónias e entrepostos comerciais na Península e Norte de África, cada vez mais virados para a costa atlântica, após o estabelecimento da primeira colónia grega no Levante peninsular.

É provável que as unidades socio-políticas das zonas litorais, mais tocadas por esta rede de intercâmbio supra-regional de origem meridional, possam ter sofrido processos de desenvolvimento distintos das do interior, tendo-se estabelecido desequilíbrios de interesses e de desenvolvimento socio-económico entre elas. Tal fenómeno, poderá ter levado as comunidades mais desenvolvidas a estimularem as do interior através de contactos mais contínuos, veículos da divulgação das novidades, ou a tentarem processos de expansão territorial para atingirem determinados recursos. Ambos os processos implicariam, por parte das comunidades interiores, uma diversidade de respostas e eventuais tentativas de delimitação territorial mais eficazes, o que conduziria a negociações internas entre as novidades e o tradicional e à aceleração da mudança. A mudança teria sido, assim, motivada pelo "confronto" entre "...*dinâmicas de sentido oposto, centrípetas ou centrífugas*", para usar uma expressão de J. Sobral (1997: 263), decorrentes de diferentes processos de desenvolvimento entre as comunidades do litoral e as do interior. Em suma, os factores que terão estado na base da emergência da Idade do Ferro são necessariamente complexos e prender-se-ão com a negociação permanente entre os mais diversos factores internos e externos, a nível regional e supra.-regional que, geradores de estímulos, encontram respostas, também elas distintas, entre comunidades capazes de os assimilar e transformar consoante as suas próprias histórias pessoais.

Apesar de nos faltarem mais elementos para validarmos de forma pertinente esta hipótese explicativa da mudança entre os finais da Idade do Bronze e os inícios da Idade do Ferro, entendemos que ela pode ser útil como sugestão a ser trabalhada futuramente.

3.3.6. A transição da Idade do Bronze para a do Ferro: problemas cronológicos

Consideramos a Idade do Ferro como uma construção teórica que se caracteriza pela ausência da metalurgia do ferro (embora já circulem objectos deste metal), pela alteração substancial das representatividades de formas cerâmicas conhecidas anteriormente, pelo incremento de outras formas em associação com modificações importantes em termos técnicos e decorativos, pela ocorrência de novos artefactos de bronze e pela intensificação da arquitectura pétreia, embora de forma assimétrica, factores que cremos suficientemente representativos de alterações socio-económicas, ideológicas e rituais, face aos finais da Idade do Bronze, para criarmos uma nova etapa cronológico-cultural.

As assimetrias de desenvolvimento económico, social e simbólico, de cada região, poderão explicar a emergência, em diferentes temporalidades, do que se convencionou chamar Idade do Ferro, que cremos ter ocorrido durante o 2º quartel do I milénio AC nalgumas regiões costeiras, a crer nas cronologias de Coto da Pena e Torroso e, em épocas mais recentes, no interior, como em S. Julião, onde parece emergir, apenas nos inícios do séc. IV AC. Deste modo, o processo de transição poderá ter sido mais lento em regiões que conseguiram manter-se à margem ou que foram pouco tocadas pelos fenómenos verificados no litoral, o que poderá explicar a permanência de povoados abertos, com estruturas

perecíveis (bases de cabanas, fossas abertas no saibro) até ao 3º quartel do I milénio AC, onde se perpetuaria um modo de vida tradicional, *versus* outras realidades mais permeáveis às novidades.

Ao considerarmos esta assimetria cronológica afastamo-nos de qualquer proposta mais generalizadora, como a de A. C. Silva (1986), que situa o início da Idade do Ferro pelo séc. VI a. C.; de M. Martins (1990; 1994; 1996), que coloca os primórdios deste período nos séculos VI/V e a transição Bronze/Ferro, nos séculos VII/VI a. C e a de J. Alarcão (1992) que considera a transição pelo séc. VII a. C.. O primeiro autor relaciona esta fase de transição com influxos indo-europeus e tartéssicos, e os dois últimos, com processos endógenos e alterações provocadas pelo estabelecimento dos Fenícios no Sul e a extensão da sua influência a outras áreas peninsulares, o que teria tido, de algum modo, consequências no Noroeste.

Também nos afastamos de C. A. F. Almeida (1983) que coloca os inícios da Idade do Ferro do Noroeste, ou seja, o seu "Castrejo Antigo", nos finais do séc. IV a. C. por considerar ser esta uma fase de iniciação e generalização da petrificação dos povoados.

A nossa proposta aproxima-se da de L. X. Carballo Arceo (1990: 324) para a Galiza, ao considerar assimetrias entre o interior e a área litoral e ao situar os inícios da Idade do Ferro, na bacia do médio Ulla (área interior), na 1ª metade do séc. IV a.C. como data mais antiga.

QUADRO PALEOCARPOLÓGICO IV

SEGUNDA METADE DO I MILÉNIO AC

Povoados	Cronologia	C	T	H	P	S	A	V	P	B	L	Q	V	S	C	P	Refer. Bibliográfica
		e	r	r	a	e	v	f	i	r	a	u	i	o	r	i	
		r	i	d	n	c	e	n	a	s	s	r	e	r	r	r	
S. Julião II, Vila Verde	Ferro Inicial											*					Martins 1988:19
Borneiro, Corunha	Meados do milénio	§	*														Aira <i>et alii</i> 1989: 102-104
Troña, Pontevedra	CSIC - 690 (2400± 50BP) a CSIC - 688 (2230 ± 50BP)	§															Aira <i>et alii</i> 1989: 85-88
Castromao, Ourense	CSIC - 638 (2370± 50BP) a CSIC - 640 (2250 ± 50BP)		*	*	*		*	*				*				*	Fariña Busto 1991; Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996
S. João Rei II, Póvoa Lanhoso	UtC - 4784 (2220 ± 37BP) CSIC - 1146 (2183± 27BP)		*		*		*	*		*		*					Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996
Crastoeiro, Mondim Basto	ICEN- 45 (2210 ± 45BP) LY - 4936 (2175 ± 40BP)		*	*	*		*					*	*				Queiroga 1985; Figueiral 1990: 118; Queiroga 1992:249; Dinis 1993/1994
Montaz, Pontevedra	CSIC - 788 (2210 ± 50BP) a CSIC - 789 (2120 ± 50BP)	§	*									*					Aira <i>et alii</i> 1989: 92-93; Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996
Fozara, Pontevedra	CSIC - 693 (2120 ± 50BP) CSIC - 692 (2110 ± 50BP)											*			*		Carballo Arceo 1989: 532; Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996
Pedra Moura, Pontevedra	Ferro Recente	§															Aira <i>et alii</i> 1989: 101 - 102
Cortegada, Pontevedra	CSIC - 783 (2280 ± 50BP) a CSIC - 782 (2090 ± 50BP)	§	*	*	*							*			*		Aira <i>et alii</i> 1989: 90-92; Carballo Arceo 1989: 520,522,531; Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996
S. João Rei III, Póvoa Lanhoso	CSIC - 1148 (2006 ± 26BP) Nível não romanizado ²⁹²		*					*				*					Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996; dados inéditos
Castrovite, Pontevedra	CSIC - 819 (2220 ± 60BP) a CSIC - 818 (1830 ± 50BP)	§	*										*				Carballo Arceo 1989: 522, 531; Fariña Busto 1991; Saa Otero 1991; Dopazo Martínez <i>et alii</i> 1996

Resultados das análises paleocarpológicas e polínicas efectuadas em povoados da segunda metade do I milénio AC, no Norte de Portugal e Galiza.

²⁹² -Esta data corresponde à camada 5 do Corte 3.

QUADRO ARQUEOZOLÓGICO IV

O I MILÉNIO AC

Estação Arqueológica	Cronologia	B	C	O	O	S	E	C	C	Outros	Refer. Bibliográficas
		o	a	v	v	u	q	e	a		
		s	p	l	i	s		r	n		
		t	h	a	c	d	c	e	s		
A Lanzada, Pontevedra	Idade do Ferro	*			*	*				Texugo	Fernandez Rodriguez 1996
Barbudo IIB, Vila Verde	Idade do Ferro	*			*	*	*		*		Martins 1989: 25, 116
Borneiro, Corunha	Idade do Ferro	*			*	*		*			Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martinez <i>et alii</i> 1996
Cantodorxo, Pontevedra	Idade do Ferro	*			*	*				Raposa	Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martinez <i>et alii</i> 1996
Castros Velhos, Viana Castelo	Idade do Ferro									Ameijoia e mexilhão	Almeida 1996: 264
Cortegada, Pontevedra	Idade do Ferro				*						Carballo Arceo 1989: 527
Coto da Pena II, Caminha	Idade do Ferro						*	*		Javali	Silva 1986: 113
Fozara, Pontevedra	Idade do Ferro	*			*						Carballo Arceo 1989: 528; Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martinez <i>et alii</i> 1996
Meirás,	Idade do Ferro	*			*	*				Lobo	Carballo Arceo 1989: 528, 533
Neixón, Corunha	Idade do Ferro	*			*	*					Fernandez Rodriguez 1996
O Achadizo/ Cabo Cruz, Corunha	Idade do Ferro	*			*						Fernandez Rodriguez 1996
Orelas, Pontevedra	Idade do Ferro	*			*						Carballo Arceo 1989: 527; Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martinez <i>et alii</i> 1996
Queiruga, Corunha	Idade do Ferro	*			*						Fernandez Rodriguez 1996
Terroso, Póvoa de Varzim	Idade do Ferro (Séc. II/I a. C.)									Caramujo, lapas, mexilhão, <i>Nucella lapillus</i> L., ouriço do mar	Silva 1986: 114
Troña, Pontevedra	Idade do Ferro	*			*	*					Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martinez <i>et alii</i> 1996
Vigo, Pontevedra	Idade do Ferro	*			*	*				Aves, carnívoros e lagomorfos	Hidalgo Cunarro 1989: 538; Carballo Arceo 1989: 533

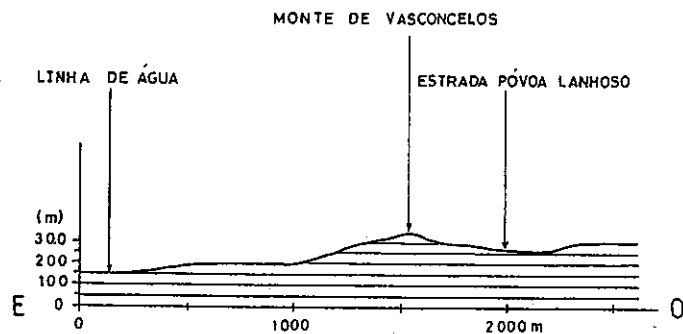
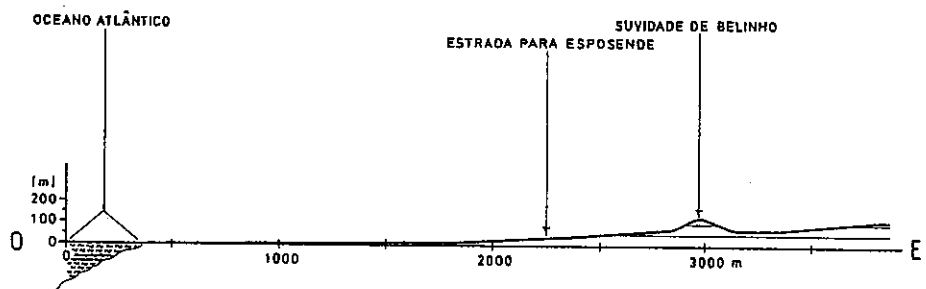
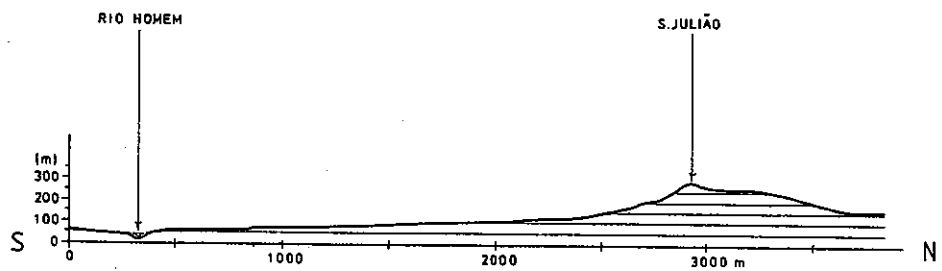
Resultados das análises arqueozoológicas efectuadas em povoados do I milénio AC no Norte de Portugal e Galiza

QUADRO ARQUEOZOOLOGICO V

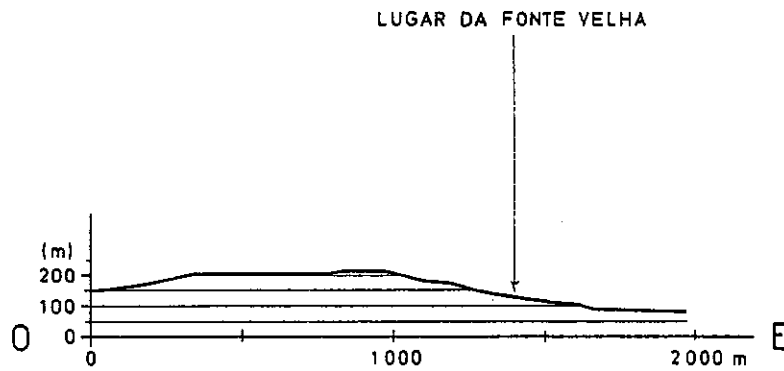
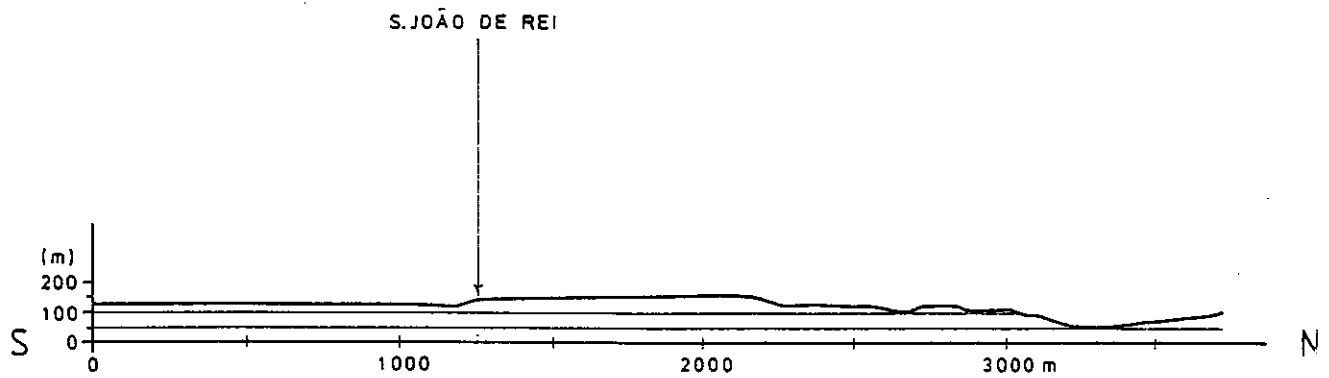
POVOADOS FORTIFICADOS ROMANIZADO

Estação Arqueológica	Cronologia	B	C	O	O	S	E	C	C	Outros	Refer. Bibliográficas
		o	a	v	v	s	q	e	a		
		t	h	a	d	c	e	s	s		
Âncora, Viana Castelo	Romanização									Lapa, mexilhão e <i>Trochocochlea</i>	Silva 1986: 114
A Devesa, Lugo	Romanização	*				*	*				Fernandez Rodriguez 1996
A Lanzada, Pontevedra	Romanização	*				*	*	*		Cetáceo e gato	Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
A Peneda Viso, Pontevedra	Romanização	*	*	*	*	*	*	*	*	Javali	Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
A Suvidá, Pontevedra	Romanização	*			*						
Baroña, Corunha	Romanização	*			*						Fernandez Rodriguez 1996
Benquerencia, Lugo	Romanização	*									
Cameixa, Ourense	Romanização				*						Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Elviña, Corunha	Romanização	*			*	*					Fernandez Rodriguez 1996
Espasante, Lugo	Romanização	*			?						
Facho de Donón, Pontevedra	Romanização	*			*	*			*		Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Fazouro, Lugo	Romanização	*			*	*	*				
Feal da Paula, Lugo	Romanização	*			*	*					Fernandez Rodriguez 1996
Islas Cíes, Pontevedra	Romanização	*			*	*				Corço	Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Los Remedios, Pontevedra	Romanização	*									Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Morro da Sé, Porto	Romanização								*		Real et alii 1985/1986:34; Lopes 1985/1986
O Achadizo / Cabo da Cruz, Corunha	Romanização	*	*	*	*	*	*	*	*	Galináceos, gato, bodião, boga, dourada, pargo e salmão	Ferré et alii 1996; Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Punta do Castro, Lugo	Romanização	*			*	*	*	*	*		Fernandez Rodriguez 1996
Punta dos Prados, Lugo	Romanização	*			*	*					
Santa Tegra, Pontevedra	Romanização	*			*	*	*	*	*	Galináceos	Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Valencia Sill, Ourense	Romanização	*			*	*	*	*	*	Gato	Fernandez Rodriguez 1996
Vigo, Pontevedra	Romanização	*			*	*	*	*	*	Aves, carnívoros, galináceos, lagomorfos e lebre	Hidalgo Cunarro 1989: 538; Carballo Arceo 1989: 533; Fernandez Rodriguez 1996; Dopazo Martínez et alii 1996
Viladonga,	Romanização	*			*	*	*	*	*		Fernandez Rodriguez 1996
Vilar Lelín,	Romanização	*			*	*	*	*	*		

Resultados das análises de paleocarpologia animal efectuada em povoados fortificados romanizados, no Norte de Portugal e Galiza.



Perfis topográficos de povoados em localização de "portela" entre o vale e a montanha (S. Julião e Belinho) e em zona de cumeada (Vasconcelos).



Perfis topográficos de estações de vale: 1 - povoado de S. João de Rei; 2 - local do depósito metálico da Quinta da Fonte Velha.

4. Palavras finais

Apesar das muitas dúvidas que nos assaltaram e dos momentos de inquietude que passámos, quer na fase do trabalho de campo, quer na de gabinete, e depois, na nossa sala de trabalho, durante a exposição dos dados, da sua análise e interacção, de modo a construirmos um discurso que o auditório valide como verosímil, deparámo-nos com o facto de que o enorme esforço gasto para se ter uma ideia, criar uma hipótese, ou um discurso aceitável, não é mais do que um pequeníssimo contributo científico, temporalmente datado, embora, inserível numa enorme etapa temporal e mental do nosso amadurecimento.

Mas, apesar de um certo desencanto não podemos deixar de continuar, na perspectiva de não desiludirmos o nosso auditório, esse pequeno público de interessados, que, por diversos motivos, esperam de nós a “estória final” tal como nós próprios precisamos dela para perspectivarmos as nossas alternativas futuras. Como diria Vítor Oliveira Jorge (1997: 37) “...no término de toda a “suspeita” sobre a precaridade das nossas “reconstituições”, haveria, quand même, que escrever uma história (ou, se quisermos, uma “estória”). De outro modo demitir-nos-íamos do objecto do nosso próprio trabalho, do nosso inquérito, das expectativas do público, que espera de nós um texto que, sendo assumidamente ficcional, se baseia em “pontos de apoio” observados e descritos, e numa teia argumentativa que se afasta das regras da “pura” construção literária, na medida em que se apoia num método explícito e se oferece às regras da verificabilidade”.

"São dias infelizes para mim nesta fase, é o fim do livro, há a solidão como se o livro fechado continuasse noutra lugar em mim e me fugisse novamente"

(Marguerite DURAS, *A Vida Material*, 1987: 81)

BIBLIOGRAFIA

- ABERG, N. (1921). *La civilisation Énéolithique dans la Péninsule Ibérique*, Upsala.
- ABREU, A. (1986). Vila Cova: a terra e o homem, *Barcelos-Revista*, 3 (1), pp. 327 - 484.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (1976). Excavaciones en el Castro de O Neixón. Campaña de 1973, *Noticiário Arqueológico Hispánico - Prehistoria*, 5, pp. 327 - 330.
- (1977). Panorama de la cultura castrexa en el No de la Península Ibérica, *Bracara Augusta*, Braga, 31, pp. 235 - 253.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. (dir) (1987). *Catalogación de yacimientos preromanos del ayuntamiento de Santiago*, Arqueoloxía/Informes - 3, Ed. Xunta de Galicia.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. et alii (1979). *Prehistoria e arqueoloxia de Galicia. estado da cuestión*, Ed. Sección de Arqueoloxia e Prehistoria do Instituto de Estudos Galegos "Padre Sarmiento", Santiago de Compostela.
- ACUÑA CASTROVIEJO, F. & G. Meijide Cameselle (1991). Castro de A Graña (Toques, A Coruña), *Arqueoloxia. Informes. Campaña 1988*, 2, Coruña, pp. 51 - 54.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J. (1986). *Contribución al estudio de suelos fosiles, de montaña y antropogenos de galicia, por analisis polinico*, Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela (Policopiada).
- AIRA RODRIGUEZ, M. J. & F. Guitian Ojea (1984). Estudio polínico y edafológico de los yacimientos de Regueiriño y Fontenla" (península del Morrazo, Pontevedra), *Pontevedra Arqueológica*, 1, Pontevedra, pp. 99 - 112.
- (1985/1986). Contribución al estudio de la cultura castreña gallega: analisis palinológico de los castros de Vixil y Penarrubia (Lugo), *Pontevedra Arqueológica*, 2, Pontevedra, pp.191-200.
- (1989/1990). Nota sobre el estudio palinológico preliminar realizado en el yacimiento de Barxés (Ourense, España), *Brigantium*, 6, Corunha, pp. 185 - 189.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J.& J.M. Vázquez Varela (1985). Nuevos datos palinológicos sobre la agricultura prehistórica en Galicia (España), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), Porto, pp. 241 - 252.
- AIRA RODRIGUEZ, M.J.; P. Ramil-Rego & A. Alvarez Núñez (1990). Estudio paleocarpológico realizado en el Castro de Penalba (Campolameiro, Pontevedra. España), *Boletín Complutensis*, 16, Madrid, pp. 81 - 89.
- AIRA RODRIGUEZ, M. J.; M. P. Saa Otero & T. Taboada Castro (1989). *Estudios paleobotánicos y edafológicos en yacimientos arqueológicos de Galicia*, Arqueoloxía/Investigación - 4, Ed. Xunta da Galicia.

- AIRA RODRIGUEZ, M. J. & P. Ramil-Rego (1995). Datos paleobotánicos del Norte de Portugal (Baixo Minho). Estudio polínico y paleocarpológico, *Lagascalia*, 18 (1), pp. 25 - 38.
- ALARCÃO, J. (1992). A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, 31, Coimbra, pp. 39 - 71.
- (1995). Para uma epistemologia da Arqueologia, *Conímbriga*, 34, pp. 5 - 32.
- (1996). O primeiro milénio, *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp.15 - 30.
- (1996a). *Para uma conciliação das arqueologias*, Ed. Afrontamento, Porto.
- (1997). A arqueologia contextualista, *Máthesis*, 6, pp. 11 - 32.
- ALARCÃO, J.; M. Belchior & M. Hespanha (1960/1961). Notícias. *Nova et Vetera*, *Conímbriga*, 2-3, pp. 295 - 327.
- ALEXANDER, J. C. (1991). Analytic debates: understanding the relative autonomy of culture, J. C. Alexander & S. Seidman (ed.) *Culture and Society. Contemporary Debates*, Ed. Cambridge University Press, pp. 1 - 27.
- ALMAGRO BASCH, M. (1940) El hallazgo de la ría de Huelva y el final de la edad del bronce en el occidente de Europa, *Ampurias*, 2, pp. 85 - 143.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977). *El bronce final y el período orientalizante en Extremadura*, Ed. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid.
- (1986). Bronce Final y Edad del Hierro, la formación de las etnias y culturas prerromanas, F. Jordá Cerdá *et alii*, (eds) *Historia de España. Prehistoria-1*, Ed. Gredos, Madrid, pp. 341-552.
- (1987). Bronce Final y inicio de la Edad del Hierro, *130 Años de Arqueología Madrileña*, Real Academia de Bellas Artes de San Fernando, Madrid, pp. 109 - 120.
- (1995). Secuencia cultural y etnogenesis del Centro y Noroeste de la Península Iberica, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo 1993)*, 1, Vigo, pp. 121 - 138.
- ALMEIDA, C. A. B. (1979a). Salinas medievais entre Cávado e Neiva, *Bracara-Augusta*, 33 (75-76), Braga, pp. 391 - 401.
- (1979b). *O menhir de S. Paio de Antas - Esposende*, Esposende.
- (1982a). Castelo de Faria. Campanha de escavações de 1981, *Revista de Barcelos*, 1 (1), pp. 79 - 88.
- (1982b). O Castro de S. Lourenço, Vila Chã - Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 2, Esposende, pp. 5 - 17.
- (1982c). Castelo de Neiva, *Boletim Cultural de Esposende*, 1, Esposende, pp. 13 - 33.
- (1983). Forjães e as suas origens, *Boletim Cultural de Esposende*, 4, Esposende, pp. 5 - 24.

- (1983b). A cabeça do Guerreiro Galaico da Citânia de Roriz/Oliveira, *Barcelos-Revista*, 1 (2), pp. 81 - 90.
 - (1985a). Carta arqueológica do concelho de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 7/8, Esposende, pp. 27 - 51.
 - (1985b). Castelo de Faria - 1982, *Informação Arqueológica*, 5, pp. 50 - 51.
 - (1985c). Castelo de Faria - 1983, *Informação Arqueológica*, 5, pp. 51 - 52.
 - (1986). Carta arqueológica do concelho de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 9/10, Esposende, pp. 39 - 59.
 - (1988). Carta arqueológica do concelho de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 13/14, Esposende, pp. 21 - 44.
 - (1989). Carta arqueológica do concelho de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 15/16, Esposende, pp. 90 - 101.
 - (1990a). *Proto-História e Romanização da bacia inferior do Lima*, *Estudos Regionais*, nº esp. 7/8, Viana do Castelo.
 - (1990b). Inventário arqueológico: uma viagem ao passado arqueológico de Balugães, *Barcelos-Revista*, 2ª sér., 1, pp.131 - 146.
 - (1990/1992). Carta arqueológica do concelho de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 17, Esposende, pp. 137 - 159.
 - (1993). O aro megalítico do planalto da Figueiró - Vilar, Palme - Feitos, *Barcelos Património*, 1, pp. 19 - 32.
 - (1996). *Povoamento Romano do Litoral Minhoto Entre o Cávado e o Minho*, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto (Policopiada).
 - (1997). *Estudo de Impacte Ambiental da Variante de Forjães. Componente Património Construído e Arqueologia*, Esposende (Policopiado).
 - (no prelo). Carta Arqueológica do Concelho de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, Esposende.
- ALMEIDA, C. A. B. & T. Soeiro (1980). Sondagens nos castros de Abade de Neiva e Roriz (Barcelos, 1978), *Actas do Seminário de Arqueologia*, Guimarães, pp. 29 - 35.
- ALMEIDA, C. A. B. & A. Baptista (1984). Inventário Arqueológico. O castro de S. Simão de Cossourado-Barcelos, *Barcelos-Revista*, 2 (1), pp. 90 - 110.
- ALMEIDA, C. A. B. & O. Sousa (1987). *Castelo de Faria*, I.P.M., Braga.
- ALMEIDA, C. A. B.; A. Abreu; A. Baptista & J. Viana (1985). Relatório das escavações do Castro do Peso, *Cadernos Vianenses*, 9, Viana do Castelo, pp. 263 - 281.

- ALMEIDA, C. A. B.; M. I. Maia; M. M. Moreira & A. Baptista (1994). A estação do bronze final da Regueira. Vitorino de Piães - Ponte de Lima, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª sér., 9, Porto, pp. 547 - 565.
- ALMEIDA, C. A. B.; T. Soeiro & M. J. Barroca (1995). Estação arqueológica do Castelo de Fraião (Boivão, Valença), *Portugália*, n/sér., 16, Porto, pp. 311 - 321.
- ALMEIDA, C. A. F. (1974). Cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, 84, Guimarães, pp. 171-217.
- (1978). *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto (Policopiada).
- (1983). Cultura Castreja. Evolução e problemática, *Arqueologia*, 8, Porto. pp. 70 - 74.
- (1990). *Barcelos*, Ed. Presença.
- ALMEIDA, C. A. F.; T. Soeiro; C. A. B. Almeida & A. Baptista (1981). Escavações Arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, Ponte de Lima.
- ALONSO MATHÍAS, F & J. M. Bello Diéguez (1995). Aportaciones del monumento de Dombate al megalitismo Noroccidental: dataciones de carbono 14 y su contexto arqueológico, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), pp. 153 - 181.
- ALVAREZ NUÑEZ, A. (1986). *Castro de Penalba. Campaña 1983*, *Arqueoloxía/Memórias* - 4, Santiago de Compostela.
- (1989). Castro de Penalba e prospección no castro dos Mouros (Campo Lameiro, Pontevedra), *Arqueoloxía/Informes .Campaña 1987*, 1, pp. 36 - 40.
- ANATI, E. (1968). *Arte rupestre nelle regioni occidentali della Penisola Iberica*, Ed. del Centro, Capo di Ponti.
- ANTUNES, M. T. (1991-1992). Povoado proto-histórico de S. Julião (Vila Verde). Elementos arqueozoológicos, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 8/9, Braga, pp. 237 - 239.
- (1995). Jazida de Castelo Velho (Freixo de Numão). Elementos Arqueozoológicos, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (2), pp. 451 - 456.
- APARICIO CASADO, B. (1988). Megalitización y castrización en la margen derecha de la ría de Pontevedra, *Pontevedra*, 4, pp. 11 - 25.
- ARÍAS VILAS, F. (1979). El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad de su datación por C 14, *Congreso Nacional de Arqueología*, 15, Lugo, pp. 613 - 622.
- ARMBRUSTER, B. (1993a). A manufactura dos braceletes de aro fechado: o lingote anular de Esposende, *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia. Coleção de Ourivesaria I. Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Ed. SEC/IPM, Lisboa, pp. 216.

- (1993b). Instruments rotatifs dans l'orfèvrerie de l'âge du bronze de la Péninsule Ibérique. Nouvelles connaissances sur la technique des bracelets du type Villena/Estremoz, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular I*, 33 (1-2), Porto, pp. 265 - 283.
- (1993c). Etnoarqueología aplicada a la metalurgia del oro: el caso de Europa atlántica y Africa occidental, *Trabajos de Prehistoria*, 50, pp. 113 - 126.
- ARMBRUSTER, B. & A. Perea (1994). Tecnología de las herramientas rotativas durante el Bronce Final Atlántico. El depósito de Villena, *Trabajos de Prehistoria*, 51 (2), pp. 69 - 87.
- ATAÍDE, A. & C. Teixeira (1940). A necrópole e o esqueleto de S. Paio de Antas e o problema dos vasos de largo bordo horizontal, *Actas do 1º Congresso do Mundo Português*, Lisboa, pp. 669 - 683.
- AUBET SEMMLER, M. E. (1983). Aspectos da colonización fenicia en Andalucía durante el siglo VIII a. C., *Atti del Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*, Roma, pp. 815 - 824.
- AUBET SEMMLER, M. E. & V. Lull (1990). Las edads del cobre y del bronce. *Historia de España. Desde la prehistoria hasta la romana (siglo III a.C.)*, vol. 1, Ed. Planeta, Barcelona, pp. 233 - 284.

- BANDEIRA, M. M. (1993). A navegabilidade do Cávado: quimera e realidade, *Cávado. Alguns Olhares*, Ed. ASPA, Braga, pp. 17 - 24.
- BAPTISTA, A. (1986). Arte rupestre pós-glaciária. Esquematismo e abstracção, J. Alarcão (dir.), *História da Arte em Portugal. Do Paleolítico à Arte Visigótica*, Ed. Alfa, vol. 1, Lisboa, pp. 31 - 55.
- BARRET, J. (1991). Bronze age pottery and the problem of classification, J. Barret, R. Bradley & M. Hall (ed.) *Papers on the Prehistoric Archaeology of Cranborne Chase*, Oxbow Monograph - 11, pp. 201 - 230.
- (1991a). The archaeology of social reproduction, J. Barret, R. Bradley & M. Green (ed.) *Landscape, Monuments and Society*, Ed. Cambridge University Press, pp. 6 - 21.
- (1994a). Defining domestic space in the Bronze Age of southern Britain, M. Pearson & C. Richards (eds.), *Architecture and Order. Approaches to Social Space*, Londres, Ed. Routledge.
- (1994b). *Fragments from Antiquity. An Archaeology of Social Life in Britain, 2900 - 1200 BC*, Ed. Blackwell.

- BASTOS, M. R. (1996). *Santa Maria de Oliveira. Um Domínio Monástico do Entre-Douro-e-Minho em Finais da Idade Média*, Ed. Cadernos Vale do Ave, Vila Nova de Famalicão.
- BELEN, A., J. L. Escacena & M^a I. Bozzino (1991). El mundo funerario del Bronce Final en la fachada atlántica de la Península Ibérica. I-Análisis de la documentación, *Trabajos de Prehistoria*, 48, Madrid, pp. 225 - 256.
- BELLINO, A. (1909). Cidades mortas, *Arqueólogo Português*, 14 (1-8), Lisboa, pp. 1 - 28.
- BENTLEY, J. W. (1997). Não gostaria de ter todas as suas parcelas num só lugar? Estudo quantitativo da fragmentação da terra no Noroeste, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37 (1-2), Porto, pp. 165 - 196.
- BETTENCOURT, A. (1982). A propósito de um vaso tronco-cónico do Museu de Aveiro, *Arqueologia*, 5, Porto, pp. 40 - 43.
- (1988a). Novos achados metálicos do Bronce Final na bacia do médio Cávado, *Cadernos de Arqueologia*, 5, Braga, pp. 9 - 22.
- (1988b). O Molde de foice de talão do Castro de Álvora, *Cadernos de Arqueologia*, 5, Braga, pp. 155 - 161.
- (1991/1992a). O Povoado da Sola, Braga: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 97 - 118.
- (1991/1992b). A mamoa nº 10 do Chão da Cheira (Maciço do Borrelho - Vila Verde), *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 43 - 65.
- (1993/1994). A ocupação da Idade do Bronze do castro de Lanhoso (Póvoa de Lanhoso - Braga), *Cadernos de Arqueologia*, 10/11, Braga, pp. 153 - 180 .
- (1994). A transição do Bronce Final/Ferro Inicial no povoado de S. Julião-Vila Verde: algumas considerações, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto-1993*, 34 (3-4), Porto, pp. 167 - 190.
- (1995a). Dos inícios aos finais da Idade do Bronze no Norte de Portugal, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., Lisboa, pp. 110 - 115.
- (1995b). O povoado de S. Julião (Vila Verde-Braga), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., pp. 40 - 42.
- (1995c). O povoado da Santinha (Amares-Braga), *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., pp. 60 - 61.
- (1997). Expressões funerárias da Idade do Bronze no Noroeste Peninsular, *Actas do II Congresso Peninsular de Arqueologia*, vol. 2 (Zamora 1996), pp. 621 - 632.
- (1998). O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica, S. Jorge (ed.) *Actas do Colóquio Existe uma Idade do Bronze Atlântico ?*, Lisboa 1995, Ed. IPA, Lisboa, pp. 18 - 39.

- BETTENCOURT, A. & T. Rebelo (1988/1989). Monumentos megalíticos da serra do Arestal, *Portugália*, n/s, 9/10, Porto, pp. 7 - 30.
- BETTENCOURT, A. & L. Fontes (1993/1994). Uma nova jazida da Idade do Bronze no Areeiro, planalto da Lameira, Celorico de Basto, *Cadernos de Arqueologia*, 10/11, Braga, pp. 247 - 260.
- BETTENCOURT, A. & M. J. Sanches (1998). Algumas questões sobre a Idade do Bronze do Norte de Portugal, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminário de Sargadelos - 77, Corunha, pp. 13 - 45
- BLANCE, B. (1971). *Die anfangen der metallurgie auf der Iberischen Halbinsel*, Berlin, Studien zu den anfangen der metallurgie, Band 4 (SAM 4).
- BLAS CORTINA, M. A. (1989). La mineria prehistorica del cobre en las montañas Astur-Leonesas, in C. Domergue (ed.), *Mineria y Metalurgia en las Antiguas Civilizaciones Mediterraneas y Europeas*, vol. 1, pp. 143 - 155.
- BOCH GIMPERA, P. (1932a). *Paletnología de la Península Ibérica*, Ed. Alpha, Barcelona.
- (1932b). La edad del Bronce en la Península Ibérica, *Investigación y Progreso*, 6 (10), pp. 145 - 148.
- BOTELHO, I. (1996). *Dos cacos e dos vasos. O "Castelho Velho" de Freixo de Numão, na charneira do III/II mil. a.C.*, Porto, 2 vols. (Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto - Policopiada).
- (1997). Dos cacos e dos vasos. O "Castelho Velho" de Freixo de Numão, na charneira do III/II mil. a.C., *II Congreso de Arqueología Peninsular*, (Zamora - 1996), 2, pp. 401 - 415.
- BOUDON, R. (1990). *O lugar da desordem*, Ed. Gradiva.
- BOUHIER, A. (1979). *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*, La Roche-Suryon, Vendée.
- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*, Ed. Difel, Lisboa.
- BOUZA-BREY, F. & F. Lopez Cuevillas (1929). Os Oestrymnios, os Saefes e a Ofiolatria en Galicia, Ed. Arquivos do Seminário de Estudos Galegos, Santiago de Compostela.
- BOWMAN, S. (1994). Using radiocarbon: an update, *Antiquity*, 68 (261), pp. 834 - 843.
- BÓVEDA FERNÁNDEZ, M. J. (1998). O ouro do Bronze en Galicia, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminário de Sargadelos - 77, Corunha, pp. 129 - 152
- BRADLEY, R. (1990). *The passage of arms. An archaeological analysis of prehistoric hoards and votive deposits*, Ed. Cambridge University Press.

- (1994). Symbols and signposts - understanding the prehistoric petroglyphs of the British Isles, C. Renfrew & E. Zubrow (ed.) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 95 - 106.
- (1998). Invisible warriors – Galician weapon carvings in their Iberian context, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas*, Cadernos do Seminário de Sargadelos –77, Corunha, pp. 243 - 258.
- BRADLEY, R.; F. Criado Boado & R. Fábregas Valcarce (1994/1995). Arte rupestre y paisaje prehistórico en Galicia: resultados del trabajo de campo entre 1992 y 1994, *Castrelos*, 7-8, Vigo, pp. 67 - 96.
- BRANDÃO, F. (1997). Sucessão, herança e propriedade rural minhota: algumas questões e um caso sobre o impacto do Código Civil de 1867, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37 (1-2), Porto, pp. 197 - 246.
- BROEKE, P. (1996). Iron Age sea salt trade in the lower Rhine area, J. Hill & C. Cumberpatch (eds.) *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*, Ed. BAR International Series 602, pp. 149 - 162.
- BUDD, P. & T. Taylor (1995). The faerie smith meets the bronze industry: magic versus science in the interpretation of prehistoric metal-making, S. Shennan (ed.) *Symbolic Aspects of Early Technologies*, *World Archaeology*, 27 (1), pp. 133 - 143.
- BURGESS, C. (1991). The Est and the West: mediterranean influence in the atlantic world in the later bronze age, c. 1500-700 B.C, Chevillot *et al* (ed.), *L'Age du Bronze Atlantique. Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac-1990*, pp. 25 - 45.
- BUXÓ I CAPDEVILA, R. (1996). Evidence for vines and ancient cultivation from an urban area, Lattes (Hérault), southern France, *Antiquity*, 70 (268), pp. 393 - 407.
- CABRAL, J. P. (1984). Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural, *Análise Social*, 20 (81-82), Lisboa, pp. 263 - 284.
- CABRERA ACOSTA, M. (1995). La historia y las teorías del fin de la historia, C. Barros (ed.) *Historia a Debate. Pasado y Futuro. Actas del Congreso Internacional " A Historia a Debate"*, Santiago de Compostela, 1993, vol 1, pp. 209 - 222.
- CALADO, M. (1993). A Idade do Bronze, J. Medina (dir.), *História de Portugal . O Mundo Luso-Romano*, Ed. Ediclube. vol. 2, pp. 327 - 353.
- CALO LOURIDO, F. (1993). *A cultura castrexa*, Ed. A Nosa Terra, Vigo.

- CALO LOURIDO, F. & X. C. Sierra Rodríguez (1983). As orixenes do castrexo no Bronce Final, G. Pereira (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia*, Ed. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, pp. 19 - 85.
- CALO LOURIDO, F. & T. Soeiro (1986). *Castro de Baroña. Campañas 80/84*, Arqueoloxía. Memorias - 6, Santiago de Compostela.
- CANO PAN, J. (1989). Xacementos de Portecelo (O Rosal) e de Fiales (Oia, Pontevedra), *Arqueoloxía/Informes. Campaña 1987*, 1, pp. 20 - 24.
- CANO PAN, J. & J. M. Vázquez Varela (1988). Portecelo, un yacimiento de la edad del bronce, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28, Porto, pp. 181 - 187.
- (1991a). El aprovechamiento del mar en los castros costeros de Lugo (Galicia), *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 71 - 75.
- (1991b). La economía de un yacimiento del comienzo del Bronce Final: Portecelo (O Rosal, Pontevedra), *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 205 - 208.
- CANO PAN, J. & X. Currás Peleteiro (1995). Aproveitamento dos recursos líticos no xacemento de Portocelo (O Rosal, Pontevedra), *Actas do XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo 1993)*, 2, pp. 79 - 84.
- CARBALLO ARCEO, L.X. (1989). *A cultura castrexa na bacia media do río Ulla*, Santiago de Compostela (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Santiago de Compostela - Policopiada).
- (1990). Los castros de la cuenca media del río Ulla y sus relaciones con el medio físico, *Trabajos de Prehistoria*, 47, Madrid, pp. 161-199.
- (1993). Espacio e povoamento castrexo de Galiza, *Concepcións Espaciales e Estratexias Territoriais na Historia de Galicia*, Ed. Asociación Galega de Historiadores, Santiago de Compostela, pp. 55 - 82.
- (1996). Os castros galegos: espacio e arquitectura, *Gallaecia*, 14/15, Santiago de Compostela, pp. 309 - 357.
- (1997). Excavación dos castros do Marco e de Cartimil no val do Deza, *Gallaecia*, 16, Santiago de Compostela, pp. 231 - 264.
- CARBALLO ARCEO, L.X. & R. Fábregas Valcarce (1991). Dataciones de carbono 14 para castros del Noroeste Peninsular, *Archivo Español de Arqueología*, 64 (163-164), pp. 244 - 264.
- CARDOSO, J. (1994). *A Geografía da Ibéria segundo Estrabão*, Ed. APPACDM, Braga.

- CARDOSO, J. L. (1995). O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio, *Conimbriga*, 34, Coimbra, pp. 33 - 74.
- (1996). Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos, *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Miléno a. C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, pp. 160 - 170.
- CARDOSO, J. L.; J. C. Senna-Martinez & A. Valera (1993). Um indicador económico para o Bronze Pleno da Beira Alta: A fauna de grandes mamíferos da unidade estratigráfica 4 da "sala 20" do Buraco da Moura de S. Romão (concelho de Seia), *Actas da III Reunião do Quaternário Ibérico*, Coimbra, pp. 457 - 460.
- CARDOSO, M. (1980=1930). *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso. Notícia Descritiva*, Guimarães, Ed. Sociedade Martins Sarmiento.
- (1934-1936). Machadinhas castrejas, *Revista de Arqueologia*, 3, pp. 43 - 51.
- (1936). Novas urnas de largo bordo horizontal, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 8, Porto, pp. 65 - 87.
- (1938). Jóias áureas proto-históricas da Citânia de Briteiros, *Revista de Guimarães*, 48 (1-3), pp. 35 - 42.
- (1942). Una pieza notable de la orfevjería primitiva, *Archivo Espanol de Arqueologia*, 15 (47), Madrid, pp. 89 - 100.
- (1950a). Mais uma achega para o estudo da joalheria pré-histórica portuguesa, *Boletim do Grupo Alcaldes de Faria*, 2 (2), Barcelos, pp. 17 - 24.
- (1950b). Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 60 (3-4), pp. 405 - 486.
- (1951). Monumentos arqueológicos da Sociedade Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 61 (1-2), pp. 5 - 80.
- (1957). Notícia de uma jóia antiga adquirida pelo Museu de Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 67 (1-2), pp. 179 - 184.
- (1959a). Joalheria lusitana, *Conimbriga*, 1, Coimbra, pp. 13 - 27.
- (1959b). A mó e a farinha, o forno e o pão, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 17, Porto, pp. 235 - 248.
- (1961). Pulseiras antigas de vidro encontradas em Portugal, *Revista de Guimarães*, 71 (1-2), pp. 50 - 68.
- (1964). Castros, J. Serrão (dir.) *Dicionário de História de Portugal*, 2, pp. 18.
- (1967). Elementos bibliográficos para o estudo da joalheria arcaica luso-espanhola, *Revista de Guimarães*, 77 (3-4), Guimarães, pp. 329 - 376.

- (1968). Novo achado da Idade do Bronze na estação arqueológica da Penha (Guimarães), *Revista de Guimarães*, 78 (3-4), Guimarães, pp. 272 - 281.
- (1971). A estação pré-histórica da serra da Penha (Guimarães), *IIº Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. 1, Coimbra, pp. 239 - 268.
- CASTELO-BRANCO, F. (1979). A economia bracarense e o tráfego comercial do Cávado, *Bracara-Augusta*, 33, (75-76), Braga, pp. 303 - 324.
- CASTRO, J.; S. Correia & E. Oliveira (1980). O *Castrum Maximum* (Monte Castro). Braga - arqueologia e história, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, pp.37 - 54.
- CASTRO PÉREZ, L. (1997). Brazaletes de bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª sér., 1, Ed. Câmara Municipal de Stº Tirso/Museu Municipal Abade Pedrosa, pp. 5 - 11.
- CAVALHEIRO, J. & M. J. Sanches (1995). Um caso de metalurgia primitiva de ouro na 1ª metade do 3º milénio AC: o abrigo do Buraco da Pala - Mirandela, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 167 - 187.
- CHARLES, J. L. (1975). Where is the tin?, *Antiquity*, 49 (193), pp. 19 - 24.
- CHAVES, L. (1940). Sobrevivências folclóricas e folclore dos monumentos pré-históricos em Portugal, *Congresso do Mundo Português. Pré-História e Proto-História*, 1, Lisboa, pp. 437 - 457.
- CHERNIJ, E. N. (1993). Ritmo y modelos de las destrucciones tecnológicas y culturales fundamentales a partir del descubrimiento del metal, M. I. Martínez Navarrete (Ed.), *Teoría y Práctica de la Prehistoria: Perspectivas desde los Extremos de Europa*, Madrid, pp. 275 - 300.
- CHILDE, G. (1958). *The Prehistory of European Society*, Harmondsworth, Penguin.
- COFFYN, A. (1983a). La fin de l' âge du bronze dans le centre-Portugal, *Arqueólogo Português*, 4 (1), Lisboa, pp. 169 - 196.
- (1983b). Influences du Bronze Final Atlantique de la Péninsule Ibérique en Aquitania, *Homenaje al Prof. M. Almagro Basch*, 2, pp. 169 - 196.
- (1985). *Le bronze final atlantique dans la Péninsule Ibérique*, Ed. Diffusion du Bocard, Paris.
- COFFYN, A. & D. Roux (1991). Le "Bronze atlantique": mythe ou réalité? Approche d'une méthodologie des partitions: le cas de la Gironde, Chevillot *et al* (eds), *L'Age du Bronze Atlantique. Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac-1990*, pp. 165 - 182.
- COFFYN, A. & H. Sion (1993). Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du bronze final atlantique, *Méditerranée*, 2, pp. 285 - 310.

- COFFYN, A.; J. Gomez & J-P. Mohen (1981). *L'Apogée du Bronze Atlantique. Le dépôt de Vénat, L'âge du Bronze en France-1*, Ed. Picard, Paris.
- COLMENERO, A. (1991). Escolma antropolóxica nunha aldea galega: Lucenza (Cualedro, Ourense), *Larouco. Revista da História Primitiva, Tradições Oraís e Património Cultural de Galicia*, Ed. do Castro, Corunha, 1, pp. 199 - 208.
- COMENDADOR REY, B. (1995). Sobre la presencia de aluminofosfatos y outros minerales en la provincia de Pontevedra, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo 1993)*, 1, Vigo, pp. 63 - 68.
- (1997). La primera producción metálica del noroeste peninsular, *Actas do IIº Congreso de Arqueología Peninsular (Zamora 1996)*, 2, pp. 509 - 516.
- (1997b). *Los Inicios de la Metalurgia en el Noroeste de la Península Ibérica*, Ed. Universidade de Santiago de Compostela. Tesis Doctorales 1997.
- (1998). Unha lectura da Idade do Bronce según a tecnoloxía metalúrxica, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronce en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminário de Sargadelos - 77, Corunha, pp. 105 - 127.
- CONCHEIRO COELHO, A. (1995). A evolución do habitat desde o paleolítico ata a idade do bronce na Península de Barbanza (A Corunha), *Arqueoloxia/Informes. Campaña 1989*, 3, Ed. Xunta de Galicia, pp. 253 - 256.
- CONCHEIRO COELHO, A. & L. Gil Agra (1994). Una nueva zona de arte rupestre al aire libre en el NW: la Península de Barbanza, *Espacio, Tiempo y Forma (Prehistoria y Arqueología)*, 7, Madrid, pp. 129 - 151.
- CONNERTON, P. (1993). *Como as sociedades recordam*, Ed. Celta, Oeiras.
- CORRÊA, A. M. (1924a). Ensaio sobre a Idade do Bronce em Portugal, *Revista de Estudos Históricos*, 1º ano, 1/2, pp. 24-45; 3, pp. 73 - 82.
- (1924b). *Os povos primitivos da Lusitânia. (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*, Ed. A. Figueirinhas, Porto.
- (1928). A Lusitânia pré-romana, D. Peres (dir.), *História de Portugal*, 1, Barcelos, pp. 79 - 214.
- * CORREIA, A. (1994). *Fitoclimatologia dinâmica. Um estudo no Norte de Portugal*, Lisboa (Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Policopiada).
- CORTADELLA I MORRAL, J. (1991). La formación académica de Bosch Gimpera: de la filología griega a la protohistoria peninsular, *Historiografía de la Arqueología y de la Historia Antigua en España (siglos XVIII - XX)*, Madrid, pp. 161 - 166.

- COSTA, A.; A. Faria & J. Carvalho (1980). Sondagens arqueológicas no concelho de Barcelos - Abade de Neiva, Faria e Roriz, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, pp. 5 - 28.
- COSTA, J. (1991). *Caracterização e constituição do solo*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- COSTA, M. A. (1930) Relatório da sessão de Arqueologia e Pré-História. 1929-1930, *Arqueologia e História*, 9, pp. 141 - 145.
- COSTAS GOBERNA, J. & P. Novoa Álvarez (1993). *Los grabados rupestres de Galicia*, Monografías do Museu Arqueolóxico e Histórico de A Coruña - 6, Corunha.
- CORTEZ, F. R. (1946). *Machados e outros objectos de bronze*. Museu Nacional de Soares dos Reis, Porto.
- (1951). Esconderijo de Moreira (Monção). Elementos para a cronologia dos machados de bronze de talão e duplo anel, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 13 (1-2), Porto, pp. 155 - 161.
- (1952). Contributo para o estudo do Neolítico em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 13 (3-24), Porto, pp. 35 - 62.
- CRIADO BOADO, F. (1984/1985). "El tercer factor" o la logica oculta del emplazamiento de los túmulos gallegos, *Cuadernos de Estudos Gallegos*, 35 (100), pp. 7 - 18.
- (1988). Arqueología del paisaje y espacio megalítico en Galicia, *Arqueología Espacial*, 12, Teruel, pp. 61 - 117.
- (1989). Asentamento megalítico y asentamento castreño. Una propuesta de síntesis, *Gallaecia*, 11, pp. 109 - 137.
- (1993). Visibilidad e interpretación del registro arqueológico, *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid, pp. 39 - 56.
- CRIADO BOADO, F.; M. J. Aira Rodríguez & F. Díaz Fierros Viqueira (1986). *La Construcción del Paisaje: Megalitismo y Ecología en la Sierra de Barbanza (Galicia)*, Arqueoloxía/Investigación, Santiago de Compostela, Ed. Xunta de Galicia.
- CRIADO BOADO, F.; M. González Méndez & F. Méndez Fernández (1991). Actuación: Calcolítico - Bronze: Sondaxes e Prospeccións, *Arqueoloxia. Informes. Campaña 1988*, 2, Coruña, pp. 117 - 120.
- CRIADO BOADO, F.; A. Bonilla Rodríguez; D. Cerqueira Landín; M. Díaz Vázquez; M. González Méndez; F. Infante Roura; F. Méndez Fernández; R. Penedo Romero; E. Rodríguez Puentes & J. Vaquero Lastres (1991). *Arqueologia del Paisaje: el área Bocelo -*

- Furelos entre los tiempos Paleolíticos y Medievales (campañs de 1987, 1988, 1989), Arqueoloxia/Investigación 6, Ed. Xunta de Galicia.*
- CRIADO BOADO, F. *et alii* (1995). Arqueoloxía da paisaxe: estudos da serra do Bocelo e do Val do río Furelos (Toques-Melide, A Coruña), *Arqueoloxia/Informes. Campaña 1989*, 3, Ed. Xunta de Galicia, pp. 87 - 92.
- CUESTA, F. J. Jordá Pardo, J. Maya & J. Mestres (1996). Radiocarbono y cronología de los castros asturianos, *Zephyrus*, 49, pp. 225 - 270.
- CUEVILLAS, F. L. (1928-1930). Novas cerâmicas de antas galegas, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 4, Porto, pp. 263 - 282.
- (1947). Los vasos semiovoides y la cronología de los vasos de ancho borde horizontal, *Boletín Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, 16 (1), Orense, pp. 1 - 12.
- CUEVILLAS, F. L. & X. Lourenzo (1930). Vila de Calvos de Randín, *Seminário de Estudos Galegos*, Santiago de Compostela, pp. 7 - 29.
- CUEVILLAS, F. L. & M. Chamoso Lamas (1958). Una necrópolis de sepulturas planas, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 13 (41), pp. 273 - 283.
- CUNHA, A. (1961). *Um miliário inédito*, O Distrito de Braga, 2ª sér., 1 (3-4), pp. 319 - 334.
- (1975). *Trepando os Montes*, O Distrito de Braga, 2ª sér., 1 (1-4), pp. 485 - 535.
- CUNHA, A. L. (1995). Anta da Arquinha da Moura (Tondela), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), Porto, pp. 133 - 151.
- CRUZ, D. (1992). *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (serra da Aboboreira)*, Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- (1997). A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela, Viseu), *Estudos Pré-Históricos*, 5, Viseu, pp. 85 - 109.
- CRUZ, D. & M. Brito (1991). A coleção arqueológica do Abade Sousa Maia, *Vila do Conde*, 7, pp. 5 - 7.
- CRUZ, D. & A. H. Gonçalves (1995). Mamoa 1 de Madorras (Sabrosa, Vila Real). Datações radiocarbónicas, *Estudos Pré-Históricos*, 3, Viseu, pp. 151 - 159.
- (No prelo). A necrópole de "Agra de Antas" (S. Paio de Antas, Esposende, Braga), Homenagem a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Fac. de Letras da Univ. do Porto.
- CRUZ, D.; L. F. Gomes & P. Carvalho (1998). Monumento 2 da serra da Muna (Campo, Viseu). Resultados preliminares dos trabalhos de escavação, *A Pré-História na Beira Interior (Tondela, Nov. 1997)*, Viseu, pp. 1 - 21.

- (1998). O grupo de *tumuli* da 'Casinha Derribada (concelho de Viseu). Resultados preliminares da escavação arqueológica dos monumentos 3, 4 e 5, *Conímbriga*, 37, pp. 5 - 76.
- CRUZ, M. D. (1993). *Significado social da cerâmica doméstica: Fundamentos para uma classificação tipológica da cerâmica de Castelo Velho (Freixo de Numão)*, Porto (Dissertação de mestrado apresentada à Fac. de Letras da Univ. do Porto - Policópia).
- DAVEAU, S. (1987). Comentários e actualizações, O. Ribeiro ; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal I. A Posição Geográfica e o Território*, Ed. Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 201 - 277.
- (1993). A evolução quaternária da plataforma litoral, *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Ed. Colibri, Lisboa, pp. 35 - 41.
- DELGADO, M. ; M. Martins & F. S. Lemos (1989). Dossier-Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989), *Forum*, 6, Braga, pp. 3 - 39.
- DENNELL, R. W. (1992). The origins of crop agriculture in Europe, C. W. Cowan & P. J. Watson (eds.) *The Origins of Agriculture. An International Perspective*, Washington - London, pp. 71 - 100.
- DERRUAN, M. (1977). *Geografia humana*, vol. I, Lisboa, Ed. Presença.
- DESCAMPS, P. (1935). *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Ed. Firmin-Didot.
- DESCOLA, P. & G. Pálsson (1996). *Nature and Society. Anthropological Perspectives*, Ed. Routledge.
- DIAS, J. (1983=1948). *Vilarinho da Furna. Uma aldeia comunitária*, Lisboa, Ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- DIAS, L. A. (1995). *Tongobriga*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto - Policopiada).
- DIAZ-ANDREU GARCIA, M. (1994). *La Edad de Bronce en la Provincia de Cuenca*, Ed. Diputación Provincial de Cuenca, Cuenca.
- DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F.; M. J. Aira Rodríguez; F. Criado Boado (1988). Paleocological reconstruction of a forested area of Barbanza, (Coruña, Spain). A case of study, *Human Influence on Forest Ecosystems Development in Europe*, Trento, pp. 31 - 45.
- DIAZ-FIERROS VIQUEIRA, F.; T. Taboada Castro; P. Ramil-Rego & M. J. Aira Rodríguez (1992/1994). *Historia y Arqueologia da Paisagem. Serra do Bustelo (Braga, Portugal)*, Braga (Relatório Policopiado).

- DINIS, A. (1989). Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Vila Nova de Famalicão - O megalitismo, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 9, Famalicão, pp. 41 - 65.
- (1991/1992). Cerâmicas do Bronze Final de Castelo de Matos (Baião), *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 119 - 142.
- (1993). *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio A.C.*, (Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto - Policopiado).
- (1993/1994a). Contribuição para o estudo da Idade do Ferro em Basto: o Crasto do Crastoeiro, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 261 - 278.
- (1993/1994b). Artefactos em bronze do Castro de Penices (Vila Nova de Famalicão). Abordagem aos métodos de análise em paleometalurgia, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, Braga, pp. 181 - 201.
- (no prelo). Povoamento do Baixo Ave no I milénio A.C., *Actas do II Congreso de Arqueologia Peninsular* (Zamora 1996).
- DOPAZO MARTINEZ, A (1996). *La dieta vegetal del Noroeste Ibérico durante el Holoceno: una Aproximación a través del análisis paleocarpológico*, Memória de Licenciatura apresentada à Universidade de Santiago de Compostela (Policopiada).
- DOPAZO MARTINEZ, A; C. F. Fernández Rodríguez & P. Ramil-Rego (1996). Arqueometria aplicada a yacimientos galaico-romanos del NW peninsular: valoración de la actividad agrícola y ganadera, P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 317 - 332.
- EIROA GARCIA, J. J. (1973/1974). Sobre la edad del bronce en el noroeste de la Península Hispanica, *Caesaraugusta*, 37/38, Zaragoza, pp. 25 - 123.
- EMBREE, L. (1992). The future and the past of metaarchaeology, L. Embree (ed.) *Metaarchaeology. Reflections by Archaeologist and Philosophers*, Ed. Kluwer Academic Publishers, pp. 3 - 50.
- FABIÃO, C. (1992). O passado proto-histórico e romano, J. Mattoso (dir.), *História de Portugal I*, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 76 - 299.
- (1993). A idade do ferro no Norte de Portugal, J. Medina (dir.), *História de Portugal . O Mundo Luso-Romano*, Ed. Ediclube. vol. 2, pp. 95 - 110.
- FABIÃO, C.& A. Guerra (1988/1989). A IV campanha de escavações no Cabeço do Crasto de S. Romão (Seia), *Portugália*, n. sér., 9-10, Porto, pp. 73 - 80.

- FABREGAS VALCARCE, R. (1988). Megalitismo de Galicia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1-2), Porto, pp. 57 - 77.
- (1993a). Enterramientos tumulares en la edad del bronce? Nuevas evidencias para el Noroeste, *Espacio, Tiempo y Forma. Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, sér. 1, Prehistoria y Arqueología, 6, Madrid, pp. 181 - 203.
- (1993b) El fenómeno tumular en el bronce del Noroeste, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología. Vigo*, Vigo, 1, pp. 85 - 91.
- (1995) La realidad funeraria en el Noroeste del neolítico a la edad del bronce, R. Valcarce *et alii* (ed.) *Arqueoloxía da Morte na Península Ibérica desde as Orixes ata o Medioevo*, Xinzo de Limia, pp. 95 - 125.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. & F. de la Fuente Andrés (1991/1992) Excavación da mámoa 6 de Os Campiños (Leiro, Rianxo), *Brigantium*, 7, pp. 91 - 149.
- FÁBREGAS VALCARCE & M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1994). Ambitos funerario y doméstico en la prehistoria del no de la Península Ibérica, *Zephyrus*, 45, Salamanca, pp. 143 - 159.
- FÁBREGAS VALCARCE, R. & R. Bradley (1995) El silencio de las fuentes: prácticas funerarias en la edad del bronce del Noroeste y su contexto europeo, *Complutum*, 6, pp. 153 - 166.
- FÁBREGAS VALCARCE & M. L. Ruíz-Gálvez Priego (1997). El Noroeste de la Península Ibérica en el IIIº y IIº milénios AC: propuestas para una síntesis, *Sagvntvm*, 30, pp. 191 - 216.
- FÁBREGAS VALCARCE & X. Vilaseco Vázquez (1998). Prácticas funerarias no Bronce do Noroeste, Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronce en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminario de Sargadelos - 77, Corunha, pp. 191 - 220.
- FARIÑA BUSTO, F.(1991). Datacións absolutas de xacementos galegos, *Cuadernos de Estudios Galegos*, 39 (104), Santiago de Compostela, pp. 49 - 55.
- FARIÑA BUSTO, F.; F. Arias Vilas & A. Romero Masiá (1983). Panorámica general sobre la cultura castrexa, G. Pereira (ed.), *Estudos de Cultura Castrexa e de História Antiga de Galicia*, Ed. Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, pp. 87 - 127.
- FARIÑA BUSTO, F. & M. Xusto Rodríguez (1991). Coto de San Trocado (San Amaro - Puxín - Ourense), *Arqueoloxía. Informes. Campaña 1988*, 2, Coruña, pp. 209 - 214.
- FERNÁNDEZ MANZANO, J., J. Herrán Martínez, A. Orejas Saco del Valle. M. Hernansanz Sanz & P. Paradinas (1997). Minería y poblamiento calcolítico en Ávila de Los Caballeros, *II Congreso de Arqueología Peninsular*, vol. II (Zamora 1996), pp. 527 - 541.

- FERNÁNDEZ MARTINEZ, V. (1993). *Teoría y Método de la Arqueología*, Ed. Síntesis, Madrid.
- FERNÁNDEZ-POSSE, M. D. & I. Montero (1998). Una visión de la metalurgia atántica en el interior de la Península Ibérica, S. Jorge (ed.) *Actas do Colóquio Existe uma Idade do Bronze Atlântico?*, Lisboa 1995, Ed. IPA, pp. 192 - 202.
- FERNÁNDEZ RODRIGUEZ, C. (1993). Los macromamíferos del Pleistoceno y Holoceno inicial en el Noroeste, A. Pérez Alberti; L. Guitián Rivera & P. Ramil- Rego (eds) *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, Ed. Xunta de Galicia, pp. 183 - 191.
- (1996). La ganadería y la caza desde la edad del hierro hasta los inicios de la edad media en el Noroeste, *Férvedes*, 3, Lugo, pp. 201 - 216.
- FERNANDEZ RODRIGUEZ, C; R. Villar Quinteiro, P. Varela; J. M. Rey & M. Elorza (1996). Primeros datos cronológicos y paleontológicos del yacimiento de Pala da Vella (Biobra, Ourense), P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 249 - 260.
- FERRE, M. C.; J.M. Rey; A. Concheiro & J. M. Vázquez Varela (1996). Contribución al conocimiento ictiológico del castro de "O Achadizo" (Cabo de Cruz, Coruña, Galicia), P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 291 - 296.
- FERREIRA, D. B. (1981). *Carte Geomorphologique du Portugal*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos - 6, Lisboa.
- FERREIRA, J. (1977). *O monte d'Assaia. Arqueologia e História*, Clube Rotário de Barcelos.
- FERREIRA, O. V. (1971). Algumas considerações sobre os chamados vasos de largo bordo horizontal ou chapéu invertido e a sua distribuição em Portugal, *Arqueologia e História*, 3, pp. 9 - 20.
- FERRELL, G. (1996). Space and society: new perspectives on the Iron Age of North-East England, J. Hill & C. Cumberpatch (eds.) *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*, Ed. BAR International Series 602, pp. 129 - 147.
- FEYERABEND, P. (1989). Límites de la ciencia. Explicación, reducción y empirismo, Barcelona (Texto Policopiado fornecido aos alunos da licenciatura em História e Ciências Sociais da Universidade do Minho).
- (1987). *Contra el Método*, Ed. Ariel, Barcelona.

- FIGUEIRAL, I. (1990). *Le nord-ouest du Portugal et les modifications de l'écosystème, du Bronze final à l'époque romaine, d'après l'antracoanalyse de sites archéologiques*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Montpellier II (Policopiada).
- (1992). Primeiros resultados antracológicos do planalto Mirandês. Os povoados do Barrocal Alto do Cunho, in M. J. Sanches *Pré-história recente do planalto Mirandês (leste de Trás-os-Montes)*, GEAP- monografias arqueológicas, Porto, pp. 155 - 160.
- (1993). Charcoal analysis and the vegetational evolution of north-west Portugal, *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (2), Oxford, pp. 209 - 222.
- (1993a). Castelo Velho - análise antracológica (1º relatório), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia*, 33 (1-2), pp. 217 - 220.
- (1994). A antracologia em Portugal, progressos e perspectivas, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso Peninsular de Arqueologia*, 34 (3-4), pp. 427 - 448.
- (1995). Charcoal analysis and the history of *Pinus pinaster* (cluster pine) in Portugal, *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, pp. 441- 454.
- (1995a). Evidence from charcoal analysis for environmental change during the interval late Bronze Age to Roman, at the archaeological site of Castro de Penices, N.W. Portugal, *Vegetation History and Archaeobotany*, 4, pp. 93 - 100.
- (1998). Castelo Velho (Freixo de Numão, V. Nova de Foz Côa). Os resultados vegetais carbonizados, *Côavisão. Cultura e Ciência*, nº 0, Ed. Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, pp. 43 - 48.
- (1999). Castelo Velho (Freixo de Numão, Portugal). The Charcoalified plants remains and their significance, *Journal of Iberian Archaeology*, 1, pp. 259 - 267.
- FIGUEIRAL, I. & F. Queiroga (1988). Castelo de Matos. 1982-86, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 137 - 150.
- FONSECA, T. (1948=1987). *O concelho de Barcelos aquém e além - Cávado*, 2 vols., Barcelos.
- FONTES, J. (1916). La station de "S. Julião" aux environs de Caldellas, *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences*, 7 (2), Lisboa, pp. 198 - 210.
- FONTES, L. (1990). Carta arqueológica do concelho de Braga. Ensaio de tratamento informático dos dados e notícia de alguns achados arqueológicos, *Forum*, 8, Braga, pp. 107 - 132.
- (1993). Inventário de sítios e achados arqueológicos do concelho de Braga, *Mínia*, 3ª sér., 1, Braga, pp. 31 - 88.
- (1997). *Escavações arqueológicas no Mosteiro de S. Martinho de Tibães. Campanha de 1996. Relatório científico*, Braga (Policopiado).

- FORTES, J. (1905a). Tesouro de Viatodos - da Idade do Bronze, *Portugália*, 2 (1), Porto, pp. 110 - 111.
- (1905b) Museu Municipal "Azuága" (Concelho de Gaya), *Portugália*, 2 (1), Porto, pp. 117 - 119.
- (1908). Vasos em forma de chapéu invertido (Vila do Conde), *Portugália*, 2 (4), Porto, pp. 662 - 665.
- (1908a). Machados avulsos da Idade do Bronze (Famalicão e Barcellos), *Portugália*, 2 (4), Porto, p. 662.
- (1909). Gaya no passado, *Mea Villa de Gaya*, Porto, pp. 9 - 28.
- FOUCAULT, M. (1997). *O que é um autor?*, Ed. Vega (3ª ed.)
- FRAGATA, J. (1973) *Noções de metodologia para a elaboração de um trabalho científico*, Ed. Liv. Tavares Martins, Porto.
- FREITAS, J. (1971). Citânia de S. Julião de Caldeias, *Arqueólogo Português*, 5ª sér., 3, Lisboa, pp. 133 - 138.
- GAMITO, T. (1996). A cerâmica estampilhada, *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 112 - 117.
- GARGANI, A. (1992). *O texto do tempo*, Ed. 70, Lisboa.
- GASPAR, A.; F. S. Lemos & M. Deigado (1986). O salvamento de Bracara Augusta. Reflexões, *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Setúbal, pp. 27 - 42.
- GEERTZ, C. (1996). *La interpretación de las culturas*, Ed. Gedisa, Barcelona (1ª ed. 1973).
- GERALDES, A. (1979). *Castro Laboreiro e Soajo. Habitação, vestuário e trabalho da mulher*, Parques Naturais - 4, Lisboa, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.
- (1987). *Gente de minifúndio. Produção e reprodução social em mudança na freguesia da Correlhã*, Tese de doutoramento apresentada à Universidade do Minho - Policopiada).
- GIDDENS, A. (1991). *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*, Cambridge, Polity Press.
- (1996). *As consequências da modernidade*, Oeiras, Ed. Celta.
- GOMES, C. A. (1979) O Castro de Álvora (Subsídios para o seu estudo), *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 3, pp. 161 - 175.

- GOMES, J. C. (1998). *A indústria lítica do bronze final do povoado fortificado do Coto da Pena (Vilarelho - Caminha)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Univ. do Minho (Policopiada).
- GOMEZ RAMOS, P. (1996). Hornos de reducción de cobre y bronce en la pre y protohistoria de la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 53 (1), pp. 127 - 143.
- GOMEZ DE SOTO, J. (1991). Le fondeur, le trafiquant et les cuisiniers. Le broche d'Amathonte de Chypre et la chronologie absolue du bronze final atlantique, in Chevillot *et al* (eds), *L'Age du Bronze Atlantique. Actes du 1er Colloque du Parc Archéologique de Beynac-1990*, pp. 369 - 373.
- (1993). Cooking for the elite: feasting equipment in the late bronze age, in Scarre *et al* (eds) *Trade and Exchange in Prehistoric Europe*, Bristol, pp. 191 - 197.
- GONÇALVES, A. A. H. ; S.O. Jorge & V. O. Jorge (1979). *Fossas abertas no saibro do concelho de Baião. I-Bouça do Frade e Vale de Quintela*, Trabalhos do Instituto de Antropologia Drº Mendes Correia-37, Porto.
- GONÇALVES, A. A. H. & D. Cruz (1994). Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *O Megalitismo no Centro de Portugal. Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta*, 2, pp. 171 - 232
- GONZÁLEZ MÁRCEN, P.; V. Lull & R. Risch (1992). *Arqueología de Europa, 2250-1200 A.C. Una introducción a la "edad del bronce"*, Madrid, Ed. Síntesis.
- GONZÁLEZ PRATS, A. -(1993). La metalurgia del bronce Final en el Sudeste de la P. Ibérica, R. Arana Castillo, A. Muñoz Amilibia, S. Ramallo Asensio & M. Ros Sala (eds) *Metalurgia de la P. Ibérica durante el Primer Milénio a. C.. Estado Actual de la Investigación*, Murcia, Ed. Univ. de Murcia, pp. 19 - 43.
- (1996). La evolución de la metalurgia prehistórica en la provincia de Alicante, *Trabajos de Prehistoria*, 53 (1), Madrid, pp. 109 - 126.
- GRANJA, H. (1993). Os conhecimentos actuais sobre o holocénico do Noroeste de Portugal, *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Lisboa, Ed. Colibri, pp. 43 - 49.
- GUERRA, A.; C. Fabião; J. C. Senna-Martinez (1989). O cabeço do Crasto de S. Romão, Seia. Alguns resultados preliminares das campanhas 1 (1985) a 3 (1987), *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 189 - 231.
- GUERREIRO, M. V. (1981). *Pitões das Júnias. Esboço de Monografia Etnográfica*, Lisboa.
- Guia Descritivo da Sala de Arqueologia Pré-Histórica*, Ed. M. N. A., Lisboa, 1982.
- GUIMARÃES, C. (1983) Notas bibliográficas para o estudo do povoamento pré-castrejo do concelho de Vila Nova de Gaia, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 36 - 43.

- GUITIAN RIVERA, L. (1993). Sistemas de utilización del espacio y evolución del paisaje vegetal en las sierras orientales de Lugo, A. Pérez Alberti; L. Guitian Rivera & P. Ramil-Rego (eds) *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, Ed. Xunta de Galicia, pp. 211 - 224.
- HARBISON, P. (1967). Mediterranean and atlantic elements in the early bronze age of Northern Portugal and Galicia, *Madridrer Mitteilungen*, 8, Madrid, pp. 100 - 122.
- (1968). Três tipos de machados de bronze do Norte de Portugal e suas prováveis origens, *Revista de Guimarães*, 78 (1-2), Guimarães, pp. 49 - 54.
- HARPSOE, C. H. & M. F. Ramos (1985). "Lorga de Dine" (Vinhais, Bragança), *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 202 - 204.
- HARRISON, R. (1974a). Ireland and Spain in the early bronze age. Fresh evidences for Irish and British contacts with proto-atlantic bronze age Spain in the second millenium B.C., *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*, 109, pp. 58 - 60.
- (1974b). A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two bell beakers, *Madridrer Mitteilungen*, 15, Madrid, pp. 77 - 94.
- HARRISON, R. J. (1985). The " policultivo ganadero ", or the secondary products revolution in spanish agriculture, 5000-1000 b.c., *Proceedings of the Prehistoric Society*, 51, pp. 75 - 102.
- (1988). *Spain at the dawn of History*, Ed. Thames and Hudson.
- HARTMANN, A. (1971). Análises de alguns objectos pré-históricos de ouro, procedentes do Norte de Portugal, *Revista de Guimarães*, 81 (1-2), Guimarães, pp. 129 - 138.
- (1982). *Prahistorische goldfunde aus Europa II. Spektralanalytische untersuchungen und deren auswertung*, Ed. Gebr. Mann Verlag, Berlim.
- HASSAN, F. (1981). *Demographic archaeology*, Ed. London Academic Press, Londres.
- HATT, J. (1958). Chronique de protohistoire IV. Nouveau project de chronologie pou l'âge du bronze en France, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 55 (5-6), pp. 304 - 306.
- (1961). Chronique de protohistoire V. Une nouvelle chronologie de l'âge du bronze final en France. Exposé critique du système chronologique de H. Muller Karpe, *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 58, pp. 184 - 195.
- HAWKES, C. (1952). Las relaciones atlánticas en el Bronce final, entre la Península Ibérica y las islas Británicas con respecto a Francia y la Europa Central y Mediterránea, *Ampurias*, 14, pp. 81 - 119.
- HENCKEN, H. (1956). Carp's tongue swords in Spain, France and Italy, *Zephyrus*, 7, pp. 125 - 128.

- HENDERSON, J. (1991). Novas perspectivas sobre velhos materiais: o significado arqueológico e as análises científicas de obsidiana, pedra, metal e vidro, *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 129 - 172.
- HERNANDO GONZALO, A. (1983). La orfebrería durante el Calcolítico y el Bronce Antigua en la Península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 40, Madrid, pp. 85 - 138.
- HESPANHA, A. (1986). *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal. Séc. XVII*, 2 vols, Lisboa.
- HIDALGO CUÑARRO, J. M (1985a). Aproximación a la prehistoria de Vigo (España), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 25 (2-4), Porto, pp. 253 - 274.
- (1985b). *Castro de Troña. Campaña 1983*, Arqueoloxía/Memorias - 3, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- (1987=1985). Una fecha de C-14 del castro de Troña, (Pontearreas, Pontevedra), *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 37 (102), pp. 30 - 39.
- (1988/1989). Excavaciones arqueológicas en el castro de Troña (Pontearreas, Pontevedra). Campanãs de 1984-1986, *Castrelos*, 1/2, Vigo, pp. 81 - 108.
- (1989). Pesca y marisqueo en Galicia durante la cultura castreña, *Livro de Homenagem a Jean Roche*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Porto, pp. 537 - 540.
- (1989a). Consideraciones cronológicas sobre los castros de la Isla de Torrala y de Vigo (España), *Actas do I Colóquio de Arqueologia de Viseu*, pp. 255 - 270.
- (1990/91). Últimas excavaciones arqueológicas de urgencia en Vigo: castros y yacimientos romanos, *Castrelos*, 3/4, Vigo, pp. 191 - 215.
- (1995). Excavación arqueolóxica de urxencia en "As Torres" de Padín (Vigo, Pontevedra), *Arqueoloxia/Informes. Campaña 1989*, 3, Ed. Xunta de Galicia, pp. 169 - 171.
- HILL, J. D. (1996). How should we understand iron age societies and hillforts? A contextual study from southern Britain, J. Hill & C. Cumberpatch (eds.) *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*, Ed. BAR International Series 602, pp. 45 - 66.
- HILL, J. D. & C. C. Cumberpatch (1993). Volviendo a pensar la edad del hierro, *Trabajos de Prehistoria*, 50, Madrid, pp. 127 - 137.
- HILL, J. N. (1994). Prehistoric cognition and the science of archaeology, C. Renfrew & E. Zubrow (ed.) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 83 - 92.
- HJORUNGDAL, T. (1995). The early iron age in western Norway: a gender critical perspective, J. Hill et al (ed.) *Different Iron Ages. Studies on the Iron Age in Temperate Europe*, Ed. BAR International Series 602, pp. 23 - 36.

- HOCK, M. (1980). Corte estratigráfico no castro de S. Juzenda, *Actas do 1º Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular 2*, Guimarães, pp. 55 - 70.
- HODDER, I. (1982a). *Symbols in Action. Ethnoarchaeological Studies of Material Culture*, News Studies in Archaeology, Ed. Cambridge University Press, Cambridge.
- (1982b). Sequences of structural change in the Dutch Neolithic, I. Hodder (ed.) *Symbolic and Structural Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 162 - 177.
- (1982c). *The present past. An introduction to anthropology for archaeologists*, Ed. Batsford Lda, Londres.
- (1987a). *Archaeology as a long-term History*, New Directions in Archaeology, Cambridge University Press, Cambridge.
- (1987b). *La Arqueologia en la era post-moderna, Trabajos de Prehistoria*, 44, Madrid, pp. 11 - 26.
- (1988). *Interpretación en Arqueología. Corrientes Actuales*, Ed. Crítica, Barcelona.
- HODDER, I. & C. Orton (1990). *Análisis espacial en arqueología*, Ed. Critica, Barcelona.
- HORNBORG, A. (1996). Ecology as semiotics. Outlines of a contextualist paradigm for human ecology, P. Descola & G. Pálsson (ed.) *Nature and Society. Anthropological Perspectives*, Ed. Routledge, Londres, pp. 45 - 62.
- HOWELL, S. (1996). Nature in culture or culture in nature? Chewong ideas of "humans" and other species, P. Descola & G. Pálsson (ed.) *Nature and Society. Anthropological Perspectives*, Ed. Routledge, Londres, pp. 127 - 144.
- HUNN, J. (1994). *Reconstruction and Measurement of Landscap Change. A Study of Six Parishes in the St. Albans Area*, BAR British Series 236.
- HVIDING, E. (1996). Nature, culture, magic, science. On meta-languages for comparison in cultural ecology, P. Descola & G. Pálsson (ed.) *Nature and Society. Anthropological Perspectives*, Ed. Routledge, Londres, pp. 165 - 184.
- IRIARTE CHIAPUSSO, Mª J. & G. Meaza (1996). Las Bardenas Reales: aproximacion a la evolucion del paisaje vegetal desde mediados del segundo milenio A.C., a la actualidad, P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 137 - 148.
- JENSEN, J. (1994). The turning point, K. Kristiansen & J. Jensen (eds) *Europe in the First Millennium B.C.*, Ed. J. R. Collis Publications, pp. 111 - 124.

- JORGE, S. (1979). Escavações arqueológicas no povoado da Chã do Castro (Amares, Braga), *Revista de Guimarães*, 89, pp. 281 - 292.
- (1980a). A necrópole do Tapado da Caldeira, *Arqueologia*, 2, Porto, pp. 36 - 44.
- (1980b). A estação do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugália*, nov. sér., 1, Porto, pp. 29 - 50.
- (1981). Sondagens arqueológicas na estação do Alto da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 67 - 76.
- (1983). Duas datas de C14 para a sepultura 1 da estação do Tapado da Caldeira (Baião), *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 55 - 56.
- (1983/1984) Aspectos da evolução pré-histórica do Norte de Portugal durante o III e o II milénio a.C., *Portugália*, n. sér., 4/5, Porto, p. 97 - 10.
- (1985a). Datas de carbono 14 para a Pré-História Recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas, *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154 - 183.
- (1985b). Povoados da Pré-história recente do norte de Portugal (III e começos do II milénios a.C.): resultados e problemas das escavações dos últimos anos, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História*, 2ª sér. 2, Porto, pp. 297 - 306.
- (1986). *Povoados da Pré-História Recente (III^o-inícios do II^o milénios a.C.) da região de Chaves e V.ª P.ª de Aguiar (Trás-os-Montes ocidental)*, Ed. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 3 vols, Porto.
- (1988a). O povoado da Bouça do Frade (Baião) - breve apontamento, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 134 - 137.
- (1988b). *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Ed. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Monografias Arqueológicas do GEAP - 2, Porto.
- (1988c). Reflexões sobre a pré-história recente do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1-2), Porto, pp. 85 - 112.
- (1990). Complexificação das sociedades e sua inserção numa vasta rede de intercâmbios, J. Alarcão (dir.) *Nova História de Portugal. Das Origens à Romanização*, 1, Ed. Presença, Lisboa, pp. 214 - 258.
- (1991). Idade do Bronze: apontamento sobre a natureza dos dados arqueológicos, *Arqueologia*, 21, Porto, pp. 12 - 15.
- (1993). O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, vila Nova de Foz Côa) no contexto da pré-história recente do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993*, 33 (1-2), pp. 179 - 216.

- (1994). Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do calcolítico peninsular, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 11, 2ª sér, Porto, pp. 447 - 546.
- (1996). Regional diversity in the Iberian bronze age - on the visibility and opacity of the archaeological record, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 193 - 214.
- JORGE, S. & J. Rigaud de Sousa (1980). Resultados preliminares de uma sondagem na estação arqueológica da Chã do Castro (Amares, Braga), *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães, pp. 121 - 132.
- JORGE, S. & V. Jorge (1990). Trois millénaires de vie préhistorique dans le Nord du Portugal: des bâtisseurs des premiers dolmens aux sociétés hiérarchisées du Bronze Final, *Revista da Faculdade de Letras*, 2ª sér., 7, Porto, pp. 325 - 333.
- JORGE, V. (1980). Escavação da mamoa 1 de Outeiro de Gregos. Serra da Aboboreira, Baião, *Portugália*, nov. série, 1, pp. 9 - 28.
- (1982). *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto. Os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, 2 vols, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Porto - Policopiada.
- (1983). Gravuras portuguesas, *Zephyrus*, 36, Salamanca, pp. 53 - 61.
- (1986). Arte rupestre em Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 26 (1-4), pp. 27-50.
- (1989). Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 2ª sér., 6, Porto, pp. 365 - 443.
- (1992) As mamoa funerárias do Norte de Portugal (do neolítico à idade do bronze antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão, *Revista de História da Faculdade de Letras-História*, 2ª sér., 9, Porto, pp. 463 - 480.
- (1997). Ideias prévias a uma pré-história do género, *Actas dos III Cursos Internacionais de Verão de Cascais (1 a 6 de Julho de 1996)*, vol. 1, Ed. Câmara Municipal de Cascais, pp. 21 - 42.
- JORGE, V. & A. Bettencourt (1988). Sondagens arqueológicas na mamoa 1 de Chã de Parada, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 73 - 118.
- JORGE, V.; F. Alonso & G. Delibrias (1988). Novas datas de Carbono 14 para mamoas da Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, 18, Porto, pp. 95 - 98.
- JORGE, V. & M. J. Sanches & S. Jorge (1988/1989). Nótula sobre dois vasos pré-históricos encontrados em Coca (Paredes), *Portugália*, n/s, 9/10, pp. 105 - 106.

- JORGE, V. & S. Jorge (1996a). Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 143 - 158.
- (1996b). Women in Portuguese archaeology. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, Porto, pp. 159 - 167.
- JULIA, S. (1995). La historia en crisis?, C. Barros (ed.) *Historia a Debate. Pasado y Futuro. Actas del Congreso Internacional " A Historia a Debate"*, Santiago de Compostela, 1993, vol 1, pp. 143 - 146.
- JUNGHANS, S.; E. Sangmeister & M. Schroder (1960). *Metallanalysen Kupferzeitlicher und fruehbronzezeitlicher bondefunde aus Europas*, Ed. Gebr. Mann Verlag, Berlim (SAM 1).
- (1968). *Kupfer und bronze in der Fruhen metallzeit Europas*, Ed. Gebr. Mann Verlag, Berlim (SAM 2-3).
- KALB, P.(1980a). O Bronze Atlântico em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 1, Guimarães, pp. 113 - 120.
- (1980b). Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, pp. 25 - 59.
- (1994). Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze, *O Megalitismo no Centro de Portugal. Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta*, 2, pp. 415 - 426.
- (1991). Die Goldringe von Castro Senhora da Guia, Baiões (co. São Pedro do Sul), Portugal, *Internationale Archaologie*, 1, Festschrif für Wilhelm Schule zum 60. Geburtstag, Marburg, pp. 185 - 200.
- (1995). O povoado de Nossa Senhora da Guia, Baiões, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. IPM, Lisboa, p. 68.
- KALB, P. & M. Hock (1985). *Cerâmica de Alpiarça -Exposição temporária na galeria dos Patudos*. Catálogo, Alpiarça.
- (1988). O povoamento Pré-Histórico de Alpiarça, *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 193 - 200.
- KNUSEL, J. & G. Carr (1995). On the significance of the crania from the river Thames and its tributaries, *Antiquity*, 69 (262), pp. 162 - 169.
- LAMEIRAS, A. (1997). A dádiva alimentar, a festa e as relações sociais - a festa de S. Sebastião numa aldeia de Barroso, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37 (1-2), Porto, pp. 67 - 83.

- LAUTENSACH, H. (1987a). As características fundamentais da geomorfologia, O. Ribeiro ; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal I. A Posição Geográfica e o Território*, Ed. Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 121 - 166.
- (1987b). Portugal no contexto Ibérico, O. Ribeiro; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal I. A Posição Geográfica e o Território*, Ed. Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 5 - 23.
- (1989). Povoamento, nomes de lugar e circulação, O. Ribeiro ; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal III. O Povo Português*, Ed. João Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 829 - 856.
- (1991). Os recursos do mar, O. Ribeiro; H. Lautensach & S. Daveau (ed.), *Geografia de Portugal IV. A Vida Económica e Social*, Ed. João Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 1115 - 1123.
- LEAL, A. & A. Ferreira (1873/1890). *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 12 vols.
- LEAL, J. (1994). *As festas do Espírito Santo nos Açores*, Lisboa, Ed. D. Quixote.
- LEISNER, V. (1958). Nota sobre um vaso transmontano, *Arqueologia e História*, 8ª sér., 8, pp. 145 - 153.
- LEINER, V. & L. Ribeiro (1968). Die dolmen von Carapito, *Madridrer Mitteilungen*, 9, pp. 11 - 62.
- LEMOS, F. S. (1993). *Povoamento romano de Trás-os-Montes*, (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Minho - Policopiada).
- (1996). Povoamento, espaço e *gentilitates* no 1º milénio a. C., no Nordeste transmontano, *De Ulisses a Virito. O Primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 147 - 153.
- LEMOS, F.S.; M. Martins & M. Delgado (1976/1980) O sítio proto-histórico de Pedroso, *Actividade Arqueológica. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho*, Braga, pp. 32 - 36.
- LEROI-GOURHAN, A. & J. Renault-Miskovsky (1979). *La Palonología Aplicada a la Arqueología. Métodos, Limites y Resultados*, Ed. Quaderns de Treball - 2, Barcelona.
- LITTLE, G. (1985). The technology of pottery manufacture in the Iron Age of Northwestern Portugal: methodology and preliminary results, *Cadernos de Arqueologia*, 2, Braga, pp. 249 - 252.
- (1990). *The technology of pottery production in Northwestern Portugal during the Iron Age*, Ed. Cadernos de Arqueologia - Monografias - 6, Braga.
- LOPES, A. B. (1993). *A cerâmica do Castro da Senhora da Guia (Baiões). Tecnologia e Morfologia*, (Dissertação de Mestrado apresentada à Fac. De Letras do Porto -Policopiada)

- LOPES, T. (1985/1986). O caso do morro da Sé, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, 2ª sér, 3/4, pp. 37 - 41.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. (1928). Novas cerâmicas de antas galegas, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 4 (3), Porto, p. 263 - 282.
- (1947) Los vasos semiovoides y la cronología de los vasos de ancho borde horizontal, *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, 16 (1), Ourense, pp. 1 - 12.
- (1952). Castro de Cameixa (Campañas de 1944-45), *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 1, pp. 75 - 91.
- (1953). *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. & F. Bouza Brey (1926). Prehistoria galega. O Neixón, *Boletín de la Real Academia Gallega*, 15 (181), pp. 1 - 11, 32 - 38, 56 - 61, 76 - 83, 103 - 108.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. & M. Chamoso Lamas (1958) Una necrópolis de sepulturas planas, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 13 (41), pp. 273 - 283.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F. & X. Lorenzo (1930) Vila de Calvos de Randín, *Seminario de Estudos Galegos*, Santiago de Compostela, pp. 27 - 29.
- LÓPEZ GARCÍA, P. (1984a). Análisis palinológico de los sedimentos arqueológicos del yacimiento de "O Fixón", *Pontevedra Arqueológica*, 1, pp. 145 - 148.
- (1984b). Estudio polínico de los sedimentos del yacimiento de Lavapés, *Pontevedra Arqueológica*, 1, Pontevedra, pp. 179 - 186.
- LOSA, A. (1983). Relação da Villa de Esposende, *Boletim Cultural de Esposende*, 4, Esposende, pp. 99 - 103.
- LOURENZO-RUZA, R. (1953). Los motivos de laberintos y su influencia en los petroglifos gallego-atlánticos, *Revista de Guimarães*, 63 (1-2), Guimarães.
- LUNGWORTH, I. (1994). L'aube d'or de l'occident, *Patrimoine Européen*, Estrasburgo, 2, pp. 11 - 13.
- MACHADO, M. (1951). *Esposende. Monografia do concelho*, Ed. Autor, Esposende.
- MACWHITE, E. (1951). *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*, Ed. Seminario de Historia Primitiva del Hombre, Madrid.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1973). La originalidad de la cultura castreña, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 22 (3), Porto, pp. 335 - 342.
- (1975). La edad del bronce en el occidente atlántico, *Actas das 1ªs Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas. I. Prehistoria e Historia Antigua*, Santiago de Compostela, pp. 129 - 145.

- MANTAS, V. (1996). *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, 2 vols., (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra - Policopiada).
- MARQUES, J. (1972). Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto, *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa*, 13, Porto, pp. 3 - 38.
- MARQUES, J. M. (1985). *Castros do concelho de Monção*, (Provas de Capacidade Científica e Aptidão Pedagógica apresentadas à Faculdade de Letras do Porto - Policopiada).
- MARTÍNEZ SANTA-OLALLA, J. (1946). *Esquema paleontológico de la Península Hispánica*, Ed. del Seminario de Historia Primitiva del Hombre, Madrid (2ª ed.).
- MARTINS, M. (1981). O povoado fortificado de Santo Ovídio (Fafe), *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 103 - 110.
- (1984). A Citânia de S. Julião, Vila-Verde. Primeiras Sondagens, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 1, Braga, pp. 11 - 27.
- (1985). A Ocupação do Bronze Final da Citânia de S. Julião, em Vila Verde. Caracterização e Cronologia, *Trabalhos da Sociedade de Antropologia e Emologia*, 25 (2-4), Porto, pp. 197 - 222.
- (1985b). Sondagens arqueológicas no castro do Monte Padrão, em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 2, Braga, pp. 217 - 230.
- (1986). Duas Datas de C.14 Para a Ocupação do Bronze Final da Citânia de S. Julião em Vila Verde, *Arqueologia*, 13, Porto, pp. 159 - 160.
- (1987). A cerâmica proto-histórica do vale do Cávado: tentativa de sistematização, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 4, Braga, pp. 35 - 77.
- (1988a). *A Citânia de S. Julião, Vila Verde*, Cadernos de Arqueologia-Monografias nº 2, Braga.
- (1988b). *O povoado fortificado do Lago, em Amares*, Cadernos de Arqueologia-Monografias nº 1, Braga.
- (1988c). Experiências de arqueologia espacial no Norte de Portugal. O vale do Cávado - 1º milénio a.C. e romanização, *Arqueología Espacial*, 12, Teruel, pp. 141 - 155.
- (1988d). A arqueologia dos castros no Norte de Portugal: balanço e perspectivas de investigação, *Trabalhos de Antropologia e Emologia*, 28, Porto, pp. 11 - 35.
- (1989a). *O castro do Barbudo, Vila Verde. Resultado das campanhas realizadas entre 1981-1985*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 3, Braga.
- (1989b). Algumas perspectivas da evolução do povoamento do vale do Cávado entre o 1º milénio A.C. e a romanização, *Cadernos do Noroeste*, 2 (2-3), Braga, pp. 155 - 177.

- (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia-Monografias 5, Braga.
- (1991). *O povoado de Stº Ovídio, Fafe, Braga*, Cadernos de Arqueologia-Monografias - 6, Braga.
- (1992). "As vilas do Norte de Portugal" de Alberto Sampaio. Importância da obra no estudo do povoamento antigo, *Revista de Guimarães*, 102, Guimarães, pp. 389 - 409.
- (1993/1994). Continuidade e mudança no I milénio a. C., no Noroeste Português: Os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico, *Cadernos de Arqueologia*, 10 - 11, Braga, pp. 41 - 64.
- (1995). A ocupação romana da região de Braga: balanço e perspectivas de investigação, *Actas do Congresso Histórico 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*, Ed. Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, pp. 73 - 114.
- (1996). Povoamento e habitat no Noroeste português durante o 1º milénio a. C., *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 118 - 133.
- (1996a). Construção e manipulação do discurso arqueológico: o mito das raízes étnicas, *Forum*, 19, Braga, pp. 3 - 22.
- (1997). The dynamics of change in NO Portugal during the I millenium B.C., M. Diaz-Andreu & S. Keay (dir.) *The Archaeology of Iberia. The Dynamics of Ghange*, Ed. Routledge, Londres. pp. 143 - 153.
- MARTINS, M. L. (1997). A escrita que envenena o olhar. Deambulações pelo território fortificado das ciências do homem, V. Jorge & R. Iturra (coord.) *Recuperar o Espanto: o Olhar da Antropologia*, Ed. Afrontamento, pp. 169 - 192.
- MASSEY, D. (1994). *Space, place and Gender*, Ed. Polity Press.
- MATEUS, J. & P. Queiroz (1988). Bouça do Frade IIA - Aboboreira (Baião). Análise polínica de cropólito de cervídeo, S. Jorge, *O Povoado da Bouça do Frade (Baião) no Quadro do Bronze final do Norte de Portugal*, Porto, pp. 115 - 118.
- MATTOSO, J. (1990). Aculturação religiosa na Idade Média, *Trabalhos da Sociedade de Antropologia e Etnologia*, 30 (1-4), Porto, pp. 83 - 93.
- MAY, R. (1991). *The Cry for Myth*, Ed. Delta Book.
- MASSEY, D. (1994). *Space, place and gender*, Ed. Polity Press.
- MEDDENS, F. (1995). Sites from the Thames estuary wetlands, England, and their Bronze Age use, *Antiquity*, 70 (268), pp. 325 - 334.

- MEDEIROS, A. C., C. Teixeira, J. T. Lopes & T. P. Perez (1975). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 5-B. Ponte da Barca*, Ed. S. G. P., Lisboa.
- MEDEIROS, I. (1984). *Estruturas pastoris e povoamento na serra da Peneda*, Estudos de Geografia Humana e Regional - 11, Lisboa.
- MEIJIDE CAMESELLE, G (1988). *Las espadas del bronce final en la Península Ibérica*, Ed. Universidade de Santiago, Santiago de Compostela.
- (1995). La necrópole del bronce inicial del Agro de Nogueira (Toques, A Coruña), *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo 1993)*, 1, pp. 85 - 88.
- (1994). El concepto de las relaciones atlánticas en la edad del bronce del noroeste, L. Castro Pérez et al (cord.) *Edad del Bronce. Actas del Curso de Verano de la Universidad de Vigo. Xinzo de Limia, 6/8 Julio 1993*, Xinzo de Limia, pp. 197 - 231.
- MEIJIDE CAMESELLE, G; F. Acuña Castroviejo. (1985). Nuevas armas del bronce final halladas en Galicia, *Boletín del Seminario de Estudios Artísticos y Arqueológicos*, 51, Valladolid, pp. 174 - 187.
- MEIRELES, J. (1992). *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, Braga.
- MÉNDEZ FERNANDÉZ, F. (1993). Áreas de acumulación: un modelo de yacimiento habitacional para la edad del bronce en Galicia, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, pp. 69 - 74.
- (1994). La domesticación del paisaje durante la edad del bronce Gallego, *Trabajos de Prehistoria*, 51 (1), Madrid, pp. 77 - 94.
- (1998). Definición y análisis de poblados de la Edad del Bronce en Galicia, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronce en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminario de Sargadelos - 77, Corunha, pp. 153 - 189.
- MERIDETH, G. (1997). Energy dispersive spectroscopy analysis from Late Bronze Age artefacts, *Estudos Pré-Históricos*, 5, pp. 145 - 154.
- MOHEN, J.P.(1992). *Metalurgia prehistórica. Introducción a la paleometalurgia*, Ed. Masson, Barcelona.
- MONTEAGUDO, L. (1977). *Die beile auf der Iberischen Halbinsel*, Prahistorische Bronzefunde - 9 (6), Munique.
- (1981). Koiné del bronce atlántico?, *1º Colóquio Galaico-Minhoto*, 2º vol., pp. 365-398.

- MONTEIRO, J. P.; M. V. Gomes; J. Soares & C. T. da Silva (1980). O acampamento do bronze final das Pontes de Marchil, *Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal*, Ed. Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal, pp. 43 - 45.
- MORALES NUÑIZ, A. (1990). Arqueozoologia teórica: usos y abuso a reflejados en la interpretación de las asociaciones de fauna de yacimientos antropicos, *Trabajos de Prehistoria*, 47, Madrid, pp. 251 - 290.
- (1996). Algunas consideraciones teóricas en torno de la fauna como indicadora de espacios agrarios en la prehistoria, *Trabajos de Prehistoria*, 53 (2), Madrid, pp. 5 - 17.
- MURALHA, J. (1996). *Materiais líticos e cerâmicos de Castelo Velho de Freixo de Numão. Continuidades e discontinuidades: uma proposta de abordagem estatística*, Porto, 2 vols (Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto - Policopiada).
- NARROL, R. (1962). Floor area and settlement population, *American Antiquity*, 27 (4), pp. 587 - 589.
- NEEDHAM, S. (1993). Displacement and exchange in archaeological methodology, C. Scarre *et al* (eds) *Trade and Exchange in Prehistoric Europe*, Bristol, pp. 161 - 169.
- NOCETE, F. (1988). Estômagos bípedos/ estômagos políticos, *Arqueología Espacial*, 12, Teruel, pp. 119 - 139.
- NUNES, J. A. & R. Graça Feijó (1990). As transformações dos "incultos" no Noroeste (1750 - 1900): uma proposta de reapreciação, *Cadernos de Ciências Sociais*, 8/9, pp. 45 - 90.
- NUNES, H. B. (1993). Prado e o Cávado no "Arquivo Pitoresco", *Cávado. Alguns Olhares*, Ed. ASPA, Braga, pp. 11 - 16.
- O' CONNOR, B. (1991). Bronze age metalwork from Cranborne Chase: a catalogue, J. Barret, R. Bradley & M. Hall (ed.) *Papers on the Prehistoric Archaeology of Cranborne Chase*, Oxbow Monograph -11, pp. 231 - 241.
- OBERMAIER, H. (1925). Die bronzzeitlichen felsgravierungen von Nordwestspanien (Galicien), *IPEK*, pp. 51 - 59.
- OLIVEIRA, M. (1950). Boletim - Extractos das Actas das Sessões, *Revista de Guimarães*, 60 (1-2), Guimarães, pp. 284 - 323.
- OLIVEIRA, E.V.; B.Pereira & F.Galhano (1969). *Construções Primitivas em Portugal*, Ed. Instituto de Alta Cultura, Lisboa.

- OLIVEIRA, F.; F. Queiroga & A. Pereira Dinis (1991). O pão de bolota na cultura castreja, *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 251 - 268.
- OLIVIER, L. (1984). La question du passage de l'âge du bronze à l'âge du fer. Un problème méthodologique et théorique?, *Transition Bronze Final Hallstat Ancien: Problèmes Chronologiques et Culturels*, Paris, pp. 279 - 288.
- OLLIVIER, M. (1988). *Palinología y paleoambiente. Nuevos datos españoles. Referencias*, Servicio de Investigación Prehistórica, Valencia.
- OLSEN, B. (1990). *Roland Barthes: from sign to text*, C. Tilley (ed), *Reading Material Culture. Structuralism, Hermeneutics and Post-Structuralism*, Ed. Basil Blackwell, pp. 191 - 205.
- O'NEILL, B. (1997). Práticas de sucessão em Portugal: panorama preliminar, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37 (1-2), Porto, pp. 121 - 148.
- ORTIZ DEL CUETO, J. & L. López Covacho (1997). El yacimiento de la edad del Bronce Príncipe 11: ritual de inhumación infantil (Aranjuez, Madrid), *II Congreso de Arqueología Peninsular*, vol. II, Zamora, pp. 633 - 646.
- PAÇO, A. (1933). Vaso de bordo horizontal, de Vila Fria, *Homenagem a Martins Sarmiento, Guimarães*, pp. 272 - 276.
- PÁLSSON, G. (1996). Human-environmental relations. Orientalism, paternalism and communalism, P. Descola & G. Pálsson (ed.) *Nature and Society. Anthropological Perspectives*, Ed. Routledge, Londres, pp. 63 - 81.
- PARCERO OUBIÑA, C. (1995). Aproximación al espacio social en el mundo castreño, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología* (Vigo 1993), pp. 185 - 189.
- (1997). *Documentación de un entorno castreño: trabajos arqueológicos en el área de Cameixa*, Trabajos en Arqueología del Paisaje - 1, Santiago de Compostela.
- PEARSON, M. P. (1993). *Bronze Age Britain*, Ed. English Heritage, Londres.
- PEIXOTO, A. R. (1967). *Estudos de etnografia e de Arqueologia*, Ed. Câ. Municipal da Póvoa do Varzim, Póvoa do Varzim.
- PEÑA SANTOS, A. (1984a). Sondeo estratigráfico en el yacimiento de "A Fontenla" (Moaña), *Pontevedra Arqueológica*, 1, Pontevedra, pp. 91 - 97.
- (1984a). El yacimiento de Lavapés (Cangas de Morrazo); balance de las excavaciones 1981 - 1982, *Pontevedra Arqueológica*, 1, Pontevedra, pp. 149 - 178.
- (1985a). Las cistas de Gandón (Cangas de Morrazo, Pontevedra), *El Museo de Pontevedra*, 39, Pontevedra, pp. 78 - 99.

- (1988a). Los objetos metálicos del castro de Torroso (Mos, Pontevedra), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (3-4), Porto, pp. 113 - 132.
- (1988b). El castro de Torroso (Mos, Pontevedra). Resumen de tres años de excavaciones, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 27 (1-2), Porto, pp. 113 - 133.
- (1992a). El primero milenio a. C. en el área Gallega: génesis y desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueología, *Paleoetnologia de la Península Ibérica. Complutum*, 2-3, Madrid, pp. 373 - 398.
- (1992b). *Castro de Torroso (Mos, Pontevedra). Síntesis de las memoria de las campañas de excavaciones 1984-1990*, Arqueoloxía/ Memorias 11, Ed. Xunta de Galicia, Corunha.
- PEÑA SANTOS, A. & J. Rey Garcia (1993). El espacio de la representación. El arte rupestre galaico desde una perspectiva territorial, *Pontevedra. Revista de Estudos Provinciais*, 10, Pontevedra, pp. 10 - 50.
- PEÑA SANTOS, A. & J. Rey Garcia (1998). Perspectivas actuales en la investigación del arte rupestre galaico, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronce en Galicia: Novas Perspectivas*, Cadernos do Seminário de Sargadelos -77, Corunha, pp. 221 - 241.
- PEÑA SANTOS, A.; F. Costas Gorbena & J. Hidalgo Cuñarro (1996). Los motivos geométricos en el grupo galaico de arte prehistórico, F. Costas Gorbena et al (dir.) *Los motivos Geométricos en los Gravados Rupestres Prehistóricos del Continente Europeo*, Ed. Asociación Arqueológica Viguesa, Vigo, pp. 83 - 130.
- PEREA CAVEDA, A. (1995) La metalurgia del oro en la fachada atlántica peninsular durante el Bronce Final: interacciones tecnológicas, M. Ruíz-Gálvez (ed.) *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ria de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, *Complutum* 5, Madrid, pp. 69 - 78.
- PEREIRA, F. A. (1902). Um passeio arqueológico no concelho de Arcos de Valdevez, *O Arqueólogo Português*, 7 (8-9), Lisboa, p. 193 - 209.
- (1903). Machados de duplo anel, *O Arqueólogo Português*, 8, Lisboa, pp. 132 - 136.
- (1904). Aquisições do Museu Etnológico Português, *O Arqueólogo Português*, 9 (1-2), Lisboa, pp. 37 - 39.
- PEREIRA, I. (1996). Santa Olaia, *De Ulisses a Viriato. O primeiro Milénio a.C.*, Ed. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 60 - 65.
- PERONI, R. & C. Belardelli (1994). L'âge du bronze "premier âge d'or en Europe", campagne européenne 1994-1996, *Bullettino del XIII Congresso dell' Unione Internazionale delle Scienze Preistoriche e Protoshoriche- Forli - Italia - 1996*, Roma, 2, pp. 102 - 104.

- PETRUSO, K. M. (1982). Castro de Lanhoso, Portugal: results of the first season, *Context*, 2 (3), Ed. Boston University, pp. 1 e 4 - 6.
- (1984). *Archaeological excavations by Boston University at the site of Castro de Lanhoso (Minho) during August 1982*. (Relatório submetido ao I.P.P.C.-Policopiado).
- PICAZO MILLAN, J. (1993). *La edade del Bronce en el sur del Sistema Ibérico Turolense. I: lo materiales cerámicos*, Monografias Arqueologicas del S. A. E. T. - 7, Teruel.
- PIMENTA, J. (1996). *O paradigma geográfico na arqueologia portuguesa*, Braga (dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho - Policopiada).
- PINGEL, V. (1977). *Golfunde der Iberischen Halbinsel*, Marburg.
- (1992). *Die vorgeschichtlichen golfunde der Iberischen Halbinsel - Eine archaologische untersuchung zur auswertung der spektralanalysen*, Berlim/Nova Iorque.
- PINTO, J. M. (1995). O povoamento da bacia superior do rio Sousa da proto-história à romanização, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (1), pp. 265 - 291.
- PINTO, R. S. (1928a). Museu de Martins Sarmiento, *Revista de Guimarães*, 38 (3-4), pp. 192 - 196.
- (1928b). Concelho de Póvoa do Varzim. Apontamentos Arqueológicos, *Voz do Crente*, 66, Póvoa do Varzim, p. 4.
- (1932). A cidade de Terroso e os Castros do Norte de Portugal, *Revista de Guimarães*, 42 (1-2), Guimarães, pp. 81 - 91.
- POLANAH, L. (1981). *Comunidades camponeses no Parque Nacional da Peneda-Gerês*, Ed. Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Lisboa.
- (1985). O colectivismo agrário no Norte de Portugal, *Antropologia Portuguesa*, 3, Coimbra, pp. 61 - 68.
- (1989). Função da vizinhança entre os camponeses de Tourém, *Antropologia Portuguesa*, 7, Coimbra, pp. 41 - 47.
- PRYOR, F. (1996). Sheep, stockyards and fields systems: bronze age livestock populations in the Fenlands of eastern England, *Antiquity*, 70 (268), pp. 313 - 324.
- QUEIROGA, F. (1984). Escavações arqueológicas em Castelo de Matos-notícia preliminar, *Arqueologia*, 9, Porto, pp. 105 - 116.
- (1992). *War and castros. New approaches to the northwestern portuguese iron age*, Oxford (Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Oxford - Policopiada).
- (1996). *IC 1. Póvoa de Varzim/Apúlia. Alteração entre o Km 7 + 400 e o final. Parte 4 - Estudo de Impacte Ambiental*, Junta Autónoma das Estradas, 2 vols (Policopiado).

- QUEIROGA, F. & I. Figueiral (1989). Datações de Carbono 14 para Castelo de Matos, *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 9, Famalicão, pp. 67 - 69.
- RAMIL-REGO, P. (1993). Evolución climática e historia de la vegetación durante el Pleistoceno Superior y el Holoceno en las regiones montañosas del Noroeste Ibérico, A. Pérez Alberti; L. Guitián Rivera & P. Ramil-Rego (eds) *La Evolución del Paisaje en las Montañas del Entorno de los Caminos Jacobeos*, Ed. Xunta de Galicia, pp. 25 - 60.
- RAMIL-REGO, P.; M. J. Aira Rodríguez; M. González Mendez & F. Criado Boado (1990). Données paléobotaniques sur la présence de graines de brassicaceae au N.O. de la Péninsule Ibérique, *Révue de Paléobiologie*, 9 (2), Genève, pp. 263 - 272.
- RAMIL-REGO, P.; M. T. Taboada Castro; F. Díaz-Fierros Viquera & M. J. Aira Rodríguez (1996). Modificación de la cubierta vegetal y acción antropica en la región del Minho (Norte de Portugal) durante el Holoceno, P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 199 - 214.
- RAMIL-REGO, P.; M. Rodríguez Guitián; L. Gómez-Orellana; C. Muñoz Sobrino & M. J. Aira Rodríguez (1996a). Caracterización paleoambiental de los complejos lacustres y humedales continentales de Galicia, P. Ramil-Rego, C. Fernández Rodríguez & M. Rodríguez Guitián (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 227 - 246.
- RAMIL-REGO, P.; A. Dopazo Martínez & C. Fernández Rodríguez (1996b). Cambios en las estrategias de explotación de los recursos vegetales en el Norte de la Península Ibérica, *Férvedes*, 3, Lugo, pp. 169 - 187.
- RAMIL SONEIRA, J. & J. M. Vázquez Varela (1979). Enterramiento en cista de la edad del bronce, de "O Cubillon", Xermade (Lugo) *El Museo de Pontevedra*, 33, Pontevedra, pp. 63 - 68.
- RAPOPORT, A. (1990). Systems of activities and systems of settings, S. Kent (ed.) *Domestic Architecture and the Use of Space*, Ed. Cambridge University Press, pp. 9 - 20.
- RAURET DALMAU, A. (1976). *La metalurgia del bronce durante la edad del hierro*, Ed. Publicaciones Eventuales - 25, Univ. de Barcelona.
- REAL, M. ; M. J. Távora; M. I. Osório; F. F. Teixeira (1985/1986). Escavações Arqueológicas no Morro da Sé, *Boletim Cultural*, Câmara Municipal do Porto, 2ª sér, 3/4, pp. 7 - 59.
- REGALO, H. (1986). Levantamento arqueológica do concelho de Vila Verde, notícia preliminar, *Mínia*, 2 sér., 8, Braga, pp. 70 - 110.

- REGALO, H. & M. Brito (1991). Carta arqueológica da Póvoa de Lanhoso, *Actas das IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa 1990)*. Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 117 - 121.
- RENFREW, C. (1982). Socio-economic change in ranked societies, C. Renfrew & S. Shennan (eds), *Ranking, Resource and Exchange*, New Directions in Archaeology, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1 - 8.
- (1984). *Approaches to social Archaeology*, Ed. Edimburg University Press.
- (1993). Trade beyond the material, C. Scarre et al (eds) *Trade and Exchange in Prehistoric Europe*, Bristol, pp. 5 - 16.
- (1994a). Towards a cognitive archaeology, C. Renfrew & E. Zubrow (ed.) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 3 - 12.
- (1994b). The archaeology of religion, C. Renfrew & E. Zubrow (ed.) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 47 - 54.
- RENFREW, C. & P. Bahn (1993). *Arqueología. Teorías, métodos y práctica*, Ed. Akal, Madrid (1989).
- REY CASTIÑEIRAS, J. (1990/1991). Cerámica indígena de los castros costeros de la Galicia occidental: rias bajas. Valoración dentro del contexto general de la cultura castreña, *Castrelos*, 3/4, pp. 141 - 163.
- (1993). Cuestiones de tipo territorial en la cultura castreña, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, 2 vol., pp. 165 - 171.
- (1996). Referencias de tempo na cultura material dos castros galegos, J. M. Hidalgo Cuñarro (ed.) *A Cultura Castrexa Galega a Debate*, Tui, pp. 157 - 206.
- REY GARCIA, X. (1995). Excavación arqueolóxica no illote de Guidoiro areoso (Vilanova de Arousa, Pontevedra), *Arqueoloxia/Informes. Campaña 1989*, 3, Ed. Xunta de Galicia, pp. 15 - 18.
- RIBEIRO, O. (1940). Villages et communautés rurales au Portugal, *Biblos*, 16 (2), pp. 411 - 425.
- (1987). *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 5ª ed.
- (1989a). Evolução e distribuição da população, O. Ribeiro; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal III. O Povo Português*, Ed. João Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 731 - 778.
- (1989b). Povoamento e circulação, O. Ribeiro; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal III. O Povo Português*, Ed. João Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 857 - 876.
- (1991a). *Opúsculos geográficos. O mundo rural*, vol. 4, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- (1991b). A vida litoral, O. Ribeiro; H. Lautensach & S. Daveau (ed.) *Geografia de Portugal IV. A Vida Económica e Social*, Ed. João Sá da Costa Lda, Lisboa, pp. 1125 - 1132.
- RODRIGUES J. B.; C. T. Silva, D. Almeida & J. I. Vaz (1989). Gravuras rupestres em castros - Beira Alta, Castro da Cárcoda (S. Pedro do Sul), *Actas do I Colóquio de Arqueologia de Viseu*, pp. 275 - 281.
- RODRIGUEZ DE LA ESPERANZA, M. J. (1996). Metalurgia en la edad del bronce: el sur de la cuenca media del Ebro, *Trabajos de Prehistoria*, 53 (2), Madrid, pp. 77 - 93.
- RODRIGUEZ LOPEZ, C. & C. Fernández Rodríguez (1996). Una aproximación al estudio de los yacimientos castreños del litoral galaico: dimensiones ambientales y económicas, P. Ramil-Rego et alii (coord.) *Biogeografía Pleistocena - Holocena de la Península Ibérica*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, pp. 363 - 375.
- RODRIGUEZ LOPEZ, C.; C. Fernández Rodríguez & P. Ramil-Rego (1993). El aprovechamiento del medio natural en la cultura castreña del Noroeste peninsular, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Iº Congresso de Arqueologia Peninsular, 1993*, 33 (1-2), Porto, pp. 285 - 305.
- RODRIGUEZ PAZ, F. J. & J. M. Hidalgo Cuñarro (1990/91). Nuevos hallazgos de la edad de Bronce en Vigo: el deposito de hachas de Estea-Saiáns, *Castrelos*, 3/4, Vigo, pp. 65 - 83.
- ROMERO CARNICERO, F. (1985). La Primera Edad del Hierro: El afianzamiento de la sedentarización y la explotación intensiva del valle del Duero, *Historia de Castilla Y Leon. La Prehistoria del Valle del Duero*, Ed. Ambito, Valladolid, pp. 882 - 103.
- ROMERO MASIÁ, A. (1987 ?). *Castro de Borneiro. Campañas 1983-84 Arqueoloxía/Memorias - 7*, Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela.
- ROVIRA LLORENS, S. (1995). Estudio arqueometalúrgico del deposito de la ria de Huelva, M. Ruíz-Gálvez Priego (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ria de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeu*, Complutum 5, Madrid, pp. 33 - 57.
- ROVIRA LLORENS, S. & I. Montero Ruíz. (1994). Metalurgia campaniforme y de la edad del bronce en la comunidad autónoma de Madrid, C. Blasco (ed.) *El Horizonte Campaniforme de la Región de Madrid en el centenario de Ciempozuelos*, Patrimonio Arqueológico del Bajo Manzanares - 2, Madrid, pp. 137 - 202.
- ROWLANDS, M. J. (1972). The archaeological interpretation of Prehistoric metalworking, *World Archaeology*, 3, pp. 210 - 223.
- RUIVO, F. & M. M. MARQUES (1982). Comunidade e antropologia jurídica em Jorge Dias: Vilarinho da Furna e Rio de Onor, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 10, Coimbra. pp. 41 - 87.

- RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, M. (1979). El Bronce Antiguo en la fachada atlántica peninsular: un ensayo de periodización, *Trabajos de Prehistoria*, 36, Madrid, pp. 151 - 172.
- (1982). Nueva espada dragada en el río Ulla. Armas arrojadas a las aguas, *El Museo de Pontevedra*, 36, Pontevedra, pp. 179 - 196.
- (1984a). *La Península Ibérica y sus relaciones con el círculo cultural atlántico*, Madrid, 2 vols. (Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Complutense de Madrid - Policopiada).
- (1984b). Reflexiones terminológicas en torno de la Edad del Bronce peninsular, *Trabajos de Prehistoria*, 41, Madrid, pp. 323 - 342.
- (1986). Navegación y comercio entre el Atlántico y el Mediterráneo a fines de la Edad del Bronce, *Trabajos de Prehistoria*, 43, Madrid, pp. 9 - 42.
- (1987). Bronce Atlántico y "cultura" del Bronce atlántico en la península Ibérica, *Trabajos de Prehistoria*, 44, Madrid, pp. 251 - 266.
- (1988). Oro y política. Alianzas comerciales y centros de poder en el Bronce Final del Occidente peninsular. Espacio, tiempo y forma, *Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, 1ª sér., Homenaje al Prof. Ripoll Perelló, Madrid, pp. 325 - 338.
- (1990). Canciones del muchacho viajero, *Veleia*, 7, pp. 79 - 103.
- (1991a). Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula, *Oxford Journal of Archaeology*, 10 (3), Oxford, pp. 277 - 306.
- (1995). El noroeste de la Península Ibérica en el contexto de la prehistoria reciente de Europa Occidental, *Actas del Congreso Nacional de Arqueología* (Vigo 1993), 1, pp. 11 - 16.
- (1995a). From gift to commodity: the changing meaning of precious metals in the later Prehistory of the Iberian Peninsula, G. Morteani & P. Northover (eds) *Prehistoric Gold in Europe. Mines, Metallurgy and Manufacture*, Ed. Nato Asi Series, pp. 45 - 64.
- (1995b). El significado de la ría de Huelva en el contexto de las relaciones de intercambio y de las transformaciones producidas en la transición Bronce Final/ Edad del Hierro, in Ruíz-Gálvez (ed.) *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeu*, Complutum 5, Madrid, pp. 129 - 155.
- (1995c). Cronología de la ría de Huelva en el marco del bronce final da Europa occidental, in Ruíz-Gálvez (ed.) *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeu*, Complutum 5, Madrid, pp. 79 - 83.
- (1998). *La Europa Atlántica en la Edad del Bronce. Un Viaje a las Raíces de la Europa Occidental*, Ed. Crítica, Barcelona.

- RUIZ RODRIGUEZ, A. (1988). Reflexiones sobre algunos conceptos de la Arqueología Espacial a partir de una experiencia: Iberos en el Alto Guadalquivir, *Arqueologia Espacial*, 12, Teruel, pp. 157 - 172.
- SAA OTERO, M. P. (1991). Estudio paleoecológico do entorno de xacementos castrexos en Galicia, *Arqueoloxía/Informes. Campaña 1988*, 2, Corunha, pp. 313 - 318.
- SALVADOR ROVIRA (1995). Estudio arqueometalúrgico del depósito de la ría de Huelva, M. Ruíz-Gálvez Priego (ed.), *Ritos de Paso y Puntos de Paso. La Ría de Huelva en el Mundo del Bronce Final Europeo*, Complutum 5, Madrid, pp. 33 - 57.
- SANCHES, M. J. (1981). Recipientes cerâmicos da Pré-História recente do Norte de Portugal, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 88 - 98.
- (1982) Vasos da estação arqueológica de Corvilho-Santo Tirso, *Arqueologia*, 5, Porto, pp. 56 - 61.
- (1988). O povoado da Lavra (Marco de Canaveses), *Arqueologia*, 17, Porto, pp. 125 - 134.
- (1995a). O povoado da Lavra, serra da Aboboreira, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed.S.E.C., p. 116.
- (1995b). *O abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no contexto da pré-história recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols (Dissertação de Doutoramento apresentada à Fac. de Letras da Universidade do Porto - Policopiada).
- (1997). O Crasto de Palheiros, Murça. Notícia preliminar das escavações de 1995 e de 1996, *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular (Zamora-1996)*, 2, pp. 389-398.
- (1997). *A Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*, 2 vols, Ed. SPAE, Porto.
- SANCHES, M. J.; A. Monge Soares & F. Alonso Mathias (1993). Buraco da Pala (Mirandela): datas de carbono 14 calibradas e seu poder de resolução. Algumas reflexões, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 1993*, 33(1-2), pp. 223 - 243.
- SANTAREM, C. M. F. (1956) Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, 4 (2), Santo Tirso, pp. 169 - 178.
- SANTOS, B. S.(1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Ed. Afrontamento, Porto.
- (1994). *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Ed. Afrontamento, Porto.
- (1995). *Toward a new common sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition*, Ed. Routledge.
- SANTOS JÚNIOR, J. (1940). Arte rupestre, *Congresso do Mundo Português. Pré-História e Proto-História*, 1, Lisboa, pp. 195 - 201.

- (1940a). Nova estação asturiense da foz do Cávado, *Congresso do Mundo Português*, 1, Lisboa, pp. 197 - 201.
- SANTOS, P. M. (1995). O povoado do Alto de Stª Ana, Chaves, *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de Poder*, Ed. S.E.C., p. 117.
- SARMENTO, F. (1895). Materiaes para a archeologia da comarca de Barcellos, *Revista de Sciencias Naturaes e Sociais*, 3, Porto, pp. 62 - 69.
- (1901). Materiais para a arqueologia do concelho de Guimarães, *Revista de Guimarães*, 18, Guimarães, pp. 117 - 135.
- (1933). *Dispensos*, Ed. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- (1970). Antiqua, *Revista de Guimarães*, 80 (1-2), Guimarães, pp. 11 - 72.
- SAVORY, H. (1951). A idade do bronze atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*, 61 (3-4), Guimarães, pp. 337 - 340.
- (1974). *Espanha e Portugal*, Lisboa, Ed. Verbo.
- SCARRE, C. (1994). The meaning of death: funerary beliefs and the prehistorian, C. Renfrew & E. Zubrow (ed.) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 75 - 82.
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1989). *Pré-história recente da bacia do médio e alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*, 3 vols, Lisboa (Tese de doutoramento apresentada à Universidade Clássica de Lisboa -Policopiada).
- (1993). A ocupação do Bronze Pleno da "Sala 20" do Buraco da Moura de São Romão, *Trabalhos de Arqueologia da E. A. M.*, 1, Lisboa, pp. 55 - 75.
- (1995). The late prehistory of Central Portugal: a first diachronic view, K. Lillios (ed.) *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia*, Ed. International Monographs in Prehistory, Michigan, pp. 64 - 94.
- SENNA-MARTINEZ, J. C.; A. Guerra & C. Fabião (1986). *Cabeço do Crasto, São Romão, Seia. Campanha 1-1985. Catálogo da Exposição Temporária*, Unidade de Arqueologia, Lisboa.
- SHACK, W. A. (1994). The construction of antiquity and the egalitarian principle: social constructions of the past in the present, Bond *et al* (eds) *Social Construction of the Past. Representation as Power*, Ed. Routledge, Londres, pp. 113 - 118.
- SHANKS, M. & C. Tilley (1982). Ideology, symbolic power and ritual communication: a reinterpretation of neolithic mortuary practices, I. Hodder (ed.), *Symbolic and Structural Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 129 - 154.
- (1987). *Reconstruction archaeology: theory and practice*, Ed. Routledge, Londres.
- SHENNAN, S. J. (1988). *Quantifying Archaeology*, Ed. Edinburgh University Press, Edinburgh.

- (1994). Introduction: archaeological approaches to cultural identity, S.J. Shennan (eds) *Archaeological Approaches to Cultural Identity*, Ed. Routledge, Londres, p. 1 - 32.
- SHERRATT, A. (1991). Palaeoethnobotany: from crops to cuisine, *Paleoecologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 221 - 236.
- (1993). The relativity of theory, N. Yoffee & A. Sherratt (eds) *Archaeological Theory: Who Sets the Agenda?*, Ed. Cambridge University Press, pp. 119 - 130.
- SIERRA RODRIGUEZ, J. C., A. J. Vazquez Vaamonte & S. Ferreira (1984). *El deposito del Bronce Final de Samieira. Investigación Arqueoanalítica y Experimental*, Boletín Auriense, Anexo 2, Ourense, Ed. Museu Arqueológico Provincial.
- SILVA, A. C. (1983). A Idade dos metais em Portugal, J. H. Saraiva (dir.) *História de Portugal*, vol. 1, Ed. Alfa, Lisboa, pp. 101 - 147.
- (1983/1984). A cultura castreja no Noroeste de Portugal: habitat e cronologias, *Portugália*, nov. sér., 4-5, Porto, pp. 121 - 129.
- (1986a). *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira.
- (1986b). Cultura Castreja, *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, 1, Lisboa, pp. 175 - 176.
- (1986 ?). *Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização*, Paços de Ferreira - Estudos Monográficos.
- (1988). A ourivesaria pré-romana do Noroeste de Portugal, *Ourivesaria do Norte de Portugal* (Catálogo da Exposição ARPPA-AIORN), Porto, pp. 73 - 87.
- (1990). A Idade do Ferro em Portugal, J. Alarcão (dir.) *Nova História de Portugal. Das Origens à Romanização*, 1, Ed. Presença, Lisboa, pp. 259 - 341.
- SILVA, A. C.; A. B. Lopes; T. P. Maciel (1981). A necrópole do bronze inicial da Chã de Arefe (Durrães, Barcelos), *Arquivo do Alto Minho*, 26, Viana do Castelo, pp. 49 - 61.
- SILVA, A. C.; L. Raposo & C. T. Silva (1992). *Pré-História de Portugal*, Ed. Universidade Aberta - 57, Lisboa
- SILVA, A. C. & M. V. Gomes (1993). *Proto-História de Portugal*, Ed. Universidade Aberta - 57, Lisboa.
- SILVA, A. R. P. (1988). A paleoetnobotânica na arqueologia portuguesa. Resultados desde 1931 a 1987, *Paleoecologia e Arqueologia*, Vila Nova de Famalicão, pp. 5 - 36.
- (1988a). Os achados de origem vegetal no campo arqueológico da serra da Aboboreira desde 1982 a 1987, *Arqueologia*, Porto, pp. 175 - 176.
- (1988b). Identificação do material botânico proveniente do povoado da Bouça do Frade (escavações de S. O. J. 1982), S. Jorge (ed.) *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no*

- quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Ed. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Monografias Arqueológicas do GEAP - 2, Porto, pp. 119 - 124.
- SILVA, C. T. (1980). Contribuição para o estudo da Cultura Castreja na Beira Alta, *Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, 2, Guimarães, pp. 171 - 181.
- SILVA, E. J. (1994). Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto, *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*, Mangualde 1992, pp. 157 - 169.
- SILVA, E. J. & J. A. Marques (1984). Escavação de uma cista em Lordelo (Anha-Viana do Castelo), *Revista de História*, 1, Universidade Portucalense, pp. 51 - 72.
- SILVA, M. A. (1994). A cista do Gorgolão (Vila da Ponte - Montalegre), *Portugália*, nov. sér., 15, pp. 137 - 146.
- SILVA, M. F. (1994). *O Povoamento Proto-Histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: Estudo, Restauro e Divulgação*, Ed. Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- (1995/1997). O povoado fortificado de Cossourado: relatório da primeira campanha de escavações (1993), *Cadernos de Arqueologia e Património*, 4/6, pp. 39 - 57.
- ✓ SILVA, M. C. (1990). Comunitarismo: identidade e diferenciação. O caso de uma aldeia do Alto Minho, *Cadernos do Noroeste*, 3 (1-2), Braga, pp. 205 - 234.
- ✓ (1994). *Resistir y adaptar-se. Costreñimientos y estrategias campesinase* (Dissertação de Doutoramento apresentada à Univ. de Amstardão - Policopiada).
- SILVANO, F. (1997). *Territórios da identidade*, Ed. Celta.
- SOBRAL, J. M. (1997). Comunidade, espaço, localidade - algumas reflexões suscitadas por um estudo de caso, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 37 (3-4), Porto, pp. 237 - 264.
- SOBRINO LORENZO-RUZA (1955). Datos para el estudio de los petroglifos de tipo atlántico, *III Congreso Arqueológico Nacional*, Saragoça, pp. 223 - 260.
- SOEIRO, T. (1981). Castro do Peso em St^a Leocádia de Geraz do Lima, *Arqueologia*, 3, Porto, pp. 99 - 102.
- (1982). O esconderijo de Sequeada (Barcelos), *Arqueologia*, 5, Porto, pp. 62-67.
- (1983). Inventário arqueológico - o Outeiro do Castro (Airó-Barcelos), *Revista de Barcelos*, 1 (2), Barcelos, pp. 81 - 90.
- (1984). *Monte Mózinho. Apontamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época Romana*, Penafiel. Boletim Municipal da Cultura, 3^a sér., nº 1.
- (1988). A propósito de quatro necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende, *Actas do Colóquio Manuel de Boaventura 1985*, 2, Esposende, pp. 35 - 61.

- SOTO, B; R. Basanta; R. Perez & F. Díaz-Fierros Viquera (1992). Influence of slash-and-burn on soil degradation in N.W. Spain, *Farm Lands Erosion in Temperate Plains Environments and Hills*, Paris.
- SOUSA, A. (1981/1982). A cerâmica da Gandra-Esposende. *Portugália*, nov. sér., 2-3, Porto, pp. 41 - 59.
- SOUSA, A. (1993). 1325 - 1480. Condicionantes básicos, in J. Mattoso (dir.) *História de Portugal II*, Ed. Círculo de Leitores, pp. 313 - 390.
- SOUSA, J. R. (1968/1970). A estação arqueológica da Falperra. Notas para a sua história, *Arquivo de Beja*, (25-27), Beja, pp. 57 - 64.
- (1978). Megalitismo nos arredores de Braga - necrópoles do Monte de Crasto, *Bracara Augusta*, 32 (85-86), Braga, pp. 329 - 336.
- SOUSA, T. (1909). *Serra do Gerez. Estudos, aspectos e paisagens*, Porto, Ed. Livraria Chardron.
- SPRIGGS, M. (1984). Another way of telling: Marxist perspectives in archaeology, M. Spriggs (dir.), *Marxist Perspectives in Archaeology*, New Directions in Archaeology, Ed. Cambridge University Press, Cambridge, pp. 1 - 9.
- SUÁREZ OTERO, J. (1993). O Fixón: una nueva perspectiva del bronce inicial en Galicia, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología. Vigo*, Vigo, 2, pp. 57 - 67.
- (1997). A Idade do Bronze en Galicia, *Galicia Castrexa e Romana*, Ed. Xunta de Galicia, pp. 54 - 61.
- (1998). Cerámicas e cultura na Idade do Bronze en Galicia, R. Fábregas Valcarce (ed.) *A Idade do Bronze en Galicia: Novas Perspectivas*, Ed. Cadernos do Seminário de Sargadelos - 77, Corunha, pp. 81 - 103
- SUÁREZ OTERO, J. & F. Fariña Busto (1990). Lanzada (Sanxenxo, Pontevedra), definición e interpretación de un yacimiento castreño atípico, *Madrider Mitteilungen*, 31, pp. 309 - 337.
- SUÁREZ OTERO, J. & X. Carballo Arceo (1991/1992). O castro de Orelas (Silleda). Novos datos sobre o vaso campaniforme na Galiza interior, *Cadernos de Arqueologia*, 8/9, pp. 67 - 95.
- SUÁREZ OTERO J.; X. Carballo Arceo & J. Amil Baltasar (1997). Um molde de hachas "tipo Barcelos" en Guillade (Ponteares, Pontevedra, *Soberosum*, 2, pp. 21 - 42.
- (1998). El neolítico en Galicia: nuevas evidencias y nuevas perspectivas, *Madrider Mitteilungen*, 39, pp. 1 - 13.

- TABLAS SASTRE, J. G. & L. González (1989). Sobre la cronología de los calderos de Bronce com remaches en el centro de la cuenca del Duero, *Actas do I Colóquio de Arqueologia de Viseu*, pp. 271 - 274.
- TEIXEIRA, T. & J. R. Sousa (1979). As gravuras rupestres do Monte do Castro (Vieiro do Minho). Vestígios do culto ofiolátrico, *XV Congresso Nacional de Arqueologia*, Lugo (1977), Zaragoza, pp. 385 - 392.
- TEIXEIRA, C. (1939). Os torques do Castro de Lanhoso, Póvoa de Lanhoso, *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 24 (4), pp. 245 - 252.
- (1940a). O Castro de Lanhoso e o seu espólio, *Iº Congresso do Mundo Português*, 1, Lisboa, pp. 517 - 529.
- (1940b). Notas arqueológicas sobre o Castro de Lanhoso, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etimologia*, 9 (1-2), pp. 245 - 252.
- (1941). Hallazgo arqueológico notable (un casco céltico de Portugal), *Ampurias*, 3, Barcelona, pp. 138 - 139.
- (1944). Tectónica plio-pleistocénica do Noroeste peninsular, *Boletim da Sociedade Geológica Portuguesa*, 6, pp. 19 - 40.
- TEIXEIRA, C., A. C. Medeiros & C. T. Assunção (1965). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 9-A. Póvoa de Varzim*, Ed. S. G. P., Lisboa.
- TEIXEIRA, C., A. C. Medeiros, C. A. Alves & M. M. Moreira (1969). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 5-C. Barcelos*, Ed. S. G. P., Lisboa.
- TEIXEIRA, C., A. C. Medeiros & A. P. Coelho (1972). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 5-A. Viana do Castelo*, Ed. S. G. P., Lisboa.
- TEIXEIRA, C., A. C. Medeiros & J. R. Macedo (1973). *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da folha 5-D. Braga*, Ed. S. G. P., Lisboa.
- THADEU, D. (1965). *Carte minière du Portugal. Echelle 1/500 000. Notice explicative*, Ed. S. G. P., Lisboa.
- TILLEY, C. (1990). *Reading material culture. Structuralism, hermeneutics and post-structuralism*, Ed. Basil Blackwell.
- TRANOY, A. (1981). *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Ed. Diffusion du Bocard, Paris.
- TREHERNE, P. (1995). The warrior's beauty: the masculine body and self-identity in bronze-age europe, *Journal of European Archaeology*, 3.1, pp. 105 - 144.

- TRIGGER, B. (1989). *A history of archaeological thought*, Ed. Cambridge University Press, Cambridge.
- (1991). Distinguished lecture in archeology: constraint and freedom - a new synthesis for archaeological explanation, *89th Annual Meeting of the American Anthropological Association, November 30, 1990*, New Orleans, pp. 551 - 569.
- TROTZIG, G. (1994). Bienvenue à l'archéologie de l'Europe, *Patrimoine Européen*, 2, Estrasburgo, pp. 3 - 5.
- VALCARCEL DIAZ, M.; M. Rodríguez Guitián; A. Martínez Cortizas & A. Pérez Alberti (1993). *As paisaxes do camiño francés en Galicia*, Ed. Xunta de Galicia.
- VALERA, A., J. C. Senna-Martinez & I. Estevinha (1989). O Buraco da Moura de S Romão (Seia): alguns resultados preliminares da campanha 1 (1987), *Actas do 1º Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 149 - 174.
- VALERO APARISI, J. (s/d) Restos del castro de Faria, *Boletim do Grupo Alcaldes de Faria*, 2, Barcelos, pp. 11 - 16.
- VAQUERO LASTRES, J. (1993) Túmulos del NW peninsular: escenas, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología .Vigo*, Vigo, 1, pp. 39 - 44.
- (1993/1994) Galifeiro, paso de lobos, novios y héroes. Sobre el emplazamiento de los túmulos del NW, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 41 (106), pp. 11 - 39.
- VASCONCELOS, J. L. (1895). Collecção Ethnographica do Srº M. d'Azuaga, *Arqueólogo Português*, 1, Lisboa, pp. 20 - 28.
- (1901). Extractos da correspondência de F. Martins Sarmiento (1881-1883), *Arqueólogo Português*, 6, Lisboa, pp. 30 - 48.
- (1905). Notice sommaire sur le Musée Ethnologique Portugais. Lisbonne, *O Arqueólogo Português*, 10, Lisboa, pp. 65 - 71.
- (1906). Estudos sobre a época do bronze em Portugal, *O Arqueólogo Português*, 11, Lisboa, pp. 179 - 189.
- (1933) Castros lusitânicos, *O Arqueólogo Português*, 29, Lisboa, pp. 31 - 49.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1991). La economía y el ambiente a través de los petroglifos prehistóricos de Galicia, *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 201 - 204.
- (1993/1994). El cultivo del mijo (*Panicum miliaceum*, L.), en la cultura castreña del Noroeste de la Península Ibérica, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 41 (106), Santiago de Compostela, pp. 65 - 73.

- (1995). Imagen y sociedad en la Edad del Bronce de Galicia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (3), Porto, pp. 287- 301.
- (1997). El petroglifo de Auga de Laxe I (Gondomar, Pontevedra) y la sociedad del comienzo de la Edad del Bronce en el Noroeste de la Península Ibérica, *Gallaecia*, 16, Santiago de Compostela, pp. 201 - 220.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. & M. J. Aira Rodríguez (1986). La economía de los pueblos prerromanos del Norte de Hispania según los testimonios palinológicos, *Actas do 1º Congreso Peninsular de Historia Antigua*, Santiago de Compostela.
- VAZQUEZ VARELA, J. & X. Pombo Mosquera (1991a). A recolleita de landras na Protohistoria de Galicia, *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 121 - 128.
- (1991b). La economía castrexa no N.O. de A Terra Cha (Lugo), *Paleocologia e Arqueologia II*, F. Queiroga & A. Dinis (ed.), Vila Nova de Famalicão, pp. 191 - 200.
- VAZQUEZ VARELA, J.; J. M. Rey & M. Camino (1993). La pesca en el mundo castreño y romano de Galicia, *Galicia: da Romanidade á Xermanización. Problemas Históricos e Culturais*, Santiago de Compostela, pp. 91 - 100.
- VEIGA, S. (1891). *Antiguidades monumentaes do Algarve*, Ed. Imprensa Nacional, vol. 4, Lisboa.
- VERNET, J-L. & I. Figueiral (1993). The highlands of Aboboreira (North-West Portugal): ecological conditions from middle/late neolithic to early bronze age. Evidence from charcoal analysis, *Oxford Journal of Archaeology*, 12 (1), Oxford, pp. 19 - 28.
- VIANA, A. (1932). Justificação de um cadastro de monumentos arqueológicos para o estudo da Arqueologia do Alto Minho, *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, 6 (1), Viana do Castelo, pp. 1 - 24.
- VIEIRA, J. A. (1880). *Minho Pittoresco*, Lisboa, 2 vols.
- VILAÇA, R. (1992). Comentário. A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, 31, Coimbra, pp. 73 - 83.
- (1995). *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*, 2 vols, Coimbra, *Trabalhos de Arqueologia - 9*, Ed. IPPAR, Lisboa.
- (1997). Metalurgia do Bronze Final da Beira Interior. Revisão dos dados à luz de novos resultados, *Estudos Pré-Históricos*, 5, pp. 123 - 154.
- VILLAS-BOAS, J. S. (1948a). Um machado de bronze, *Boletim do Grupo de Alcaldes de Faria*, 1, Barcelos, pp. 13 - 19.

- (1948b). Uma nova machadinha " castreja", *Boletim do Grupo de Alcaides de Faria*, 1, Barcelos, pp. 29 - 32.
- (1948c). Hallazgos del Bronce Atlántico en Portugal, *Homenaje a J. Martinez Santa Olalla*, 3, Madrid.
- (s/d). Noticiário-Ofertas, *Boletim do Grupo Alcaides de Faria*, 2, Barcelos, pp. 39 - 42.

WALLERSTEIN, I. (1995). Mudança social? "A mudança é eterna. Nada muda nunca", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 44, pp. 3 - 24.

WELLS, P.S. (1985) Mediterranean trade and culture change in Early Iron Age central Europe, T. Champion & J. V. Megaw (eds.) *Settlement and Society. Aspects os West European Prehistory in the First Millennium B.C.*, pp. 69 - 89.

-(1988) *Granjas, aldeas y ciudades: Comercio y orígenes del urbanismo en la Protohistoria europea*, Salamanca.

WIESSNER, P. (1974). A functional estimator of population from floor area, *American Antiquity*, 39 (2), pp. 343 - 349.

ZUBROW, E. (1994). Cognitive archaeology reconsidered, C. Renfrew & E. Zubrow (ed.) *The Ancient Mind. Elements of Cognitive Archaeology*, Ed. Cambridge University Press, pp. 187 - 190.

CARTOGRAFIA

Atlas do Ambiente. Carta das Regiões Naturais. Caracterização Eco-Fisionómica. Comissão Nacional do Ambiente. Esc. 1: 1000 000, 1985.

Atlas do Ambiente. Carta Litológica da Comissão Nacional do Ambiente. Esc. 1: 1000 000, 1982.

Atlas do Ambiente. Carta dos Solos da Comissão Nacional do Ambiente. Esc. 1: 1000 000, 1978

Atlas do Ambiente. Carta da Acidez e Alcalinidade dos Solos da Comissão Nacional do Ambiente. Esc. 1: 1000 000, 1980.

Atlas do Ambiente. Carta da Capacidade de Uso do Solo da Comissão Nacional do Ambiente. Esc. 1: 1000 000, 1982.

Carta Geológica de Portugal dos Serviços Geológicos de Portugal. Esc. 1: 50 000.

Carte Geomorphologique du Portugal do Centro de Estudos Geográficos. Esc . 1: 500 000, 1981.

Carta Mineira de Portugal da Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos de Portugal. Esc . 1: 500 000, 1960.

Carte Minière du Portugal dos Serviços Geológicos de Portugal. Esc . 1: 500 000, 1965.

Carta Militar de Portugal dos Serviços Cartográficos do Exército. Esc . 1: 25 000.

Carta Militar de Portugal dos Serviços Cartográficos do Exército. Esc . 1: 250 000.

Carta de Portugal do Instituto Geográfico e Cadastral. Esc . 1: 100 000.

Esboço de Carta Geral de Ordenamento Agrário. 1: 25 000.